

MARIA LUIZA GOMES VASCONCELOS

MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO

GOIÂNIA/GO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA LUIZA GOMES VASCONCELOS

MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Professor Dr. José Ternes.

GOIÂNIA/GO

2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

V331m Vasconcelos, Maria Luiza Gomes.
Machado de Assis e a educação [manuscrito] / Maria
Luiza Gomes Vasconcelos – Goiânia, 2015.
205 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Educação.

“Orientador: Prof. Dr. José Ternes”.

Bibliografia.

1. Assis, Machado de, 1839-1908. 2. Educação. 3.
Literatura. I. Título.

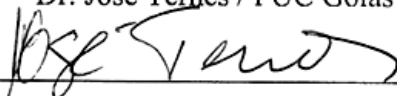
CDU 37(043)

MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO

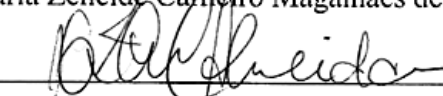
Tese de Doutorado aprovada em 20 de agosto de 2015, no curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

BANCA EXAMINADORA

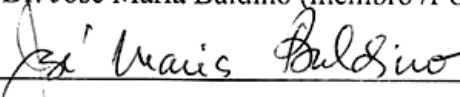
Dr. José Ternes / PUC Goiás (Presidente)



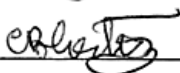
Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (membro/PUC Goiás)



Dr. José Maria Baldino (membro /PUC Goiás)



Dra. Cléria Botelho da Costa (membro externo /UnB)



Dr. Arthur Octavio de Melo Araujo (membro externo /UFES)



Dra. Glacy Queirós de Roure (suplente interno / PUC Goiás)

Dr. Goiamérico Felício Carneiro dos Santos (suplente externo / UFG)

O artista utiliza a palavra para trabalhar o mundo, e para tanto a palavra deve ser superada de forma imanente, para tornar-se expressão do mundo dos outros e expressão da relação de um autor com esse mundo. (BAKHTIN, 2000, p. 208).

A Deus, pai de eterna bondade; ao meu esposo, Claudio, companheiro em todos os momentos; aos meus filhos Filipe e Vinícius, vidas preciosas; e aos meus pais, Geraldo e Vera, minha imensa gratidão, a minha irmã, companheira sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Doutor José Ternes, pela paciência, pelo estímulo, apoio sem restrições e ainda pela confiança, dando-me liberdade para condução da tese. Seu incentivo foi fundamental em vários momentos de meu percurso.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela imensurável contribuição em meus estudos, que auxiliou durante o curso, em especial à Doutora Beatriz Aparecida Zanatta, Doutora Elianda Figueiredo A. Tiballi, Doutora Iria Brzezinski, Doutora Maria Tereza Canezim, ao Doutor José Carlos Libâneo e principalmente aos Doutores José Maria Baldino e Maria Zeneide Carneiro Magalhães pelas contribuições, críticas e incentivos valiosos em minha qualificação, bem como por terem aceitado fazer parte da Banca de defesa, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos senhores da Banca Examinadora, Doutora Cléria Botelho da Costa e Doutor Arthur Octávio de Melo Araújo, que se dispuseram a compartilhar comigo seus preciosos conhecimentos, tecendo comentários e considerações a respeito de meu trabalho, que ora se faz público.

Aos colegas de turma pelos diálogos, discussões e contribuições nas aulas e momentos que partilhamos.

Aos meus colegas de trabalho da Faculdade do Norte Goiano pela compreensão, responsabilidade compartilhada e pelos auxílios durante o curso. Aos meus eternos colegas da UEG - Porangatu.

Aos meus pais, novamente e sempre, pelo exemplo de persistência e incentivo constante; à minha irmã pelo amor, conversas e risos; e aos meus sobrinhos, vidas que florescem.

E, especialmente, ao meu esposo e aos meus filhos, meus pilares, por compreenderem tão bem as minhas ausências constantes.

RESUMO

No intuito de investigar sobre a educação expressa em textos machadianos esta tese teve como objetivos pesquisar acerca da vida e obra de Machado de Assis; analisar como se apresenta a formação intelectual, a instrução/educação, simultaneamente, perceber como se dá essa formação na sociedade da segunda metade do século XIX e início do século XX; averiguar ainda o entrosamento entre educação e literatura, assim como a revelação de ambos nos textos analisados. Para que se cumprisse o proposto, primeiramente fez-se um estudo a fim de conhecer e compreender a visão crítica de alguns estudiosos, e apreender as perspectivas de Machado acerca da literatura oitocentista. Fez-se necessário um levantamento e seleção bibliográfica através de estudos e análises bibliográficas e documentais tanto no que concerne a teses e dissertações realizadas sobre o autor, quanto à existência de estudos críticos. Pesquisar a literatura machadiana implica reconhecer nela uma complexidade de significados que não se esgotam assim tão facilmente; é reconhecer que se trata da narrativa de um autor que não pode ser lida com uma admiração isenta de espírito crítico, da mesma forma que ela não deve ser lida como um conjunto de obras cujas interpretações já foram esgotadas. Os textos machadianos refletem costumes e linguagem, e podem-se recortar de seus textos opiniões sobre a Educação, a instrução, o bom comportamento, dentre inúmeros outros temas. Machado foi um homem de seu tempo preocupado com a formação de uma nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: Educação. Machado de Assis. Intelectual. Literatura. História.

ABSTRACT

In order to investigate on education in Machado's texts had as objectives to research about the life and work of Machado de Assis; to analyze how it presents the intellectual education the instruction/education, simultaneously, to realize how the formation happens in society in the second half of the nineteenth century and in early twentieth century; to inquire still the adjustment between education and literature, as well as the revelation of both analyzed texts. To fulfill the proposed, originally it was made a study in order to know and understand the critical view of some scholars, and apprehend the perspectives of Machado about the nineteenth century literature. It was necessary a survey and biographical selection through the studies and biographic analysis and documental both with regard to theses and dissertations realized about the author, as the existence of critical studies. To research Machado's literature implicates to recognize in it and do not end so easily; it is to recognize that is the narrative of an author who cannot be read with an admiration exempt of critical spirit of the same way that it should not be read as a set of works whose interpretations have already been exhausted. Machado's texts reflex customs and language, and can be cut out of his texts opinions about Education, the instruction, a good behavior, among many other topics. Machado was a man of his time worried with the formation of a Brazilian nationality.

Keyword: Education. Machado de Assis. Intellectual. Literature. History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFLEXÕES ACERCA DA LITERATURA MACHADIANA	22
1.1 Considerações iniciais	22
1.2 Traços da vida (1839-1908) e obra	23
1.3 Machado de Assis através da crítica	30
1.4 A crítica Literária através de Machado de Assis.....	36
1.4.1 “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura”	37
1.4.2 “O Ideal do Crítico” e “Propósito”	40
1.4.3 “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”	43
2 FORMAÇÃO INTELECTUAL EM MACHADO DE ASSIS	48
2.1 Considerações iniciais	48
2.2 “A Nova Geração”	49
2.3 “A Parasita Azul”: conhecendo a intelectualidade de Camilo Seabra, <i>História da Meia-Noite</i>	56
2.4 Simão Bacamarte: a questão da ciência em “O Alienista”	60
2.5 Bentinho: o intelectual do Engenho Novo, <i>Dom Casmurro (1889)</i>	66
3 MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO	77
3.1 Considerações iniciais	77
3.2 Sobre escola e instrução	78
3.2.1 “Conto de Escola”	79
3.2.2 “Umas Férias”	90
3.3 Aconselhamento e civilidade.....	95
3.3.1 “A Teoria do Medalhão”: conselhos a Janjão	95
3.3.2 “Balas de Estalo”	100
3.3.3 “Bons Dias!”	103
4 REFERÊNCIAS	118
4.1 Obras de Machado de Assis.....	118

4.2 Obras citadas	119
4.3 Artigos, dissertações e teses	123
ANEXOS	127
ANEXO A.....	128
ANEXO B.....	147
ANEXO C.....	175

INTRODUÇÃO

Tem barreiras a filosofia; a ciência política acha um limite na testa do capanga. Não está no mesmo caso a arte do arroz-doce, e acresce-lhe a vantagem de dispensar demonstrações e definições. Não se demonstra uma cocada, come-se. Comê-la é defini-la. (ASSIS, 1994).

A presente tese almeja expor como se apresenta a instrução e formação intelectual de alguns personagens machadianos e, simultaneamente, abranger como se dá essa formação na sociedade moderna, prioritariamente, na virada do século XIX, através da escrita de Machado de Assis, em algumas crônicas, contos e romances. Para o desenvolvimento da tese, elegeu-se como questão norteadora o fato de o personagem machadiano apresentar uma instrução e formação intelectual próxima à realidade concebida (ou desenvolvida) pela sociedade educacional moderna da segunda metade do século XIX.

O grande interesse desta tese foi buscar, por meio de estudos e pesquisas, a instrução e formação intelectual de alguns personagens machadianos e apreender a imagem relativa a essa concepção na sociedade brasileira moderna, através de estudos e análises bibliográficas e documentais, a fim de compreender a relação entre a literatura machadiana e a realidade da sociedade.

Embora se encontre um vasto estudo sobre a vida e obra de Machado de Assis, ainda considera-se a análise de sua obra um tema contemporâneo. Desse modo, pretendeu-se averiguar, para o estudo em questão, o entrosamento entre a Educação e a literatura, uma vez que são intrinsecamente ligadas, e assim buscar uma percepção entre formação intelectual do personagem e a Educação no século XIX.

Optou-se pela segunda metade do século XIX, mais propriamente a virada do século, todavia, em alguns momentos, será tratado de questões relativas aos primeiros quartos do século. Essa opção parte de inquietações contemporâneas, e a busca de respostas a partir das construções destinadas à Educação no referido período foram marco inquestionável de grandes transformações tanto em âmbito mundial quanto nacional, o que proporcionaria mudanças em toda a sociedade. Sendo assim, optou-se por analisar obras machadianas publicadas nesse período, embora algumas delas relatem uma época anterior à metade do século.

Pode-se destacar que o século XIX é um marco na institucionalização dos estudos da linguagem, em sua profissionalização: criam-se escolas, materiais de ensino, assim como modos de ensinar. É na segunda metade desse século que se inicia o processo de gramatização do Brasil.

Machado de Assis é considerado, por muitos críticos e estudiosos, um dos melhores romancistas brasileiros, e, à medida que sua obra vai sendo estudada e analisada com diversificadas interpretações, apreende-se quão vasta probabilidade de novos enfoques pode-se averiguar em seus escritos. O autor carioca exerceu tanto o papel de escritor quanto o de crítico da literatura à qual suas obras eram vinculadas.

Machado de Assis produziu uma obra variada e profícua e escreveu poemas, contos, crônicas, romances, peças teatrais e críticas literárias. Respeitado pela crítica como um grande escritor, suas obras foram objeto de estudo de inúmeros trabalhos acadêmicos, revelando os costumes, a organização e cultura do Rio de Janeiro do século XIX.

Para isso, acredita-se ser relevante estudar a da Educação no Brasil do século XIX, por ser um período marcado por importantes acontecimentos que influenciaram a Educação. Implica ainda estudar alguns fatos políticos como a abolição da escravidão, a Independência e a República, que fizeram aflorar no País um sentimento nacionalista, uma vez que emerge, nesse período, um movimento de valorização da cultura e de nacionalismo linguístico.

A literatura machadiana é, portanto, perfeitamente cabível às inquietações do presente. Para Bosi (2007, p. 11): “O objeto principal de Machado de Assis é o comportamento humano. Esse horizonte é atingido mediante a percepção de palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro, durante o Segundo Império.” Bosi (idem) ainda salienta que os olhos do romancista refletem o objeto de sua transformação, podendo, dessa forma, a Literatura refletir a sociedade e vice-versa.

O período vivido por Machado de Assis pode ser considerado uma época de transição, de constantes transformações políticas, econômicas e culturais, afetando a sociedade e, portanto, a Educação. Machado de Assis presenciou o encontro desses dois mundos, o que chega e o que se despede, ocupando-se o escritor em interpretá-lo em sua ficção. A obra de Machado de Assis, segundo Astrogildo Pereira Rodrigues, proporciona campo fértil de estudo:

Nesses contos muito se terá que estudar e aprender do nosso passado, na sua obra, melhor que em qualquer outra, encontramos uma imagem do conjunto mais expressiva do fenômeno brasileiro normal, isto é da gente e da terra em suas manifestações normais, cotidianas, correntes. As criaturas envolvidas na complicação e nos conflitos que ele explorou nos seus livros são a réplica literária de outras criaturas de carne e osso, que viveram em dado momento histórico num dado meio social. (RODRIGUES, 1982, p. 17).

O *corpus* da tese será composto por alguns textos críticos, crônicas e contos machadianos. Utilizam-se pouco os romances, mas, ainda assim, serão abordados. Variadas análises foram feitas a respeito de inúmeros aspectos, porém esses estudos, quase sempre,

tratam do humor, da mulher, da política, do negro, entre outros. Todavia cremos ser este um dos poucos estudos que se dedicam ao tema educação em Machado de Assis.

Os romances e contos machadianos revelam os costumes, a organização e a cultura do Rio de Janeiro no século XIX, assim como estudam tipos humanos e suas relações interpessoais. Por meio de suas crônicas, expressa sua opinião a respeito de diversos temas do dia a dia, que afetavam não só o Rio de Janeiro, mas todo o País. Ele comentava acerca de variados temas como economia, política, cultura, artes, espetáculos, entre outros, e, em alguns deles, teceu comentários sobre a Educação.

Procurou-se, ao longo do estudo, percorrer os caminhos da pesquisa bibliográfica, bem como da pesquisa e análise documental da leitura, seleção e análise crítica dos textos escolhidos, a fim de alcançar conhecimento mais profundo do tema proposto e gerar posicionamento perante o debate.

O prestígio do valor da ficção machadiana se fez em vida do autor, pois os principais críticos literários do seu tempo, Sílvio Romero e José Veríssimo, definiram as linhas-mestras de sua fortuna crítica. Considerado um escritor profundo, introspectivo, universal, Machado foi consagrado pela crítica com a mesma ênfase na excelência da sua escrita, qualidade que conquistou o consenso de todos os leitores, dando margem a juízos diferenciados, conforme o critério fosse nacionalista ou estético. Embora tenha sido uma pessoa amada pelo público, percebe-se que o contrário também ocorreu/ocorre, pois encontramos críticas negativas a sua obra.

A crítica posterior a Sílvio Romero enfatizou a presença do Brasil, sobretudo do Brasil fluminense, escravista e patriarcal, em toda a obra de Machado. O historicismo sociológico, depois de se tornar escasso o patriotismo romântico, passou a considerar como substância mesma das situações e personagens construídos pelo romancista.

A relação familiar entre o escritor e a sociedade brasileira de seu tempo começou a ser desvendada mediante exploração sistemática de sua biografia. A primeira foi escrita, em 1936, pela romancista Lúcia Miguel Pereira, e teve como foco o homem machadiano com suas peculiaridades de temperamento e caráter. Essa interpretação da romancista tem mérito de fundir classe social, posição do indivíduo e estrutura sem inflar nenhum dos componentes.

Machado de Assis transfere para o narrador o princípio da universalização da cultura, já que este dispõe de todo da tradição ocidental e a maneja com grande desenvoltura, sempre marcada, com certa indiferença, por essa cultura tomada, e logo deixada de lado pela força de uma irreverência acrítica de um homem culto, que prefere analisar o estoque de coisas humanas, desprezando o acúmulo da ilustração.

Machado exhibe, com suposta fidelidade, os tipos característicos da sociedade fluminense do final do século XIX. Sua compreensão, assim como seu estilo, não se limita ao contexto histórico e geográfico, e seus personagens vão mais além, pois o autor constrói os personagens de forma elaborada, com traços individuais e pessoais, e ainda as relações são marcadas assimetricamente.

Para desenvolver o trabalho, fez-se necessário pesquisar em variadas obras de Machado de Assis, romances, contos, crônicas, documentos, artigos, dentre outros, e escolher através de leituras e releituras da obra machadiana os textos a serem utilizados na pesquisa, e vale ressaltar que o próprio texto literário norteia o que será apontado dentro do proposto. Além das leituras de textos literários, fez-se uma seleção de textos críticos, dissertações e teses acerca do autor e sua obra, e ainda estudou-se em textos teóricos, ora indicados pelas próprias teses e dissertações estudadas, ora pela orientação da temática trabalhada.

Os textos machadianos utilizados para uma reflexão acerca da construção da Literatura brasileira e sua crítica foram “O Presente, o Passado e o Futuro da Literatura” (1858); “O Ideal do Crítico” (1865); “Propósito” (1866); “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873). Para a segunda parte, a análise do tema que aborda a intelectualidade, para esta etapa foi elencado os textos: “A Nova Geração” (1879); “A Parasita Azul” (*História da Meia-Noite*, 1873); “O Alienista” (*Papéis Avulsos*, 1882); *Dom Casmurro* (1899). E, por fim, e não menos importantes, os textos que tratam da educação e o aconselhamento em Machado: “Conto de Escola” (*Várias Histórias*, 1896); “Umás Férias” (*Relíquias da Casa Velha*, 1906); “Teoria do Medalhão” (*Papéis Avulsos*, 1882); as crônicas “Balas de Estalo” (1886) e “Bons Dias!” (1889); *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

As referências teóricas utilizadas foram: Almeida (2000); Bosi (1992); Carvalho (1990); Coelho (1996); Canezin (2001); Coelho (1996); Durkheim (1952); Foucault (2007; 2010); Gomes (1998); Holanda (1990); Kant (1996); Moretti (2014); Mota (1996); Nepomuceno (2006); Rodrigues (1982); Romanelli (1986); Saviani, Lombardi e Sanfelice (2010); Teixeira (1977); Ternes (2006; 2009); Veiga (2003); Vidal e Faria Filho (2005); dentre inúmeros outros não menos importantes, mas imprescindíveis para o entendimento e aprofundamento do tema. Vale ressaltar que constam nas referências ainda as obras inventariadas e os artigos, as dissertações e teses que não foram elencados na introdução, todavia utilizadas para aprofundamento do estudo.

E ainda os referenciais teóricos referentes ao tema “literatura e crítica literária” em torno da obra machadiana utilizados na pesquisa foram, dentre vários outros, não menos

importantes: Alonso (2000; 2002); Baptista (2003); Bosi (2007; 2013); Campos (1992); Cândido (2004; 2010); Chalhoulb (2003); Faoro (2007); Franco (2003); Gledson (1991; 1998; 2003; 2006); Gomes (1994); Junqueira (2008); Magalhães Júnior (v. I, II, III e IV, 2008); Miskolci (2006); Pereira (1950); Romero (1954); Schwarz (2000; 2008); e Veríssimo (1954).

Durante o Império, ainda que existissem cursos regulares como Medicina, Direito e Engenharia, tais escolas não conformavam o cerne intelectual no Brasil, consistindo, antes em espaços de socialização de jovens da elite, sobretudo no caso das Escolas de Direito, para ocupação de cargos públicos. Na prática, portanto, eram instâncias de jogo político, mais do que agências de produção intelectual e inovação técnico-científica (CARVALHO, 2008).

O primeiro século de colonização do Brasil foi a “preparação de terreno” para o que viria a se configurar como educação durante todo o período colonial, e o período quinhentista foi o palco de atuação da missão evangelizadora jesuítica na colônia, trazendo, em seu interior, um caráter educacional e evangelizador.

A mudança na Educação no Brasil acontece certamente pelo fechamento dos colégios dos jesuítas. A partir dessa ocasião, passa a ser ensinada a Língua Portuguesa como língua oficial. O Latim continua sendo ensinado, mas de forma resumida e através da língua materna, dando ênfase ao que era nacional, porém contraditoriamente ocorre a proibição de se falar a língua existente no Brasil da época: a Tupi. A metodologia principal de ensino era ministrar aulas régias para meninos por professores concursados. Em concursos públicos, com o controle do Estado português, cria-se o subsídio literário como maneira de controlar a produção de cana e a arrecadação advinda dela, incentivando o ensino.

No Império brasileiro, já se apreende um fortalecimento de um espírito nacionalista voltado para a construção de uma legislação que legitime o poder do imperador e da nova nação em pleno século XIX. Dessa forma, estabelece-se o sistema dual, no qual a nação se responsabiliza pelo nível secundário e universitário, e as províncias, embora sem recursos, assumem o ensino das primeiras letras e os cursos de formação de professores como obrigatórios.

As novas instituições, isoladas e dispersas, que passaram no tempo de D. João VI, a constituir a superestrutura do sistema cultural, vacilavam, sem raízes profundas, nessa organização em que nada se criou para atacar as reformas pela base, arrancando-nos as preocupações de nossa educação literária, e para fazer inflectir a cultura na direção dos estudos filosóficos e científicos. (AZEVEDO, 1971, p. 382).

Ainda que o discurso exalasse a construção de uma sociedade melhor, livre e formada para o emprego, a Educação ainda era bastante concentrada para uma minoria. A sociedade brasileira, conquanto buscasse o espírito de universalização do conhecimento, era

bastante desigual, dividida em escravos e índios, em homens livres e pobres, e os senhores e proprietários.

A partir do final do século XVIII e em boa parte do século XIX, notou-se uma precária relação ideológica entre os planos políticos, social e estético-literário, revelador do período em que a ciência e especulação notaram o interesse do homem para a vida circunstancial. Exacerbava-se, desse modo, a aptidão política e ação prática que haveriam de criar uma distância desmedida entre a cultura e a civilização do passado e presente.

É bem verdade que, no século XIX, a separação entre os campos político e intelectual não se completara mesmo em lugares nos quais a Universidade já existia (FINK; LEONARD; REID, 1996, apud CARVALHO, 1998). E o que se convencionou chamar de “intelectual” era o letrado que, por aquela época, começava a ampliar sua margem de autonomia em relação ao poder, animando uma incipiente “opinião crítica” que será determinante da moderna história da *intelligentsia* ocidental (MANNHEIM, 1956, apud CARVALHO, 1998). As Academias francesas ilustram bem esse percurso, pois, tendo sido organizadas sob o Antigo Regime, momento em que vigorou maior identificação entre sábios reis, foi mantido na era napoleônica e, mesmo depois dela, no contexto da Restauração, já aí com tonalidade um tanto distinta, inclusive pela incorporação de intelectuais de extração social mais baixa, cuja chegada àquelas agências era sintomática das mudanças observadas na relação entre o Estado e a opinião (AUERBACH, 1974).

Tal modelo de organização da inteligência espalhou-se pela Europa e alcançou o Brasil, onde, ao longo de todo o século XIX, Academias e Institutos constituíram-se em espaços de animação intelectual e construção de ideologias profissionais, decisivas, como se sabe, para o estabelecimento de jurisdição sobre áreas do saber até então reivindicadas por “práticos” – “râbulas”, no caso de advogados; “curandeiros”, no de médicos; e “mestres de obras”, no âmbito da construção civil. Portanto, mais do que as Escolas, foram aquelas agências que conferiram estatuto de profissão ao exercício das artes liberais no Brasil (COELHO, 1996).

Além disso, pode-se dizer que a proliferação das Academias sob o Império foi parte de uma política devotada à ampliação da esfera estatal mediante o incremento dos quadros do funcionalismo e a democratização do acesso a eles, principalmente no ramo militar (MOTTA, 1996); a extensão da instrução pública referida à formação técnica de artífices e gráficos – do que é exemplo a criação do Imperial Instituto Artístico – e a construção de espaços de organização de intelectuais e artistas sob o padrão dominante no continente europeu.

Assim, como realidade típica dos Estados ampliados do período da Restauração, a reprodução das Academias no século XIX, na Europa como no Brasil, atesta, no plano cultural, o andamento de uma modernização em compromisso com o passado (GRAMSCI, 2002). Se, no continente europeu, as dinastias monárquicas restauradas não lograram cancelar a novidade introduzida pelas forças sociais do Terceiro Estado – e o recrutamento alargado das Academias conota transformações intersticiais ou “moleculares” em curso naquelas sociedades –, no Brasil, caso mais recessivo de revolução passiva (WERNECK VIANNA, 1976), a iniciativa do Poder Moderador em organizar agências intelectuais apropriou um movimento de modernização sob controle político do imperador.

Pensar a organização dos intelectuais brasileiros no século XIX impõe atentar para o processo de centralização do poder, cuja trajetória compreendeu uma ampliação do escopo do Estado ao definir como de interesse público a produção das ciências e das artes no Brasil. Tal fato, em última análise, evidencia a força diretora da tradição, na medida em que implicou atualizar, em pleno Oitocentos, a velha matriz do absolutismo português, segundo a qual o rei busca incrementar seu poder sem confrontar diretamente as classes senhoriais, agregando, para tanto, outros espaços, materiais e simbólicos, que o direito tradicional não poderia disputar (HESPANHA, 1994; BARBOZA FILHO, 1999). No contexto do Renascimento lusitano, isso se traduziu na incorporação de novos territórios na África, América e no Oriente. Enquanto no século XIX, no âmbito do Estado nacional brasileiro, consistirá na dupla fórmula da defesa da unidade territorial – que conferia “reservas” de soberania ao monarca – e da criação de espaços simbólicos de poder exclusivos ao rei, do que a criação de agências intelectuais foi expressão.

Segundo Anísio Teixeira (1989, apud TERNES, 2006, p. 67), a sociedade colonial brasileira era arcaica e de cultura oral, fundada na escravidão, no patriarcalismo rural e na burocracia colonial, e explorada pelo monopólio metropolitano, voltada para a religiosidade, o culto aos santos, monumentos religiosos, festas comemorativas de dia de santos, comandada por um quadro clerical de padres letrados, pregadores e educadores que lembrariam um corpo intelectual.

Ternes (2006) assevera ainda que a tese fundamental de Anísio é que nossa história é essencialmente uma história de colonizado, com consequências decisivas na história da Educação brasileira, e considera o colonialismo do Brasil diferente dos outros verificados na América.

O fato é que, tomando a organização dos intelectuais para si, como elemento constitutivo do seu poder, a monarquia brasileira “conferiu dimensão pública à atividade

intelectual”, e essa será a marca de origem da moderna inteligência no País. Instituições como a Academia Científica do Rio de Janeiro, precursora desse formato organizacional e devotada a estudos práticos de agricultura, ainda no contexto colonial (1772-1779); a Real Academia Militar e o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, ambos de 1810, o último criado especificamente para abrigar a Coleção Werner, trazida para o Rio de Janeiro por D. João VI; o Museu Nacional, instituição de pesquisa em ciências naturais, notadamente a Mineralogia e a Geologia, e antecessora, nesse sentido, da Escola Politécnica e da Escola de Minas de Ouro Preto, ambas criadas na década de 1870; a Academia Imperial de Belas Artes, resultado da Missão Francesa de 1816; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), esteio da ideologia nacional no século XIX; a Academia Imperial de Medicina e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, esta última aplicada, desde 1887, ao desenvolvimento de pesquisas contra a varíola; o Instituto dos Advogados Brasileiros (1843); a Sociedade de Geografia; o Clube de Engenharia, criado em 1880 e tornado, juntamente com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um polo de coordenação política e intelectual do estrato de engenheiros; a Associação de Homens de Letras e o Colégio Pedro II; dentre tantas outras, ilustram o modo dominante de organização da vida intelectual em terras brasileiras.

Em suma, o Brasil, no século XIX, foi palco de intensa atividade intelectual, conjugada à ação diretiva do Estado. A intervenção estatal nesse plano não derivou fundamentalmente da adesão monárquica ao iluminismo tardio ou de inclinações pessoais de D. Pedro II – embora as tivesse – para se acercar de sábios. Indica, antes, uma concepção política da prática intelectual, entendendo-a como reserva de soberania do rei e, nessa dimensão, como matéria de interesse público (KANTOROWICZ, 1998).

Nesse período, o Brasil não tinha uma quantidade, tida como aceitável, de leitores considerados adequados, mas ocorreu um aumento considerável do público-leitor e dos meios de propagação da leitura, ainda que introvertida, que transformavam a relação entre o autor e o leitor. As condições do País talvez tenham refletido o panorama de uma colônia recém-independente, que buscava seguir o arquétipo de uma nação ocidental construída a partir do projeto pós-independência.

Tal coerência de reprodução do poder, contudo, produziu efeitos positivos – o principal deles a quebra do monopólio que as classes dominantes classicamente exercem sobre o processo de constituição da atividade intelectual, abrindo-se uma porta de oportunidades para os que, apartados do mundo relativamente homogêneo das elites senhoriais, souberam transpô-la. Intelectuais oriundos de estratos médios da sociedade e mais o numeroso contingente de mulatos urbanos que Gilberto Freyre (1990) surpreende em ofícios

modernos, no último quartel do século XIX, expressam relativa diferenciação do ambiente intelectual sob o Império, malgrado sua intencionalidade.

Conforme Ternes (2006), a Educação no Brasil não repetiu a europeia, e, mesmo com a independência, não se conseguiu criar uma cultura autóctone. Contrariamente não existiu a revolução europeia; apenas se perenizou a cultura do espectador, acarretando sérias consequências.

Ternes (2006, p. 70) afirma que “a educação escolar fora, sem dúvida, o setor mais afetado nesse processo. A inexistência da universidade significaria a legitimação de uma figura dominante em toda história da educação no Brasil”. Ainda em Ternes, averiguamos a presença do professor leigo, fato ainda recorrente no século XXI.

Pode-se averiguar em Teixeira (1989, p. 65, apud NEPOMUCENO e FERREIRA, 2006, p. 49) a ausência das universidades no Brasil Colônia: “A universidade do Brasil foi a universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros [...] Nessa universidade graduaram-se mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.”

Durante o período colonial e com a chegada da família real, perdurou a criação de escolas isoladas de ensino superior, e, ainda conforme Anísio Teixeira, essa situação persistiu durante o Império e no limiar da República, tendo sido criada apenas em 1920, simbolicamente, a Universidade do Rio de Janeiro, pela reunião das escolas existentes.

E, para adentrar de outros modos na História, que não seja por meio da história oficial, propõe-se estudá-la por meio de obras literárias, uma vez que Literatura é manifestação artística, que obtém da linguagem sua matéria-prima, e remonta de uma existência milenar da qual se podem encontrar grandes produções a partir da Grécia Antiga. Todavia o modo de concepção da literatura produzida no decorrer dos tempos difere de um momento para outro, devido às mudanças sociais pelas quais passaram as civilizações.

Se nos atentarmos para a produção literária desenvolvida no Brasil do século XIX, poderão ser vistos contornos de ufanismo devido ao processo de independência pelo qual passara a antiga colônia, o que resultou no aprimoramento de uma literatura sentimental nacionalista com vistas a uma nova pátria.

Cândido (2000) nos diz que a literatura produzida no Brasil pode ser considerada parte de um esforço construtivo extenso, denotando o desígnio de colaborar para a distinção da nação. Durante a estética romântica, havia o senso de dever patriótico, o que fazia com que as obras fossem consideradas uma contribuição ao progresso. Essa visão não permaneceu no Realismo e nas fases seguintes.

No capítulo I, “Reflexões Acerca da Literatura Machadiana”, faz-se um estudo introdutório do autor, através da visão de alguns críticos literários e, para uma melhor compreensão, expõe um breve estudo sobre Machado de Assis, traços de sua vida e obra por alguns estudiosos e críticos e busca ainda um breve estudo sobre a instrução do autor. Posteriormente são levantadas opiniões críticas de vários estudiosos sobre o objeto, com o intuito de se refletir sobre a obra machadiana, que não é comumente enquadrada numa única escola literária. Analisam-se ainda alguns textos críticos de Machado nos quais se percebe que o autor não concordava em aderir a um movimento específico. Talvez isso nos faça perceber uma miscelânea de características de diferentes escolas em seus textos. Embora seja aconselhável e necessário ter cautela em afirmações, pretende-se apenas colocar o tema em debate, relatando o discurso de alguns estudiosos do assunto, bem como analisando trechos da obra machadiana que tenham relação com o tema em discussão. O intuito deste capítulo é proporcionar uma visão abrangente e geral da obra machadiana não apenas por estudiosos de sua época, mas, principalmente, por aqueles que compõem os estudos atuais.

O capítulo II tem como tema a formação intelectual de alguns personagens machadianos. A abordagem do texto literário dá-se através de identificação de tipos intelectuais. Primeiramente, é analisado o ensaio “Nova Geração” (1879), no qual se pode buscar, nas palavras do próprio escritor, sua visão sobre a formação de uma geração de intelectuais. Nos tópicos a seguir, elencam-se alguns personagens de contos com um perfil considerado intelectual, tais como Camilo Seabra (do conto “A Parasita Azul”, de 1873), Simão Bacamarte (de “O Alienista”, de 1882) e Bentinho (personagem central do romance *Dom Casmurro*, de 1899), a fim de se perceber como os personagens machadianos são postos.

Como muitos intelectuais da época e na visão de alguns estudiosos, Machado de Assis preocupa-se com o tema da identidade nacional, como mostra John Gledson em seu artigo “A História do Brasil em *Papéis Avulsos* de Machado de Assis”:

É preciso dizer, desde já que acredito que aqui mais do que nunca, as especulações de Machado de Assis se centram na questão da identidade nacional que tão frequentemente tem preocupado os intelectuais latino-americanos desde a independência. (GLEDSON, 1998, p. 18).

O capítulo III, referente à instrução, pretende apreender questões educacionais e de aconselhamento na obra machadiana. Para tal, propôs-se analisar os contos “Conto de Escola” e “Umás Férias”, ambos relatando sob a perspectiva de crianças/alunos o ambiente escolar. Suas impressões são, na maioria das vezes, negativas ao ambiente escolar, bem como as normas rígidas escolares. E ainda analisa-se o conto “Teoria do Medalhão”, que muda o tema,

saindo da educação formal, ministrada pela escola, que possui como tutor o mestre-escola. O conto relata as relações entre pai e filho, revelando a educação informal, passada de geração em geração.

As crônicas analisadas neste capítulo foram retiradas das séries “Balas de Estalo” e “Bons Dias” e expõem a questão do aconselhamento, revelando ao leitor a importância da civilidade, convivência em sociedade e boa educação. E para finalizar optou-se por analisar alguns traços do personagem Aires, mais conhecido como conselheiro Aires, narrador e personagem dos dois últimos romances, *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

Optou-se ainda por anexar à tese alguns dos textos analisados, mas infelizmente não seria viável colocar todos devido à extensão de alguns, como “A Parasita Azul”, e ainda por pressupor que muitos são conhecidos do grande público-leitor, tais como “O Alienista” e *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*. A organização do material anexo seguiu a divisão já realizada por capítulo, sendo primeiro os textos explorados no primeiro capítulo, depois os referentes ao segundo e, por fim, os que compõem o terceiro capítulo: Anexos A – “O Presente, o Passado e o Futuro da Literatura” (1858), “O Ideal do Crítico” (1865), “Propósito” (1866) e “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873); Anexos B – “A Nova Geração” (1879) e Anexos C – “Conto de Escola” (*Várias Histórias*, 1896), “Umas Férias” (*Relíquias da Casa Velha*, 1906), “Teoria do Medalhão” (*Papéis Avulsos*, 1882), algumas crônicas das séries “Balas de Estalo” (1886) e “Bons Dias!” (1889).

1 REFLEXÕES ACERCA DA LITERATURA MACHADIANA

As interpretações variam, mas ao final todos cremos saber, mais ou menos, o que significa machadiano [...] (BOSI, 2007, p. 157).

Desafio posto: destrinçar, mais uma vez, entre tantos outros estudos, Machado de Assis; falar o já dito; pesquisar o já pesquisado; descobrir o que está, há muito, desvendado. Talvez não. Mesmo depois de inumeráveis estudos e discussões apresentadas, o “Bruxo do Cosme Velho” ainda tem segredos a serem revelados em sua obra, aspectos a serem analisados.

Neste capítulo, o estudo partirá de alguns pontos de vista críticos de vários estudiosos em torno da obra machadiana. Para isso, foram eleitos alguns estudiosos, uma vez que é possível encontrar uma vasta publicação de estudos acerca da obra machadiana. Optou-se por selecionar estudos atuais, todavia utilizam-se autores como José Veríssimo dado a sua relevância para a compreensão do autor, tendo sido um dos pioneiros em estudos acerca de Machado. Entretanto, antes de iniciar um estudo sobre a crítica, primeiramente faz-se uma exposição de alguns traços da vida e obra de Machado, sua instrução e formação. A seguir, serão usadas palavras do autor para reflexão sobre as questões literárias, palavras estas contidas em ensaios ou textos críticos. Os textos escolhidos para reflexão e análise são “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura” (1858), “O Ideal do Crítico” (1865), “Propósito” (1866) e, por fim, “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873).

1.1 Considerações iniciais

Aprofundar-se no mundo da escrita de Machado de Assis pode ser um experimento rico e diversificado. É possível empreender uma leitura de teor folhetinesco à procura do fio da meada do romance tradicional ou deixar-se levar pelas digressões e citações de diversas ordens.

Bosi (2007, p. 9-10) questiona:

Por que escrever ainda sobre o significado da ficção machadiana? Um século de leituras já não ter descido ao fundo da questão, examinando-a pelos ângulos biográfico, psicológico, sociológico, filosófico e estético? Não seria o caso de visitar essa ampla e díspar bibliografia que já conta com intérpretes notáveis pela argúcia e erudição, em vez de tentar, uma vez mais, decifrar enigmas que estariam afinal aclarados?

E, mais adiante, justifica a necessidade de se continuar estudando a obra machadiana, mesmo que já tenha sido esmiuçada: “[...] e voltando pela enésima vez aos seus romances e contos, sempre me aparece um hiato entre os conceitos da crítica e as figuras do texto-fonte. Talvez esse intervalo seja mesmo infranqueável, se *individuum est ineffabile* [...]” (Idem, p. 10).

Com esse intuito, compreendendo que em sua obra ainda tem muito a ser desvendado e revelado, pretende-se compreender um pouco mais de sua escritura, seus personagens, os ideais neles (ex) postos. Busca-se, de modo particular, estudar o perfil intelectual de alguns personagens, a formação desse perfil, o saber e a ciência neles apresentados. Anteriormente a essas análises, traçaremos um estudo sobre Joaquim Maria Machado de Assis.

1.2 Traços da vida (1839-1908) e obra

Machado de Assis viveu seus 69 anos na cidade do Rio de Janeiro, presenciando os grandes episódios da segunda metade do século XIX e discorrendo sobre eles em seus escritos. A vida do maior escritor brasileiro de todos os tempos, embora muito estudada, ainda é bastante desconhecida. Machado de Assis pouco escreveu diretamente sobre sua infância e juventude, e, muitas vezes, ele parece silenciar sobre vários aspectos de sua vida pessoal. Mesmo na maturidade, quando se havia tornado uma figura de prestígio público, há ainda aspectos bastante obscuros de sua experiência.

Menino pobre, mulato, nascido no Morro do Livramento, próximo ao Centro da cidade do Rio de Janeiro, capital, sede dos poderes do Império do Brasil, numa situação social precária, subiu todos os degraus possíveis para quem contava apenas com seu trabalho, vindo a falecer em confortável situação econômica, numa história repleta de méritos próprios. Tornou-se o mais importante escritor de sua época no País, reconhecido ainda em vida; tudo isso coroado, como um símbolo final, com a eleição para a Presidência da Academia Brasileira de Letras.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 1839, no dia 21 de junho, filho de Francisco José de Assis, um pintor de paredes e dourador, mulato, filho, por sua vez, de escravos alforriados e de uma portuguesa açoriana, imigrada menina para o Brasil, Maria Leopoldina Machado de Assis, que fazia serviços domésticos. Estes sabiam ler e escrever, coisa bastante rara para sua condição social; casaram-se relativamente tarde: ela com 26 anos, ele com 32. Sua família – os pais, ele e uma irmãzinha mais nova, Maria, que morreu

de sarampo aos 5 anos – formou-se na condição de agregada da família rica que vivia numa propriedade senhorial, no Livramento; pai e mãe trabalharam ali. Os padrinhos do menino foram pessoas dessa família, o que é mais um sintoma de sua condição humilde, porque era típico que filhos de agregados buscassem a proteção dos senhores mediante apadrinhamento.

José Veríssimo (1954, p. 343) diz:

Chegamos agora ao escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura, Joaquim Maria Machado de Assis. No bairro popular, pobre e excêntrico do Livramento, no Rio de Janeiro, nasceu ele, de pais de mesquinha condição, a 21 de junho de 1839. Nesta mesma cidade, donde nunca saiu, faleceu, com pouco mais de 69 anos, em 29 de setembro de 1908. A data do seu nascimento e do seu aparecimento na literatura o fazem da última geração romântica. Mas a sua índole literária avessa a escolas, a sua singular personalidade, que lhe não consentiu jamais matricular-se em alguma, quase desde os seus princípios fizeram dele um escritor à parte, que tendo atravessado vários momentos e correntes literários, a nenhuma realmente aderiu senão mui parcialmente, guardando sempre a sua isenção. São obscuros e incertos os seus começos, os informes que deles há, duvidoso ou suspeitos. Ninguém na literatura brasileira foi mais, ou sequer tanto como ele, estranho a toda a espécie de cabotinagem, de vaidade, de exibicionismo. De raiz odiava toda a publicidade, toda a vulgarização que não fosse puramente a dos seus livros publicados. Do seu mesmo trabalho literário, como de tudo o que lhe dizia respeito, tinha um exagerado recato. Refugia absolutamente às confidências tanto pessoais como literárias. Por cousa alguma quisera que as humildes condições em que nascera servissem para exaltar-lhe a situação que alcançara. Ao seu recatadíssimo orgulho repugnava, como um expediente vulgar, fazer entrar no lustre que conquistara esse elemento de estima. A sua biografia eram os seus livros, a sua arte era a sua prosápia. Não lhes quis misturar nada que pudesse parecer um apelo à benevolência dos seus contemporâneos em prol da exaltação do seu nome. Fazer reclamo da mesquize das suas origens, como é tão vulgar, lhe era profundamente antipático. Só a incapacidade de compreender natureza tão finamente aristocrática como Machado de Assis e a esquisita nobreza destes sentimentos poderia reprochar-lhos.

Veríssimo foi um grande estudioso de Machado de Assis. Suas palavras dizem bastante sobre o autor, expõem sobre seu caráter diferenciado, bem como sua salutar importância no meio literário. A idiossincrasia da obra machadiana salta aos olhos do leitor apesar do nascimento numa família com poucos recursos: era mulato; filho de um pintor de paredes e uma bordadeira açoriana; e neto de escravos alforriados. As informações acerca da infância de Machado e de seus primeiros estudos são parcas e duvidosas. Ele mantinha-se afastado do exibicionismo, era recatado e provavelmente tímido e possuía poucos amigos.

Nesse contexto, cresceu Machado:

De saúde frágil, epilético, gago, sabe-se pouco de sua infância e início da juventude. Criado no morro do Livramento, consta que ajudava a missa na igreja da Lampadosa. Com a morte do pai, em 1851, Maria Inês, à época morando em São Cristóvão, emprega-se como doceira num colégio do bairro, e Machadinho, como era chamado, torna-se vendedor de doces. No colégio tem contato com professores e

alunos e é até provável que assistisse às aulas nas ocasiões em que não estava trabalhando.¹

Mesmo sem ter acesso a cursos regulares, empenhou-se em aprender. Consta que, em São Cristóvão, conheceu uma senhora francesa, proprietária de uma padaria, cujo forneiro lhe deu as primeiras lições de Francês. Contava, também, com a proteção da madrinha D. Maria José de Mendonça Barroso, viúva do Brigadeiro e Senador do Império Bento Barroso Pereira, proprietária da Quinta do Livramento, onde foram agregados seus pais.

Pouco se sabe do início de sua vida e de seus primeiros estudos.

Arthur Azevedo, companheiro do escritor no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, fez algumas revelações sobre sua infância e o seu aprendizado, decerto graças a informações colhidas com ele próprio. “Os seus estudos foram muito irregulares. Ao deixar a escola de primeiras letras, sabendo apenas ler e escrever, tratou de instruir-se a si mesmo, sem professores nem conselheiros, e assim adquiriu todos os conhecimentos indispensáveis à carreira com que devia ilustrar o seu nome. Para dar uma ideia da força de vontade que possuía, - como ainda possui – em se tratando de enriquecer o espírito, basta dizer que tinha perto de 50 anos quando aprendeu a língua alemã. Em 1858, abraçou a arte tipográfica, as no ano seguinte abandonou-a, para ser um revisor de provas da famosa casa do Paula Brito e do *Correio Mercantil*.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, p. 21, v. I).

Ficou órfão de mãe ainda menino, antes dos 10 anos. O pai volta a casar em 1854, quando Joaquim Maria andava pelos 15 anos. A nova esposa chamava-se Maria Inês, tinha sangue negro como o pai e estava com 33 anos ao casar (Francisco estava com 46 anos e morreria não muitos anos depois disso). Não se tratava de gente miserável, mas pobre. Seus avós e seus pais eram todos livres, mas todos dependeram de algum tipo de proteção de pessoas da elite, pelo menos em alguma época de suas vidas.

Sabe-se que estudou pouco tempo em escolas formais, mas conseguiu continuar aprendendo, o que incluiu o Português, algum Latim e o Francês, mais tarde o Inglês, o Alemão e o Grego clássico. A maneira que cursou este caminho pouco se conhece. Fala-se de ele ter aprendido Francês com um padeiro emigrado para o Brasil. Teria sido sacristão conforme outra dessas estimativas e vendido doces numa escola feitos, possivelmente, pela madrastra em troca de assistir aulas. Tudo é muito incerto em matéria de informação sobre sua infância e juventude. E mesmo tendo crescido em meio a tantas dificuldades, não se propôs a discutir essas mazelas sociais em seus textos. Nem sobre si mesmo, nem sobre o outro. O fato de talvez “ignorar determinadas classes sociais e acontecimentos” às vezes gera certo estranhamento em seus escritos.

¹ Disponível em: <http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp>. Acesso em: 20 nov. 2013.

Pode se conhecê-lo pouco através de seus escritos. A poesia desse período não traz novidade, mas as crônicas e os ensaios sim, porquanto mostram um jovem intelectualmente impetuoso, dotado de um notável desejo de aconselhar e reorganizar a Literatura Brasileira. Ele quer teatro mais sério, um jornal como um meio de educação cívica do leitor, e propõe uma Literatura envolvida com a vida do povo de seu país e seu tempo.

Publicou sua primeira poesia no *Periódico dos Pobres*, pouco antes de completar 15 anos e, já em 1855, passou a colaborar com *Marmota Fluminense*, editado por Francisco de Paula Brito, para quem trabalhou como revisor. Seu primeiro livro, *Crisálidas*, foi publicado em 1864, e, em 1870, sua primeira coletânea de narrativas curtas, *Contos Fluminenses*. A seguir, publica *Ressurreição, A Mão e a Luva, Helena e Iaiá Garcia*.

Antes dos 18 anos, trabalha, algum tempo, como caixeiro no comércio, depois como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Nacional. Daí por diante, sempre envolvido em trabalhos letrados, atuando como revisor de editora e jornal, como jornalista mesmo e, mais tarde, ainda como funcionário público no campo administrativo. Uma figura imprescindível em sua vida é Francisco de Paula Brito: editor-jornalista que tinha idade para ser pai de Machado de Assis, e, de certa forma, foi seu tutor nesse começo de vida intelectual. Mulato e defensor do fim dos preconceitos, Paula Brito reunia intelectuais e escritores, oferecendo, em sua loja, um raro ponto de encontro cultural na cidade, que serviu para Machado, o jovem pobre e esforçado, conhecer e enturmar-se com pessoas importantes no mundo das letras e com jovens promissores, como Casimiro de Abreu. O jovem Joaquim Maria vive, assim, nas duas pontas do processo intelectual, como funcionário técnico (tipógrafo e revisor) e como autor.

Às vezes, parece que nada se tem mais a falar sobre sua vida e principalmente sua obra, embora, a cada leitura, tem-se a impressão de haver sempre algo mais a compreender. Ao contrário de tudo que aparentemente desejou, sua vida e obra foram exageradamente investigadas, estudadas e expostas ao leitor. Sendo assim, torna-se uma tarefa complexa para o pesquisador selecionar impressões, análises e opiniões sobre o assunto.

Machado de Assis foi considerado o primeiro prosador da Língua Portuguesa e ainda tido como o maior e mais completo homem de letras do Brasil. Foram longos 50 anos de uma fecunda e austera carreira literária, sempre avesso ao diletantismo e adepto da improvisação, aprendendo por meio de investigação, estudando e meditando de forma perseverante os clássicos, os modelos da língua e dos gêneros, dos quais parece receber as leis da arte literária.

Coutinho afirma que “o desenvolvimento de Machado de Assis é um longo processo de maturação, ao longo do qual vai acumulando experiência e fixando vivências, que gerarão o seu credo espiritual e estético, e sua concepção técnica” (COUTINHO, 1966, p. 15).

Não obstante sua casta de mestiço e procedência humilde, conseguiu erguer-se socialmente numa estrutura de classes inalteráveis do Brasil imperial. Sua ascensão se deu por seu mérito intelectual, conquanto isso não signifique que tenha sido aceito de forma plena pela sociedade. Sua cor de pele, descendência de escravos, não deixou de ser um fardo por toda a vida, marca de sua estirpe nas classes baixas e certeza de que sua posição vivia sob a iminência de desqualificação. No quadro social e político brasileiro marcado pela decadência do Império e pela ascensão das novas ideias, a posição de Machado era contraditória: respeitado como escritor e intelectual e, ao mesmo tempo, recriminado devido a sua origem social e racial.

Artur Barreiros publicou, num número da revista *Pena & Lápis*, um artigo no qual dizia: “Machado de Assis é incontestavelmente o primeiro literato nacional, e entre os do seu tempo cabe-lhe um lugar bem alto, o imediato a José de Alencar.” Vale ressaltar que, segundo Magalhães Júnior (2008), essa revista era teatral; trouxe na capa o retrato de Machado. Esse número desapareceu da Biblioteca Nacional após a Exposição Comemorativa do Centenário de Machado de Assis, todavia o texto do referido artigo havia sido transcrito para a revista *A Estação*, a qual recebia colaborações do próprio Machado.

O século XIX testemunhou um momento considerado bastante significativo para o futuro, o que fez surgir uma nova classe de trabalhadores especializados, uma classe média crescente, necessitada de luzes e saber, transformando, assim, esses novos leitores que representaram, no momento, um contingente considerável. Em correspondência a essa mesma parcela ascendente ou dentre os menos favorecidos, começaram a aparecer cidadãos de origem modesta que alcançaram importância e reconhecimento pela adesão literária.

Um considerável número de escritores do século XIX, tanto brasileiros quanto estrangeiros, fez do jornalismo sua principal atividade. Alguns, no entanto, utilizavam-se da imprensa como órgão eficiente e rápido de exposição de suas obras, cuja repercussão era conjecturada pelo próprio jornal.

Machado foi um colaborador permanente na maioria dos jornais e revistas que circulavam no Brasil, durante o século XIX, tais como *O Espelho*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Semana Ilustrada*, *O Futuro*, *Ilustração Brasileira*, *O Cruzeiro*, *Gazeta de Notícias*, entre outros, assinando várias colunas e, em boa parte, com pseudônimos.

Na década de 1870, torna-se notório o processo de afastamento crítico por qual incide na seguinte década, que culminou num considerável marco de sua obra, a publicação em folhetim de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1880. Interessava-se pela política e seguiu atentamente as alterações parlamentares da década final do Império.

A obra de Machado expõe a importância da elite oligárquica e patriarcal da capital do Império, a mesma que ele apreciou de perto, mas da qual não fez parte. Distanciava-o não apenas a origem humilde, mas também seus valores e princípios, os quais não podem ser reduzidos a sua classe de origem ou à qual se agregou por causa do sucesso. Recria a sociedade brasileira de seu tempo através de narrativas sobre as adversidades da elite, conjuntamente a seus descasos, autoritarismos e atrocidades no que se refere à relação aos menos favorecidos na sociedade. Conquanto não tenha apresentado personagens protagonistas provenientes de classes tidas como menos favorecidas, negros ou mulatos, não se pode afirmar que apresente falta de consciência com relação às desigualdades raciais, econômicas e políticas. Sua notoriedade foi alcançada precisamente por criar personagens da elite, criticando-os de forma sutil, de modo que essa mesma classe se tornou ampla leitora de seus romances (MISKOLCI, 2006).

Nesse sentido, Chalhoub (2003, p. 17) assegura que:

Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Essa hipótese vem sendo defendida, a meu ver, de forma bastante convincente, por críticos literários como Roberto Schwarz e John Gledson, e tem-se revelado importante para desvendar e potencializar significados nos textos machadianos.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seus estudos sobre linguagem e estilo de Machado de Assis, diz que cada autor tem um estilo que lhe é peculiar e, para compreendê-los, “[...] achava que se devia estudá-los, para desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas, se fazem novas. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.” (FERREIRA, 2007, p. 4).

No período de 1880, inicia-se a considerada parte madura da obra machadiana. Por esse tempo, o autor publicava, em forma de folhetim, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, muito comentado por críticos. Artur Barreiros diz em seu artigo: “É opinião minha que este extraordinário romance, inspirado diretamente nos humoristas ingleses, dissecando cruamente a alma humana com uma observação maravilhosa, não se limitando a julgar parcialmente esse microcosmo [...]” (BARREIROS apud MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, v. III, p. 10). E, mais adiante, continua a exaltá-lo: “[...] Machado, na sua longa e aproveitada carreira, tem conquistado os graus de folhetinista, poeta, comediógrafo, crítico e romancista [...]” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, v. III, p. 11).

Em 1881, produziu apenas os contos “O Caso da Viúva”, “A Mulher Pálida” e “Teoria do Medalhão”, sendo os dois primeiros para *A Estação* e o último para *A Gazeta de Notícias*. Publicou também, ainda nesse ano, “O Alienista”, em folhetim. Foi um ano

considerado escasso para um escritor já de sua categoria. A partir do mês de abril de 1882, volta a intensificar suas publicações. Com a *Teoria do Medalhão*, começa a colaborar com a *Gazeta de Notícias*, ao longo de 16 anos até o ano de 1897, escrevendo, assim, para esse jornal, mais de 400 crônicas e concomitantemente peças teatrais e páginas de críticas.

Capistrano de Abreu (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, v. III, p. 19) afirma que o romance, no que se diz respeito ao livro *As Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é um acidente; o que se torna fundamental na narrativa é a “descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita”.

Em *Machado de Assis: o Enigma do Olhar*, Bosi (2007, p. 17) discute a construção dos personagens machadianos: “Machado encontrou-os aos pedaços ou inteiros, no seu convívio com homens e mulheres que se agarravam como podiam, com unhas e dentes à própria sobrevivência social.” Para o estudioso, esses homens e mulheres são encontrados no Brasil Império, mostram o período vivido e experienciado por Machado e são apresentados sob o olhar do autor.

O autor obteve notoriedade exatamente por criar representantes da elite, criticadas por ele de forma sutil o suficiente, uma vez que seu público de leitores seria essa mesma classe. Em parte de sua obra, deu atenção especial aos intelectuais e às ideias científicas vigentes no período. As mudanças ocorridas nos modelos literários e, por conseguinte, o surgimento das formas modernas, ainda sob o legado da tradição, mais tarde e com mais serenidade reconhecida, redundaram, naquele momento, no afastamento completo do cânone clássico. A ordenação, a hierarquia, a pureza e a definição dos gêneros abdicam a inversão que os abole do discurso literário.

Roberto Schwarz (2000) diz que Machado apregoa e analisa aspectos avaliados primordiais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período. Muito além do cenário do século XIX, a Literatura permite ao autor revelar-se na concepção, na aspiração de passar pelos limites da vivência.

Os intelectuais do século XIX, como Rui Barbosa e, de certa forma, Machado de Assis, lutaram pela instituição do ensino público, depositando nele a esperança no combate ao atraso do País e como medida principal que levaria ao progresso da nação brasileira. Esse processo implicou debates acerca da democratização da cultura e da função política da escola nas sociedades modernas. Dessa forma, a discussão sobre o conteúdo da escolarização popular tornou-se uma temática central e oscilou em decorrência de diferentes interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais (SOUZA, 2000).

Cadwell resume a trajetória machadiana:

Assim foi Machado de Assis, um escritor de reputação, laborioso jornalista e funcionário público exemplar – não faltou um dia sequer ao trabalho, nunca se distanciou pouco mais que uns poucos quilômetros do seu Rio de Janeiro. [...] Quando olhamos para a sua ficção, seus nove romances e mais de duzentos contos de sua obra reunida – encontramos um Machado que viajou todas as distâncias, épocas anteriores, nas profundezas da alma humana. À medida que ele narra seus contos, conhecemos a emergência firme e consistente de um intelecto, de uma concepção da obra literária e do papel do artista no progresso humano. Seus ensaios críticos e suas colunas jornalísticas servem como nota de rodapé e marginalia de sua obra ficcional. (CADWELL, 2008, p. 218).

Machado, através de ensaios ou textos críticos, pretende estabelecer um parâmetro que seja o ideal para a crítica da mesma forma que aconselha aos escritores uma possível mudança em suas obras, que, até então, nesse período, no Brasil, não se mostrava um fator importante na vida intelectual brasileira. Logo a visão que ele teoriza ao produzir modelos narrativos não usuais é coerente até mesmo com sua preocupação frente a falta da crítica sólida. O autor faz esses questionamentos em textos como “A Nova Geração”, “O Ideal do Crítico”, “Instinto de Nacionalidade” e “Literatura Passado, Presente e Futuro”. Vale ressaltar que os três últimos foram apresentados no primeiro capítulo. E, para dar continuidade aos estudos sobre a intelectualidade, fez-se um estudo do texto “Nova Geração”, publicado em 1879. A escolha deste texto é clara pelo fato de tratar sobre o movimento intelectual e expor a geração de 1870 pela lente de Machado, juntamente com seus pontos altos e baixos.

1.3 Machado de Assis através da crítica

Refletir o espaço machadiano perante as representações literárias e da crítica literária de sua época sugere-nos, porém, um estudo em terreno instável, marcado por disputas acerca de critérios e concepções do que é lido como Literatura, condicionados por contextos específicos, expectativas, gostos e valores.

Os escritores viam seu campo fértil na própria sociedade, com seus modos e costumes, suas tradições e formação cultural. Dessa forma, foram produzidas obras clássicas que ainda se fazem atuais pelo debate político, econômico e social nelas existentes, conseguindo ultrapassar os limites histórico-sociais impostos.

Nas palavras do autor: “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo, uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece sua região, mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que as empobreçam.” (ASSIS, 1994, v. III, p. 806).

O autor fluminense não aderiu a prender ou definir sua escrita às regras atribuídas numa escola literária. Para ele, o escritor deve ter sentimento íntimo que o faça um homem de

seu tempo e seu país, ainda que aborde assuntos longínquos no tempo e espaço. Possui, em sua obra, uma imensa variedade estrutural, principalmente no que diz respeito à construção do conto, além da inovação num contexto que dava seus primeiros passos, a narrativa curta.

Lajolo (1990, p. 144) diz: “[...] a ironia com que Machado contempla o mundo de seus romances e contos [...] é efficientíssima como postura literária, identificando um contador de casos que sabe tomar distância do que conta e que sabe, também, manter o leitor à distância. Afinal, é necessário certo afastamento do objeto para que se possa ter um ângulo de visão mais abrangente. Nada de envolvimento, nada de parcialismos.”

Há, nesse período, uma contravenção do fundo em favor da forma. Num exercício de comparação, verifica-se que a mesma preocupação atravessa a obra machadiana. Ele não só transgredir a forma convencional do romance como abrange, de modo ponderado, sobre o próprio ato da escrita. Assim, temos uma suplantação da forma sobre o enredo.

Vê-se que a segunda metade do século XIX no Brasil foi assinalada por momentos significativos para a Literatura, talvez porque esse período representou a difusão e popularização do romance brasileiro, que visava ao entretenimento e instrução para os leitores. Dessa forma, a Literatura foi além dos espaços de fronteira.

O estilo intrigante da narrativa machadiana em favor do julgamento formal ganha força num acurado período histórico brasileiro, o da transição do Segundo Reinado para a República Velha. Nessa ocasião, nota-se a passagem de uma mentalidade agrária para a modernização do País, com base no capitalismo industrial, numa tentativa de integração do Brasil no desenvolvimentismo norte-americano. Apreende-se um entrelaçado de temas, citações e reflexões. Com uma nova postura estética, ele moderniza a forma, ficando o enredo no plano secundário. Pode-se dizer que ele abdica dos grandes temas, criando um romance aparentemente simples.

Pode-se considerar que o autor ocupou o século XIX no Brasil com seu porte intelectual, sempre ao redor das Letras como crítico, poeta, romancista, dramaturgo e cronista. Enfim, encontrou, no jornal, um meio distinto no qual desenvolveu as inúmeras faces de sua imagem pública, embora todas unificadas pelo labor literário. Ocupou seu lugar na sociedade, olhou o mundo e opinou sobre ele por meio de sua escritura.

Tentar traçar um painel sobre a crítica na obra machadiana ou mesmo analisá-la em algumas peculiaridades é um trabalho árduo e extremamente arriscado, visto a variedade de vertentes no decorrer de sua escritura e os inúmeros textos com abordagens diversificadas.

José Veríssimo (1916, p. 415) argumenta:

A data do seu nascimento e do seu aparecimento na literatura o fazem da última geração romântica. Mas a sua índole literária avessa a escolas, a sua singular personalidade, que lhe não consentiu jamais matricular-se em alguma, quase desde os seus princípios fizeram dele uma escrita à parte, que tendo atravessado vários momentos e correntes literários, a nenhuma realmente aderiu senão mui parcialmente, guardando sempre sua isenção.

É impossível não concordar com as palavras de Veríssimo ao se adentrar a obra machadiana, que se estrutura ora livre, ora com traços românticos, realistas ou modernos, mas que, ao fazer a escolha de não se filiar a nenhuma delas, mantém a peculiaridade de sua escrita.

José Veríssimo assevera que o fato de ter nascido e iniciado sua escrita nesse período não faz dele um romântico ou, mesmo depois, um realista, pois foi sempre avesso às escolas. Não aderindo a moldes e correntes literárias, seus princípios fizeram dele um escritor à parte. Pode-se dizer que foi um autor diferenciado, observador da sociedade de forma perspicaz, possuidor de uma ironia sutil, que realçava as mazelas sociais e elementos constitutivos.

No entanto assevera que:

Havia entretanto no primeiro romance de Machado de Assis e ainda mais talvez nos que mais perto o seguiram, *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876), visíveis ressaibos de romantismo senão do Romantismo. Temperava-os, porém, já, diluindo-os num sabor mais pessoal e menos de escola, a sua nativa ironia e a sua desabusada visão das coisas, que forravam ao romantismo, a sentimentalidade amaneirada que tanto viciou e desluziu nossa ficção. E, mais dons de expressão em que ficou até agora único e que sob esse aspecto ao menos, o sobrelevam a todos os nossos escritores, e, não receio dizê-lo, ainda aos portugueses seus contemporâneos. (VERÍSSIMO, 1998, p. 405).

Segundo Lúcia Miguel Pereira (1950), em *História da Literatura Brasileira – prosa de ficção de 1870 a 1920*, existe em Machado de Assis uma negação de aspectos marcantes da poética romântica, fase quando iniciou sua escrita, demonstrando também uma inadequação de filiação da obra a uma ou outra escola, sendo ela emblemática de uma nova literatura, uma nova feição literária. Para a autora, Machado era “um homem contido, medido e comedido” (PEREIRA, 1950, p. 62).

Ele tem liberdade ao escrever suas narrativas; não se fixa em aspectos formais predeterminados, nem, ao menos, em escolas literárias. O narrador machadiano mostra a sua autoridade ao opinar, interferir, participar da história. Esse modo é característico em parte de sua obra, principalmente no que diz respeito ao conto. Através desse subterfúgio, o autor se liberta, podendo ser expresso o ponto de vista, uma vez que está protegido pelo narrador.

Para Coimbra (2007), Machado se encaixa, de forma perfeita, como escritor moderno, uma vez que, ao construir seus personagens, principalmente os femininos, deu-lhes um caráter de fingimento, ocultamento, de algo que parece ser e não ser. Seria essa realmente

a intenção do escritor, a de enganar ou retratar fielmente a realidade social de sua época? Questiona Coimbra, que atesta o fato de que Machado possuía uma grande sensibilidade que o fez capaz de escrever a ousadia e atualidade das transformações que já estavam acontecendo, mas só foram vistas e (ou) registradas no século seguinte.

Os olhos de Machado passeiam pelo mundo das imagens, abandonando o esperado em favor de um jogo entre espetáculo/espectador, leitor/escritura. O jogo tem efeito moderno. A escrita se edifica como um tabuleiro de xadrez em terceira dimensão.²

Desafio para historiadores, críticos e leitores, a obra de Machado disputa uma partida em que a escritura sempre vence, pois ela pode distorcer as regras do jogo, deixando o leitor atônito, perdido em alguma parte do texto. Vela e desvela, diz sem dizer tudo, já que tudo não se diz (Idem).

Schwarz (2000, p. 11) afirma que, “ao transpor para o estilo as relações sociais que observava, ou seja, ao interiorizar o país e o tempo, Machado impunha uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação muito particular, em parte inconfessável, nos antípodas da pátria romântica”.

Gledson (1991) reitera que Machado se recusou a enquadrar-se nos preceitos e normas vigentes de sua época, adotando uma posição moderna que, de certa forma, antevia mudanças que ocorreriam ao longo do século seguinte. Afirma ainda que o rótulo de escritor realista foi por ele rejeitado, e, ao escrever seus romances, principalmente os últimos (*Dom Casmurro*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*), fez um percurso inverso às regras sociais impostas no período em que viveu.

A geração de Machado vivia o debate republicano, o engajamento político dos jornais, a quase falta de especialização intelectual, a luta pela abolição. O engajamento moral está ligado necessariamente ao contexto em que escreveu. Assim sendo, podem-se destacar os principais centros de seu ambiente intelectual: a imprensa e o teatro. Ambos foram locais de formação para Machado de Assis, bem como parecem ter deixado marcas reconhecíveis ao longo de sua obra. Vale ressaltar que a imprensa está ligada à formação de uma opinião pública, entendida como legitimação de posições políticas e demandas pontuais.

A altivez de Machado é comumente vista como aptidão de prever muitos dos procedimentos literários do século XX, dos quais as perspectivas múltiplas, os narradores não confiáveis e uma profunda incredulidade, tudo quanto ao nosso acesso à verdade, tornaram-se senão norma, ao menos, bastante comuns (GLEDSON, 1991).

² Cristina Ávila/Geraldo Martins. “Machado de Assis e Courbet: Pintores da Vida Moderna”. Disponível em: <<http://www.unigran.br/interletras/dossie/machado>>.

Para Haroldo de Campos (1992), Machado não foi só inovador, foi um precursor de outros escritores que puderam perceber na obra machadiana um caminho aberto para a modernidade e, com isso, delinear um novo caminho da Literatura Brasileira.

Sobre a contística machadiana, Abel Baptista (2003, p. 231) assevera que: “Os contos de Machado de Assis não cabem facilmente em nenhuma das categorias rápidas, porque não são realistas nem formalistas; muito menos do que agora se chama de ficção metaliterária. Cada conto é um caso teórico, decerto; cada conto insere uma teoria implícita do conto.”

Paul Dixon, professor de Literatura Hispano-Americana e Brasileira na Purdue University, nos Estados Unidos da América, sugeriu durante uma mesa redonda que aconteceu no Simpósio Internacional Caminhos Cruzados: Machado de Assis pela Crítica Mundial, que Bentinho, protagonista de *Dom Casmurro*, está preso entre dois tempos: o tempo moderno, em que os valores são relativos e a autenticidade fugitiva, e os tempos míticos, em que há verdades inquestionáveis e empresas sólidas.³ Kenneth David Jackson, professor de Português da Universidade de Yale, em sua palestra “A Modernidade do Terno em Machado de Assis”, mostrou que, mesmo aparentando afinidades com o romance modernista, as novidades machadianas podem adquirir uma aura de experimentalismo de vanguarda. Afirma ainda que o escritor se destaca e se singulariza pela sutileza com que o conceito formal opera sobre a motivação humana. Para Jackson, em seus romances e contos, consegue abrir um espaço entre estilo e conteúdo. “O chamado novo estilo machadiano ensaia técnicas que ilustram a complexidade da produção literária do último quartel do século XIX, prática que a prosa modernista vai aproveitar passada uma década.”⁴

Jackson propôs a hipótese de que o estilo radicalmente novo na ficção machadiana teria a sua origem não apenas em olhares móveis, mas na adoção de uma perspectiva do eterno, do universo, desde uma distância absoluta de onde o autor observa a comédia humana em todas as suas dimensões e vicissitudes através dos tempos.

Jackson, em seu texto “A Modernidade do Eterno em Machado de Assis”, expõe ainda que:

Fica mais sugestivo para os leitores contemporâneos teorizar a possível modernidade precoce do estilo em Machado de Assis, fator considerado relevante pelos leitores de hoje em virtude da consagração da prosa modernista mundial uma tradição influente

³ *Jornal da USP* – ano XXIV, n.º 842, de 1 a 7 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorus/arquivo/2008>>.

⁴ *Jornal da USP* – ano XXIV, n.º 842, de 1 a 7 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorus/arquivo/2008>>. Simpósio Internacional Caminhos Cruzados: Machado de Assis pela Crítica Mundial.

e já quase centenária. Aparentando afinidades com o romance modernista, as novidades machadianas na arte de composição podem adquirir uma aura de experimentalismo de vanguarda. (JACKSON, 2009, In: ANTUNES; MOTA, 2009, p. 58).

Sobressai-se e singulariza-se pela argúcia que a autoridade formal age sobre a motivação humana; adianta algumas práticas do romance modernista. Mais do que modernista, o novo estilo machadiano ensaia técnicas que ilustram a complexidade da produção literária do último quartel do século XIX, práticas que a prosa modernista aproveitará, ainda que passadas algumas décadas (JACKSON, 2009).

Bosi (2007, p. 158) diz que:

Neste fim de milênio, como refletiu Eric Hobsbawm ao fechar a *Era dos Extremos*, nada está assegurado, as Luzes não conseguem espantar as trevas, e elas próprias se veem misturadas de sombras que vão e voltam inquietantes. Retrospectivamente, a desconfiança solitária de Machado de Assis nos parece menos acanhada ou fria do que, não sem motivos pessoais, a julgava Lima Barreto, intelectual mestiço e rebelde na república *Belle époque* dos Bruzundangas. (grifo do autor).

Representando os diversos graus e formas da assimetria social brasileira, atravessando todo o Brasil Império até os anos iniciais da República, coloca-se inteiramente na fase do Realismo, momento considerado de grande fecundidade para a cultura letrada brasileira. Todavia, como romancista maduro, não introjetou os conceitos predominantes no período de sua constituição, nem, ao menos, as correntes que circulavam no meio cultural, no Brasil (Idem).

Bosi (idem, p. 163) ainda afirma que: “Machado educara o seu olhar em valores e modos de pensar que vinham da tradição analítica e moral seis setecentista. Valores e modos de pensar que permearam o seu distanciamento estratégico e deram a sua linguagem um quê discreto e picante que pode até parecer clássico.”

É perceptível que os textos machadianos são realmente possuidores de várias características, podendo expressar não apenas uma determinada escola, mas conter peculiaridades à parte. Torna-se complexo e arriscado confirmar traços. Essa também não é a intenção, comprovar a filiação a qual pertence este ou aquele texto, a qual (quais) movimento(s) literário(s) pertence sua obra. Embora se saiba que cada estudo tem sua validade, não se quer aqui desmerecer nenhum através dessa atitude.

Miskolci (2006, p. 371) diz que:

A melhor prova da contemporaneidade de Machado está no sistema filosófico de Quincas Borba, personagem de dois de seus romances. O Humanismo é uma paródia das teorias cultuadas pelos intelectuais de seu tempo, sobretudo da forma como nossos homens de ciência uniam o evolucionismo de Herbert Spencer com outras fontes, tudo com o objetivo de defender uma ordem estruturada na

sobrevivência dos mais aptos. Não é mero acaso o fato de que tal doutrina tenha aparecido no romance de Machado no mesmo ano em que foi inaugurado o centro positivista brasileiro, ponto de encontro dos adeptos da linha de pensamento que se tornara uma “moda” até mesmo na Escola Politécnica e na Escola Militar. (grifo do autor).

A seguir, expõe-se um pequeno trecho da obra *Quincas Borba* para compreensão da teoria a qual se refere Miskolci:

[...] Crê-me, o Humanitismo é o remate das coisas; e eu, que o formulei, sou o maior homem do mundo. Olha, vê como o meu bom Quincas Borba está olhando para mim? Não é ele, é Humanitas... [...] — Humanitas é o princípio. Há nas coisas todas certa substância recôndita e idêntica, um princípio único, universal, eterno, comum, indivisível e indestrutível, — ou, para usar a linguagem do grande Camões: Uma verdade que nas coisas anda, Que mora no visível e invisível. [...] Pois essa substância ou verdade, esse princípio indestrutível é que é Humanitas. Assim lhe chamo, porque resume o universo, e o universo é o homem. Vais entendendo? (ASSIS, 1994, p. 6).

Durante o período em que Machado estava começando sua carreira literária, ainda que o Realismo e Romantismo vivessem suas disputas, o autor deixou, muito cedo, de se posicionar na defesa de alguma escola literária e, logo, revisou a questão de escolher uma ou outra, pretendendo criticar peças, folhetins, romances com base em preceitos, que entendia como essenciais. São os primeiros textos de Machado, escritos em jornais, que melhor indicam o pensamento do autor a respeito da arte literária.

Para dar continuidade aos estudos, serão colocados em pauta, na discussão, quatro textos críticos que questionam os caminhos da Literatura no Brasil, bem como a importância do crítico para o crescimento e, até mesmo, evolução da Literatura. Esses textos foram escritos no início da carreira de Machado de Assis, todavia possuem consistência no posicionamento. São eles: “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura” (1858), “O Ideal do Crítico” (1865), “Propósito” (1866) e ainda “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873).

1.4 A crítica Literária através de Machado de Assis

Diante da profusão de estudos sobre a textualidade machadiana, a crítica literária ainda é um campo a ser explorado. E, para o autor, “crítica é análise” e depende de um ideal no sentido de um propósito. No período de 1858 e 1879, o autor entrega-se à prática crítica com certa regularidade.

Pensar o lugar de Machado perante as representações da Literatura e da crítica da Literatura de seu tempo sugere, entretanto, arriscar-se sobre um solo instável, assinalado por disputas acerca de critérios e concepções do que é lido como Literatura ou do que deve ser lido. As influências literárias sobre ele vêm de Garrett, Álvares de Azevedo, Lamartine e Gonçalves Dias, e isso lhe dá estrutura para o seu primeiro ensaio crítico, “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura”, analisado a seguir.

1.4.1 “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura”

O texto crítico “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura”⁵ foi veiculado no jornal de moda e variedade do Rio de Janeiro *Marmota Fluminense*, em 9 de abril de 1858, época na qual Machado contava com apenas 18 anos de idade. Talvez isso explique alguns traços de ingenuidade em seu ensaio, todavia o texto surpreende pela construção da argumentação e pelo conhecimento que expõe do panorama literário. O ensaio é dividido em três partes e inicia trazendo à discussão duas faces da sociedade civilizada: a Literatura e a política.

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias, é a manifestação eloquente de uma raça heroica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas despóticas de um governo absoluto e bárbaro. O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade; a eles, novos Cristos da regeneração de um povo, cuja missão era a união do desinteresse, do patriotismo e das virtudes humanitárias. (ASSIS, 1994, p. 1).

Para Machado, competia aos poetas e políticos o exercício das “virtudes humanitárias” que elevariam a pátria. A responsabilidade de ambos era grandiosa, e, ao afirmar que a sociedade contemporânea não estimulava os revolucionários políticos, da mesma forma que não apoiava os rebeldes das artes, fazia uma crítica à acomodação dos políticos e poetas, que estariam mais vinculados à realidade europeia. Essa acomodação era determinada pela adoção de uma sociedade colonizada:

A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente

⁵ ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América. (ASSIS, 1994, p. 1).

Para o ensaísta, só haveria a mudança caso ocorresse um caráter transformativo nos escritores. O autor precisaria ter um estilo próprio diferenciado. O que podemos já perceber em seu início de carreira é a visão do que seria o caráter de sua obra. Nessa proposta, sugere uma “revolução intelectual” para que a Literatura nacional pudesse mostrar-se independente da Literatura Portuguesa: “Todos os mais eram assim: as aberrações eram raras. Era evidente que a influência poderosa da Literatura Portuguesa sobre a nossa só podia ser prejudicada e sacudida por uma revolução intelectual.” (ASSIS, 1994, p. 2).

No decorrer da primeira parte, que fala sobre o passado, elenca alguns escritores que parecem ter iniciado transformações necessárias, ainda que levemente, de forma tímida. Primeiramente, cita Basílio da Gama:

Para contrabalançar, porém, esse fato cujos resultados podiam ser funestos, como uma valiosa exceção apareceu o *Uraguai* de Basílio da Gama. Sem trilhar a senda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu. Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara, a poesia do *boré* e do *tupã*, não é a poesia nacional. O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade? (ASSIS, 1994, p. 1, grifo do autor).

Fala também de José Bonifácio, exalta suas odes ao dizer que elas têm beleza, concisão, a força da frase e elevação do estilo. Afirma ainda que Bonifácio está na geração que luta pela Literatura e política, embora este “seria mais poeta se fosse menos político; mas não seria talvez tão conhecido das classes inferiores. Perguntai ao trabalhador que cava a terra com a enxada, quem era José Bonifácio; ele vos falará dele com o entusiasmo de um coração patriota. A ode não chega ao tugúrio do lavrador. A razão é clara: faltam-lhe os conhecimentos, a educação necessária para compreendê-la.” (ASSIS, 1994, p. 2).

Continua a primeira parte ainda citando os Andradas, que foram a “tríade simbólica da inteligência, do patriotismo e da liberdade”. Posteriormente, cita ainda, antes de iniciar a segunda parte, Sousa Caldas e S. Carlos e os considera “verdadeiros missionários que honraram a pátria e provam as nossas riquezas intelectuais ao crítico mais investigador e exigente” (ASSIS, 1994, p. 2).

A segunda parte do ensaio crítico é breve. O autor continua a afirmar que uma revolução política e literária fazia-se necessária e reitera ainda que continuar vivendo sob o domínio das ideias europeias era escravidão. Fala ainda do Grito do Ipiranga e a emancipação do País, que fez passar da “servidão para a liberdade”. Dessa forma, os ideais eram

fortalecidos com a esperança do futuro, todavia a transformação política faz-se mais rápida e fácil do que a literária. “[...] Após o Fiat político, devia vir o Fiat literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? É mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.” (ASSIS, 1994, p. 2).

E, por fim, a terceira parte reflete: “No estado atual das coisas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende.” (ASSIS, 1994, p. 3).

O próprio autor caracteriza seu ensaio como sendo um “pequeno exame genérico das nossas letras” e questiona o futuro da Literatura Brasileira, mostrando-se cético em relação ao desenvolvimento devido ao “estado atual das coisas”. Elenca as formas consideradas essenciais na Literatura: o romance, o drama e a poesia, sugerindo, assim, que só a última forma se faz existente entre nós.

Ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se têm dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da convivência perniciosa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as suscetibilidades nacionais. (ASSIS, 1994, p. 3).

Continua o texto com suas impressões sobre a escritura no Brasil, e sua visão se faz um tanto quanto pessimista:

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro, é negar um fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias. (ASSIS, 1994, p. 3).

Com todo o desânimo apresentado acerca de uma arte que considera ter tornado uma indústria, ainda acredita que a situação tenha remédio. Aconselha os escritores a estudar; crê ainda ser fácil uma reforma, contradizendo seu pessimismo anteriormente citado; e começa a perceber uma evolução na Literatura ao falar do Romantismo. Assim, finaliza seu texto:

Não divaguemos mais; a questão está toda neste ponto. Removidos os obstáculos que impedem a criação do teatro nacional, as vocações dramáticas devem estudar a escola moderna. Se uma parte do povo está ainda aferrada às antigas ideias, cumpre

ao talento educá-la, chamá-la à esfera das ideias novas, das reformas, dos princípios dominantes. É assim que o teatro nascerá e viverá; é assim que se há de construir um edifício de proporções tão colossais e de um futuro tão grandioso. (ASSIS, 1994, p. 4).

No início da carreira de escritor, apresentava uma visão diferenciada em relação à Literatura e às escolas literárias. Podemos averiguar em seus textos e estudos críticos que, para ele, a Literatura não deveria ter um caráter individualista, e o escritor, por sua vez, necessitava ser um homem atento às causas de seu tempo. Dessa forma, propõe aos literatos que participem da vida em sociedade.

Inquestionável é o empenho de Machado desde o princípio de sua carreira ao criar condições de convivência social, defendendo sempre a qualidade do trabalho intelectual e usando a tribuna da imprensa para difundir, elucidar e educar, que, além de um gesto pedagógico, constitui também uma estratégia psicológica de sedução ao público. Vale ressaltar que esses textos críticos foram escritos anteriormente à fama de Machado, fase ainda considerada imatura por alguns estudiosos.

1.4.2 “O Ideal do Crítico” e “Propósito”

Machado é um dos primeiros escritores críticos que visa buscar, por meio do exercício de julgamento, uma formação para a literatura brasileira. A produção crítica machadiana estendeu-se até 1879. Escrevendo a propósito de as obras de seus precursores e contemporâneos, os autores buscam clarificar sua oportuna atividade de nortear os rumos da escrita subsequente. A crítica dos não tende facilmente auxiliar e nortear o leitor, mas tende principalmente estabelecer critérios para nortear uma ação: sua própria escrita, presente e imediatamente futura.

Sobre a crítica, o autor diz que:

Exercer a crítica, afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão. Infelizmente é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes.⁶ (ASSIS, 1994, p. 1).

⁶ Publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro*, em 8/10/1865. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

Assim inicia o texto “O Ideal do Crítico” como o próprio título aponta; Machado faz uma crítica severa ao crítico literário. Publica-o no *Diário do Rio de Janeiro*, num momento da história literária brasileira em que prevalecia o código crítico do Romantismo e a afirmação da nacionalidade. Consciente da seriedade da atividade crítica para a Literatura nacional, Machado convidava a uma crítica honesta, imparcial, orientadora, que se dirigisse à Literatura e não ao escritor.

[...] O erro produzirá o erro; amortecidos os nobres estímulos, abatidas as legítimas ambições, só um tribunal será acatado, e esse, se é o mais numeroso, é também o menos decisivo. O poeta oscilará entre as sentenças mal concebidas do crítico, e os arestos caprichosos da opinião; nenhuma luz, nenhum conselho, nada lhe mostrará o caminho que deve seguir, — e a morte próxima será o prêmio definitivo das suas fadigas e das suas lutas. (ASSIS, 1994, p. 1).

A crítica do período lhe parecia ser exercida por pessoas sem gabarito e conhecimentos necessários a esse papel. Ela não poderia ser vista como uma tarefa fácil, uma vez que poderia deixar consequências calamitosas para uma Literatura em formação. Essa é a colocação da crítica. Por conseguinte, educará o leitor e oferecerá sugestões ao escritor. A crítica deve produzir reforma e, segundo Machado, exige do crítico futuro, qualidades, deveres e virtudes.

Pode-se notar durante a leitura do texto “O Ideal do Crítico” que o mesmo não deixa de ser um roteiro norteador à tarefa da crítica. Essa é uma condição essencial para o crítico exercer seu papel. Para julgar uma obra:

Não quero proferir juízo, que seria temerário, mas qualquer pode notar com que largos intervalos aparecem as boas obras, e como são raras as publicações seladas por um talento verdadeiro. Quereis mudar esta situação aflitiva? Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada, — será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, — essas três chagas da crítica de hoje, — ponde em lugar deles, a sinceridade, a solicitude e a justiça, — é só assim que teremos uma grande literatura. (ASSIS, 1994, p. 1).

Segundo Machado, as principais condições para exercer a crítica é possuir “ciência e consciência” também de ajuizamentos puramente laudatórios e apoiar-se em procedimentos afeitos ao bom exercício da ciência literária. Cumpre-se fugir das leituras superficiais, de impressões momentâneas com “coerência”, “independência”, “imparcialidade”, “tolerância”, “urbanidade” e “perseverança”. O ideal do crítico, para Machado, postula-se como marcadamente conveniente, intelectualmente honrado. Atribulado com uma literatura em desenvolvimento e pós-independência política, expõe conscientemente acerca das

dificuldades da literatura nacional, assim como sobre a importância da crítica para o sistema literário brasileiro.

Para Junqueira (2008, p. 89):

Apreende-se, portanto, do pensamento machadiano, que uma literatura torna-se mais viva e próspera diante de uma crítica “verdadeira” e “fecunda”, a iluminar como um “farol seguro” os escritores, proporcionando o aparecimento de uma literatura de qualidade. A crítica adquire com Machado função fundamental: estimular talentos novos e dar-lhes uma compreensão outra sobre a arte. Ao paradigma da cor local, sobrepor-se-ia o estético, pautado pelas “leis poéticas”, as únicas, a seu ver, que poderiam aferir as produções literárias brasileiras. Um cunho estético, versado na arte poética clássica, imprimiria à crítica a correção da obra e a orientação do escritor à luz de princípios e critérios de valor. Como crítico consciente de sua atividade e em meio a um terreno crítico estéril, de tendência verbalista, ausente de análise e julgamento.⁷ (grifo do autor)

O escritor torna-se mais fecundo diante de uma crítica coerente. A Literatura constrói-se mais viva e próspera, e, para Machado, essa é uma questão fundamental da crítica: estimular talentos e proporcionar-lhes uma compreensão verdadeira da arte. Mesmo sendo “severa”, a mesma não deixa de ser “útil”.

No ano seguinte ao da publicação do “Ideal do Crítico”, Machado escreve “Propósito”⁸, texto no qual reflete também sobre o papel do crítico e sua importância para o crescimento da literatura de qualidade. Machado reflete sobre a propriedade da literatura e a escassez do texto realmente relevante:

A temperatura literária está abaixo de zero. Este clima tropical, que tanto aquece as imaginações, e faz brotar poetas, quase como faz brotar as flores, por um fenômeno, aliás explicável, torna preguiçosos os espíritos, e nulo o movimento intelectual. Os livros que aparecem são raros, distanciados, nem sempre dignos de exame da crítica. Há decerto exceções tão esplêndidas quanto raras, e por isso mesmo mal compreendidas do presente, graças à ausência de uma opinião. Até onde irá uma situação semelhante, ninguém pode dizê-lo, mas os meios de iniciar a reforma, esses parecem-nos claros e simples, e para achar o remédio basta indicar a natureza do mal. (ASSIS, 1994, p. 1).

E continua adiante:

A nosso ver, há duas razões principais desta situação: uma de ordem material, outra de ordem intelectual. A primeira, que se refere à impressão dos livros, impressão cara, e de nenhum lucro pecuniário, prende-se inteiramente à segunda que é a falta de gosto formado no espírito público. (ASSIS, 1994, p. 1).

Para ele, o crítico é que dá o tom da Literatura. A formação do gosto do público depende da visão do crítico. A qualidade do escritor também se vincula ao crítico da mesma

⁷ JUNQUEIRA, Maria Aparecida. *Machado de Assis e seu Projeto Crítico Literário*. Revista Ângulo 113, abr./jun., 2008, p. 86-91.

⁸ Publicado originalmente na “Semana Literária”, seção do *Diário do Rio de Janeiro*, em 9/01/1866. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

forma que o remédio para a Literatura Brasileira sair do atual marasmo em que se encontra. Mas o crítico a que ele se refere deve estar preparado; não bastando apenas gostar das letras.

Qual o remédio para este mal que nos assoberba, este mal de que só podem triunfar as vocações enérgicas, e ao qual tantos talentos sucumbem? O remédio já tivemos ocasião de indicá-lo em um artigo que apareceu nesta mesma folha: o remédio é a crítica. Desde que, entre o poeta e o leitor, aparecer a reflexão madura da crítica, encarregada de aprofundar as concepções do poeta para as comunicar ao espírito do leitor; desde que uma crítica conscienciosa e artista, guiar a um tempo, a musa no seu trabalho, e o leitor na sua escolha, a opinião começará a formar-se, e o amor das letras virá naturalmente com a opinião. Nesse dia os cometimentos ilegítimos não serão tão fáceis; as obras medíocres não poderão resistir por muito tempo; o poeta, em vez de acompanhar o gosto mal formado, olhará mais seriamente para sua arte; a arte não será uma distração, mas uma profissão, alta, séria, nobre, guiada por vivos estímulos; finalmente, o que é hoje exceção, será amanhã uma regra geral. (ASSIS, 1994, p. 2).

Como já dito, Machado afirma sempre que a produção literária e a crítica são inter-relacionadas (o desenvolvimento de uma depende da outra e vice-versa), todavia o crítico precisa ter cautela e, sobretudo, discernimento para auxiliar no crescimento do autor.

1.4.3 “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”

O texto “Notícia da Atual da Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” foi publicado originalmente em 24 de março de 1873⁹, por *O Mundo Novo*, periódico brasileiro impresso em Nova Iorque e editado por José Carlos Rodrigues. Em carta de 22 de setembro de 1872, Rodrigues pediu a Machado um estudo sobre o caráter geral da Literatura Brasileira Contemporânea, criticando boas e más tendências “no aspecto literário e moral”¹⁰. Rodrigues mencionou o desejo de traduzir o ensaio para a Língua Inglesa e prometeu pagar o “melhor” que pudesse. Correspondência entre os dois indica que, em dezembro, o artigo estava quase pronto.¹¹

Machado organizou o texto em cinco partes: apresentação do problema, romance, poesia, teatro e língua. A primeira trata o tema atual: um apropriado “instinto de nacionalidade”, uma vontade de cunhar uma literatura com caráter nacional, independente da europeia. Para ele, já ocorria, por parte dos escritores, certa racionalização.

⁹ ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

¹⁰ ROUANET, Sergio Paulo (Org. e Coord.). *Correspondência de Machado de Assis*: tomo II, 1870-1889. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 78-79.

¹¹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis, vida e obra*. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 182.

Atílio Bergamini, em seu artigo “Instinto de Nacionalidade na Imprensa Liberal”, publicado na *Revista Machado de Assis Linha* (vol. 6, nº 12, Rio de Janeiro, dez. 2013), relata que:

Ao longo da argumentação, Machado figura uma tradição originada por José Basílio da Gama e Santa Rita Durão, continuada por Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães, e cultivada pelos contemporâneos; enfim, uma continuidade “interna” com a obrigação de lidar com influxos “externos”, mormente portugueses e franceses. A reflexão desestabiliza perspectivas de recorte nacional para tirar consequências do caráter globalizado da circulação de impressos e das avaliações a respeito deles. Literatura, na ótica machadiana, implica um interesse geral, humano, auscultado no tempo e lugar do escritor. A esse respeito, interessa, tanto quanto a representação machadiana do problema, a série de indícios formais, temáticos e tipográficos disseminados na fatura de “Notícia da Atual Literatura Brasileira”: ser impresso em Nova Iorque, circular no Brasil, problematizar um público atraído por romances franceses contemporâneos, elogiar a imitação de franceses mais antigos, demarcar autonomia relativa em relação a Portugal e mesmo remeter a um crítico escocês citado numa revista francesa (retomaremos alguns desses pontos a seguir). O problema posto, ainda para nós, é a construção de uma perspectiva crítica no capitalismo editorial globalizado. (BERGAMINI, 2013, p. 1, grifo do autor).

No texto “Instinto de Nacionalidade”, tem-se uma problematização da habitual relação de posteridade da crítica em arrolamento à obra. Não se trata, assim, de apreender a crítica como uma atividade parasitária do literário e a ela contraposta, mas como ação que mantém com o literário. A crítica é uma atividade igualmente criadora em íntima relação com a Literatura e, como esta, também traduz a representação de uma concepção geral da existência. Nas palavras dele, temos o papel do crítico, examinar e, consecutivamente, reconhecer: “Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro [...]” (ASSIS, 1994, p. 1).

A crítica permite uma fecunda reflexão sobre situações e instâncias imanentes ao procedimento de criação ficcional e, por conseguinte, para estudo dos padrões existentes. Há também uma ponderação a propósito do caráter da arte e sua relação com a cultura e sociedade. Ao ser demarcado um ideário na e da Literatura, não se deixa de refletir sobre os escritos nacionais do período, bem como de analisar as tendências de outros países e de suas ressonâncias no universo literário local.

[...] Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. (ASSIS, 1994, p. 1).

Em “Instinto de Nacionalidade”, Machado busca delimitar um estatuto para a sua assinatura, resistindo à lei nacional. É o momento em que o pensamento machadiano a propósito da questão da nacionalidade literária desarticula a retórica solidária do projeto nacional legado pelo romantismo, dissolvendo o laço entre a realidade brasileira entendida como realidade fundadora e a Literatura, demarcando-se, em consequência, não apenas do projeto nacional, mas de todo o projeto em Literatura.¹²

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente. (ASSIS, 1994, p. 1-2).

Machado, antes de mais nada, escolhe lançar dúvidas, desestabilizar certezas e, assim, gerar desconfianças em relação a um cânone nacionalista que ameaçava homogeneizar uma apreensão do que fosse Literatura Brasileira.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. (ASSIS, 1994, p. 2).

Continua seu ensaio, debatendo acerca da Literatura, suas possibilidades e posicionamentos que devem ser tomados pelos escritores a fim de criarem uma Literatura reconhecível no tempo e espaço, mas que não necessariamente precise ser marcada. A doutrina literária, mais uma vez, na voz machadiana, necessita se alargar, não podendo delimitar, de forma incisiva, os textos que estiverem nelas vinculados.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial. (ASSIS, 1994, p. 3, grifo do autor).

Parece existir uma relação entre a consecutiva assimilação dos problemas concernentes a escrever e avaliar romances, a partir da década de 1860, e o declínio da

¹² BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 42.

legitimidade da ideia de cor local. Machado (ASSIS, 1994, p. 3) diz: “Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura”.

Machado tenta a busca por uma configuração adequada para a Literatura Brasileira, que serviria como modo de filtrar o exagero de referências literárias estrangeiras, o que a tornaria efetiva. Verificamos que o “instinto” antecede a ponderação crítica, mas também a inicia e fornece a ela matéria para sistematização.

Parece enxergar, na anuência numa continuidade crítica, a probabilidade de reivindicar, para a Literatura Brasileira, a preocupação peculiar com questões propriamente literárias. Se uma vez admitida a existência de uma Literatura no Brasil, com o mínimo de consistência, pode-se começar a ignorar as discussões extraliterárias que desmereceram a visão romântica brasileira.

Seguem as palavras de Machado sobre a crítica no Brasil:

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência cotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam. (ASSIS, 1994, p. 3).

Eis as palavras de José Veríssimo¹³:

Como crítico, Machado de Assis foi sobretudo impressionista. Mas um impressionista que, além da cultura e do bom gosto literário inato e desenvolvido por ela, tinha peregrinos dons de psicólogo e rara sensibilidade estética. Conhecimento do melhor das literaturas modernas, inteligência perspicaz desabusada de modas literárias e hostil a todo pedantismo e dogmatismo, comprazia-lhe principalmente na crítica a análise da obra literária segundo a impressão desta recebida. Nessa análise revelava-se-lhe a rara finura e o apurado gosto. Que não era incapaz de outra espécie de crítica em que entrasse o estudo das condições mesológicas em que se produziu a obra literária, deu mais de uma prova. Com o fino tato literário e reflexivo juízo, que o assinalam entre os nossos escritores, no ensaio crítico atrás citado sobre o *Instituto da Nacionalidade*, na nossa literatura ajuizou com acerto, embora com a benevolência que as mesmas condições da sua vida literária lhe impunham, os seus fundadores e apontou com segurança os pontos fracos ou duvidosos de certos conceitos literários aqui vigentes, emendando o que neles lhe parecia errado e aventando opiniões que então, em 1873, eram de todo novas. Ninguém, nem antes nem depois, estabeleceu mais exata e mais simplesmente a questão do indigenismo da nossa literatura, nem disse cousas mais justas do indianismo e da sua prática.

¹³ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.org.br/machadodeassis>>. Acesso em: mar. 2013.

O intuito foi, de forma geral, perceber como Machado se coloca no papel de crítico da Literatura Brasileira, sem, para isso, particularizar os autores e obras por ele elencados à análise crítica e ainda compreender sua relação com a Literatura, bem como a visão literária referente ao período. Em alguns momentos, ele manteve um tom comparativamente neutro, expondo um momento para fazer um diagnóstico da Literatura, enquanto participava desse debate. Todavia não se pode deixar de notar que, em alguns pontos, posiciona-se de forma clara, não deixando dúvidas ao leitor de sua opinião.

Sabe-se que Machado de Assis escreveu inúmeros outros textos sobre a Literatura, principalmente no que diz respeito ao teatro, textos estes não menos relevantes, todavia não adentrar-se-á ao debate de cada um. Justifica-se a escolha desses que foram analisados por tratarem de forma geral sobre a Literatura, crítica literária, o posicionamento do crítico, bem como o papel deste.

No capítulo a seguir, será estudado a propósito da formação intelectual em Machado de Assis, para que se possa compreender como se deu essa formação intelectual no período vivido por ele, mais propriamente como é exposta essa formação em alguns personagens de contos e romance.

2 FORMAÇÃO INTELECTUAL EM MACHADO DE ASSIS

A sociedade contemporânea era bem mesquinha para bradar — avante! — àqueles missionários da inteligência e sustentá-los nas suas mais santas aspirações. (ASSIS, 1994, p. 1).

Neste capítulo, são analisados alguns personagens intelectuais apresentados na obra machadiana em contos e romance. São eles: Camilo Seabra, do conto “A Parasita Azul” (1873); Simão Bacamarte, de “O Alienista” (1882); e Bento Santiago ou Bentinho, do romance *Dom Casmurro* (1899). Busca-se não a tentativa de comprovações, mas sim a reflexão em torno da exposição da intelectualidade na obra machadiana. Interessa à pesquisa o trajeto percorrido pelos personagens ao buscarem sua formação intelectual e o debate em torno da instrução. Todavia, antes de iniciar os estudos acerca dos personagens analisa-se o texto crítico “Nova Geração” (1879), de Machado de Assis, que tem como temática o perfil do novo intelectual da época de 1870.

2.1 Considerações iniciais

O século XIX é o século das mudanças tanto tecnológicas quanto político social. O povo brasileiro testemunhou à mudança de regime governamental passando do Império para a República; presenciou a constituição de influentes correntes ideológicas, entretanto vale ressaltar que essas mudanças aconteceram de forma lenta e gradual, com certo atraso em relação à Europa. Ressalta-se ainda que essas transformações sociais ocorriam, principalmente, no Rio de Janeiro, e esta cidade era foco de atenção de todo o país. O rápido crescimento populacional também contribuía também para alterar-lhe o perfil.

Todavia, essas mudanças, mesmo que lentas, entusiasmaram um grupo de escritores a formarem um grupo que propunham inovações na literatura existente. Apresentaram uma nova escrita, formaram intelectuais críticos, ou não. Esse perfil intelectual revelado será tratado nos tópicos a seguir, primeiramente, como já exposto, em texto crítico e a seguir com os personagens escolhidos.

2.2 “A Nova Geração”

No Brasil de fins do Império, formou-se o movimento da “Nova Geração”, assim automeado numa referência à juventude de seus membros. Os intérpretes passaram depois, convencionalmente, a identificá-lo como movimento intelectual da Geração 1870. Machado de Assis, nesse período, escreveu um texto crítico intitulado “A Nova Geração”, sendo este objeto de análise neste tópico.¹⁴

O Brasil, a partir da década de 1870, passou por várias mudanças, dentre elas, a fundação do Partido Republicano; a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871; a crescente importância dos militares após a vitória na Guerra do Paraguai; e as reformas estruturais implantadas pelo gabinete Rio Branco. Essas criaram as condições para que emergisse uma geração de intelectuais contrapostos à ordem imperial, a chamada Geração 1870. Essa geração de intelectuais se caracterizava pela oposição à ordem saquarema (do Partido Conservador) que vigorou de forma quase ininterrupta entre 1848 e 1878. A oposição se dava em duas frentes: em termos políticos, os componentes eram abolicionistas e/ou republicanos; e, em termos intelectuais, opunham-se aos três pilares da ordem imperial conservadora o catolicismo hierárquico, o indianismo romântico que definia a nacionalidade de forma estetizada e o regime que limitava a participação política (MISKOLCI, 2006).

Gomes (1998, p. 491) diz que:

No Brasil, em fins do século XIX e meados do XX, um fluxo de transformações atingiu vários níveis das relações sociais. Foram mudanças impactantes estimuladas, principalmente, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, as quais alteraram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de espaço e tempo dos indivíduos e os modos de percepção do cotidiano.

Um claro processo de mudanças de hábitos cotidianos, convicções e percepções envolveram as pessoas como se tomadas por um conjunto integrado, no qual uma das raízes se encontra na irrupção da Revolução Industrial. Ondas de expansão econômica, ao final do século XVIII, desencadearam, em alguns países, transformações amplas, complexas e profundas, reconhecidas por alguns teóricos como revolução científico-tecnológica. Entre outras práticas, aproximou os descobrimentos científicos ao cotidiano das populações e estimulou o incremento de potencialidades energéticas, originando campos de opressão industrial. Novas áreas do conhecimento floresceram tais como a Microbiologia, a

¹⁴ Publicado em dezembro de 1879, pela *Revista Brasileira*, volume II. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

Bacteriologia e a Bioquímica, que tiveram efeitos substantivos na produção e conservação de alimentos, na Farmacologia, na Medicina, na higiene e profilaxia e representaram impacto decisivo para o prolongamento da vida humana (SEVCENKO, 1998).

Na formulação de Sérgio Buarque, a Geração 1870 teria incorporado ideias europeias essencialmente como “ornatos discursivos”. Por princípios artificiais em relação ao patrimonialismo brasileiro, tais ideias forneceria uma forma para o alheamento, a “evasão”, o “segredo horror a nossa realidade” acalentada pelos intelectuais (ALONSO, 2000).

A começar pelo texto, no decorrer deste, Machado de Assis refere-se a 13 escritores/poetas e tenta traçar o perfil desse período tão importante e necessário a futuras modificações na Literatura. Há, no momento, uma tentativa de mudança, adaptação, negação do passado, todavia a “nova geração” não alcançou o que propõe:

Há entre nós uma nova geração poética, geração viçosa e galharda, e, cheia de fervor e convicção. Mas haverá também uma poesia nova, uma tentativa, ao menos? Fora absurdo negá-lo; há uma tentativa de poesia nova, — uma expressão incompleta, difusa, transitiva, alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado. Nem tudo é ouro nessa produção recente; e o mesmo ouro nem sempre se revela de bom quilate; não há um fôlego igual e constante; mas o essencial é que um espírito novo parece animar a geração que alvorece, o essencial é que esta geração não se quer dar ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente acabou. (ASSIS, 1994, p. 1).

Para Machado, há que se ter cautela, manter o equilíbrio, uma vez que: “As teorias passam, mas as verdades necessárias devem subsistir.” Os novos intelectuais, na visão do autor, nem sempre conseguem, por zombarem do romantismo, mas não se pode exigir ponderação dessa juventude. Ainda assim, concorda que essa zombaria se faz de modo justo, por ser um período de expressão literária “pueril”, “chocho”.

[...] A poesia subjetiva chegara efetivamente aos derradeiros limites da convenção, descera ao brinco pueril, a uma enfiada de coisas piegas e vulgares; os grandes dias de outrora tinham positivamente acabado; e se de longe em longe, algum raio de luz vinha aquecer a poesia transida e debilitada, era talvez uma estrela, não era o sol. (ASSIS, 1994, p. 1).

As ciências modernas desenvolveram-se nesse período, “despovoando o céu dos rapazes”, o que proporcionou uma nova visão das coisas. O intelectual se amparava em ideias científicas inovadoras e almejava um poder tido como inquestionável, e esses ideais seriam compartilhados apenas com seus iguais. O autor argumenta em relação à ideia de tradição poética, dizendo que: “Aborrecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vício, o vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos e datam de si mesmos a aurora humana, e de

outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charco.” (ASSIS, 1994, p. 21).

Setores da intelectualidade brasileira, que instigavam a necessidade de moralização da sociedade, alinhavam o País na perspectiva das relações contemporâneas vindas da Europa. Schwarz (2000) afirma que os brasileiros viviam entre o atraso social e a busca pelo progresso material. “Mergulhados na contradição em meio às estruturas políticas carcomidas do Império e a sedução do luxo e da modernidade trazida pelas mercadorias importadas da Europa, viviam das promessas da vida burguesa exaltadas pelo Romantismo.” (Idem, p. 108).

Alonso (2000) afirma que a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX fez com que a experiência da Geração 1870 fosse diretamente política. Esse movimento não era alheio à realidade nacional nem tinha como objetivo formular teorias universais.

Os rumos dessa nova geração são questionados:

Qual é, entretanto, a teoria e o ideal da poesia nova? Esta pergunta é um tanto mais cabida, quanto que uma das preocupações da recente geração é achar uma definição e um título. Ai, porém, flutuam as opiniões, afirmam-se divergências, domina a contradição e o vago [...] (ASSIS, 1994, p. 2).

As pastoras, musas da Literatura, são esquecidas, e a nova musa dos poetas da nova geração passa a ser o Estado Republicano. Torna-se comum a ideia de justiça nos versos escritos, no Brasil de fins do Império. São citados, durante o ensaio, vários exemplos de escritores do período com seus textos falando sobre o tema: Teófilo Dias com “Cantos Tropicais”; Guerra Junqueiro com “Musa em Férias”; Guilherme Azevedo com “Alma Nova”; e Teixeira Bastos com a poesia “Rumores Vulcânicos”. Todavia o euforismo em cantar a temática sobre justiça, para Machado, não passa apenas de aspiração social, diferente do que seria um conceito estético.

A Nova Geração era apenas um movimento transitório, e as críticas feitas a Sílvio Romero em “Cantos do Fim do Século” provocaram uma contenda entre ambos, causando certo desconforto: “O Sr. Sílvio Romero concluiu que a nova geração nada conterà de dogmático, será um resultado do espírito geral de ‘crítica contemporânea’”. Para Machado, ele não era poeta, uma vez que não soube aceitar as críticas. Essa contenda perdurou por muito tempo, e Sílvio Romero não se deu por satisfeito. Mesmo após fazer dois revides a Machado, procurou, ao longo dos anos, novas ocasiões para vingar a afronta que sofrera.

Miskolci (2006) considera Sílvio Romero como um dos representantes mais notáveis da Geração de 1870, caracterizado por sua compreensão da vida intelectual como

eminentemente política. Romero ponderava que a ciência devia ser incorporada à Literatura num projeto de superação do Romantismo e oposição à ordem imperial. Já Machado avalia que: “Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado Republicano.” Os intelectuais dessa nova geração eram caracterizados pelos interesses políticos, embora fosse difícil de caracterizá-los como um grupo coeso. Considerados frágeis, foram definidos de modo diferenciado pelos críticos. Muitos foram esquecidos, conquanto já apresentassem obras consideradas relevantes.

Faoro (2001) assevera que a elite brasileira era composta por uma burguesia hesitante que procurava tornar-se nobre e fidalga por todos os meios, seja pela imaginação, falsificação ou imitação. “Sob esta sombra, cresceu o constrangido acatamento a uma aristocracia sem raízes e sem tradição. Burguesia mascarada de nobreza, incerta de suas posses, indefinida no estilo de vida.” (FAORO, 2001, p. 21).

Machado partilhava da condição de ser um intelectual num país sem universidades nem outras instituições que garantissem um meio intelectual autônomo para suas atividades. Os pensadores brasileiros de 1870 tinham poucas escolhas e se tornavam funcionários públicos. Esse fato se passou com a maioria dos integrantes da Geração 1870. Os intelectuais se conservavam numa condição de dependência, da mesma ordem social que narravam em seus livros, buscando ponderar e censurar.

Não é possível determinar a extensão nem a persistência do atual movimento poético. Circunstâncias externas podem acelerá-lo e defini-lo; ele pode também acabar ou transformar-se. Creio, ainda assim, que alguns poetas sairão deste movimento e continuarão pelo tempo adiante a obra dos primeiros dias. Entre esses haverá até alguns que não sejam poetas, senão porque a idade o pede; extinta a musa extinguir-se-lhes-á a poesia. Isto que uns aceitam de boa mente, outros de má cara, costuma, às vezes, ser causa secreta de ressentimentos; os que calaram não chegam a compreender que o idioma não acabasse com eles. Se tal fato se der, entre os moços atuais, aprenderão os que prosseguirem na obra, qual a soma e natureza de esforços que ela custa; verão juntar-se as dificuldades morais às literárias. (ASSIS, 1994, p. 21).

Uma das grandes reivindicações de parte dos intelectuais do Brasil foi por uma maior participação política, uma vez que viviam à margem do poder e compartilhavam certa oposição à ordem imperial. Talvez por isso, o modo de pensadores políticos da dita Geração 1870 traga distinção pela marginalidade política e pouco atentada com a marginalidade social. Machado viveu desde o nascimento nessa marginalidade social, o que o distinguiu de forma intensa, fator percebido na primeira fase de sua obra literária, que tem como temas recorrentes a situação dos agregados, o dilema moral de aceitação da submissão social e o desejo de ascender na rígida estrutura de classes do Império. Ainda que o citado autor não tenha tido

aspirações políticas, isso não o impediu de ser um observador crítico da ordem imperial e seus dissidentes.

Os caminhos indicados para conseguir tais horizontes eram muitos e variados, distintos pelo conceito de liberalização das ações que necessitariam ocorrer no ambiente da concorrência e pelo aumento da participação política. Some-se a essas demandas a adoção das novas ideias científicas, as quais, para os olhos contemporâneos, parecem ingênuas ou por demais deterministas, mas que, na ocasião, tinham como principal implicação lançar esses pensadores no campo do anticlericalismo militante (MISKOLCI, 2006).

Miskolci (2006, p. 10) afirma ainda que:

A Geração 1870 representou uma reação à ordem imperial, mas não representou uma ruptura completa com seus valores. Os intelectuais-bacharéis lutavam por maior participação política, e foi justamente a constituição de meios e instituições paralelas para sua expressão o que mais os caracterizou. De qualquer forma, esse movimento reformista mantinha, e até mesmo aprofundava, o culto da ciência iniciado com o Segundo Império. Voltava-se contra a idealização romântica do indianismo oficial, mas apenas para afirmar uma nova concepção da nacionalidade baseada nas teorias científicas naturalistas, portanto, só estendendo a influência da ciência às artes. Além disso, mesmo que seus membros fossem abolicionistas, e muitos, republicanos, tendiam a manter intocada a hierarquia racial que caracterizava a estrutura social brasileira.

Ângela Alonso rompe com tentativas de separar o aspecto político do intelectual na caracterização dessa geração. Segundo a pesquisadora, o caráter unitário do movimento não se assentaria em doutrinas, origem social comum, instituições acadêmicas, mas, antes, numa experiência compartilhada de marginalização política. A longa dominação conservadora bloqueara a esses jovens o acesso às instituições políticas fundamentais e os relegara a um papel de críticos deslocados (ALONSO, 2002).

Alonso ainda assegura que a reforma conservadora impulsionou uma expressiva modernização da infraestrutura, com implicações políticas impensadas e desestabilizadoras para o regime. A disseminação de tipografias e a fundação de estradas de ferro e do telégrafo revolucionaram o padrão da imprensa e nivelaram o acesso a informações sobre temas políticos e culturais nacionais e estrangeiros, entre todos os grupos sociais alfabetizados. A mudança social e a crise política alteraram os contornos da população capacitada para agir politicamente também pela redistribuição de recursos materiais, políticos e simbólicos.

A oposição homem de ciência versus homem de letras obscurece o que tornava mais problemática a situação de nossos escritores e pensadores, o fato de que não existia ainda um campo intelectual autônomo no Brasil. A ausência de autonomia fazia com que nossos intelectuais fossem um misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e

missionários, os quais se moviam nos limites impostos por tal hibridez (SCHWARZ, 2000, p. 18).

Em Machado, expõe que:

A nova geração frequenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. (ASSIS, 1994, p. 21).

Machado tece algumas considerações acerca desta Geração, que levam o leitor à reflexão sobre a formação do intelectual na segunda metade do século XIX, criticam os escritores imprudentes ao utilizarem terminologias que, ao menos, conhecem seu significado. As apreciações acontecem no decorrer de todo o texto, juntamente com papel de crítico literário que ele exerce ao elencar a análise de algumas obras.

Em busca de progresso, os políticos e os intelectuais brasileiros formaram alianças importantes que difundiram sobre o “atraso” brasileiro, bem como expuseram ideias a respeito das probabilidades de civilizar o território. Vale ressaltar que a proclamação da República no Brasil se deu com cem anos de atraso em relação à Europa. As fórmulas propostas, importadas, na sua grande maioria, da Europa, seriam capazes de mudar o descompasso em que julgava encontrar-se a nação brasileira. Modernizar costumes e introduzir tecnologias foi, para esse grupo, um caminho adequado a irromper com o passado colonial.

A proclamação da República não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas. Ela não foi como frequentemente se afirma o desfecho das questões religiosa e militar do fim do Império, dos excessos cometidos pela Coroa ou da insatisfação dos fazendeiros com a abolição da escravatura; não foi também fruto de uma antiga e irreprimível aspiração republicana nacional, que ter-se-ia manifestado desde os movimentos revolucionários ocorridos depois da Independência; muito menos, expressão do desejo libertário de segmentos oprimidos das classes populares ou dos anseios liberais de uma nascente classe média urbana que os militares representariam.¹⁵

¹⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

A segunda metade do século XIX foi marcada, no Brasil, pela passagem do Império para a República e pelas transformações ocorridas com a transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial. A República, acima de tudo, resultou de uma divergência da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado. As tensões que movimentaram o País em direção à República tiveram origem, segundo Viotti da Costa, na quebra de unidade da classe dominante brasileira em função de mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850 e resultaram no exercício cindido do “poder econômico” e do “poder político”. O conflito básico que traz o fim do período monárquico não se dá entre um Brasil moderno, progressista, desejoso de democracia, representado pelas classes médias urbanas, e um Brasil conservador, regressista, afeito a concepções políticas totalitárias, representado pelas classes oligárquicas do Império. Os grupos em confronto são dois setores da classe que garantira a sobrevivência do regime imperial: de um lado, as chamadas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões do café do Vale do Paraíba (monarquistas, escravistas, decadentes), apegadas a relações de trabalho e a formas de produção caducas, mas detentoras de poder político; de outro, as novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste paulista que, embora ocupando lugar central na economia do País, não dispunham de poder político (COSTA, 1999).

Os primeiros anos da República foram de agitação: revoltas, conflitos e conspirações eclodiam por toda parte. Em meio a toda efervescência, sobressaía a ação das classes armadas. Viotti da Costa diz que:

Para proclamar a República uniram-se momentaneamente políticos civis e representantes das classes armadas. Passando o Quinze de Novembro, as hostilidades recomeçaram. Desde os primeiros tempos alguns políticos sentiram-se desorientados diante da ação dos militares. Tinham esperado talvez que depois de proclamada a República as classes armadas voltariam aos quartéis e o poder seria entregue aos civis. (COSTA, 1999, p. 399).

Machado soube captar algumas nuances do período em seus escritos, porém estas discussões permaneceram mais voltadas aos modos e costumes da população, o debate acerca dos conflitos políticos, abolição e demais revoltas não foram alvo em suas críticas. Esse fato pode causar determinado estranhamento ao leitor, quando se pensa em sua origem humilde, cor e condição social. O autor sugere ficar “acima e por fora” dos acontecimentos, não se posiciona de modo claro perante a dita Geração de 1870.

Sob esse contexto de conflitos e revolta, Machado escrevia seus textos. E, para não haver precipitação em relação ao posicionamento do autor, conclui-se o tópico com as palavras de Miskolci:

Machado desmascarou as ideias evolucionistas, darwinistas-sociais, e especificamente sua mistura brasileira, como meio de celebração de uma elite ínfima de sua própria vitória. Desta forma, construiu sua obra sob a perspectiva do intelectual que não se acomodou a uma posição privilegiada nem aderiu ao discurso da maioria e, graças a esta opção pôde apresentar suas críticas ao intelectual orgânico e burocrático em ascensão. Machado de Assis foi seu oposto e ocupa lugar de destaque entre aqueles que fizeram de sua obra uma forma de resistência intelectual. (MISKOLCI, 2006, p. 374).

2.3 “A Parasita Azul”: conhecendo a intelectualidade de Camilo Seabra, *História da Meia-Noite*

O conto “A Parasita Azul” faz parte da *História da Meia-Noite*¹⁶ e é ambientado em Santa Luzia, pequena cidade do estado de Goiás . A coletânea é composta por seis narrativas, sendo esta a primeira, subdividida em sete capítulos.

O autor não nomeia os capítulos, apenas os intitula em Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III e assim por diante. A narrativa inicia relatando a chegada do Senhor Camilo Seabra ao Brasil, protagonista da história. Após 8 anos morando na Europa, em Paris, é obrigado a retornar ao Brasil devido aos “pedidos” incontestes do progenitor.

Camilo Seabra, de volta ao Brasil, após breve estada no Rio de Janeiro, foi para o interior de Goiás, Santa Luzia, cidade onde o herdeiro de um rico proprietário de terras nasceu e se criou até seguir para Paris. Na Cidade-Luz, ele cursou seus estudos de Medicina sob a tutela de seu padrinho, um naturalista francês e poeta fracassado que, no Brasil, ao fazer suas pesquisas e coletas, tornou-se grande amigo do comendador Seabra, rico fazendeiro do interior de Goiás. Após a morte súbita do padrinho francês, a França tornou-se paraíso para o jovem estudante, que, recebendo uma mesada que proporcionaria a duas ou três pessoas uma vida dispendiosa e refinada, transformou-se em verdadeiro cidadão parisiense.

Camilo, atraído a gozar a vida parisiense, o amor da princesa russa, a qual se apaixonou, e o dinheiro goiano do pai, delongou ao máximo a sua volta, instituindo indigências que só permanecem de fato se o dinheiro as puder concretizar.

A narrativa é contada após 16 anos da chegada do senhor Camilo, e, no decorrer da mesma, o leitor vai, vagorosamente, conhecendo e descobrindo mais sobre o personagem e sua história.

¹⁶ Publicado originalmente por Editora Garnier, Rio de Janeiro, em 1873. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

Há cerca de dezesseis anos, desembarcava no Rio de Janeiro, vindo da Europa, o Sr. Camilo Seabra, goiano de nascimento, que ali fora estudar medicina e voltava agora com o diploma na algibeira e umas saudades no coração. Voltava depois de uma ausência de oito anos, tendo visto e admirado as principais coisas que um homem pode ver e admirar por lá, quando não lhe falta gosto nem meios. Ambas as coisas possuía, e se tivesse também, não digo muito, mas um pouco mais de juízo, houvera gozado melhor do que gozou, e com justiça poderia dizer que vivera. (ASSIS, 1994, p. 1).

Camilo pode ser comparado a um réu no momento em que desembarca no Rio de Janeiro. De origem goiana, da província de Santa Luzia, interior do estado, morou por 8 anos em Paris, conheceu uma civilização diferente e adaptou-se muito bem aos prazeres e mordomias europeias, a ponto de não sentir mais o desejo de retornar ao seu país: “[...] Arrastou um olhar aborrecido pela cidade, que se ia desenrolando à proporção que o navio se dirigia ao ancoradouro. Quando veio a hora de desembarcar, fê-lo com a mesma alegria com que o réu transpõe os umbrais do cárcere [...]” (ASSIS, 1994, p. 3). Claramente, percebe-se que sua volta se dá pelas ameaças de seu pai de cortar os proventos para sua sobrevivência e, por fim, deserdá-lo caso não retornasse, uma vez que o progenitor já havia feito inúmeros pedidos de retorno.

Nascera rico, filho de um proprietário de Goiás, que nunca vira outra terra além da sua província natal. Em 1828 estivera ali um naturalista francês, com quem o comendador Seabra travou relações, e de quem se fez tão amigo, que não quis outro padrinho para o seu único filho, que então contava um ano de idade. O naturalista, muito antes de o ser, cometera umas venialidades poéticas que mereceram alguns elogios em 1810, mas que o tempo — velho trapeiro da eternidade — levou consigo para o infinito depósito das coisas inúteis. Tudo lhe perdoara o ex-poeta, menos o esquecimento de um poema em que ele metrificara a vida de Fúrio Camilo, poema que ainda então lia com sincero entusiasmo. Como lembrança desta obra da juventude, chamou ele ao afilhado Camilo, e com esse nome o batizou o padre Maciel, a grande aprazimento da família e seus amigos. (ASSIS, 1994, p. 3).

A presença do amigo naturalista na propriedade do pai de Camilo foi fundamental para o desenlace de sua formação intelectual. A autoridade do padrinho na escolha do nome e na decisão sobre o futuro do menino se deu devido a sua formação acadêmica. O naturalista fez-se respeitado pelo comendador Seabra e provavelmente por toda a localidade interiorana. O pai sente-se seguro ao entregar a decisão do futuro do filho nas mãos do padrinho:

Compadre, disse o comendador ao naturalista, se este pequeno vingar, hei de mandá-lo para sua terra, a aprender medicina ou qualquer outra coisa em que se faça homem. No caso de lhe achar jeito para andar com plantas e minerais, como o senhor, não se acanhe; dê-lhe o destino que lhe parecer como se fora seu pai, que o é, espiritualmente falando. (ASSIS, 1994, p. 3).

E, assim, cumpriu-se a vontade do comendador: Camilo foi mandado a Paris logo após concluir os primeiros estudos sob os cuidados do padrinho. E, enquanto o padrinho teve

vida, trouxe o afilhado em “rédea curta” com medo de que o mesmo se perdesse nos prazeres de Paris. Conforme o narrador, esse era o único ponto negro na vida dele. Camilo viveu de forma abastada, bancado pelo pai.

A promessa de Seabra foi pontualmente cumprida. Camilo seguiu para Paris, logo depois de alguns preparatórios, e ali o padrinho cuidou dele como se realmente fora seu pai. O comendador não poupava dinheiro para que nada faltasse ao filho; a mesada que lhe mandava podia bem servir para duas ou três pessoas em iguais circunstâncias. Além da mesada, recebia ele por ocasião da Páscoa e do Natal amêndoas e festas que a mãe lhe mandava, e que lhe chegavam às mãos debaixo da forma de alguns excelentes mil francos. (ASSIS, 1994, p. 4).

Entendemos que o narrador reflete sobre o legado intelectual do padrinho de Camilo, ao falar de sua morte. Como ex-poeta, sua obra foi extinta junto ao corpo, todavia deixou, na ciência, “alguns vestígios de sua passagem”. Vê-se uma luz no pensamento intelectual, no qual a ciência possui sua importância social. A Literatura, às vezes, é esquecida, conforme o narrador expõe, nem sempre digna de ser lembrada.

Após a morte do padrinho, Camilo escreve ao pai com todos os seus sentimentos e chantagens, pedindo para continuar seus estudos, uma vez que era ajuizado o suficiente para concluí-los sem a tutoria do padrinho. Nesse período, começa a aproveitar os prazeres de que havia sido privado, todavia consegue concluir seu curso, uma vez que o pai lhe proporcionava todas as facilidades financeiras.

Graças a estas facilidades atirou-se o nosso Camilo a uma vida solta e dispendiosa, não tanto, porém, que lhe sacrificasse os estudos. A inteligência que possuía, e certo amor-próprio que não perdera, muito o ajudaram neste lance; concluído o curso, foi examinado, aprovado e doutorado. (ASSIS, 1994, p. 4).

O narrador constrói seu personagem protagonista de forma irônica. Camilo nasce numa família abastada, não conhece sacrifício, tem um padrinho do meio intelectual que auxilia em seu futuro, consegue prosperar em seus estudos, embora os prazeres mundanos sejam mostrados com maior enfoque. Pode-se dizer que os estudos e sua formação intelectual passam a ser apenas um pano de fundo nos acontecimentos. O herói é apegado ao mundo material e aproveita as diversas situações para extorquir seu progenitor, o que consegue com sucesso, em várias ocasiões.

Após findar seus estudos, pede uma licença ao pai para conhecer a Europa, e este o atende de pronto. Passados alguns meses, o pai começa a pedir-lhe que retorne ao Brasil, mas Camilo não tinha intenção de retornar, já que estava ambientado em Paris.

Desejoso de o ver, escreveu-lhe o comendador pedindo que regressasse ao Brasil; mas o filho, parisiense até à medula dos ossos, não compreendia que um homem pudesse sair do cérebro da França para vir internar-se em Goiás. Respondeu com

evasivas e deixou-se ficar. O velho fez vista grossa a esta primeira desobediência. Tempos depois insistiu em chamá-lo; novas evasivas da parte de Camilo. Irritou-se o pai e a terceira carta que lhe mandou foi já de amargas censuras. Camilo caiu em si e dispôs-se com grande mágoa a regressar à pátria, não sem esperanças de voltar e acabar os seus dias no *Boulevard* dos Italianos ou à porta do Café Helder. [...] O velho goiano intimava pela última vez ao filho que voltasse, sob pena de lhe suspender todos os recursos e trancar-lhe a porta. (ASSIS, 1994, p. 5).

Recesso de perder as mordomias e recursos provenientes do pai, Camilo não vê outra solução a não ser retornar a sua cidade natal: Santa Luzia. O Capítulo II narra a sua volta a Goiás, acompanhado de um velho amigo, o qual o coloca a par dos acontecimentos. Daí por diante, é exposta a vida amorosa de Camilo e suas investidas para conquistar Isabel, a “heroína da trama”. Optou-se por analisar mais detalhadamente o primeiro capítulo por nele conter as informações e aspectos necessários ao intento da tese.

Bosi (2007, p. 79) assevera que há, no conto, o arranjo inédito do “enganador que triunfa”: “O herói finge, o herói mente, o herói despista para conquistar a amada e o pai desta. E o contexto deixa claro: ele não triunfaria se não mentisse.” E o nosso herói inicia sua trajetória de mentiras juntamente com a sua formação intelectual em Paris, todavia o narrador reitera que esse desvio no caráter não compromete seus estudos, ainda que o herói apresente-se boêmio e eterno parasita por viver custeado pelo pai.

Os demais capítulos do conto seguem narrando as vicissitudes de Camilo, que rouba a namorada do amigo (Isabel, seu amor de infância) ao fingir suicidar-se para obter o perdão de sua amada. A trapaça, de Camilo e Isabel, faz com que se alcance a meta desejada pelos amantes ainda conforme Bosi (2007).

O autor nos leva a conhecer um possível intelectual ao ser, como alguns brasileiros privilegiados, mandados para a Europa a fim de estudar. Todavia seu personagem é construído ironicamente por obter méritos de forma que avessa os bons costumes, pontuando uma inversão de valores na sociedade. A intelectualidade de Camilo é mero pano de fundo para a narrativa, uma vez que a mesma sente sua força na história misteriosa do amor de infância de Camilo e Isabel.

Outro ponto forte a ser discutido é a presença do dinheiro. Ana Laura dos Reis Corrêa (UnB) apresenta em seu artigo “Dessa Terra e Desse Estrume É que Nasceu Esta Flor: Genealogia, Dinheiro e Literatura no Conto ‘A Parasita Azul’, de Machado de Assis” a relação entre o dinheiro e a obra machadiana. A pesquisa tem como ponto fundamental a imagem do dinheiro como mediação universal que transforma a força criadora (MARX, 2004 apud CORRÊA, [s.d.]).

Se Camilo Seabra é uma espécie de esboço de Brás Cubas, o Machado de 1872, ano da produção de “A Parasita Azul”, ainda está à procura da formulação adequada de seu hieróglifo, da inversão poderosa da matéria desejada em seu contrário, e trilha o caminho da experimentação. Embora ainda lacunar, o texto chama atenção pelo seu mecanismo contraditório, confuso e guiado pela economia da troca, o que anuncia o nascimento futuro, em 1881, do narrador de *Memórias Póstumas*, que parece lembrar sua genealogia na história da criação literária machadiana, ao afirmar que “dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor” (GLEDSON, 2008 apud CORRÊA¹⁷).

A situação geográfica em que o personagem Camilo Seabra é posto, entre o centro (Paris) e a periferia (Santa Luzia – Goiás), e o aspecto irônico com que o nacionalismo aparece na escrita do personagem indicam que Machado lidava, no conto, com um problema que se pode considerar essencial para a produção literária brasileira: a confraternização de impossibilidades e Literatura nacional a partir de formas estéticas universalizadas pela colonização mercantil e consolidadas pelo capital.

2.4 Simão Bacamarte: a questão da ciência em “O Alienista”

Originalmente publicado entre 1881 e 1882, “O Alienista” faz parte da coletânea *Papéis Avulsos*, editada em 1882¹⁸. Com o narrador onisciente, o autor consegue mostrar e explorar o comportamento humano além das aparências, expondo, com grande ironia, toda a vaidade e egoísmo do homem.

“O Alienista” é o conto de abertura dessa coletânea e apresenta-se em forma de relato, fugindo aos padrões da estética por ser extenso e apresentar capítulos. Alguns estudiosos afirmam que o conto, na realidade, trata-se de uma novela. O narrador usa a cidade do interior como alegoria para representar toda a sociedade brasileira. Torna-se nítida, durante a leitura, a crítica ao cientificismo da época. O narrador escreve o conto através das crônicas da cidade: ele as reúne, faz a leitura e as seleciona para sua posterior narração.

São postas em questão, na narrativa, as fronteiras entre o que é normal e o que é anormal, através de um médico que se encoraja em aventurar-se a perceber os distúrbios

¹⁷ Ana Laura dos Reis Corrêa (professora da Universidade de Brasília – UnB); 6º Colóquio Internacional Marx e Engels; GT 7 – Cultura, capitalismo e socialismo.

¹⁸ Publicado originalmente por Laemmert & Cia, Rio de Janeiro, em 1882. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

psicológicos da população. Em torno da figura quase mítica do Dr. Simão Bacamarte, que segue, com rigidez e frieza, com suas teorias científicas, são apresentados vários personagens. Dentre toda espécie de tipos sociais, aparece D. Evarista, esposa dedicada, que ama e admira o marido. Porém, por mais que ela respeite todo o conhecimento e sabedoria do alienista, ela não segue suas recomendações médicas e tem ciúmes da dedicação que ele tem aos estudos em detrimento dela. Em contrapartida, há Crispim Soares, que é o botânico da cidade. Ele admira, respeita e segue tudo o que o Dr. Bacamarte diz, porém apenas por interesses próprios, de forma a conseguir vantagens através do alienista. Além desses dois personagens, temos o barbeiro Porfírio, homem que representa o político preocupado somente em obter vantagens pessoais.

A vigilância científica do Dr. Bacamarte desencadeia um poder que transforma a vida da comunidade de Itaguaí. Nesse sentido, pode-se dizer que Machado escreve uma obra contemporânea que exhibe uma investigação de caráter político em torno do poder da ciência e não apenas nos confrontos da loucura. “A ciência contentou-se em estender a mão à teologia, — com tal segurança, que a teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra. Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução.” (ASSIS, 1994, v. II, p. 1).

A narrativa é centrada nos desatinos de Simão Bacamarte, médico-psiquiatra. Nela, estão mencionadas as aspirações e empecilhos das compreensões científicas do século XIX, em particular do positivismo, que tem junções densas com o nascimento das ciências humanas. Por um lado, a necessidade de explicação rigorosa de seu objeto, no caso, a “loucura”, e, de outro, o direito que se imputa de dizer a verdade a respeito da “loucura” e do “louco” e de agir sobre ele com completos e legítimos direitos.

A obra expõe o liame entre ciência e poder, bem como a usurpação, pelo homem de ciência, do direito que cada um tem de dizer a sua própria verdade, o que conduz à ironia final: parece haver mais loucura na pretensão de estabelecer, com nitidez, a linha divisória entre “razão” e “loucura” do que em perder-se entre seus supostos limites (GOMES, 1994).

Não poderíamos deixar de citar Foucault (2010, p. 92) ao falar da loucura. Eis o que diz:

No século XIX, o conflito entre o indivíduo e sua família torna-se particular, e assumirá o aspecto de um problema psicológico. Durante todo o período do internamento, esse assunto esteve ligado à ordem pública; punha em causa uma espécie de estatuto moral universal: toda a cidade interessava-se pelo rigor da estrutura familiar. Todo aquele que feria essa estrutura passava para o mundo do desatino. E foi assim tornando-se a forma maior de sensibilidades ao desatino, que a família, um dia, poderá constituir-se no *topo* dos conflitos onde nascem as diversas formas de loucura. (grifo do autor).

Dr. Bacamarte representa um tipo intelectual que busca estudar e desvendar os mistérios da loucura pela razão através da ciência. Considerado um excelente médico, não se satisfaz com seus estudos e busca constantemente a aprovação de suas teorias, que coloca em prática sem medir esforços e consequências. Realiza seus estudos e, ao perceber que suas teorias são incoerentes, parte para comprovação de outras.

Enquadra-se no típico estudante abastado que vai à Europa em busca de conhecimentos mais amplos.

As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e da Espanha. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia. [...] — A ciência, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo. (ASSIS, 1994, v. II).

Diferente de muitos estudantes que retornam ao País com pretensões políticas, Bacamarte tem gosto pela profissão e pretende fazer da ciência sua vida. “[...] entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência, alternando as curas com as leituras, e demonstrando os teoremas com cataplasmas [...]” (ASSIS, 1994, p. 3). Embora seja um protagonista diferente de Camilo Seabra, os estudos, em “O Alienista”, deixam de ser pano de fundo e passam a ser ação primordial. A ciência é seu consolo e passa a estudar a patologia mental, a “ocupação mais digna de um médico”.

[...] Conquanto as lágrimas de D. Evarista fossem abundantes e sinceras, não chegaram a abalá-lo. Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo. (ASSIS, 1994, p. 8).

Machado tece, sem sutilezas, uma crítica aos tipos intelectuais, ora “parasita” como Camilo Seabra, ora extremado em seus estudos como Simão Bacamarte. Este dedica sua vida aos estudos e experiências científicas, investiga novas teorias e as coloca em prática. Em busca de comprovações, revela ainda que não existe verdade absoluta. Ao terminar sua investigação, compreende que sua teoria não estava correta.

Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha ideia; nem a ciência é outra coisa, Sr. Soares, senão uma investigação constante. Trata-se, pois, de uma experiência, mas uma experiência que vai mudar a face da Terra. A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente. (ASSIS, 1994, p. 9).

Dr. Bacamarte não se comove com nada, a não ser com a ciência; convive com o sentimento e a razão, o sábio e o vulgar, enfim com as dualidades da sociedade dividida. Casa Verde apresenta-se como um templo, e ele, o sacerdote. As críticas a seus atos procedem do vulgo, do presente e do imediato - seu discurso desqualifica os que querem ver nele um delirante, um homem que, por ter estudado demais, perdeu o juízo. De resto, tais condenações só ratificam o desequilíbrio mental de seus oponentes (GOMES, 1994). A ciência, que existe em seu íntimo e em cada pormenor de seu corpo, assevera suas prerrogativas:

Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus. Se quereis emendar a administração da Casa Verde, estou pronto a ouvir-vos; mas se exigis que me negue a mim mesmo, não ganhareis nada. Poderia convidar alguns de vós, em comissão dos outros, a vir ver comigo os loucos reclusos; mas não o faço, porque seria dar-vos razão do meu sistema, o que não farei a leigos, nem a rebeldes. (ASSIS, 1994, p. 18).

O século XIX presenciou uma evolução cientificista e nos arredores de modificações substanciais na vida brasileira: estão no ar os ideais republicanos e o positivismo. O personagem Simão Bacamarte pretende introduzir Itaguaí neste século da razão e da ciência, consegue demonstrar o poder desta ciência, a credibilidade que a sociedade lhe devota. Mesmo quando pensam contrariamente, não conseguem se impor. Segue no trecho abaixo uma demonstração dessa submissão. O Boticário Crispim havia permitido que sua esposa acompanhasse a esposa de Bacamarte em viagem a Corte, mas já sentia-se arrependido por tal atitude e, principalmente, pelo fato de não ter recebido notícias da consorte. Assim se descreve:

Crispim amava a mulher, e, desde trinta anos, nunca estiveram separados um só dia. Assim se explicam os monólogos que ele fazia agora, e que os fâmulos lhe ouviam muita vez: — “Anda, bem feito, quem te mandou consentir na viagem de Cesária? Bajulador, torpe bajulador! Só para adular ao Dr. Bacamarte. Pois agora aguenta-te; anda, aguenta-te, alma de lacaio, fracalhão, vil, miserável. Dizes *amém* a tudo, não é? Aí tens o lucro, biltre!” — E muitos outros nomes feios, que um homem não deve dizer aos outros, quanto mais a si mesmo. Daqui a imaginar o efeito do recado é um nada. Tão depressa ele o recebeu como abriu mão das drogas e voou à Casa Verde. (ASSIS, 1994, p. 8, grifo do autor).

Podemos considerar a compreensão da loucura como um dos objetivos de Bacamarte, bem como a busca da cura para a insanidade. Entretanto esse não é o ponto central da narrativa. O conflito principal do conto está em outro lugar: o narrador coloca em discussão o poder da ciência que a retórica científica pretende mascarar, a política e a ambição humana. Esse debate é feito sempre por meio da ironia. Os homens são despidos perante o leitor atento, e são expostos suas entranhas e seus mais sórdidos desejos.

Para melhor compreensão do tema sobre a loucura, fomos a Foucault (2010, p. 20), que diz: “A loucura fascina, porque é um saber.” E questiona adiante: “O que anuncia esse saber dos loucos? Sem dúvida, uma vez que é o saber proibido, prediz ao mesmo tempo o reino de Satã e o fim do mundo; a última felicidade e o castigo supremo, o todo-poder sobre a terra e a queda infernal.” E é a busca desse saber que desperta o fascínio de Bacamarte: tentar compreender a loucura com todos os seus mistérios. Mais algumas palavras de Foucault (2010, p. 21):

[...] Este saber, tão inacessível e temível, o Louco detém em sua parvoíce inocente. Enquanto o homem racional e sábio só percebe desse saber algumas figuras fragmentárias – e por isso mesmo mais inquietantes –, o Louco o carrega inteiro em uma esfera intacta: essa bola de cristal, que para todos está vazia, a seus olhos está cheia de um saber invisível.

Foucault afirma que a loucura fascina o homem e reina sobre ele, sendo este um privilégio absoluto: “[...] ela reina sobre tudo o que há de mau no homem. Mas não reina também, indiretamente, sobre todo o bem que ele possa fazer? Sobre a ambição que faz os sábios políticos, sobre a avareza que faz crescer as riquezas, sobre a indiscreta curiosidade que anima os filósofos e cientistas?” (Idem, 2011, p. 23). E esse fascínio, Simão Bacamarte o possuía na sua busca incansável e inesgotável para desvendar os “estranhos caminhos do saber” que é a loucura.

Nas citações que seguem, há exemplos dos debates entre os personagens perante a apresentação da nova teoria de Bacamarte. Nem mesmo o padre, que representa o poder clerical, consegue expor ao doutor seus ideais através de argumentos, o qual defende ou deveria defender; prefere ficar neutro diante de tal fato, o que revela a ironia machadiana:

Quanto à ideia de ampliar o território da loucura, achou-a o boticário extravagante; mas a modéstia, principal adorno de seu espírito, não lhe sofreu confessar outra coisa além de um nobre entusiasmo; declarou-a sublime e verdadeira, e acrescentou que era “caso de matraca”. (ASSIS, 1994, p. 9, grifo do autor).

— Supondo o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia. [...] O vigário Lopes, a quem ele confiou a nova teoria, declarou lisamente que não chegava a entendê-la, que era uma obra absurda, e, se não era absurda, era de tal modo colossal que não merecia princípio de execução. (ASSIS, 1994, p. 10).

Foucault diz que:

O abismo da loucura em que estão mergulhados os homens é tal que a aparência de verdade que nele se encontra é simultaneamente sua rigorosa contradição. Mas há mais ainda: esta contradição entre a aparência e verdade já está presente no próprio interior da aparência, pois se a aparências fosse coerente consigo mesma, ela seria

pelo menos uma alusão à verdade e como que sua forma vazia. (FOUCAULT, 2010, p. 31).

E essa busca da verdade, o leitor atento a encontra no médico Simão Bacamarte. A aparência que delimita o louco nem sempre é percebida pela sociedade, nem, ao menos, são compreendidos os motivos que levaram Bacamarte a defini-los e interná-los. Talvez, assim como diz Foucault, ele tivesse visto a contradição existente na loucura.

Machado está mais à frente de sua época não somente pelo fato de interrogar o entendimento racionalista e positivista de ciência, mas também por discutir o poder de todo e qualquer saber que almeje expor-se com pretensões universais e objetivas rigorosas. Não tem expectativa da ciência enquanto conhecimento, resultado, investigação. O que o autor objetiva, por trás da impostura humanitária do positivismo, é a insânia da destreza de poder essencial à concepção de conhecimento, que a razão e a ciência positivistas exaltam.

Agora, se imaginais que o alienista ficou radiante ao ver sair o último hóspede da Casa Verde, mostrais com isso que ainda não conheceis o nosso homem. *Plus ultra!* era a sua divisa. Não lhe bastava ter descoberto a teoria verdadeira da loucura; não o contentava ter estabelecido em Itaguaí o reinado da razão. *Plus ultra!* Não ficou alegre, ficou preocupado, cogitativo; alguma coisa lhe dizia que a teoria nova tinha, em si mesma, outra e novíssima teoria. [...] Vejamos, pensava ele; vejamos se chego enfim à última verdade. (ASSIS, 1994, p. 30, grifo do autor).
— A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática. (ASSIS, 1994, p. 32)

O personagem Bacamarte figura na sociedade como pessoa instruída, provavelmente por ter concluído algum curso de ensino superior. Impõe-se aos moradores como autoridade no assunto o qual defende. Mesmo com os grupos questionadores, suas verdades acabam prevalecendo. Ele se revela um pesquisador incansável e estuda de forma constante em busca de novas verdades. Assim que as consegue comprovar, percebe suas fragilidades e incertezas.

Esse intelectual é apresentado ao seu público de forma caricaturesca. O autor ironiza a falta de equilíbrio do ser humano. Como pesquisador da loucura, Bacamarte se embrenha nesse universo e só tem “olhos” para seus estudos, não percebendo a “cegueira” que o envolve. Ao término da narrativa, têm-se mais incertezas do que certezas; percebemos ainda do poder que a intelectualidade promove se assim pode-se afirmar.

O ceticismo do narrador é marcado pelo modo como desconfia da ciência, pela preocupação com o limite da razão e de que maneira esse problema é encarado pela sociedade. Neste conto em análise, a ciência parece voltar sobre si mesma, transformando-se em crença: a ironia fina e corrosiva, o ceticismo, o humor sutil às denúncias que revelam os mais cruéis mistérios de uma sociedade que segue adotando a máscara da impostura.

E, para finalizar, cita-se mais uma vez Foucault (2010, p. 24): “A loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta.” A loucura está ligada ao homem, juntamente com suas fraquezas, seus sonhos e ilusões, e não ao mundo e suas formas subterrâneas. Semelha possuir mais insanidade no anseio de constituir com clareza a fronteira que divide a Razão e Loucura do que em perder-se entre seus supostos limites.

2.5 Bentinho: o intelectual do Engenho Novo, *Dom Casmurro* (1889)

Bento Fernandes Santiago é personagem, narrador e protagonista do romance *Dom Casmurro*, originalmente publicado, em 1899, pela Editora Garnier¹⁹.

Não trataremos aqui do enredo do livro *Dom Casmurro* nem da temática mais discutida de todos os tempos, o adultério, ou não, de Capitu. Embora esse seja o aspecto mais debatido, não poderíamos deixar de assinalar que o romance, antes de mais nada, expõe de forma engenhosa e consistente todos os tipos de temas e verdades que compõem a sociedade, acerca de dinheiro, sexo, religião, família, classe social, política, relações pessoais, familiares e assim por diante. Deixemos claro que a intenção não é discutir as inúmeras análises sobre a obra, e sim analisar o personagem narrador Dr. Bento Fernandes Santiago, mais conhecido como Bentinho, e sua carreira de estudos. Serão mencionados ainda alguns personagens que se enquadram na pretensão do trabalho: a formação e a intelectualidade. Segue um breve resumo para se tomar pretexto da narrativa.

Bentinho é um personagem considerado protagonista, embora ocupe uma postura de anti-herói. Quando criança, a mãe pretendia enviá-lo a um seminário por promessa, embora não fosse esse o desejo de Bento, que tencionava casar-se com Capitu, sua amiga de infância. É o narrador e pseudoautor da obra. Na velhice, momento da narração, era um homem fechado, solitário e triste. As lembranças de um passado triste e doloroso tornaram-no um indivíduo de poucos amigos. Desde menino, foi sempre mimado pela mãe, pelo tio Cosme, pela prima Justina e pelo agregado José Dias.

O perfil do protagonista masculino pode ser acompanhado em três fases distintas, responsáveis por sua formação intelectual: Bentinho, Dr. Bento Fernandes Santiago e Dom Casmurro.

¹⁹ ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. I. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.org.br>>.

Bentinho revela-se uma criança ou mesmo adolescente marcado pela timidez, sem muita iniciativa e bastante dependente. Como toda criança, era possuidor de imaginação fertilíssima. Ainda na adolescência, descobre que a mãe, Dona Glória, tinha a pretensão de levá-lo para o seminário, a fim de torná-lo padre, cumprindo, assim, uma promessa feita por ela há alguns anos.

Ia a entrar na sala de visitas, quando ouvi proferir o meu nome e escondi-me atrás da porta. A casa era a da rua de Mata-Cavalos, o mês novembro, o ano é que é um tanto remoto, mas eu não hei de trocar as datas à minha vida só para agradar às pessoas que não amam histórias velhas; o ano era de 1857. [...] — D. Glória, a senhora persiste na ideia de meter o nosso Bentinho no seminário? É mais que tempo, e já agora pode haver uma dificuldade. (ASSIS, 1994, p. 3).

Podemos averiguar que Bentinho é apresentado como um futuro intelectual, filho do deputado Pedro Albuquerque Santiago, embora não se lembre do pai, pois faleceu ainda quando era criança e cuja mãe é proveniente de família mineira e paulistana, Dona Maria da Glória Fernandes Santiago. Sua formação dar-se-á primeiramente num seminário, conferindo-lhe certo *status* para a época. O Clero se fazia respeitado e gozava de prestígio social.

— Bem, uma vez que não perdeu a ideia de o fazer padre, tem-se ganho o principal. Bentinho há de satisfazer os desejos de sua mãe. E depois a igreja brasileira tem altos destinos. Não esqueçamos que um bispo presidiu a Constituinte, e que o padre Feijó governou o Império [...] (Idem, p. 3).

E mais adiante: “— Perdão, doutor, não estou defendendo ninguém, estou citando. O que eu quero é dizer que o clero ainda tem grande papel no Brasil.” (Idem, p. 4).

E, ainda, quando Bentinho já se encontra no seminário, aflito para sair e não precisar terminar de cumprir o que lhe foi incumbido, ouve os conselhos de José Dias, reafirmando a importância de se estar no seminário e aproveitar a luz dos conhecimentos:

Tenha paciência, vá estudando, não se perde nada em ir sabendo já daqui alguma coisa; e, demais, ainda não acabando padre, a vida do seminário é útil, e vale sempre entrar no mundo unguido com os santos óleos da teologia [...] — É o que eu lhe dizia agora mesmo, acudiu José Dias. Conto ouvir-lhe a missa nova; mas ainda que não chegue a ordenar-se, não pode ter melhores estudos que os que fizer aqui. Para a viagem da existência, concluiu demorando mais as palavras, irá unguido com os santos óleos da teologia [...] (Idem, p. 59-60).

D. Glória, a mãe que, ao ter nascido seu primeiro filho morto, prometeu a Deus que o segundo, vingando e sendo varão, iria ser padre:

Os projetos vinham do tempo em que fui concebido. Tendo-lhe nascido morto o primeiro filho, minha mãe pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na igreja. Talvez esperasse uma menina. Não disse nada a meu pai, nem antes, nem depois de me dar à luz; contava fazê-lo

quando eu entrasse para a escola, mas enviuvou antes disso. Viúva, sentiu o terror de separar-se de mim; mas era tão devota, tão temente a Deus, que buscou testemunhas da obrigação, confiando a promessa a parentes e familiares. Unicamente, para que nos separássemos o mais tarde possível, fez-me aprender em casa primeiras letras, latim e doutrina, por aquele padre Cabral, velho amigo do tio Cosme, que ia lá jogar às noites. (Idem, p. 10).

Bentinho era inteligente, vaidoso, considerado prodígio e, desde pequeno, fora inserido no mundo das letras e conhecimentos. Ainda em casa, José Dias, agregado com vasto conhecimento (suposto), auxiliava-o na formação educativa. Machado cria um personagem em ambiente propício a receber uma educação diferenciada, tornando-o intelectual. O personagem é oriundo de família abastada e tradicional, sendo este um grande passo para a aquisição de novos conhecimentos.

José Dias tratava-me com extremos de mãe e atenções de servo. A primeira coisa que consegui logo que comecei a andar fora foi dispensar-me o pajem; fez-se pajem, ia comigo à rua. Cuidava dos meus arranjos em casa, dos meus livros, dos meus sapatos, da minha higiene e da minha prosódia. Aos oito anos os meus plurais careciam, alguma vez, da desinência exata, ele a corrigia, meio sério para dar autoridade à lição, meio risonho para obter o perdão da emenda. Ajudava assim o mestre de primeiras letras. Mais tarde, quando o Padre Cabral me ensinava latim, doutrina e história sagrada, ele assistia às lições, fazia reflexões eclesiásticas, e, no fim, perguntava ao padre: “Não é verdade que o nosso jovem amigo caminha depressa?” Chamava-me “um prodígio”; dizia a minha mãe ter conhecido outrora meninos muito inteligentes, mas que eu excedia a todos esses, sem contar que, para a minha idade, possuía já certo número de qualidades morais sólidas. Eu, posto não avaliasse todo o valor deste outro elogio, gostava do elogio; era um elogio. (Idem, p. 23-24).

Bentinho, ao tentar persuadir José Dias a ajudá-lo a livrar-se do seminário, fala de sua vontade, talvez apenas uma forma de escapar de lá, de estudar leis. É possível observar, na narrativa, uma descrição não só dos estudos de Direito como também Medicina, os dois cursos mais procurados no período. No século XIX, grande parte dos filhos da aristocracia era mandada para a Europa com a finalidade de cursar Direito ou Medicina, cursos que, depois, passaram a existir no Brasil.

As leis são belas, meu querido... Pode ir a São Paulo, a Pernambuco, ou ainda mais longe. Há boas universidades por esse mundo fora. Vá para as leis, se tal é a sua vocação. — A Medicina, — por que lhe não manda ensinar Medicina? — Uma vez que é do agrado de Vossa Majestade [...] — Mande ensinar-lhe Medicina; é uma bonita carreira, e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem, que podem ombrear com os melhores de outras terras. A Medicina é uma grande ciência; basta só isto de dar a saúde aos outros, conhecer as moléstias, combatê-las, vencê-las... A senhora mesma há de ter visto milagres. Seu marido morreu, mas a doença era fatal, e ele não tinha cuidado em si... É uma bonita carreira; mande-o para a nossa Escola. Faça isso por mim, sim? (Idem, p. 26-27).

Embora o trecho que descreve a conversa de D. Glória com o imperador faça parte apenas da imaginação de Bentinho, não podemos deixar de notar o teor da exposição do tema,

relativo a universidade. Vimos, nessa parte, uma possível visão machadiana ou da sociedade, mesmo que possa soar como ironia. Como citado na introdução desta tese, no Império brasileiro, já se apreende um fortalecimento de um espírito nacionalista voltado para a construção de uma legislação que valide o poder do imperador e da nova nação em pleno século XIX. Dessa forma, tem validade o sistema dual, no qual a nação se responsabiliza pelo nível secundário e universitário, e as províncias, embora sem recursos, assumem o ensino das primeiras letras e os cursos de formação de professores como obrigatórios.

A sátira ao imperador como pessoa – sua imagem de um imperador “burguês”, mais acessível aos súditos que os monarcas tradicionais – é bem clara, porém menos importante que o fato de o episódio envolver a Escola de Medicina, conhecida por ser a menina dos olhos do imperador. (GLEDSON, 1991, p. 107).

Gledson (idem), ainda sobre esse episódio, diz que o imperador foi apreciador das amplas descobertas da ciência moderna, dando seu apoio às inovações, como pode ser citada a estrada de ferro no início do livro, na viagem de Bento. Por esse fato, pode-se considerar que o episódio do imperador, ao tentar convencer Dona Glória a escolher a Medicina em vez da Igreja, é bem característico. “Com certeza se relaciona (o episódio do imperador) a uma confusão fundamental e bem significativa [...] entre um compromisso com a religião católica como religião oficial e um desejo de assimilar os progressos do mundo moderno, muitos dos quais ameaçavam as bases dessa mesma religião.” (Idem, p. 107).

No entanto ele é insidioso mais adiante, não mais na visão ingênua de Bentinho, ou da Majestade, e sim na voz de José Dias, personagem vivido e experiente, que, no início da narrativa, finge ser médico e, mais adiante, desmente o feito, dizendo ser apenas um estudioso dos livros. Assim ele descreve a Medicina em nosso país:

— Não duvidaria aprovar a ideia, disse ele, se na Escola de Medicina não ensinassem, exclusivamente, a podridão alopatia. A alopatia é o erro dos séculos, e vai morrer; é o assassinato, é a mentira, é a ilusão. Se lhe disserem que pode aprender na Escola de Medicina aquela parte da ciência comum a todos os sistemas, é verdade; a alopatia é erro na terapêutica. Fisiologia, anatomia, patologia, não são alopáticas nem homeopáticas, mas é melhor aprender logo tudo de uma vez, por livros e por língua de homens cultores da verdade [...] (ASSIS, 1994, p. 52).

São perceptíveis no romance as duas visões conflituosas: a religião e a ciência. Segundo Gledson (1991), essas contradições e prováveis confusões são comuns em *Dom Casmurro*, caracterizando a mente de Bentinho, a atmosfera intelectual do período. Mais adiante, é feita uma alusão, na narrativa, à mudança do regime de Império para República.

Ao certo ninguém sabe se há de manter ou não um juramento. Cousas futuras! Portanto, a nossa constituição política, transferindo o juramento à afirmação simples, é profundamente moral. Acabou com o pecado terrível. Faltar ao

compromisso é sempre infidelidade, mas a alguém que tenha mais temor a Deus que aos homens não lhe importará mentir, uma vez ou outra, desde que não meta a alma no purgatório. (Idem, p. 105).

Para Gledson, essa alusão à Constituição se refere à da República, que, ao separar a Igreja do Estado, acaba por eliminar a obrigação religiosa de um juramento feito diante de Deus: “Num mundo de descrença tão generalizada e de falta de respeito pela religião, era, por si só, a institucionalização da hipocrisia e da confusão, exemplo típico da ambivalência ideológica do Império.” (Idem, p. 110).

Mesmo Bentinho sendo filho de família abastada, com traços de cultura aristocrática e tradicional, o autor não deixa de impingir-lhe um tom irônico na construção do personagem. O rapaz mimado parece não conseguir expor o que sente de modo claro; mostra-se mais fraco e frágil que Capitu, a amada. A mãe o cria e o educa com modos desusados de rapaz, com extremos cuidados, livrando-o de atividades que ela considera perigosa, e o filho corresponde aos cuidados maternos, sempre de uma obediência extremada. Vê-se a descrição de sua nova casa no Engenho Novo, a qual preferiu manter conforme a casa de Mata-Cavalos, onde passou sua infância e adolescência:

Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. Quando fomos para a casa de Mata-Cavalos, já ela estava assim decorada; vinha do decênio anterior. Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas. (ASSIS, 1994, p. 2).

Levado para o seminário para ser padre e mesmo tramando inúmeras maneiras com a finalidade de escapar à promessa da mãe, sempre com a ajuda de Capitu, mais propriamente com o domínio desta em seus planos, não consegue convencer sua mãe a abdicar da decisão.

Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva. Há nisto alguma exageração; mas é bom ser enfático, uma ou outra vez, para compensar este escrúpulo de exatidão que me aflige. Entretanto, se eu me ativer só à lembrança da sensação, não fico longe da verdade; aos quinze anos, tudo é infinito. Realmente, por mais preparado que estivesse, padecia muito. Minha mãe também padeceu, mas sofria com alma e coração; demais, o Padre Cabral achara um meio-termo: experimentar-me a vocação; se no fim de dois anos, eu não revelasse vocação eclesíástica, seguiria outra carreira. (Idem, p. 26-27).

Temos uma pequena visão dos acontecimentos dentro do seminário, algumas impressões do narrador, suas amizades. Bentinho, narrador, não deixa de ressaltar o caminho que alguns seminaristas assumiram:

Tudo me ia repetindo o diabo do opúsculo, com as suas letras velhas e citações latinas. Vi sair daquelas folhas muitos perfis de seminaristas, os irmãos

Albuquerque, por exemplo, um dos quais é cônego na Bahia, enquanto o outro seguiu Medicina e dizem haver descoberto um específico contra a febre amarela. Vi o Bastos, um magricela, que está de vigário em Meia-Ponte, se não morreu já; Luís Borges, apesar de padre, fez-se político, e acabou senador do império [...] (Idem, p. 56).

O seminário, para alguns estudantes, serviu de ponte para galgar outras profissões, e, para outros, seguir a carreira dentro da Igreja Católica. Bentinho, ao sair do seminário, foi cursar Direito, curso de grande *status* para o período e, se assim pode-se afirmar, até para a atualidade. O narrador não adentra muito o mundo universitário, faz uma passagem rápida na narrativa, que, assim, descreve-o:

Venceu a razão; fui-me aos estudos. Passei os dezoito anos, os dezenove, os vinte, os vinte e um; aos vinte e dois era bacharel em Direito. [...] Tio Cosme, para alegrá-la, chamava-me doutor, José Dias também, e todos em casa, a prima, os escravos, as visitas, Pádua, a filha, e ela mesma repetiam-me o título. (Idem, p. 91-92).

A passagem de Bentinho, adolescente, ex-seminarista, para Bento Fernandes Santiago, adulto, dá-se no momento de término do curso superior. Sua mãe fica maravilhada com a transformação de suas feições. Torna-se, agora, um homem feito, com formação acadêmica, todavia não se presenciam adiante, no texto, mais que algumas poucas e raras referências a sua formação e seu trabalho:

Eu era advogado de algumas casas ricas, e os processos vinham chegando. Escobar contribuíra muito para as minhas estreias no foro. Interveio com um advogado célebre para que me admitisse a sua banca, e arranhou-me algumas procurações, tudo espontaneamente. (Idem, p. 95).

Entretanto nota-se que, mesmo sendo de família abastada, sua profissão lhe proporcionava uma vida digna da burguesia carioca: fazia passeios e assistia a peças teatrais. Alguns críticos relatam que seu dinheiro foi mais proveniente de sua herança do que de sua formação profissional, todavia o livro não apresenta suporte de modo que se possa adentrar nesse debate.

Após a morte do amigo Escobar e o afloramento da dúvida de Bentinho em relação à traição do amigo e da esposa, percebe-se a passagem de Bento para Dom Casmurro, fase que seria a maturidade do personagem e sua afirmação enquanto intelectual ao propor escrever um livro, suas memórias.

[...] Quis variar, e lembrou-me escrever um livro. Jurisprudência, filosofia e política acudiram-me, mas não me acudiram as forças necessárias. Depois, pensei em fazer uma *História dos Subúrbios*, menos seca que as memórias do padre Luís Gonçalves dos Santos, relativas à cidade; era obra modesta, mas exigia documentos e datas, como preliminares, tudo árido e longo. Foi então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns. Talvez a narração me desse a

ilusão, e as sombras viessem perpassar ligeiras, como ao poeta, não o do trem, mas o do *Fausto: Aí vindes outra vez, inquietas sombras?* [...] (Idem, p. 2, grifo do autor).

Não podemos deixar de citar o perfil de José Dias, o agregado, que possui também uma possível formação intelectual ou apenas pode representar um exemplo de charlatanismo e hipocrisia pomposa. Já mencionado em algumas partes do tópico, segue a primeira descrição do narrador sobre José Dias:

José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às ideias; não as havendo, servia a prolongar as frases. Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Così-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodaque e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda. O rodaque de chita, veste caseira e leve, parecia nele uma casaca de cerimônia. Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos. Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos, mas um vagar calculado e deduzido, um silogismo completo, a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão. Um dever amaríssimo! (Idem, p. 4).

Inicia sua relação com a família de Bentinho se fazendo passar por médico, ao curar dois escravos. O pai de Bentinho o convida para que fique na fazenda, mas, por ora, não aceita, prometendo voltar.

Era nosso agregado desde muitos anos; meu pai ainda estava na antiga fazenda de Itaguaí, e eu acabava de nascer. Um dia apareceu ali vendendo-se por médico homeopata; levava um *Manual* e uma botica. Havia então um andaço de febres; José Dias curou o feitor e uma escrava, e não quis receber nenhuma remuneração. Então meu pai propôs-lhe ficar ali vivendo, com pequeno ordenado. José Dias recusou, dizendo que era justo levar a saúde à casa de sapé do pobre. (Idem, p. 5, grifo do autor).

E, mais adiante, ao voltar à fazenda, o próprio José Dias desmente sua atitude, mas não consegue justificar a necessidade de se fazer passar por médico, que, mesmo sendo um charlatão, a causa era justa pela necessidade de, segundo ele, disseminar a escola nova.

Voltou dali a duas semanas, aceitou casa e comida sem outro estipêndio, salvo o que quisessem dar por festas. Quando meu pai foi eleito deputado e veio para o Rio de Janeiro com a família, ele veio também, e teve o seu quarto ao fundo da chácara. Um dia, reinando outra vez febres em Itaguaí, disse-lhe meu pai que fosse ver a nossa escravatura. José Dias deixou-se estar calado, suspirou e acabou confessando que não era médico. Tomara este título para ajudar a propaganda da nova escola, e não o fez sem estudar muito e muito; mas a consciência não lhe permitia aceitar mais doentes. [...] — Creio que sim; o mais acertado, porém, é dizer que foram os remédios indicados nos livros. Eles, sim; eles, abaixo de Deus. Eu era um charlatão [...] Não negue; os motivos do meu procedimento podiam ser e eram dignos; a homeopatia é a verdade, e, para servir à verdade, menti; mas é tempo de restabelecer tudo. (Idem, p. 5).

Essa explicação parece que o redime da culpa de se passar por charlatão. O próprio, num ato que parece ser de arrependimento e humildade, pede para ser punido, todavia esse ato é futuramente compreendido como calculado, pensado: “Não foi despedido, como pedia então; meu pai já não podia dispensá-lo. Tinha o dom de se fazer aceito e necessário; dava-se por falta dele, como de pessoa da família.” (Idem, p. 5). No decorrer da narrativa, o agregado parece estar sempre tomando atitudes, prestando seus serviços à família. Como prova de sua importância, foi lembrado no testamento ao falecer o deputado Pedro Albuquerque Santiago, pai de Bentinho.

Teve um pequeno legado no testamento, uma apólice e quatro palavras de louvor. Copiou as palavras, encaixilhou-as e pendurou-as no quarto, por cima da cama. “Esta é a melhor apólice”, dizia ele muita vez. Com o tempo, adquiriu certa autoridade na família, certa audiência, ao menos; não abusava, e sabia opinar obedecendo. Ao cabo, era amigo, não direi ótimo, mas nem tudo é ótimo neste mundo. E não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham antes do cálculo que da índole. (Idem, p. 5).

E parece ter uma ideia fixa de retornar à Europa, mas acompanhando Bentinho, e, nesse período, elogia a educação europeia oferecida e desfaz da universidade nacional. O discurso real e verdadeiro estaria nas universidades internacionais. José Dias critica a Medicina estudada no Brasil, através da qual, segundo ele, ensinavam a alopatia, termo utilizado durante o século XIX, de forma pejorativa, para referenciar os praticantes da Medicina heroica, precursora da Medicina moderna que não dependia de evidências.

[...] Antes de um ano estaríamos a bordo. Como eu achasse muito breve, explicou-se. — Dizem que não é bom tempo de atravessar o Atlântico, vou indagar; se não for, iremos em março ou abril. — Posso estudar Medicina aqui mesmo (Bentinho). José Dias correu os dedos pelos suspensórios com um gesto de impaciência, apertou os beiços, até que formalmente rejeitou o alvitre. — Não duvidaria aprovar a ideia, disse ele, se na Escola de Medicina não ensinassem, exclusivamente, a podridão alopata. A alopatia é o erro dos séculos, e vai morrer; é o assassinato, é a mentira, é a ilusão. Se lhe disserem que pode aprender na Escola de Medicina aquela parte da ciência comum a todos os sistemas, é verdade; a alopatia é erro na terapêutica. Fisiologia, anatomia, patologia não são alopáticas nem homeopáticas, mas é melhor aprender logo tudo de uma vez, por livros e por língua de homens cultores da verdade [...] (Idem, p. 52).

James Whorton (2003, p. 4) discute essa utilização histórica pejorativa do termo:

Uma forma de ataque verbal usada em retaliação por irregulares foi o uso da palavra ‘alopatia’. [...] ‘Alopatia’ e ‘alopático’ foram livremente empregues, como termos pejorativos, por médicos irregulares do século XIX, e os termos eram considerados altamente ofensivos por aqueles aos quais eram dirigidos.

Ao chegar ao final de sua vida, José Dias já apresenta uma mudança em seus conceitos passados. Finaliza sua vida com assinalada transformação em sua visão sobre o que

pregava a Bentinho: “[...] Mandei chamar um médico homeopata. — Não, Bentinho, disse ele; basta um alopata; em todas as escolas se morre. Demais, foram ideias da mocidade, que o tempo levou; converto-me à fé de meus pais. A alopatia é o catolicismo da Medicina [...]” (ASSIS, 1994, p. 124).

A fala de José Dias tanto pode caracterizar o conformismo quanto o reconhecimento de uma pátria em desenvolvimento. Todavia sua posição leva à crença de que, no período da vida e situação em que se encontra, não mais adianta lutar e debater. Cabe a ele apenas aceitar, pois o fim será o mesmo.

Em termos políticos, Gledson (1991, p. 135) afirma que o romance aparenta ser o retrato da História do Brasil num período que se julgava “insuficientemente estático e homogêneo para ser tratado com olhar descuidoso quanto à ordem dos eventos”. O narrador de *Dom Casmurro* limita-se a registrar os fatos que ocorrem no período, mas não os discute nem os explica. Isso pode estar relacionado a não estar convencido de que as teorias do progresso suprimissem as probabilidades de uma apreensão confiante no adiantamento da sociedade brasileira, no século XIX.

Pode-se verificar que os movimentos intelectuais desse período eram heterogêneos e, embora diferenciados, comungam características comuns, como a marginalização política, que, como se viu, era um dos objetivos de conquista da Geração 1870. Segundo Alonso, é essa experiência compartilhada de exclusão que proporciona sentido aos escritos e associações.

Alonso diz que:

Uma parte dos membros do movimento intelectual vinha de grupos sem laços estreitos com a elite imperial. Estes eram, pois, negativamente privilegiados pela estrutura estamental de distribuição de recursos sociais e de *status*. Outros eram oriundos ou de grupos sociais novos ou das facções politicamente subordinadas da elite imperial e estavam alijados das instituições políticas fundamentais do regime. Por razões diferentes, os grupos que compõem o movimento intelectual não tinham suas demandas processadas pelo sistema político. Todos amargavam uma insatisfação com um regime fechado, que não se modernizava. (ALONSO, 2000, p. 1).

As interpretações do movimento intelectual têm procurado estabelecer características positivas comuns a seus membros. Assim, perdem o mais relevante: são vários grupos, heterogêneos entre si, que compõem o movimento.

Anísio Teixeira diz assim:

Assim chegamos ao último quartel do século XIX e entramos no século XX com a cidade humana dividida entre esses três campos de atividade intelectual e de desiguais progressos humanos. Em ciência, avançamos tremendamente, graças aos

métodos de pesquisa cada vez mais refinados e eficazes. Em filosofia, entramos em algo de anárquico, com filosofias e filósofos pluralizados, em substituição a um corpo unificado de crenças e saber filosófico. Em religião, marcamos passo, conservando as religiões reveladas ou modalidades ecléticas de religiões “individuais” a nossa moda, ou regressamos, francamente, a superstições já de muito – ao que parecia – superadas. (TEIXEIRA, 1977, p. 20).

Os intelectuais colocados em análise se aproximam em alguns pontos e se afastam em outros. Camilo Seabra e Bentinho são filhos de burgueses, e nunca lhes faltou suporte financeiro para crescimento social e intelectual. Simão Bacamarte é apresentado já na fase adulta, com a formação intelectual consolidada na Europa.

Camilo Seabra não se dedica a sua formação intelectual, mesmo sendo possuidor de grande inteligência, ao ser descrito com facilidade de aprendizagem. Parece representar apenas um malandro que vive à custa do pai, mesmo não sendo velada essa ideia. Fica para o leitor interpretar a representatividade dele na sociedade. Seria Camilo a imagem de jovens estudantes brasileiros, filhos da burguesia, que eram enviados à Europa a fim de cursarem uma universidade? E Bentinho? Deveria entrar para o seminário para ser ordenado padre ou deveria cursar Direito ou Medicina? Ou eles seriam exceção? O que pretende Machado ao transformá-los em figuras caricaturescas? Nem mesmo o suicídio de Camilo é verdadeiro, uma farsa a fim de conseguir mais um intento. Já Bento Santiago passa toda sua vida em torno de um amor, e suas fraquezas de caráter são expostas ao longo da narrativa; não tem força suficiente para se impor. A formação intelectual de ambos é apenas um pano de fundo para outros embates. Esse debate despenderia tempo, e talvez não seria possível concluí-lo.

Simão Bacamarte também não possui dificuldades financeiras, mas sua representatividade difere dos outros dois. Dedicar-se de forma extremada ao estudo e à ciência, o que o coloca em caminhos diferentes de Camilo e Bentinho. Até mesmo seus sentimentos são friamente descritos. Simão não tem mais os arroubos da juventude e escolhe D. Evarista para ser sua esposa, com finalidades puramente científicas, todavia as deduções dele falham quando a esposa não lhe consegue dar um filho. Sua busca pela verdade sobre a loucura torna-se obsessiva.

Ao constatar que D. Evarista, apesar de todos os predicados elencados por Bacamarte, não deu a este nenhum filho, “nem mofo, muito menos robusto”, o narrador ressalta a ironia da situação vivida pelo médico. Essa pode ser considerada a primeira vez, entre outras constatadas pelo próprio médico, que a ciência falha com Bacamarte.

No entanto o aspecto caricatural do personagem continua a ser exposto pelo narrador. Simão busca incansavelmente seus desígnios científicos e não mede esforços para alcançar seus objetivos. Aparenta ser tão insano quanto seu objeto de estudo. Vale ressaltar que a

investigação científica no Brasil apenas engatinhava; não havia ainda uma consolidação nessa área. Fica a questão: até que ponto foram válidos, para Bacamarte, seus métodos investigativos?

E, por fim, tem-se José Dias, agregado da família de Bentinho, que se autodefine como um charlatão, mas possuidor de sabedoria ao ser uma espécie de conselheiro da família durante toda sua vida. Há algo de risível nesses intelectuais, mas de que Machado ri? Qual seu intento ao brincar com a intelectualidade brasileira? O que pretende ao desfazer da Universidade no Brasil, por meio de José Dias?

Pode-se ver que a Medicina, ao final do século XIX, início do século XX, legitimara-se por meio de novos conhecimentos científicos, que conferiram aos discursos médicos diferentes bases de fundamentação. Caracterizada como profissão que vislumbrava os problemas encontrados na vida cotidiana, para além do corpo doente, a Medicina os considerou passíveis de reinterpretação, e a ciência médica alcançou maior poder na sociedade, logrando atingir o processo reconhecido como medicalização²⁰.

A visão de uma defasagem do Brasil em relação à Europa, colocada pelo agregado José Dias, apresentava-se, para alguns brasileiros, dos quais destacamos os médicos do final do século XIX, como condição determinante para o atraso econômico-cultural no qual se encontravam as terras brasileiras²¹.

Machado questiona a intelectualidade não apenas em seus contos e romances, mas também em textos críticos, como “A Nova Geração”, analisado no início do tópico. O autor carioca parece brincar com a formação desse intelectual, expondo-o, de modo risível, ao leitor. Talvez seja essa sua crítica (à formação intelectual no Brasil), reconhecida pelos atributos da reflexão, da promoção de novos valores, da advertência amiga e do aplauso oportuno.

No capítulo a seguir, destaca-se a maneira como o autor aborda a Educação, a escola e a formação pedagógica do sujeito. O leitor poderá dizer que a intelectualidade está ligada de maneira indissociável à educação, o que, de fato, está. Então por que se separariam os temas por capítulo? Qual a intenção em construir um capítulo que trate do personagem intelectual e outro sobre a instrução, a escola e a formação pedagógica do sujeito? Talvez a própria obra nos leve a essa separação.

²⁰ DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 171-173.

²¹ HERSCHMANN, M.M.; PEREIRA, C.A.M. (orgs.). *A invenção do Brasil moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 226 p.

3 MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO

E contudo a pratinha era bonita e foram eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor [...] (ASSIS, 1994, p. 64).

Este capítulo tem como escopo apreender como se revelam a escola e a instrução nos contos “Conto de Escola” e “Umás Férias”, com a finalidade de compreender a presença de Machado crítico da Educação, assim como educador de modos e costumes sociais. Em muitos textos, sua visão crítica da realidade é colocada, na maioria das vezes, a fim de ironizar determinadas situações. Trata-se de um tema de vasta importância em sua obra, podendo ser retomado em muitos aspectos. A seguir, analisa-se o conto “Teoria do Medalhão”, que tem como tema o aconselhamento, a educação informal, fora do ambiente escolar, passada de pai para filho por meio de um diálogo. E ainda estudam-se algumas crônicas das séries “Balas de Estalo” e “Bons Dias!”. O critério de escolha pelas crônicas se deu pelo caráter instrutivo que se encontra nelas. O autor ensina, através delas, o bom comportamento em sociedade, orientando o leitor a comportar-se em público, bem como sobre a língua. E para finalizar o capítulo estuda-se um pouco do personagem Aires, o conselheiro Aires, presente nas obras *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*. Acredita-se que o personagem e narrador Aires reúnem em si vários caracteres dos intelectuais machadianos.

3.1 Considerações iniciais

Para Cândido (2004), a Literatura pode ser considerada instrumento poderoso de instrução e educação, retratando os valores preconizados pela sociedade ou os que são nocivos. De algum modo, fazem-se presentes em diversas manifestações da ficção, poesia e ação dramática. A Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fortalecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. “Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita: a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado da coisa predominante.” (CÂNDIDO, 2004, p. 138).

Até a primeira metade do século XIX, encontra-se uma grande deficiência do ensino público. Almeida afirma que:

A situação da instrução pública no Rio de Janeiro, no fim de 1856, era a seguinte: existiam 32 escolas públicas primárias, 20 para meninos e 12 para meninas, estas escolas eram frequentadas por 2.216 alunos: 1.473 meninos e 743 meninas. A população do Rio de Janeiro, na mesma época, podia ser estimada em 250.000 habitantes, o que dá uma proporção de menos de 9 alunos por 1.000 habitantes. (ALMEIDA, 2000, p. 95).

Pelos números, pode-se apreender o quanto a instrução ainda era insuficiente. Para Martino (2013), a sociedade brasileira vivia entre a desestabilização do Império e a afirmação da ideia de República. O fim da Monarquia estava relacionado às disputas pelo poder político entre os diferentes segmentos das classes dominantes, envolvendo militares, cafeicultores, homens de negócios, fazendeiros tradicionais e intelectuais.

O século XIX trouxe a expansão do capitalismo, do liberalismo econômico, do fortalecimento das ciências e da tecnologia, uma nova sociedade baseada na valorização do capital, por isso Durkheim defendia a ideia segundo a qual: “A ciência devia servir à técnica e esta estava voltada para o progresso da indústria.” (TURA, 2006, p. 28). Para Durkheim, essa nova forma de vida, não obstante o seu enorme progresso, também trazia consigo alguns grandes problemas sociais. Por isso o sociólogo se preocupava com a educação moral: por um lado, criticava o culto ao individualismo liberal e, por outro, rejeitava a perspectiva socialista-revolucionária de socialização dos meios de produção. Logo houve o desejo de unificar a sociedade em seus moldes e objetivos, baseando-se na edificação de novas instituições sociais que ensinassem uma moral correspondente aos novos tempos.

3.2 Sobre escola e instrução

A instrução a qual Machado se refere no “Conto de Escola” faz parte do Período Imperial (1822 – 1888), em que houve várias tentativas de melhoria da Educação do País. Em 1823, institui-se o “Método Lancaster”, pelo qual um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúrio) sob a vigilância rígida de um inspetor. Em 1824, é outorgada a primeira Constituição brasileira, que determina, no artigo 179, “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Em 1826, institui-se, por decreto, quatro graus de instrução, que são: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Já em 1827, um projeto de lei propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever o exame de seleção para nomeação de professores; propõe ainda a criação de escolas para meninas, além de terem sido criados por lei os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e Pernambuco.

No ano de 1834, o “Ato Adicional à Constituição” dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. E, em 1837, é criado o Colégio Pedro II, que passou a funcionar no Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, com intuito de ser um modelo para o curso secundário. Vale ressaltar que essas tentativas foram infrutíferas, uma vez que a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados inexpressivos.

Parece que as projeções contidas na lei não conseguiram alcançar devidamente o público para o qual haviam sido criadas. Embora tenham sido precárias as consequências do Ato Adicional, houve um aumento do número de escolas elementares no Império, mesmo assim pelo final do XIX as escolas primárias eram poucas se comparadas aos 14 milhões de habitantes.

3.2.1 “Conto de Escola”

Primeiramente estudar-se-á o “Conto de Escola” inserido na obra *Várias Histórias*²². A narrativa desenvolve-se no ambiente escolar, descrito como “um sobradinho de grade de pau”, que ficava situado à Rua do Costa, na capital do Império. Assim se inicia o conto, permeado de relatos de resistência do personagem narrador em ir à escola, embora, segundo ele, entre a indecisão de qual o melhor lugar para brincar: morro ou campo. Enfim decide ir à escola.

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia — uma segunda-feira, do mês de maio — deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant’Ana, que não era então esse parque atual, construção de *gentleman*, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão [...] (ASSIS, 1994, p. 59).

Para Pilar, talvez a razão tenha falado mais alto em sua consciência, devido às possíveis consequências, todavia a razão do personagem é ainda infantil. O motivo mais forte para Pilar deixar de brincar nas ruas e ir para a escola eram os castigos: “Na semana anterior, tinha feito dois suetos, e, descoberto o caso, recebi o pagamento das mãos de meu pai, que me deu uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doíam por muito tempo.” (ASSIS,

²² Publicado originalmente por Laemmert & C. Editores, Rio de Janeiro, em 1896. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

1994, p. 59). Esse pensamento é típico das crianças, uma vez que ainda não se preocupam com o futuro.

O pai de Pilar, “um velho empregado do arsenal de guerra”, queria, para seu filho, um futuro diferente, almejando, na escola, essa possibilidade:

Era um velho empregado do Arsenal de Guerra, ríspido e intolerante. Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado ao balcão. Ora, foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colégio. Não era um menino de virtudes. (Idem, p. 59).

Os pais, em grande parte, preocupam-se com o futuro dos filhos, e, mesmo não possuindo uma instrução formal, o pai de Pilar tinha consciência de que o futuro do filho seria melhor por meio de instrução escolar. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (2009, p. 136) diz:

O saber ler e escrever significava uma distinção social, pois tornava uma pessoa identitariamente visível, e já não seria identificada apenas pelo carimbo do dedão, aparentemente tão igual a tantos outros, sem rosto, sem feições, sem características próprias perceptíveis que o distinguiu por ser quem era. Era, portanto, uma credencial de pessoa “civilizada”, traquejada, uma qualidade muito considerada naqueles sertões de outrora, tão importante mais ainda, hoje.

E ainda na primeira citação do conto de Machado, deparamo-nos com a referência ao mês de maio do ano de 1840, e essa data não foi escolhida aleatoriamente. Nessa época, a Regência estava acabando, e esse foi o mês em que aconteceu uma seção do Partido Liberal, na qual foi proposta a antecipação da maioridade de Dom Pedro II, que foi proclamado maior quando tinha ainda apenas 14 anos, em 23 de julho de 1840 (GLEDSON, 2006).

Também não se pode deixar de falar sobre o “sobradinho de grade de pau”, local onde era a escola. A escola, nesse período, acontecia ainda, em grande parte, em casas. Pais de alunos contratavam professores para instruírem seus filhos em casa, ou mesmo, os mestres-escolas proporcionavam esse ensino em casas, com salas multisseriadas. Segundo Almeida (2009, p. 160), esses espaços poderiam ser em residências ou num espaço vinculado ao domínio doméstico: “[...] as casas-escolas são os lugares onde os mestres viveram parte das suas experiências de vida, o magistério; e dos quais os narradores guardam suas lembranças mais significativas, marcas das suas primeiras experiências escolares [...]”.

As escolas-monumentos são representantes do projeto de modernização da rede escolar brasileira nos espaços institucionais, os chamados Grupos Escolares, construídos no bojo de um processo de implantação tanto do ensino graduado, como da introdução do método *intuitivo*. Como também de uma nova *forma escolar*, da organização dos seus tempos, da padronização dos currículos, renovação dos

materiais de ensino e formação dos professores, agora, sob o comando do diretor e da sua equipe gestora. (ALMEIDA, 2009, p. 192, grifo do autor).

A narrativa nos remete ao tempo em que as escolas primárias eram separadas conforme o sexo dos alunos e funcionavam geralmente no âmbito dos espaços domésticos, nas próprias residências dos mestres. Eram denominadas “casas de escola” e conhecidas pelos nomes dos professores e professoras que as administravam. A memória coletiva nos traz imagens de professores severos e prestigiados, envergando casaca preta, chapéu e bengala, e as salas sempre equipadas com a “Santa Luzia”, nome conhecido para a palmatória, instrumento dos mais persuasivos para que seus discípulos aprendessem rápido, embora se possa notar que esse sobradinho era já um espaço fora da casa-escola.

Nas capitais e centros urbanos, esses espaços eram construídos ou adaptados em conventos, mosteiros e mesmo construídos de forma a agradarem a elite brasileira. Todavia: “Cabe ressaltar, por outro lado, nem todos os grupos escolares construídos no período pudessem ser considerados como ‘palácios’, a exemplo dos muitos e modestos prédios escolares instalados nas cidades do interior, ou mesmo dos bairros periféricos, nas cidades.” (FARIA FILHO apud ALMEIDA, 2009, p. 194).

Machado se refere apenas no início da narrativa ao sobradinho. Pode aferir que não era suntuoso, talvez o diminutivo (sobradinho), e as grades de pau o colocam num parâmetro de escola mais simples, embora sóbrio. Local de respeito, Pilar subia as escadas em silêncio para não ser notado e, mais adiante, pretendia brigar com Curvelo numa rua distante da escola: “[...] e eu não queria brigar ali mesmo, na Rua do Costa, perto do colégio; havia de ser na Rua Larga de S. Joaquim.” (ASSIS, 1994, p. 64).

Almeida afirma que:

As salas de aula têm suas origens na Grécia, com os mestres-escolas instalando salas ou classes para receberem seus alunos ou pelos preceptores, contratados pelos pais para instruírem seus filhos na própria casa. Essa herança ocidental, recebemos de Portugal, que delegava mais à família do que ao Estado a educação das crianças e das novas gerações. Assim, chegamos ao período colonial com pouquíssimas escolas régias ou de cadeiras públicas para o chamado ensino de primeiras letras, instituídos em meados do século XVIII. (ALMEIDA, 2009, p. 191).

Diana Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2005, p. 44), em seus estudos sobre os tempos e espaços escolares, apresentam três modalidades de organização do espaço que se configuram nas iniciativas da escolarização no Brasil, em seus diferentes âmbitos: “As casas escolas, escolas-monumentos e as escolas funcionais.” No caso das primeiras, eles consideram que se constituíam numa “rede de escolarização doméstica [...] que atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 44

apud ALMEIDA, 2009, p. 192), que respondiam pelo processo de aprendizagem que priorizava o tripé considerado essencial para a maioria da população, ou seja: ler, escrever e contar.

O conto é em forma de descrição, exposto pelo personagem sobre suas lembranças, num determinado momento de sua vida. O narrador é um estudante ainda das séries primárias, mas possuidor de uma argúcia primordial, excepcional. Pilar deixa marcas de seu caráter desde o início do conto: “Não era um menino de virtudes.” (ASSIS, 1994, p. 59). Vale ressaltar que a história é contada já na fase adulta de Pilar, todavia o narrador, “criança inocente, que não pode ver a verdade, talvez possa ver seus indícios”. (GLEDSON, 2006, p. 101).

Gledson (idem, p. 91-92) diz que o conto:

É uma história, então, sobre a iniciação de uma criança no sórdido mundo adulto, em que serviços “ilegais” podem ser comprados – como Raimundo compra o conhecimento do narrador pilar, para ser aprovado em uma matéria que ele não tinha conseguido aprender – e em que Curvelo os delata ao mestre-escola Policarpo, que é também pai de Raimundo. A história com seus pequenos detalhes – a palmatória com seus “cinco olhos do diabo”, a moeda de prata usada como suborno, que é “do tempo do rei” (isto é, de D. João VI), o papagaio que a criança vê a distância, através da janela da escola, o próprio mestre-escola furioso aspirando rapé enquanto avidamente Le seu jornal em classe -, parece justificar-se, e na verdade se justifica, como obra de arte, simplesmente pelo realismo vívido e autêntico e por sua efetiva dramatização de uma moral explícita. Ela parece precisar de pouca ou nenhuma interpretação.

Salienta-se, na narrativa, o tipo de infância que é exposta no conto, relacionada às camadas sociais menos favorecidos. Como exemplo, tem-se Pilar, que se identifica com o filho de um velho empregado do Arsenal de Guerra. Raimundo era filho do professor Policarpo, e, pela descrição do narrador, o mestre-escola parece não ter muitas posses. Outra pista para a identificação da ascendência social do narrador é a atração deste pela moeda que Raimundo lhe oferece.

Começou a lição de escrita. Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era. Não digo também que era dos mais inteligentes, por um escrúpulo fácil de entender e de excelente efeito no estilo, mas não tenho outra convicção. Note-se que não era pálido nem mofino: tinha boas cores e músculos de ferro. Na lição de escrita, por exemplo, acabava sempre antes de todos, mas deixava-me estar a recortar narizes no papel ou na tábua, ocupação sem nobreza nem espiritualidade, mas em todo caso ingênua. (ASSIS, 1994, p. 60).

Raimundo propõe a Pilar uma moeda em troca de lhe dar uma explicação de um ponto da lição de sintaxe. Seria “um negócio, uma troca de serviços” entre os dois. O filho do professor daria a moeda assim que obtivesse o serviço. Vale ressaltar que o menino que propõe o suborno tem como pai o mestre Policarpo e a mãe ligada à elite imperial. E Pilar, por

sua vez, era de origem humilde embora fosse um dos alunos mais progredidos da escola, bem como detentor de grande inteligência. Ao se colocar na posição de aluno pertencente à infância pobre e se constituir capacitado intelectualmente, o narrador do conto desloca o discurso social elitista numa inversão de papéis: não era a sua classe inferior em conhecimentos, mas a classe originária da elite imperial, representada pelo colega Raimundo. A escola, ainda nesse período, era voltada para a elite.

Vejamos o que Catani (2003, p. 49) afirma sobre a situação do mestre escola:

A falta de reconhecimento social e compensação material para o trabalho docente não era novidade. Já havia sido também objeto de expressões contundentes do diretor da Escola Normal em 1878 quando, na elaboração do seu relatório, referiu-se aos professores como “mendigos do funcionalismo”. (Grifo do autor).

A relação entre o mestre-escola e o sacerdote, até pelo menos a primeira metade do século XIX, esteve vinculada ao fato de que os homens, entre os quais alguns padres, predominavam no exercício do magistério público. No entanto, a partir das décadas finais do século XIX, em relação à instrução pública primária na cidade do Rio de Janeiro, o número de professoras sofreu uma elevação surpreendente, acompanhando o aumento quantitativo das escolas oficiais.

O professor era a figura central dessa transmissão de conhecimentos devido à importância de sua “missão formadora”, logo há uma dominação inevitável dele sobre o aluno. Para Durkheim (1963 apud TURA, 2006, p. 55), ele era o “intérprete das grandes ideias morais de seu tempo e de seu país”. O professor deveria ser um cidadão que possuísse um amor pela coletividade.

Schueler (2005) assevera ser o professor primário braço-direito do Estado na tarefa de educar e instruir os cidadãos, sendo assim deveria, então, ocupar lugar de destaque na sociedade imperial, embora as tentativas de consolidação da figura do professor como artífice fundamental para o progresso social produzissem uma série de discursos, visões e representações do ser professor, dos papéis desempenhados pelos membros do magistério em suas práticas sociais cotidianas no momento em que viviam, escreviam e lutavam por seus próprios interesses e projetos de sociedade. Relatos sobre a missão crucial dos mestres na formação da cidadania abundavam, assim como eram recorrentes as narrativas queixosas sobre as dificuldades, a precariedade das condições materiais e o abandono do governo para com a instrução pública e os mestres-escolas.

As representações da Educação, como a singular herança consentida aos filhos, também ajudavam os docentes na constituição de imagens de austeridade e esforço pessoal no

cerne de uma sociedade liberal e meritocrática, na qual, pela via da instrução e Educação, era possível aos indivíduos valerem-se de estratégias que os movimentassem por meio das hierarquias e no interior das diferenças socioculturais, alcançando posições intermediárias como as dos professores públicos. Estes, ainda que vinculados aos setores sociais empobrecidos, possuíam o prestígio e a distinção que sua importante função social lhes proporcionava, ambiguidade que seria característica da profissão docente no decorrer de sua constituição como carreira vinculada ao Estado.²³

No decorrer do conto, tem-se uma ideia da imagem construída pelo narrador do mestre-escola:

Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinquenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta a boceta de rapé e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala. Os meninos, que se conservaram de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. Tudo estava em ordem; começaram os trabalhos. (ASSIS, 1994, p. 60).

O mestre-escola aparentava ser de origem humilde: suas vestimentas são surradas, sem suntuosidade, mas a figura do mesmo simboliza um misto de medo e respeito para as crianças, que ficavam de pé e em extremo silêncio durante sua entrada e permanência em sala.

Em relação ao seu comportamento perante o filho, “o mestre era mais severo com ele do que conosco” (idem, p. 60). Em outro trecho: “Na verdade, o mestre fitava-nos. Como era mais severo para o filho, buscava-o muitas vezes com os olhos, para trazê-lo mais aperreado.” (Idem, p. 61).

Pilar tenta desvendar o mestre em algumas partes da narrativa:

Afinal cansou e tomou as folhas do dia, três ou quatro, que ele lia devagar, mastigando as ideias e as paixões. Não esqueçam que estávamos então no fim da Regência, e que era grande a agitação pública. Policarpo tinha decerto algum partido, mas nunca pude averiguar esse ponto. O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. (p. 61).

[...] pode ser que alguma vez as paixões políticas dominassem nele a ponto de poupar-nos uma ou outra correção. Naquele dia, ao menos, pareceu-me que lia as folhas com muito interesse; levantava os olhos de quando em quando, ou tomava uma pitada, mas tornava logo aos jornais, e lia a valer. (p. 61)

A figura do mestre escola estava vinculada ao castigo para os alunos: “[...] O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à

²³ SCHUELER, Alessandra Frota de. *Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da instrução pública*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.º. 3, p. 379-390, set./dez. 2005.

direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca”.

A palmatória simboliza, para o aluno, uma parte desagradável da escola. Pilar relaciona seu formato aos cinco olhos do diabo, e o objeto fica em local de destaque na sala em que todos possam vê-la. Vale ressaltar que a palmatória também era chamada de Santa Luzia. Todavia o castigo corporal era aceito pela sociedade, e os pais apoiavam a medida, porque também, em casa, havia essa prática do castigo, da coerção. O castigo fazia parte da educação, estava vinculado ao aprendizado, e essa prática perdurou por longo período, nas escolas.

Almeida (2009, p. 223) indaga:

O aluno deve obediência àquele(a) que o educa, porque tal como o paciente que precisa obedecer ao seu médico para alcançar alívio ou cura para sua doença, também o educando carece, noutras circunstâncias, obedecer ao seu mestre, ou sua mestra, para que alcance seus objetivos de aprendizagem e educação, que buscou de antemão junto a ele/ela?

Weil (2001, p. 22 apud ALMEIDA, 2009, p. 224) pontua que “o castigo é uma necessidade vital da alma humana”, e a hierarquia também o é, “considerados não em suas pessoas nem no poder que exercem, mas como símbolos”. Primeiro, o professor era uma figura simbólica da hierarquia paterna, representante dos adultos da comunidade e outorgado para a função de “pôr termo” nos excessos, apurar os delitos e traquinagens da “molecada” e punir os responsáveis. Ao castigo, o rigor. A obediência eram componentes incorporados aos modelos de uma considerada boa educação, e os modos de agir estavam relacionados ao poder coercitivo do castigo.

De acordo com Veiga (2003), os lassalistas (Congregação Lassalista no século XVII) viam a correção dos atos considerados de infração das normas como um meio pedagógico importante para manter a ordem em sala de aula, sendo possíveis punições através de palavras e penitência e pelo uso de instrumentos como a fêrula, o chicote ou a disciplina (um bastão de 8 a 9 polegadas, na extremidade do qual estão fixadas quatro ou cinco cordas com três nós) e finalmente a expulsão (idem, p. 501 e 502).

Diana Vidal (2005, p. 37) contribui, destacando a crença dos lassalistas nos castigos como forma de punição para um comportamento inadequado, não devendo serem “ministrados como compensação à fúria do professor, nem podendo o mestre tocar diretamente no aluno. A punição deveria ser imposta como recurso a um instrumento como a fêrula”. Todavia sabe-se que os castigos eram aplicados com o julgamento do e pelo mestre-escola e, podendo ter, às vezes, um caráter subjetivo.

E a punição para Pilar e Raimundo foi certa após o ato de suborno praticado por eles e delatado por Curvelo:

— Oh! *seu* Pilar! bradou o mestre com voz de trovão.

Estremeci como se acordasse de um sonho, e levantei-me às pressas. Dei com o mestre, olhando para mim, cara fechada, jornais dispersos, e ao pé da mesa, em pé, o Curvelo. Pareceu-me adivinhar tudo.

— Venha cá! bradou o mestre.

Fui e parei diante dele. Ele enterrou-me pela consciência dentro um par de olhos pontudos; depois chamou o filho. Toda a escola tinha parado; ninguém mais lia, ninguém fazia um só movimento. Eu, conquanto não tirasse os olhos do mestre, sentia no ar a curiosidade e o pavor de todos. (ASSIS, 1994, p. 63)

Toda a sala estava emudecida, observando os meninos, que receberiam a punição pelo ato cometido:

— Então o senhor recebe dinheiro para ensinar as lições aos outros? disse-me o Policarpo. [...] E então disse-nos uma porção de coisas duras, que tanto o filho como eu acabávamos de praticar uma ação feia, indigna, baixa, uma vilania, e para emenda e exemplo íamos ser castigados. Aqui pegou da palmatória. [...] Não há perdão! Dê cá a mão! dê cá! vamos! sem-vergonha! dê cá a mão! [...] Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho, e foi a mesma coisa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem-vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio, apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! tratantes! faltos de brio! [...] Eu, por mim, tinha a cara no chão. Não ousava fitar ninguém, sentia todos os olhos em nós. Recolhi-me ao banco, soluçando, fustigado pelos impropérios do mestre. Na sala arquejava o terror; posso dizer que naquele dia ninguém faria igual negócio. (Idem, p. 63).

Contudo os pais concordavam com os castigos sofridos pelos filhos na escola, acreditando serem necessários. Pilar diz: “Em casa não contei nada, é claro; mas para explicar as mãos inchadas, menti a minha mãe, disse-lhe que não tinha sabido a lição.” (Idem, p. 64).

Sob a autoridade do professor, desenvolvida por meio de sua superior experiência e cultura, o aluno deveria manter-se em estado de passividade. Por ser um indivíduo de pouca idade, seria facilmente sugestionável, acessível ao exemplo, propenso à imitação. Tais considerações, para Durkheim, justificam, porque o educador deveria constituir-se numa pessoa prudente, temerosa por sua tão importante ação, logo que tudo que passa pela criança deixaria traços nela. Assim, o professor poderia, por meio de sua ação, deixar boas ou prejudiciais marcas.

O aluno se transforma num polo receptivo que irá receber, ou melhor, encarnar uma transferência de todas as normas morais. A educação é um ato de moralização a serviço dos interesses que a sociedade exige enquanto realidade de vida e estruturas formais da razão.

De modo contrário ao comumente esperado, Raimundo, mesmo sendo filho do mestre-escola e sua progenitora filha da elite (como demonstra o trecho “Mamãe depois me arranja outra. Ela tem muitas que vovô lhe deixou, numa caixinha; algumas são de ouro.” (Idem, p. 61-62)), é descrito como fraco intelectualmente. A situação discursiva histórica analisada traz dois efeitos a ela apenas: a comunidade escolar infantil oitocentista se dividia numa infância superior, em faculdades físicas e mentais, representada pelos filhos da elite imperial, e numa infância inferior, desprovida de valores físicos, intelectuais e morais, incluindo aí a classe “miscigenada” dos filhos da massa imperial. O discurso imperial é contradito na narrativa. O narrador insiste na habilidade intelectual de Pilar, associando-a a sua estrutura física que é referida como algo nem “pálido nem mofino”, tendo “boas cores e músculos de ferro”; isso depois de caracterizar o colega Raimundo como sendo pálido, mole e de inteligência tardia.

Chamava-se Raimundo este pequeno, e era mole, aplicado, inteligência tarda. Raimundo gastava duas horas em reter aquilo que a outros levava apenas trinta ou cinquenta minutos; vencida com o tempo o que não podia fazer logo com o cérebro. Reunia a isso um grande medo ao pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente; raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco. (Idem, p. 60).

Nessa transferência de papéis entre Raimundo e Pilar, fica evidenciado o discurso irônico machadiano em relação à sociedade de seu tempo. O autor levanta o debate em torno do suborno, que não se restringe apenas às classes menos favorecidas, manifestando-se da mesma forma nos filhos da elite. Ainda leva a discussão sobre a delação e, conseqüentemente, o castigo civilizador através da escola que articula o discurso moralizante expresso no ideal imperial, na tentativa de socializar a infância.

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma ideia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil em empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar ao mestre. A novidade estava nos termos da proposta, na troca de lição e dinheiro, compra franca, positiva, toma lá, dá cá; tal foi a causa da sensação. Fiquei a olhar para ele, à toa, sem poder dizer nada. [...] O pobre-diabo contava com o favor, — mas queria assegurar-lhe a eficácia, e daí recorreu à moeda que a mãe lhe dera e que ele guardava como relíquia ou brinquedo; pegou dela e veio esfregá-la nos joelhos, à minha vista, como uma tentação... Realmente, era bonita, fina, branca, muito branca; e para mim, que só trazia cobre no bolso, quando trazia alguma coisa, um cobre feio, grosso, azinhavrado [...] Não queria recebê-la, e custava-me recusá-la. (Idem, p. 62).

Marcos Fabrício Lopes da Silva²⁴ diz:

A situação discursiva histórica analisada traz dois efeitos a ela apenas: a comunidade escolar infantil oitocentista se dividia em uma infância superior em faculdades físicas e mentais, representada pelos filhos da elite imperial; e uma infância inferior, desprovida de valores físicos, intelectuais e morais, incluindo aí a classe “miscigenada” dos filhos da massa imperial. (SILVA, s/d, grifo do autor).

Há, no discurso machadiano, um afrontamento ao modelo elitista arraigado nas bases educacionais brasileiras. O que poderia, ou até deveria, ser aprendido por Pilar nas ruas e morros, com seus colegas “vadios”, foi uma lição na Escola de Primeiras Letras: a corrupção e delação. Essa educação informal pode ocorrer em qualquer lugar. Não há como evitá-la, todavia Pilar acredita que, se tivesse “preferido” faltar à aula, “não teria se metido em encrenca”. [...] “Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. [...] – Fui um bobo em vir, disse eu ao Raimundo.” (ASSIS, 1994, p. 60).

Adiante, pode-se afirmar que há a aparência do arrependimento de Pilar por não ter pegado a moedinha de prata, uma vez que o narrador refere-se ao tambor, fazendo uso da palavra “diabo”, como se o instrumento musical fosse o responsável pela desatenção do personagem, conseqüentemente pela perda do lucro. Tem-se, então, o ponto de vista de um adulto que, caso a mesma situação se repetisse em dias atuais, possivelmente pegaria a moeda, o que avigora a opinião da perda da ingenuidade, à medida que o ser humano aproxima-se da fase adulta. Logo, é descoberto nessa situação o pessimismo machadiano, em que há o aniquilamento de uma ilusão: a de que as crianças representam a possibilidade de um futuro melhor e mais justo para a humanidade.

Na rua encontrei uma companhia do batalhão de fuzileiros, tambor à frente, rufando. Não podia ouvir isto quieto. Os soldados vinham batendo o pé rápido, igual, direita, esquerda, ao som do rufo; vinham, passaram por mim, e foram andando. Eu senti uma comichão nos pés, e tive ímpeto de ir atrás deles. Já lhes disse: o dia estava lindo, e depois o tambor... Olhei para um e outro lado; afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma coisa: *Rato na casaca* [...] Não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, depois enfiei pela Saúde, e acabei a manhã na Praia da Gamboa. Voltei para casa com as calças enxovalhadas, sem pratinha no bolso nem ressentimento na alma. E contudo a pratinha era bonita e foram eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor [...] (Idem, p. 64).

No decorrer da narrativa, o personagem vai sendo revelado. Ele insiste em sua habilidade intelectual, todavia, por ser narrador, o relato de Pilar pode ter sido comprometido por sua visão unilateral e limitada dos fatos:

²⁴ Artigo publicado na revista *Literafro*. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro>>.

Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era. Não digo também que era dos mais inteligentes, por um escrúpulo fácil de entender e de excelente efeito no estilo, mas não tenho outra convicção. Note-se que não era pálido nem mofino: tinha boas cores e músculos de ferro. Na lição de escrita, por exemplo, acabava sempre antes de todos, mas deixava-me estar a recortar narizes no papel ou na tábua, ocupação sem nobreza nem espiritualidade, mas em todo caso ingênuo. (Idem, p. 60).

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma ideia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil em empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar ao mestre. (Idem, p. 62).

Em casa não contei nada, é claro; mas para explicar as mãos inchadas, menti a minha mãe, disse-lhe que não tinha sabido a lição. Dormi nessa noite, mandando ao diabo os dois meninos, tanto o da denúncia como o da moeda. (Idem, p. 64).

É revelada em seu discurso a visão da criança, representada por Pilar, que percebe a escola como um local que o priva de viver a vida de modo agradável, por vezes, parecendo ser um castigo, uma prisão.

Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios, o Chico Telha, o Américo, o Carlos das Escadinhas, a fina flor do bairro e do gênero humano. Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do Morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma coisa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos. (Idem, p. 60).

Para Gledson (2006), a ligação mais clara e importante no conto é o tema da liberdade das crianças, e Machado dá uma pista ao leitor: “[...] Saí de casa, como se fosse trepar ao trono de Jerusalém.” (ASSIS, 1994, p. 64). Embora esse tema pareça contraditório ao próprio título da narrativa: “‘Conto de Escola’ trata da limitação e do solapamento de uma liberdade que o narrador, entretanto, vislumbra, na pipa ziguezagueante que vê através da janela da escola, ou nos dias de vadiagem por causa dos quais ele apanha de seu pai.” (GLEDSON, 2006, p. 99-100).

“Conto de Escola” revela, portanto, como oposição ao exemplo elitista enraizado nos alicerces da Educação brasileira. Além de conferir voz a uma infância predominantemente silenciada, a narrativa evidencia a (in)eficácia da escola como instituição socializadora da infância pobre.

Pode-se verificar nas palavras de Romanelli (1986, p. 23):

A escola é utilizada muito mais para fazer comunicados do que para fazer comunicação e este papel é desempenhado tanto mais eficazmente, quanto mais o que se pretende com a ação escolar é formar o espírito ilustrado, não o espírito criador. Cedo ela se transforma numa instituição ritualista, onde o cumprimento de certas formalidades legais tem um valor em si mesmo.

O conto se encerra com o narrador vadiando novamente, perdendo-se na liberdade, que, mesmo castigada, agora, para ele, era compensatória. Acompanha um grupo de fuzileiros

que passa por ele no caminho para a escola. O som do tambor o afasta de considerações mais sérias: “Olhei para um e outro lado; afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma coisa: Rato na casaca [...]” (ASSIS, 1994, p. 64).

A escola é apresentada como sendo um cárcere, um local sufocante. Do ambiente fechado pelas “paredes” da escola para a liberdade dos morros os alunos da escola e mestre Machado oscilam entre “aprender” e “viver”.

3.2.2 “Umas Férias”

A negação da escola é também recorrente no conto “Umas Férias”²⁵. O conto relata a história de José Martins e Felícia, dois irmãos buscados pelo tio Zeca na escola, antes do horário de costume. O garoto José Martins é o narrador-personagem e personagem principal do conto. Talvez, por esse fato, encontram-se, em seu personagem, um aprofundamento psicológico e a existência de mais ênfase em suas emoções. José Martins é uma típica criança que não gosta de estudar, mas é alegre e curioso.

Houve um movimento geral de cabeças na direção da porta do corredor, por onde devia entrar a pessoa desconhecida. Éramos não sei quantos meninos na escola. Não tardou que aparecesse uma figura rude, tez queimada, cabelos compridos, sem sinal de pente, a roupa amarrotada, não me lembra bem a cor nem a fazenda, mas provavelmente era brim pardo. Todos ficaram esperando o que vinha dizer o homem, eu mais que ninguém, porque ele era meu tio, roceiro, morador em Guaratiba. Chamava-se tio Zeca. (ASSIS, 1994, p. 36).

Esse acontecimento cria, na mente das crianças, inúmeras expectativas em torno do acontecimento. Em “Umas Férias”, assim como no “Conto de Escola”, expõe-se o desprazer que as crianças sentem pela escola. A vontade de estar na rua, de se desprenderem das formalidades da Educação, é relatada por personagens. Nos dois contos, os personagens principais e também narradores são meninos. Esse fato, provavelmente intencional, dá-se para que o leitor compreenda o universo educacional por meio da visão do próprio estudante, todavia os personagens narram a história, em ambos os contos, já na idade adulta.

Romanelli (1986) assevera que o êxito da inovação pedagógica está condicionado a variáveis que fogem ao controle da escola, uma vez que os fatores externos à escola “falam

²⁵ Parte da coletânea de contos *Relíquias da Casa Velha*, publicada originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, em 1906. Fonte: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

mais alto”. Pode-se verificar nos dois contos a alegria das crianças ao saírem ou estarem fora do ambiente escolar.

Ainda para a autora, as instituições educativas surgiram da precisão de as gerações mais velhas imprimirem às mais novas os resultados de suas experiências e também com o desígnio de conservar e recriar esses produtos; sofrem, todavia, na cultura transplantada, uma minimização de suas funções.

No caminho para casa, vão confabulando sobre o motivo de o tio ter ido buscá-los e pensam em festas, folguedos e várias outras circunstâncias festivas. Como o tio nada lhes adianta sobre o motivo, a imaginação de ambos, principalmente a imaginação de José Martins alça longos voos.

A minha sensação de prazer foi tal que venceu a de espanto. Tinha dez anos apenas, gostava de folgar, não gostava de aprender. Um chamado de casa, o próprio tio, irmão de meu pai, que chegara na véspera de Guaratiba, era naturalmente alguma festa, passeio, qualquer coisa. Corri a buscar o chapéu, meti o livro de leitura no bolso e desci as escadas da escola, um sobradinho da Rua do Senado. No corredor beijei a mão a tio Zeca. Na rua fui andando ao pé dele, amiudando os passos, e levantando a cara. Ele não me dizia nada, eu não me atrevia a nenhuma pergunta. Pouco depois chegávamos ao colégio de minha irmã Felícia; disse-me que esperasse, entrou, subiu, desceram, e fomos os três caminho de casa. A minha alegria agora era maior. Certamente havia festa em casa, pois que íamos os dois, ela e eu; íamos na frente, trocando as nossas perguntas e conjeturas. Talvez anos de tio Zeca. Voltei a cara para ele; vinha com os olhos no chão, provavelmente para não cair. (ASSIS, 1994, p. 36).

A escola na qual José Martins estudava também era um sobradinho (da Rua do Senado) que possuía ainda o mesmo caráter sóbrio e respeitoso, como se pode ver nas atitudes dos personagens. Todavia a narrativa não está centrada, como em “Conto de Escola”, no mestre-escola, nos castigos e métodos pedagógicos. O que nos leva a perceber que ainda são métodos parecidos talvez seja o desejo de José Martins e Felícia se verem fora da escola, conseguirem “umas férias”.

Ao longo do trajeto, o tio fala com alguns conhecidos, mas os sobrinhos não compreendem o teor da conversa, causando-lhes mais ansiedade:

Fizemos um acordo: podia ser festa, sem aniversário de ninguém. A sorte grande, por exemplo. Ocorreu-me também que podiam ser eleições. Meu padrinho era candidato a vereador; embora eu não soubesse bem o que era candidatura nem vereação, tanto ouvira falar em vitória próxima que a achei certa e ganha. Não sabia que a eleição era ao domingo, e o dia era sexta-feira. Imaginei bandas de música, vivas e palmas, e nós, meninos, pulando, rindo, comendo cocadas. Talvez houvesse espetáculo à noite; fiquei meio tonto. Tinha ido uma vez ao teatro, e voltei dormindo, mas no dia seguinte estava tão contente que morria por lá tornar, posto não houvesse entendido nada do que ouvira. Vira muita coisa, isto sim, cadeiras ricas, tronos, lanças compridas, cenas que mudavam à vista, passando de uma sala a um bosque, e do bosque a uma rua. Depois, os personagens, todos príncipes. Era assim que chamávamos aos que vestiam calção de seda, sapato de fivela ou botas,

espada, capa de veludo, gorra com pluma. Também houve bailado. As bailarinas e os bailarinos falavam com os pés e as mãos, trocando de posição e um sorriso constante na boca. Depois os gritos do público e as palmas [...] (Idem, p. 37).

E assim foi o caminho para casa: em meio a suposições do que estava para acontecer, ora festa de aniversário, ora dia santo, época de queimar os livros da escola, enfim todos os acontecimentos dignos de faltarem à aula ou saírem mais cedo. Todavia, ao se aproximarem de casa, as crianças notam um movimento estranho em frente aos portões, entram em casa e encontram sua mãe aos prantos, junto à cama onde jazia seu pai:

Dentro, ao pé da cama, estava minha mãe com a cabeça entre as mãos. Sabendo da nossa chegada, ergueu-se de salto, veio abraçar-nos entre lágrimas, bradando: — Meus filhos, vosso pai morreu! A comoção foi grande, por mais que o confuso e o vago entorpecessem a consciência da notícia. Não tive forças para andar, e teria medo de o fazer. Morto como? Morto por quê? Estas duas perguntas, se as meto aqui, é para dar seguimento à ação; naquele momento não perguntei nada a mim nem a ninguém. (Idem, p. 38-39).

Passou-se uma semana de luto em casa, e José, que não gostava de estudar, queria voltar para a escola. Quando José finalmente voltou à escola, a alegria voltou também.

Lá iam meu pai e as férias! Um dia de folga sem folguedo! Não, não foi um dia, mas oito, oito dias de nojo, durante os quais alguma vez me lembrei do colégio. Nem por isso os meninos do colégio deixavam de vir espiar para dentro da minha memória. Um deles chegou a perguntar-me quando é que eu voltaria. — Sábado, meu filho, disse minha mãe, quando lhe repeti a pergunta imaginada; a missa é sexta-feira. Talvez seja melhor voltar na segunda. — Antes sábado, emendei. — Pois sim, concordou. Não sorria; se pudesse, sorriria de gosto ao ver que eu queria voltar mais cedo à escola. Mas, sabendo que eu não gostava de aprender, como entenderia a emenda? Provavelmente, deu-lhe algum sentido superior, conselho do céu ou do marido. (Idem, p. 39).

Nota-se a ironia machadiana presente nos acontecimentos; o menino José Martins, que não gostava de aprender, sentiu saudades da escola, ao perceber que existiam fatos piores: “— Enquanto comprasse, eu ficava brincando em casa; aprender é muito aborrecido.” (Idem, p. 38). O narrador deixa claro que não apenas pelo fato da morte de seu pai, mas pelos costumes e seriedade do momento, sentiu suas férias perdidas por não poder aproveitá-las divertindo. Ele lembrava-se apenas dos momentos de folguedo da escola. Mais uma vez, o ensino formal é visto como uma forma de castigo.

Lá iam meu pai e as férias! Um dia de folga sem folguedo! Não, não foi um dia, mas oito, oito dias de nojo, durante os quais alguma vez me lembrei do colégio. Minha mãe chorava, cosendo o luto, entre duas visitas de pêsames. [...] Nem por isso os meninos do colégio deixavam de vir espiar para dentro da minha memória. Um deles chegou a perguntar-me quando é que eu voltaria. [...] O livro lembrou-me a escola, e a imagem da escola consolou-me. Já então lhe tinha grandes saudades. Via de longe as caras dos meninos, os nossos gestos de troça nos bancos, e os saltos à saída. Senti cair-me na cara uma daquelas bolinhas de papel com que nos espertávamos uns aos outros, e fiz a minha e atirei-a ao meu suposto espertador. A bolinha, como

acontecia às vezes, foi cair na cabeça de terceiro, que se desforrou depressa. Alguns, mais tímidos, limitavam-se a fazer caretas. Não era folguedo franco, mas já me valia por ele. (Idem, p. 39-40).

O que aproxima as narrativas, com maior ou menor profundidade, é a visão da educação formal, o ambiente formal da escola na vida das crianças e sociedade, bem como sua importância. Esses fatos colocados pelo narrador são sinceros nos anseios infantis. As crianças sentem-se coagidas pelo mestre e pela forma de aprendizagem, mesmo que caricaturescos.

A Educação é entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual da criança e do ser humano. O surgimento da escola nas civilizações mais avançadas decorre da necessidade de preservar e garantir o legado do acervo cultural continuamente gerado por essas civilizações. Provavelmente, foi também por essa razão que o conhecimento a ser transmitido na escola se organizou e se especializou num ordenamento de conteúdos separados em áreas uniformes e distintas, com o significativo nome de disciplinas.

A educação formal é um processo quase sempre associado à escola e também é a Educação reconhecida como oficial. Ela representa solidez e a estabilidade da instituição educacional, bem como a permanência da escola como espaço físico, onde se transmitem e se partilham conhecimentos ao longo dos tempos.

Já a educação informal ocorre em local não determinado, sem demarcação temporal. Os conhecimentos são partilhados em meio à interação sociocultural, e o ensino acontece espontaneamente, sem que necessariamente se tenha conhecimento que ocorre ou esteja ocorrendo. Nas narrativas “Conto de Escola” e “Umas Férias”, o leitor percebe o anseio infantil para sair da escola: aproveitando o dia com os amigos ou indo para casa mais cedo, a fim de se comemorar algo.

Para Anísio Teixeira (1969), a Educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos, por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para seu sistema educacional.

É destacado o fato de as narrativas exporem o anseio das crianças em não permanecerem na escola. A busca de conhecimentos considerados prazerosos se encontra nas ruas, com os amigos, em festas e folguedos, e o ambiente escolar, por sua vez, bem como a figura do mestre-escola, colocam-se sempre enfadonhos, taciturnos e amedrontadores devido aos castigos disciplinares aplicados. Isso se justifica ainda pela imensa distância existente entre o mestre-escola e o aluno.

Talvez já aponte uma necessidade de aproximação entre mestre-escola e aluno. Esse distanciamento é denunciado, se assim se pode dizer, em “Conto de Escola” e “Umas Férias”. As atitudes do mestre em “Conto de Escola” com relação ao castigo dado a Pilar e Raimundo, assim como os improperios proferidos, são bastante duras embora comuns no período tratado. Nota-se também o desejo de José e Felícia por uma folga da escola, “umas férias”.

Percebe-se, de forma clara, o desgosto infantil em permanecer na sala de aula; as buscas pelos folguedos da rua parecem bem mais agradáveis aos olhos das crianças.

A colonização dessa criança, que, segundo Durkheim (2013), tem uma natureza avessa a novidades, ou seja, misoneísta, deve convencê-la a desejar a regra e a disciplina, num processo que visa a dar autonomia a esse desejo. É preciso que o estudante se torne impotente perante a grandeza das propostas civilizadoras de sua sociedade: promover uma fusão desses indivíduos na consciência coletiva e configurar uma diluição da consciência individual na sua forma coletiva; e não a criação de estruturas pessoais associadas e participativas. É uma completa extinção de qualquer sentido fragmentado que impeça a moralização laica, cuja realização depende de revelar aos indivíduos um objetivo que os ultrapassa, num sacrifício devoto ao amor de uma totalidade pura e humana, racional e estabelecida, para o desenvolvimento da qualidade produtiva da sociedade.

Para Durkheim, a sociedade é uma determinante e exige que o indivíduo se adapte integralmente aos seus desígnios. A Educação é um instrumento fundamental dessa acomodação. É a Educação que transforma a criança, desprovida de um senso social, numa peça ativa da sociedade. O trabalho dos adultos sobre as “falhas” da criança contribui para a incorporação dos princípios da sociedade da qual essa criança faz parte. Dessa maneira, pode-se apreender, pela visão de Durkheim, que a História tem um papel fundamental, ou melhor, a História nos mostra como foram educados os indivíduos para a vida social. Por isso, Durkheim pressupõe ser indispensável à observação histórica para termos uma noção preliminar da Educação e suas aplicações.

Assim, a Educação assume a tarefa de encaminhar o ser humano em direção ao fim último, que nada mais é que uma ideia de perfeição. E esse homem ideal que deve ser seguido

ao longo de todo processo de Educação é o homem moral. Em síntese, podemos afirmar que a ideia de moral deve ser norteadora de todos os investimentos e esforços em Educação.

Buscando formar este homem ideal, o homem moral, modelo de humanidade, Kant estabelece toda a sua doutrina e concepção de Educação, preocupando-se desde os cuidados materiais com os bebês, passando pela disciplina, pela coação, até chegar à formação do caráter e à educação moral.

A educação moral, ou educação para a virtude, é o ponto culminante de todo processo educativo kantiano. É somente através da moralidade que poderemos, um dia, chegar ao fim, a finalidade da espécie humana. Para alcançarmos este processo ou caminho até o reino dos fins, onde a moralidade reina imperiosa (metafísica), precisamos passar pelo esclarecimento e pela vida em sociedade.

3.3 Aconselhamento e civilidade

A escolha dos textos deste tópico para análise foi justamente pelos temas tratados por Machado: conselhos e civilidade. Embora de maneira irônica, em alguns pontos, o comportamento do cidadão perante a sociedade deve ser primoroso. Segundo Kant (1996), a civilidade pode ser como um conjunto de atitudes e ações humanas que eram da ordem do comportamento - tais como gesticulação, cortesia, recato, elegância, boas maneiras, *savoir-faire*, amabilidade, delicadeza, cavalheirismo e até afetação, maneirismo e simulação. A civilidade foi a denominação que, há muito tempo, já vinha sendo dada à acomodação geral em que os condutas individuais eram cada vez mais autorregulados; uma disposição que se dava como uma contraposição ao enfraquecimento das coações externas e dos códigos hierárquicos nobiliários. Ela representava a substituição da espontaneidade pela contenção dos afetos.

3.3.1 “A Teoria do Medalhão”: conselhos a Janjão

O conto “A Teoria do Medalhão” (diálogo) foi publicado originalmente por Lombaerts & Cia, no Rio de Janeiro, em 1882²⁶. Trata-se de um diálogo pedagogicamente

²⁶ O conto faz parte da coletânea Papéis Avulsos. Fonte: ASSIS, Machado de. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

urdido com vistas voltadas para o futuro brilhante do filho, que se dá entre pai e filho, após o jantar comemorativo de 21 anos deste, podendo ser visto como um rito de passagem, uma vez que a conversa acontece apenas após a chegada da maioridade. A fase adulta confirma o caráter de transmissão de sabedoria, um saber prático, uma lição passada de pai para filho. Estando os dois a sós, o pai aconselha ao filho tornar-se um “medalhão”, ou seja, alguém que conseguiu conquistar riqueza e fama. Ele passa, então, a tecer uma teoria de como o filho conseguiria isso, aconselhando-o a mudar seus hábitos e costumes e anulando seus gostos e opiniões pessoais. Assim se inicia o conto:

“Estás com sono? — Não, senhor. — Nem eu; conversemos um pouco. Abre a janela. Que horas são? — Onze. — Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros... — Papai [...] (ASSIS, 1994, p. 32).

A conversa do pai com o filho representa o momento de transmissão entre a ignorância e a sabedoria, mas também uma análise crítica e bem-humorada do comportamento esperado na sociedade. O pai vê chegado o momento de desvendar ao filho as verdades, as quais ainda desconhece, sobre as relações sociais e a descoberta de como funcionam estas. Todavia, contrariamente ao esperado, o pai ensina e sugere conhecimentos avessos ao esperado pelo leitor. Assim o narrador deixa aflorar, de forma sutil ou não, sua veia irônica.

O filho parece sempre se manter neutro perante tudo, pois se limita a responder de forma evasiva, concordando com o progenitor numa forma de respeito ou, talvez, de imaturidade própria da idade. Ao leitor, cabe interpretar, uma vez que não se faz presente um narrador; apenas é transcrita a conversa entre pai e filho no tempo de uma hora. O diálogo, já anunciado no título pelo autor, inicia-se às 11 horas e termina à meia-noite.

— Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas, qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.
— Sim, senhor. (Idem, p. 32).

A preleção vazia e a falta de opiniões sólidas são de suma importância conforme explica o pai de Janjão na criação do medalhão. O filho é instruído a policiar-se ao máximo,

no intuito de abreviar sua agilidade intelectual, e o ato de pensar torna-se uma atividade perigosa.

Maria Zilda Ferreira Cury (apud VICENTE, 2010, p. 51), na tese de doutoramento “Teoria do Medalhão: uma Pedagogia do Poder”, avalia outra expectativa do leitor ao se deparar com o subtítulo: diálogo. A estudiosa parte da ideia de Bakhtin (REFERÊNCIA), afirmando que a forma e o conteúdo do diálogo são abertos, porque a tarefa de indagar apenas se interrompe, nunca se dá por acabada; sempre busca continuar encontrando dificuldades e interrogações na última definição dada. Para Cury (1995), o discurso e a construção de uma pedagogia do poder se constroem no universo de fórmulas fechadas à réplica.

O diálogo propriamente dito ocorre, aparentemente, de forma unilateral, e assim o leitor poderia dizer que não há, então, diálogo, uma vez que, necessariamente, deveria ser bilateral. Considera-se que, ainda que aconteça o diálogo entre pai e filho, este se limita apenas a respostas, afirmações, indagações curtas, e, em suas respostas ao pai, o conteúdo não chega a ser substancial, todavia, ainda assim, acontece.

A intenção paterna ao aconselhar o filho Janjão é clara: a subsistência social de forma digna. Apesar de o rapaz ter uma vida tranquila financeiramente, proporcionada pelo pai, é preciso preocupar-se com o futuro e precaver-se de várias maneiras.

“— Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição.” (ASSIS, 1994, p. 32).

Durante todo o conto, que se torna quase um monólogo, o pai de Janjão, com a experiência que possui, repassa ao filho seus conselhos, ironizados pelo autor ao revelar os anseios, as práticas sociais, a ambição e os valores. Note-se que o pai ambiciona ao filho seus desejos, o que, com a maturidade que tem na atualidade, queria ter sido; espelha-se em seu filho.

Sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regímen do aprumo e do compasso. O sábio que disse: “a gravidade é um mistério do corpo”, definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanação do espírito; essa é do corpo, tão-somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito da vida. Quanto à idade de quarenta e cinco anos... — É verdade, por que quarenta e cinco anos? — Não é, como podes supor, um limite arbitrário, filho do puro capricho; é a data normal do fenómeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinquenta anos, conquanto alguns exemplos se deem entre os cinquenta e cinco e os sessenta; mas estes são raros. Há-

os também de quarenta anos, e outros mais precoces, de trinta e cinco e de trinta; não são, todavia, vulgares. Não falo dos de vinte e cinco anos: esse madrugalar é privilégio do gênio. (Idem, p. 33).

É natural notar que muitos pais querem se realizar no filho. Nesse caso, o pai almeja um sonho em sua juventude, mas, por acreditar que não teve apoio, projeta em seu filho o sonho de se transformar em medalhão e acaba impondo isso de forma autoritária a ele, que, por sua vez, mostra-se passivo às imposições feitas pelo pai.

Pode-se perceber, no conto, o indivíduo que se anula em busca de aparência social. A busca pela imagem e posição social sobressai-se às demais necessidades. O ser humano é aniquilado em sua essência, numa sociedade que vive de aparências, e expor ao público o que se aparenta ser torna-se mais forte do que realmente ser.

Pelo meio da fala categoricamente irônica do pai, entrevê-se a dura crítica à sociedade brasileira. De um lado, há um pai que deseja ver seus ideais frustrados realizados pelo filho; e, de outro, o filho que aceita passivamente todas as imposições do pai, pois é o papel social que cabe ao filho.

— Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesado e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o *odorífero* das flores, o *anilado* dos céus, o *prestimoso* dos cidadãos, o *noticioso* e *suculento* dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário. — E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os *deficits* da vida? — Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade. (Idem, p. 36, grifo do autor).

Pode-se considerar que o ofício de medalhão é o ofício social de ser reconhecido pela sociedade; constrói-se a imagem de homem bem-sucedido de forma gradativa. Para ser medalhão, não interessa a profissão escolhida nem a aquisição do saber; são indiferentes.

Os personagens, de certa forma, poderiam representar não precisamente a identidade brasileira, mas uma parcela dessa sociedade, marcada pela busca da projeção social como forma de obter prestígio, alicerçada pelas aparências e pelo culto do falso poder. Entre os conselhos do pai, oferecidos a Janjão, predomina orientação para possuir uma boa oratória e certa simulação de saber com a finalidade de ascensão e projeção social. Dessa forma, nota-se o quanto o sujeito não consegue se posicionar de forma independente, autônoma, e agarra-se, como forma de sobrevivência social, às instituições para manter as aparências exigidas pelo

meio social. E, para o pai de Janjão, o ofício de “medalhão” é justamente esse facilitador que dar-lhe-á acesso à ascensão social.

Após inúmeros outros conselhos, o pai finaliza a conversa, admitindo que suas palavras apresentam certa similaridade com a obra *O Príncipe*, de Maquiavel, e diz para o filho ir dormir. “— Meia-noite. — Meia-noite? Entrás nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale *O Príncipe*, de Machiavelli. Vamos dormir.” (Idem, p. 37).

A hipocrisia do senso comum é refletida no conto, que se utiliza de um suposto diálogo entre pai e filho como pano de fundo, uma vez que o mesmo não acontece por ser apenas unilateral. Os argumentos apresentados deveriam ser explicados, mas percebe-se o contrário: o pai expõe e impõe suas ideias e aspirações que tem para com o filho, e o filho se limita a responder sempre de forma vaga, imprecisa, como se pode ver a seguir: “[...] – Entendo. [...] mas quem lhe diz que eu [...] – Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível. [...] mas se eu não tiver à mão um amigo apto e disposto a ir comigo?” (Idem, p. 33-34).

A esfera social medíocre é denunciada juntamente com os anseios da burguesia do século XIX, a busca do sucesso a qualquer custo. Essa temática pode ser trazida para a atualidade, uma vez que a afirmativa ainda é verdadeira nas diversas máscaras sociais utilizadas, de forma natural, por aqueles que almejam a fama e o poder. Busca despertar no leitor o senso crítico em relação à sociedade que vive de aparências e é manipulada pelos vários “medalhões”.

O ensinamento, ou a educação, nesta narrativa é posto da forma mais comumente utilizada na sociedade, de pai para filho. O pai, através de suas experiências, tenta ensinar ao filho o que sabe, mas, mesmo que informalmente e fora do ambiente escolar, os papéis exercidos não se fazem diferentes. O pai se coloca no papel de mestre-escola: apenas ele fala e impõe seus conhecimentos e conselhos a serem seguidos. O filho, Janjão, por sua vez, é o aluno que escuta, sem mais questionamentos, aceita o que lhe é imposto mesmo que não seja essa a sua vontade.

Pode-se afirmar que Machado cunhou um personagem-tipo representante da sociedade brasileira do Segundo Reinado, que, entendendo a probabilidade de elevar-se socialmente, valia-se de todos os instrumentos plausíveis, aparentando um comportamento e uma formação intelectual através de uma retórica refinada, com a finalidade de obter, desse modo, facilidade em sua trajetória.

Em a “Teoria do Medalhão”, o mestre passa a ser o pai de Janjão, que o aconselha, indo na contramão dos valores morais, e ensina-lhe o poder da aparência e a necessidade de mantê-la caso almeje um *status* social. A tradição de serem passados os ensinamentos de pai para filho é questionada. O pai se projeta no filho e, nele, tenta realizar seu sonho e ascender socialmente.

Os contos “Aurora sem Dia”, “O Segredo do Bonzo”, “O Espelho”, “A Sereníssima República” e “Verba Testamentária” tratam da seguinte temática: simulação de saber e falsas aparências em busca de fácil ascensão social. Agora, numa separação organizacional do trabalho, tratar-se-á de algumas crônicas.

A carreira de Machado de Assis como cronista foi bastante extensa. Desde a década de 1860, quando começou a escrever para o *Diário do Rio de Janeiro*, até a publicação da série “A Semana” para a *Gazeta de Notícias*, já no final do século XIX, o autor foi mudando sua afinidade com a crônica e estabelecendo inovações e estratégias para a composição das mesmas. No final da década de 1870, pode-se observar que, através de séries como “História de Quinze Dias”, agrupou novas questões na elaboração das crônicas, sendo a subjetividade do narrador o estatuto ficcional.

Para uma melhor compreensão das crônicas, as mesmas serão estudadas, quando possível, por série. Neste tópico, constituirão análise de algumas da série de crônicas “Balas de Estalo”, as quais foram selecionadas previamente, e, no próximo tópico, crônicas da série “Bons Dias!”.

3.3.2 “Balas de Estalo”

As “Balas de Estalo” foram publicadas pela *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1883 e 1886, e Machado utilizou o pseudônimo Lélío. As crônicas machadianas são a parte menos conhecida de toda sua obra. Talvez justamente por seu caráter efêmero, elas permanecem presas ao próprio jornal pelo qual foram publicadas e depois são esquecidas. Seis anos após a morte do autor, Mário de Alencar foi o primeiro a publicar uma antologia de 109 crônicas da última série, “A Semana”. Posteriormente, a edição *Obras Completas*, da Editora Jackson, em 1937, republicou algumas de suas crônicas. Depois surgiram mais algumas edições, e, por fim, em 2008, a Nova Aguilar republicou quase todas elas.

As crônicas se apresentam, às vezes, divertidas e irônicas, e outras sérias apontam o ponto de vista único do autor em relação a fatos cotidianos. Para Gledson (2013, p. 10), “[...]”

além de ganhar o pão de cada dia, Machado usou o gênero a sua própria maneira, para seus próprios fins, e, em pelo menos dois momentos contrastantes de sua vida criativa, a crônica teve papel central.” Após estudar as crônicas machadianas, percebe-se a relação de interação com a História do Brasil, da imprensa brasileira e, quem sabe, com a vida do autor.

As crônicas, embora comprometidas com a brevidade, inserem-se num conjunto maior de textos, que, quando lidos conjuntamente, apresentam um argumento consistente sobre política, ciência, Literatura, enfim sobre o que está acontecendo naquele momento crucial para algumas das instituições mais importantes do Segundo Reinado.

Colaborou, na *Gazeta*, com as crônicas “Balas de Estalo” e pseudônimo Lélío. Escreveu mais de 120 crônicas em pouco mais de 2 anos e meio. De forma geral, expõe as mudanças que ocorreram e ainda ocorriam no País e explica a revolução social que operaram, dando maior liberdade às mulheres e à convivência democrática. Embora em tom de comédia, o autor, em algumas crônicas, relata o lado negativo dessa revolução.

Bosi (2006) ressalta como essas crônicas estiveram comprometidas com os fatos pontuais da política imperial. Argumenta, porém, que o que interessava realmente Machado nesses textos era muito mais o aspecto de teatro, de espetáculo e representação do que a preocupação social ou histórica. Segundo Bosi, interessava ao cronista o estilo dos personagens e não o sentido histórico daquilo que presenciava.

Bosi (idem) argumenta ainda que a crônica, marcada pela “brevidade” típica do gênero, permitiria ao escritor tão somente a representação de “rápidas pinceladas” de seu referencial, carregadas do “pitoresco” e do “caricato”, e, ao contrário do romance, não haveria espaço nela para o desenvolvimento em profundidade e densidade dos personagens e assuntos. Assim, Bosi (idem) define que “o caráter remissivo congenial às crônicas não deve ser extrapolado para compreender a complexidade e a densidade da obra narrativa de Machado.”

As crônicas, cuja semelhança com o romance estaria apenas no compartilhamento de uma “particularidade histórica pontual”, têm sido, na opinião de Bosi (idem), utilizadas pela historiografia apenas para corroborar muito do que a história política do Segundo Império também conseguiria obter por meio de outros tipos de documentos, tais como atas parlamentares, editoriais de jornais e outras fontes.

A primeira crônica, “2 de Julho” (1883), expõe as novidades da Sociedade Portuguesa de Beneficência:

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica. Este é o nome, creio eu; e não há por onde trocar os nomes

às coisas, que já os trazem de nascença. Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande crueza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali leitosos e pimpões; e isto não parece justo. (ASSIS, 1994, v. III).

Sempre de forma irônica, critica a sociedade e seus costumes, bem como as novidades, que, de certo modo, beneficiam alguns, deixando sempre os de menor poder aquisitivo prejudicados.

A segunda crônica da série, intitulada “4 de Julho”, é composta de regras para o uso do bonde; das 70 regras criadas, o autor expõe dez.

Ocorreu-me compor umas certas regras para uso dos que frequentam bondes. O desenvolvimento que tem tido entre nós esse meio de locomoção, essencialmente democrático, exige que ele não seja deixado ao puro capricho dos passageiros. Não posso dar aqui mais do que alguns extratos do meu trabalho; basta saber que tem nada menos de setenta artigos. Vão apenas dez. (Idem) ART. I Dos encatarroados. Os encatarroados podem entrar nos bondes com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro. Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroados têm dois alvites: — ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue. Os encatarroados que estiverem nas extremidades dos bancos, devem escarrar para o lado da rua, em vez de o fazerem no próprio bonde, salvo caso de aposta, preceito religioso ou maçônico, vocação, etc., etc. (ASSIS, 1994, v. III).

Seguem esta primeira mais nove artigos assim intitulados: ART. II Da posição das pernas; ART. III Da leitura dos jornais; ART. IV Dos quebra-queixos; ART. V Dos amoladores; ART. VI Dos perdigotos; ART. VII Das conversas; ART. VIII Das pessoas com morrinha; ART. IX Da passagem às senhoras; e, por fim, ART. X Do pagamento. Para o autor, o bonde era companheiro da “revolução democrática”.

Inserida no contexto de mudanças urbanas, da imigração, do abolicionismo, “Balas de Estalo” defendeu a concepção de um projeto político fundamentado no decaimento das principais instituições do País, tais como a Monarquia, a Igreja e a escravidão. Essa série de crônicas perdurou até o ano de 1886, quando a última contribuição foi publicada em 22 de março.

Lélio (Machado de Assis), na crônica “7 de Novembro”, fala dos modos e costumes da sociedade e da grandeza de se nascer rei ou príncipe:

“Nascer rico é uma grande vantagem que nem todos sabem apreciar. Qual não será a de nascer rei? Essa é ainda mais preciosa, não só por ser mais rara, como porque não se pode lá chegar por esforço próprio, salvo alguns desses lances tão extraordinários, que a história toda se desloca. Sobe-se de carteiro a milionário; não se sobe de milionário a príncipe.” (Idem, p. 10).

Sempre com ironia, relata os costumes das pessoas que não nascem nessas condições, mas criam esses títulos nas irmandades e agem como se assim o fossem:

Entretanto, dado o caso de vocação (porque a natureza diverte-se às vezes em andar ao invés da sociedade), como há de um homem que sente ímpetos régios, combinar o sentimento pessoal com a paz pública? Aí está o caso em que nem o mais fino Escobar era capaz de resolver; aí está o que resolveram alguns cidadãos de Guaratinguetá. Reuniram-se e organizaram uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos Céus. Os referidos cidadãos acharam o meio de cingir a coroa sem vir buscá-la a São Cristóvão: elegem anualmente um rei, e a coroa passa de uma testa a outra, pacificamente, alegremente, como no jogo do papelão. Aqui vai o papelão. O que traz o papelão? (Idem, p. 10).

O cronista usa, às vezes, o tom da comédia nos fatos narrados, levando, desse modo, o leitor a uma reflexão da sociedade, de seu comportamento impróprio, de suas vaidades exageradas:

Agora, como é que se tratam uns aos outros esses dignitários? Não sei; mas presumo, pelo pouco que conheço da natureza humana, que eles não ficam a meio caminho da ficção. O Rei pode ter Majestade, e assim também a Rainha. E quando receberem os cumprimentos, adivinho que os receberão com certa complacência fina, certo ar digno e grande. Hão de chover os títulos — Vossa Majestade, Vossa Perfumaria, Vossa Mastreação... Em roda o povo de Guaratinguetá, e por cima a lua cochilando de fastio e sono. (Idem, p. 11).

Em 1883, já era cronista experiente e, desde suas primeiras crônicas, no *Diário do Rio de Janeiro*, muita coisa havia mudado. Essa transformação pode ser acompanhada, por exemplo, na leitura da cada uma das séries escritas por ele ao longo de sua carreira.

3.3.3 “Bons Dias!”

No ano de 1888, iniciou uma série de crônicas intitulada “Bons Dias!” através das quais o autor usava o pseudônimo “Boas-Noites”. O momento era marcado por transição política, ano da Abolição da Escravatura. Gledson (2006, p. 134) diz que, às vezes, as crônicas são muito divertidas. Machado tem uma percepção muito aguçada dos episódios que acompanharam a relação cronista/leitor “ao expandi-la e até subvertê-la, revelando, talvez até mais do que qualquer outra série, as potencialidades do gênero”.

O estudioso ainda afirma:

As crônicas têm uma história própria. Acompanham, antecipando-as às vezes, as mudanças pelas quais o escritor passou em outros gêneros; seguem também o desenvolvimento da imprensa brasileira do século XIX, e estão influenciadas, nessa série mais do que qualquer outra, pelos acontecimentos políticos e pelo fluxo da

história, vista, e experimentada, de perto e de longe [...] (GLEDSON, 2006, p. 134-135).

O evento mais relevante que aconteceu no período de escrita das crônicas (abril de 1888 a agosto de 1889) foi a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Nessa época, já circulavam no País alguns jornais, sendo os três mais importantes: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *O País*. O primeiro possuía uma tiragem de 24 mil exemplares e era menos engajado politicamente que os outros dois.

Parece claro o intento de Machado de dizer algumas coisas duras com uma margem de liberdade, embora por trás da ironia. Talvez seja esse o motivo do pseudônimo utilizado em várias séries: a busca de anonimato. Esse aspecto, já discutido por Magalhães Júnior e posteriormente por Gledson, não entrará aqui em debate.

Após o título da crônica (5 de abril de 1888), na verdade, uma saudação aos leitores, tem-se o início do primeiro parágrafo de “Bons Dias!”. Antes de expor o assunto, o autor insiste na relação com o público e na forma do texto: “Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias.” E continua seu discurso de boa educação, sugerindo ao leitor o que é uma boa educação: “Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande mal criado, um grosseirão de borla e capelo.” E, para não desfazer do seu público, ameniza, alegando não se referir ao leitor que lê a sua crônica: “[...]ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!” (ASSIS, 1994, v. III, p. 1).

Magalhães Júnior (2008) fala, no terceiro volume de sua obra, sobre vida e obra machadiana, acerca de um banquete, no qual o autor esteve presente, oferecido pelo Clube Beethoven a Antonio Ferreira Viana que assumia o cargo de Ministro da Justiça. Durante o banquete, Viana fora indiscreto ao proferir um discurso sobre a Abolição da Escravatura, provocando posteriores críticas e ataques em jornais. De acordo com Gledson (2006, p. 146), “[...] no fim de fevereiro era patente que a escravidão acabaria. Nos primeiros dias de março, o governo de Cotegipe caiu, e no dia 10 desse mesmo mês, João Alfredo formou um gabinete.” E, no dia 24, ouviu-se a notícia esperada por todos de que o novo governo aboliria a escravidão por completo sem indenizar os donos, e essa notícia vazou por acidente. Em sua primeira crônica dessa série, o autor diz ser bem-criado e ter bons costumes e confessa não ter um planejamento. “Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que

não apresento programa” preestabelecido devido ao incidente do banquete, no qual se refere: “[...] Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado.” (ASSIS, 1994, v. III, p. 1).

Mais adiante, diz que é verdade que Deus fez um programa, mas é necessário ter cautela. Conclui o assunto, dizendo: “Portanto, bico calado.” Continua a crônica, descrevendo-se e explicando a escolha do ofício de escritor. Justifica ainda não ter o hábito de periódicos, talvez, por isso, o texto saia pequeno depois da impressão.

Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio — trocadilho que fede como o Diabo. Já falei três vezes no Diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais. (Idem, p. 1).

O próximo texto da série é escrito um mês após o primeiro. O autor relata não proceder com os cumprimentos habituais por estar constipado.

[...] Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex auctoritate qua fungor*, não, senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa [...] (Idem, p. 2).

Descreve ainda precisar estar em boa saúde devido ao evento solene de abertura das Câmaras, o anúncio da lei de abolição. E outra razão na qual carecia estar saudável seria para conversar com o Senador cearense Castro Carreira, e segue prevendo um possível diálogo com o senador no intuito de entender a política do Ceará, mas tudo fora perdido por uma coriza: “[...] Tudo perdido, por causa de uma coriza! Coriza dos diabos, agora ou nunca, chegaríamos a entender aqueles grupos; e perde-se esta ocasião única, por tua causa infame catarro, monco pérfido! [...] Tuah! Vou meter-me na cama.” (Idem, p. 4).

Sempre irônico, ao criticar a si mesmo por não compreender os partidos políticos cearenses, prenuncia um diálogo solto, marcado pela explicação superficial do senador acerca do assunto, deixando ainda mais incompreendido. A série de crônicas segue ironizando a sociedade, suas ações e principalmente os acontecimentos recentes no período, como a Lei de Abolição dos escravos, e a política.

Na crônica de 13 de fevereiro de 1889, assevera:

O diabo que entenda os políticos! Toda a gente aqui me diz, que o meio de obter Câmaras razoáveis é acabar com as eleições por distritos, na quais, à força de meia dúzia de votos, um paspalhão ou perverso fica deputado. Dizem agora telegramas franceses, que o governo e a maioria da Câmara dos Deputados, para evitar o mesmo

mal, vão adotar justamente a eleição por distritos. Entenderam? Eu estou na mesma. (Idem, p. 25).

Outro tema sempre abordado são os bons modos que se devem ter para com os outros, e aqueles vêm de berço: “Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa criação que Deus deu, porque isso de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano, eu, em menino fui sempre um primor de educação.” (Idem, p. 7). De forma quase sempre irônica, brinca com os modos e costumes da sociedade e finaliza desta forma:

Podia citar outros casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os *bons dias* do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora o leitor me diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e boas noites. (Idem, p. 8, grifo do autor).

Machado expõe ainda sua criação, ironizando o papel da escola e, provavelmente, o conservadorismo dos conteúdos: “Aos cinco anos (era em 1831), como já sabia ler, davamos no colégio A Pátria, pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura, com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali fora, risonhos, aprobatórios.” (Idem, p. 7).

Pode-se lembrar, nesse trecho, os contos “Conto de Escola” e, ainda, “Umás Férias”, já analisados anteriormente, ao perceber como a criança se comporta perante a escola, compreendendo os conteúdos como enfadonhos e que os fazem “dormir” e “sonhar” com o mundo fora da escola. Ainda na crônica “Bons Dias!”, Machado exemplifica com seus casos de boa-criação e não deixa de citar a hipocrisia social e os acontecimentos políticos sobre a abolição dos escravos:

Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho. [...] Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado. (Idem, p. 7-8).

De forma quase sempre irônica, brinca com os modos, costumes da sociedade e finaliza a crônica:

Podia citar outros casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os *bons dias* do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora o leitor me diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e boas noites. (Idem, p. 8, grifo do autor).

As crônicas dessa série foram interrompidas por mais de um mês, pelo fato de o autor ter estado acamado. Após essa interrupção, volta a escrever por mais um tempo, mantendo sempre o tom ligeiro e se equilibrando entre a ironia e o humor (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, v. III).

Os bons modos são um assunto que se reitera no decorrer da série, de forma bem enfática, sempre iniciada por um cumprimento matinal e concluída com um cumprimento noturno. Para o narrador, essa educação é natural; em vários momentos, sugere “ser de berço”. E, ao aconselhar seu leitor, não deixa de ser um educador, de expor seus conhecimentos através de modos e costumes usuais a ele e que também deveriam ser ao leitor.

Inúmeros outros fatos e acontecimentos ilustram as crônicas: as peças teatrais que acontecem nessa época, o trabalho da Câmara, os fatos políticos e as investigações policiais. Em vários momentos, o autor expõe sobre a situação em torno da abolição dos escravos e inclui o assunto do regime, Monarquia ou República. Discute ainda sobre o espiritismo, crença que ironizava sempre, dentre outros assuntos.

O espiritismo é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir. Os espíritas que me lerem hão de rir-se de mim, porque é balda certa de todo maníaco lastimar a ignorância dos outros. Eu, legislador, mandava fechar todas as igrejas dessa religião, pegava dos religionários e fazia-os purgar espiritualmente de todas as suas doutrinas; depois, dava-lhes uma aposentadoria razoável. (ASSIS, 1994, p. 42).

Nas crônicas de 19 de junho e 7 de junho de 1889, ataca o que considera as falsificações e contorções lógicas com aparente raiva e, posteriormente, associa-a com a loucura (conforme trecho citado acima). Além do charlatanismo que compartilhavam com os curandeiros, a dita filosofia otimista da crença lhe causava raiva.

Em março e abril, foram publicadas cinco crônicas, das quais três foram dedicadas às questões linguísticas, mais propriamente aos artigos que o latinista Antônio Castro Lopes, que havia publicado na *Gazeta*. Segundo Gledson (2006), Machado já o satirizava desde 1883. Na crônica “7 de março” (1889), faz uma crítica severa aos estrangeirismos em nossa língua:

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descobro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos. (ASSIS, 1994, p. 30).

E continua:

Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* dá ideia de antropofagia, pelo equívoco da palavra. Tenho um *chambre de seda*, que ainda não vesti, nem vestirei por mais que o uso haja reduzido a essa simples forma popular a *robe de chambre* dos franceses. (Idem, p. 30).

Machado expõe os limites de seu nacionalismo na esfera linguística e, assim, finaliza o texto:

— Faça-me o favor de falar português. *Reclamo* é o que eu emprego, e emprego muito bem; porque é assim que se chama o instrumento com que o caçador busca atrair as aves; às vezes, é uma ave ensinada para trazer as outras ao laço. Se não quer *reclamo*, use *chamariz*, que é a mesma coisa. E olhe que isto não está em livros velhos de jesuítas, anda já nos dicionários. (Idem, p. 31, grifo do autor).

Gledson (2006) diz que as primeiras nove crônicas dessa série são seu cerne. Elas expõem os argumentos centrais do autor, sendo constituídas em estrutura parecidas: as questões mais importantes são tratadas, desenvolvidas e chegam a um clímax, permeado, sempre, de ironia.

Não serão analisadas todas as crônicas e temáticas que nelas circulam. O foco principal é perceber o autor como educador, seus conselhos e a boa educação que expõe ao leitor. Parece evidente que esta série de crônicas tem uma história a contar. Gledson (2006, p. 186) diz que:

Machado começou a série num estado de tensão (criativa) em relação aos seus leitores. Com o fim da escravidão, uma tensão focalizou-se quase que inteiramente na questão do regime, do fim inevitável da monarquia e da chegada da república [...] Pode ser que *Bons Dias!*, longe de oferecer um modelo para interpretação de qualquer série de crônicas, mesmo de Machado, seja uma exceção [...]

Por fim, nas crônicas “Balas de Estalo” e “Bons Dias!”, Machado dialoga com o leitor, dentre outros temas, sobre o “bom comportamento” em público (por exemplo, como se portar num bonde), ou ensina cordialmente os cumprimentos necessários de quem possui uma “boa educação”.

Eis o que diz Kant (1996, p. 26-27):

Na educação, o homem deve, portanto: 1) Ser disciplinado. Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria. [...] 2) Tornar-se culto. A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e essa é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejemos [...]. 3) A educação deve também cuidar que o homem se torne prudente, que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e que

tenha influência. A essa espécie de cultura pertence o que se chama propriamente civilidade. Esta requer certos modos corteses, gentileza e a prudência de nos servirmos dos outros homens para os nossos fins [...]. 4) Deve, por fim, cuidar da moralização [...]

Para finalizar este capítulo, e mesmo este trabalho, acredita-se ser interessante traçar estudo, mesmo que breve, sobre José da Costa Marcondes Aires, o Conselheiro Aires, último personagem de Machado de Assis, que aparece em seus dois últimos romances: *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

3.3.4 O Conselheiro Aires

A escolha pelo personagem Aires se deu pelo fato de o mesmo ser conselheiro e intelectual, o que, de certa forma, une as partes discutidas neste trabalho. Além de ser o último personagem machadiano, é, para vários críticos, o personagem que mais se aproxima de Machado de Assis ou mesmo considerado autobiográfico, todavia não será analisado por esse prisma, uma vez que este não é o foco do trabalho.

O conselheiro Aires, personagem dos dois últimos romances de Machado de Assis, respectivamente *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), é um diplomata que representou o Brasil no exterior, por cerca de três décadas. Ao se aposentar, retorna à corte, que causa-lhe algum estranhamento e talvez um desdém pelo caráter ainda provinciano. Alguns críticos o consideraram um porta-voz do ceticismo machadiano frente às recorrências políticas de uma corte viciada no ócio, nepotismo e na estagnação (*Memorial de Aires*).

Durante os meus trinta e tantos anos de diplomacia algumas vezes vim ao Brasil, com licença. O mais do tempo vivi fora, em várias partes, e não foi pouco. Cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta outra vida de cá. Pois acabei. Certamente ainda me lembram coisas e pessoas de longe, diversões, paisagens, costumes, mas não morro de saudades por nada. Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei. (ASSIS, 1994, p. 2)

Aires, sob a perspectiva estrangeira e deslocada das questões locais, anota, em seu memorial, episódios do período de 1888 a 1889. Vale lembrar que este período político foi antecedido de pressões nacionais e internacionais para a proibição do tráfico de escravos e a abolição da escravatura. Em meio a disposições antagônicas entre monarquistas e republicanos, conservadores e liberais, o conselheiro, visivelmente isento, registra notícias da proximidade da abolição, assim como a reação dos fazendeiros, que, até o último momento,

ameaçando o Império de retirar-lhe a sustentação política, pressionam-no contra a extinção da escravidão (*Esaú e Jacó*).

Não me demoro em descrevê-lo. Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala brande e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo. Talvez a pele da cara rapada estivesse prestes a mostrar os primeiros sinais do tempo. [...] O mesmo faria o cabelo, vagamente grisalho, apartado ao centro. No alto da cabeça havia um início de calva. Na botoeira uma flor eterna. (Idem, p. 17).

Marcondes de Aires, narrador de *Esaú e Jacó* e narrador-protagonista de *Memorial de Aires*, é um homem de grande intelecto, refinado, profissionalmente bem-sucedido e possuidor de um convívio intenso com a sociedade. Todavia mostra-se frustrado diante de sua velhice e talvez da própria existência (*Memorial de Aires*):

Eu tenho a mulher embaixo do chão de Viena e nenhum dos meus filhos saiu do berço do Nada. Estou só, totalmente só. Os rumores de fora, carros, bestas, gentes, campainhas e assobios, nada disto vive para mim. Quando muito o meu relógio de parede, batendo as horas, parece falar alguma coisa, — mas fala tarde, pouco e fúnebre. Eu mesmo, relendo estas últimas linhas, pareço-me um coveiro. (Idem, p. 65).

Aires desenvolveu, a partir de seu trabalho na diplomacia, uma tática que o faz, enquanto narrador, extrair noções argutas acerca das mazelas e tolices intrínsecas à existência humana. É também o detentor de um título que se encaixa bem em seu ofício de diplomata: conciliador. Segundo Alfredo Bosi (2007, p. 130), o Conselheiro Aires “ouve mais do que fala e concilia o quanto pode”. Seu principal instrumento de trabalho é a articulação do jogo estratégico de convívio que constrói a partir de suas reflexões (*Esaú e Jacó*).

Era cordato, repito, embora esta palavra não exprima exatamente o que quero dizer. Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia. Para conhecer esta aversão, bastava tê-lo visto entrar, antes, em visita ao casal Santos. Pessoas de fora e da família conversavam da cabocla do Castelo. (ASSIS, 1994, p. 17).

Bosi (2007, p. 130) afirma ainda que o personagem possui “a vocação de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dois verbos parentes”. O fato de ser aposentado e sexagenário, segundo Bosi, é fundamental para um bom afastamento do personagem em relação ao convívio com seus contemporâneos, o que possibilita uma melhor condição para utilizar a enorme capacidade analítica, necessária às funções do diplomata. Mas tal categoria não possibilita um afastamento eficaz, pois tais qualidades são “ideais para quem se quer afastado da praia, mas ‘com os olhos na gente que fica’”. (Idem, p. 129). Seguem abaixo trechos de *Esaú e Jacó*:

— Fique, fique, conselheiro, disse Santos apertando a mão ao diplomata. Aprenda as verdades eternas.

[...] — Verdades eternas pedem horas eternas, ponderou este, consultando o relógio.

[...] Um tal Aires não era fácil de convencer. (ASSIS, 1994, p. 19).

Ou, ainda mais adiante, o reconhecimento do valor de seus conselhos:

— E então? disse Santos. Não é que o conselheiro, em vez de aprender, ensina-nos? Eu acho que ele deu algumas razões boas.

— Quando menos, plausíveis, completou mestre Plácido. (Idem, p. 20).

Aires representa o comedimento nas atitudes, a reflexão; a maturidade torna-se um filtro potente, e não menos suave, a partir do qual o diplomata-escritor analisa criticamente seus contemporâneos e a si mesmo (*Esaú e Jacó*):

Esse Aires que aí aparece conserva ainda agora algumas das virtudes daquele tempo, e quase nenhum vício. Não atribuas tal estado a qualquer propósito. Nem creias que vai nisto um pouco de homenagem à modéstia da pessoa. Não, senhor, é verdade pura e natural efeito. Apesar dos quarenta anos, ou quarenta e dois, e talvez por isso mesmo, era um belo tipo de homem. Diplomata de carreira, chegara dias antes do Pacífico, com uma licença de seis meses. (Idem, p. 17)

Lima diz que a ocupação diplomática de Aires apurara seu gosto pela conciliação. “Nos salões, nas confidências, Aires está em seu meio. Nenhum deslize, nenhuma afoiteza (...) para seu diário, contudo, Aires confia a franqueza que escamoteava de parentes, parceiros e amigos.” (LIMA, 1981, p. 113). A experiência e a idade do Conselheiro o levam a abrandar a ansiedade da existência. Se não tem como acabar com a hipocrisia do ser humano, resta-lhe apenas administrar o tempo que lhe sobra, em paz (*Esaú e Jacó*).

Mas este Aires, — José da Costa Marcondes Aires, — tinha que nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem pílulas. Não lhe queiras mal por isso; a droga amarga engole-se com açúcar. Aires opinou com pausa, delicadeza, circunlóquios, limpando o monóculo ao lenço de seda, pingando as palavras a graves e obscuras, fitando os olhos no ar, como quem busca uma lembrança, e achava a lembrança, e arredondava com ela o parecer. Um dos ouvintes aceitou-o logo, outro divergiu um pouco e acabou de acordo, assim terceiro, e quarto, e a sala toda. (Idem, p. 18).

Aires, assim como Bento Santiago (*Dom Casmurro*), era Bacharel em Direito e pode ser considerado um personagem preocupado com a formação do caráter humano, bem como a instrução. Desempenha um papel importante na vida dos gêmeos Pedro e Paulo (*Esaú e Jacó*), auxilia-os com seus conselhos, sempre que necessário, bem como os passa aos seus pais e amigos muitos desses ensinamentos:

Já então os dois gêmeos cursavam, um a Faculdade de Direito, em São Paulo; outro a Escola de Medicina, no Rio. Não tardaria muito que saíssem formados e prontos, um para defender o Direito e o torto da gente, outro para ajudá-la a viver e a morrer. Todos os contrastes estão no homem. (Idem, p. 40).

Também a cidade não lhe pareceu que houvesse mudado muito. Achou algum movimento mais, alguma ópera menos, cabeças brancas, pessoas defuntas; mas a velha cidade era a mesma. A própria casa dele no Catete estava bem conservada. Aires despediu o inquilino, tão polidamente como se recebesse o ministro dos negócios estrangeiros, e meteu-se nela a si e a um criado, por mais que a irmã teimasse em levá-lo para Andaraí. (Idem, p. 37).

Ao pensar em Aires, pode-se refletir também sobre José Dias, conselheiro de Bentinho, possuidor de uma visão ampla em relação à formação do sujeito, como já analisado no segundo capítulo deste trabalho. Ele percebia, no Brasil, o atraso em relação à Europa, principalmente no que dizia respeito ao ensino superior. Aires parece ser a junção ou mesmo a conclusão de alguns personagens machadianos.

Aires não é mais o intelectual caricaturesco, visto em Camilo Seabra e Simão Bacamarte, tampouco indeciso e frágil como Bentinho; aproxima-se em alguns pontos, mas afasta-se bem mais em outros. Talvez pelo papel de conselheiro, José Dias aproxime-se um pouco mais. Por ser o último personagem e também narrador das últimas obras, talvez reúna em si princípios compartilhados anteriormente, ou não.

Todavia, sem dúvida, ele é um personagem maduro, equilibrado, que consegue colocar-se de forma exterior aos acontecimentos, sem envolver-se muito, e possuidor de um caráter impessoal, resumindo, em si, o cerne intelectual. Não se pode dizer que não acontece a ironia se pensarmos na relação de Aires com a Europa e talvez um pequeno descaso com o Brasil, país de origem e no qual resolve retornar ao se aposentar e esperar seu fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão. (ASSIS, 1994, p. 14)

A pesquisa buscou conhecer um pouco mais sobre Educação da virada do século XIX através de algumas obras de Machado de Assis e ainda lançar um novo olhar sobre o objeto de estudo, pois se crê que a Literatura busca a realidade, interpreta e enuncia fatos sobre a sociedade, sem que, para isso, precise ser o espelho do objeto social que representa e sobre o qual interfere.

A análise percorreu obras compreendidas entre os anos de 1858 e 1908, segunda metade do século XIX e início do século XX. Tal período mostrou-se representativo das fases da produção machadiana, que percorre pouco após o início até a fase final, considerada madura. Embora seja praticamente esse o período que compreende sua escrita, não foi analisado todo o conjunto da obra, e sim as quais se encontrou maior representação da atuação da intelectualidade, instrução e do aconselhamento.

Preferiu-se não se ater a apenas um gênero, havendo a escolha e utilização de uma miscelânea deles: textos críticos, ensaios, crônicas, contos e romances. Para o embasamento teórico da pesquisa e análise, fez-se o uso de pesquisadores da obra de Machado de Assis, bem como de historiadores, filósofos, dentre outros, de forma a proporcionar um conhecimento mais amplo do período e do pensamento, agregando, assim, qualidade aos resultados das análises.

Machado de Assis preocupava-se em expor a acepção do processo histórico no período ao qual viveu e ainda buscar suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos. A representação literária desses sentidos mais cruciais da História exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances. Na experiência do leitor, a verdade não se lhe apresentava tal qual; o sentido dos eventos não era evidente, uma vez que o distanciamento crítico e a observação constante tornavam-se condições basais. Igualmente, pôde-se depreender o olhar lançado por Machado de Assis à sociedade da época, por meio de sua obra.

Observa-se que Machado exerce um papel de conselheiro em várias partes de sua obra. Ele escreve como se estivesse numa conversa com seu leitor, às vezes branda e aprazível, às vezes rígida, séria, expondo seu ponto de vista sem impor, uma vez que leva o leitor a uma possível interação, induzindo-o a conhecer determinadas situações e comportamentos discutidos.

A obra de Machado de Assis, tomada em seu conjunto, apresenta uma relação intrínseca entre sua produção literária e a evolução dos acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais do País, percebível no texto “Notícia da Atual da Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873), analisado no primeiro capítulo: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, 1994, p. 3).

Refletir o espaço machadiano diante as representações literárias e da crítica literária de sua época aludiu-nos, contudo, um estudo em solo incerto, distinto por disputas acerca de critérios e concepções do que é lido como Literatura, condicionados por argumentos específicos, expectativas, gostos e valores.

O primeiro capítulo da tese pretendeu traçar um panorama da abordagem crítica da obra de Machado de Assis através da exposição crítica de alguns estudiosos, como José Veríssimo, John Gledson, Alonso, Faoro, Bosi, Magalhães Júnior, dentre outros mencionados na Introdução e decorrer do trabalho, a fim de apresentar os variados juízos acerca de sua importância enquanto escritor, assim como opiniões em torno de sua obra e temáticas discutidas. Embora primeiramente tenha-se buscado conhecer um pouco da vida, principalmente da formação e instrução machadiana, no entanto, durante a pesquisa, conseguiu-se averiguar a existência de tão poucos estudos confiáveis acerca de sua instrução. Não se sabe de modo assertivo, sobre sua frequência em grupos escolares; muito das informações de sua vida se perderam pelo caminho. Sabe-se que o próprio Machado destruiu informações sobre sua vida pessoal. O que nos restou foram juntar variadas informações e tentar compreender, ao fim, que, comprovado ou não, ele teve uma instrução primorosa perceptível por meio de seus escritos ao expor sobre os bons modos e aconselhamentos.

Posteriormente continua-se expondo a visão do próprio escritor a propósito da Literatura. Para isso, analisamos textos críticos nos quais há uma discussão sobre a literatura, a crítica e o próprio escritor: “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura”, “O Ideal do Crítico”, “Propósito” e, por fim, “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”. Espera-se ter conseguido mostrar um pouco da Literatura da segunda metade do século XIX, especificamente escrita e vivenciada por Machado de Assis, através de seus textos e comentários de diversos estudiosos de sua obra.

É perceptível que os textos machadianos são realmente possuidores de várias características, podendo expressar não apenas uma determinada escola, mas conter peculiaridades à parte. Torna-se complexo e arriscado confirmar traços. Essa também não é a intenção, comprovar a filiação a qual pertence este ou aquele texto, a qual (quais)

movimento(s) literário(s) pertence sua obra. Embora se saiba que cada estudo tem sua validade, não se quer aqui desmerecer nenhum através dessa atitude.

O segundo capítulo tratou sobre a intelectualidade. Antes de iniciar o estudo sobre o personagem machadiano intelectual da segunda metade do século XIX, acreditou-se ser relevante um estudo sobre o tema debatido por Machado de Assis no texto “A Nova Geração”. Neste, ele delinea um possível perfil da geração de intelectuais de 1870, tece críticas sobre sua superficialidade e seu deslumbre expostas nas obras e sugere também aos novos escritores maturidade na escrita. Essa geração de intelectuais se caracterizava pela oposição à ordem saquarema (do Partido Conservador) que vigorou de forma quase ininterrupta, entre 1848 e 1878.

Machado partilhava da condição de ser um intelectual num país sem universidades nem outras instituições que garantissem um meio intelectual autônomo para suas atividades. Os pensadores brasileiros de 1870 tinham poucas escolhas e se tornavam funcionários públicos. Esse fato se passou com a maioria dos integrantes da Geração 1870. Os intelectuais se conservavam numa condição de dependência, da mesma ordem social que narravam em seus livros, buscando ponderar e censurar.

Em busca de progresso, os políticos e os intelectuais brasileiros formaram alianças importantes que difundiram sobre o “atraso” brasileiro, bem como apresentaram ideias a respeito das probabilidades de civilizar o território. Vale ressaltar que a proclamação da República no Brasil se deu com cem anos de atraso em relação à Europa. As fórmulas propostas, importadas, em sua grande maioria, da Europa, seriam capazes de mudar o descompasso em que julgava encontrar-se a nação brasileira. Modernizar costumes e introduzir tecnologias foram, para esse grupo, um caminho adequado a irromper com o passado colonial.

E, por fim, o terceiro capítulo da tese abordou sobre a instrução, a Educação e o aconselhamento discutidos em contos e crônicas de Machado de Assis. A Literatura pode ser rica de informações que não são comprovadas, e sim reveladas ao leitor, conforme, sua maturidade de leitura. Para isso, analisaram-se os contos “Contos de Escola” e “Umas Férias”, que tratam do ambiente escolar e seus agentes. As representações da Educação, como a singular herança consentida aos filhos, também ajudavam os docentes na constituição de imagens de austeridade e esforço pessoal no cerne de uma sociedade liberal e meritocrática, na qual, pela via da instrução e Educação, era possível aos indivíduos valerem-se de estratégias que os movimentassem por meio das hierarquias e no interior das diferenças socioculturais, alcançando posições intermediárias como as dos professores públicos.

A obrigatoriedade da instrução pública, ao ser instituído em 1891 já na República, sob-responsabilidade dos Estados, ficando para a União a tarefa de cuidar do ensino secundário e superior, o ensino elementar, sua função e seus problemas se arrastariam aos dias atuais. Por ser o final do século XIX, a gênese do processo de transformações na Educação Brasileira, pensamos ser também este o período que precisa ser repensado e analisado na busca de possíveis respostas e contribuições para a Educação do presente. E as representações da escola e do ensino na obra do grande escritor Machado de Assis.

Seguindo, trata-se do conto “Teoria do Medalhão”, relatando uma instrução não menos importante, todavia agora informal, os conhecimentos passados de pai para filho, porém Machado, com toda a sua maestria, relata o suposto diálogo entre pai e filho ironicamente, uma vez que os aconselhamentos podem ser considerados amorais. O filho apenas ouve, pouco fala e, em nenhum momento, impõe sua opinião.

Pode-se perceber, no conto, o indivíduo que se anula em busca de aparência social. A busca pela imagem e posição social sobressai-se às demais necessidades. O ser humano é aniquilado em sua essência, numa sociedade que vive de aparências, e expor ao público o que se aparenta ser torna-se mais forte do que realmente ser.

Neste capítulo, utilizou-se, para uma melhor compreensão, de estudos acerca da Educação, através de vários estudiosos como Almeida, Carvalho, Durkheim, Kant, Ternes, Romanelli, Viotti, Nepomuceno e outros já citados anteriormente.

Para Martino (2013), a sociedade brasileira vivia entre a desestabilização do Império e a afirmação da ideia de República. O fim da Monarquia estava relacionado às disputas pelo poder político entre os diferentes segmentos das classes dominantes, envolvendo militares, cafeicultores, homens de negócios, fazendeiros tradicionais e intelectuais.

As crônicas, embora comprometidas com a brevidade, inserem-se num conjunto maior de textos que, quando lidos conjuntamente, apresentam um argumento consistente sobre política, ciência, Literatura, enfim sobre o que está acontecendo naquele momento crucial para algumas das instituições mais importantes do Segundo Reinado. As crônicas da série “Balas de Estalo” e “Bons Dias!”, as quais os bons modos são um assunto que se reitera no decorrer da série, de forma bem enfática, são sempre iniciadas por um cumprimento matinal e concluídas com um cumprimento noturno. Para o narrador, essa educação é natural; em vários momentos, sugere “ser de berço”. E, ao aconselhar seu leitor, não deixa de ser um educador, de expor seus conhecimentos através de modos e costumes usuais a ele e que também deveriam ser ao leitor.

Não dispomos de total segurança ou certeza para afirmar ao fim deste estudo que o autor possuía consciência da importância da sua obra. Na certeza de não terem sido esgotadas as várias possibilidades de interpretações acerca da presença da instrução, do intelectualismo e dos aconselhamentos na obra machadiana, espera-se ter contribuído através deste trabalho, com a variada e ampla lista de estudos acerca de Machado de Assis, bem como sobre a Educação, instigando novas pesquisas que abordem esse tema e objeto repletos de significações a cada leitura. Sabe-se que a obra de um autor não pode ser lida com uma admiração isenta de espírito crítico, embora não tenha sido analisado o estranhamento em algumas questões não tratadas pelo autor.

4 REFERÊNCIAS

4.1 Obras de Machado de Assis

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Machado de Assis*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.machadodeassis.org.br>>. Acesso em: 9 set. 2011.

ASSIS, Machado de. A Nova Geração. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. A Parasita Azul. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Bons Dias!*: crônicas (1888-1889). Introdução, edição e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Conto de Escola. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Crônica*: 1 de junho, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Dom Casmurro. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. I. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Esaú e Jacó. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. I. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Instinto de Nacionalidade. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Memorial de Aires. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. I. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. I. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. O Alienista. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. O Ideal do Crítico. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Propósito. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Teoria do Medalhão. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Umas Férias. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

4.2 Obras citadas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500 – 1889): história e legislação*. 2ª ed. Tradução: Antonio Chizzoti. São Paulo: Educ, 2009.

ALONSO, Ângela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da Geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 15. nº 44. São Paulo. Out. 2000.

_____. *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. *Cultura brasileira*. São Paulo: USP, 1971.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*. Campinas, SP: UniCamp, 2003.

_____. *Autobiografias: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas, SP: UniCamp, 2003.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CADWELL, Hellen. *Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de D. Casmurro*. 2ª ed. Tradução: Fábio Fonseca e Melo. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectivas, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1 e 2.

_____. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CATANI, Denice B. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COELHO, Ildeu Moreira. *Realidade e utopia na construção da universidade*. Goiânia: UFG, 1996.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 171-173.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queiroz e Simões Lopes Neto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade Clássica*. 9. ed. Tradução: José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. São Paulo: Global, 1990.

GLEDSON, John. A História do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis. In: *A História contada: capítulos de história social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. rev. Tradução: Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução: Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, A.C. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: SCHWARCZ, L.M. (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

GOMES, Roberto. *O Alienista: loucura, poder e ciência*. Tempo Social; Rev. Social. São Paulo: USP, 1994.

HERSCHMANN, M.M.; PEREIRA, C.A.M. (orgs.) *A invenção do Brasil moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JUNQUEIRA, Maria Aparecida. Machado de Assis e seu projeto Crítico Literário. *Revista Ângulo*, nº 113, abr./jun., 2008, p. 86-91.

KANT, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. Tradução: Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

KANTOROVICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAJOLO, Marisa. Um arquiteto de personalidades. In: *Machado de Assis*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

LIMA, Luiz Costa. Sob as faces de um bruxo. In: *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis, vida e obra*. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 182.

_____. *Vida e obra de Machado de Assis: aprendizado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. I.

_____. *Vida e obra de Machado de Assis: ascensão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. II.

_____. *Vida e obra de Machado de Assis: maturidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. III.

_____. _____. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. IV.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Machado de Assis: obra completa*. [s.d.]. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2012.

MISKOLCI. *Sociologias*. Porto Alegre, Rev. Interface, ano 8, nº 15, jan./jun. 2006, p. 352-377. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/.../Machado-de-Assis-o-outsider-estabelecido->>. Acesso em: 10 out. 2012.

MOTTA, Jehovah. *Formação oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; FERREIRA, Suely. Universidade, sociedade e cultura no pensamento de Anísio Teixeira. In: TIBALLI, Eliandra Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria de Araújo (coord.). *Pensamento educacional brasileiro*. Goiânia: PUC de Goiás, 2006.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Coleção Documentos Brasileiros – v. XII. São Paulo: José Olympio, 1950.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v. 5.

ROUANET, Sergio Paulo (Org. e Coord.). *Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 78-79.

SCHUELER, Alessandra Frota. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte Imperial (1870-1889): o exemplo da instrução pública. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 3, nº 3, set/dez. 2005. p. 379-390.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2008.

_____. *Ao vencedor, as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (org). *História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, 7ª reimp.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*. v. 20, nº 51, Campinas, nov. 2000. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57784043/SOUZA-Rosa-Inovacao-educacional-no-seculo-XIX>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Nacional, 1977.

TERNES, José. *Michel Foucault e a idade do homem*. 2. ed. Goiânia: UCG; UFG, 2009.

_____. A noção de ciência e de Educação em Anísio Teixeira: considerações preliminares. In: TIBALLI, Eliandra Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria Araújo (coord.). *Pensamento educacional brasileiro*. Goiânia: PUC de Goiás, 2006.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. Durkheim e a Educação. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (org). *Sociologia para educadores*. 4. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. cap. 3, p. 25-61.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 21, 218 p., set.-dez. 2009.

_____. Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX. *Anais do II Congresso de História da Educação de Minas Gerais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 3. ed. Coleção Documentos Brasileiros, nº 74. Cap. XIX, Machado de Assis, p. 343-359. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VIDAL, Diana. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WHORTON, James. *Counter cultural healing: a brief history of alternative Medicine in America*. 4 nov. 2013. WGBH Educational Foundation. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

4.3 Artigos, dissertações e teses

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. *Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)*. Tese de Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Orientadora: Doutora Cléria Botelho da Costa. Brasília – DF, 2009. 311 f.

AMPARO, Flávia. Diálogo entre o Humano e o Divino: *Os Deuses de Casaca de Machado De Assis*. *Machado de Assis em linha*. ano 4, nº 7, jun. 2011. pp. 29-45.

BARBOZA FILHO, Ruben. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BERGAMINI, Atilio. “Instinto de Nacionalidade” na Imprensa Liberal. *Machado de Assis em linha*. Rio de Janeiro. v. 6, nº 12, p. 15-31, dez. 2013.

BOTOSO, Altamir. *A Moreninha* e “A Parasita Azul”: do romance romântico ao seu desmascaramento. *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*. nº 1, v. 2, dez. 2011. pp. 35-60.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *Uma poética da homonímia: o problema do nome próprio em Machado de Assis*. Tese de Doutorado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Andrea Daher. Rio de Janeiro, 2014. 437 f.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista de História Intelectual*. nº 2 (1998), Quilmes. Universidade Nacional de Quilmes, pp. 149-168.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. Centro de Estudos Direito e Sociedade – *Caderno CEDES*, nº 9. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985. Disponível em: <<http://cedes.iesp.uerj.br/PDF/cadernos/cadernos%209%20-%20organizacaointelectuais9.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

COIMBRA, Adriene Costa de Oliveira. *Essas mulheres machadianas...* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Audemaro Taranto Goulart. Belo Horizonte, 2007. 110f.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis. “Dessa Terra e Desse Estrume É que Nasceu Esta Flor”: genealogia, dinheiro e literatura no conto “A Parasita Azul”, de Machado de Assis. 6º *Colóquio Internacional Marx e Engels*. GT 7 – Cultura, capitalismo e socialismo. 8 f.

FURLAN, Stélio. *Machado de Assis, o crítico: sedução e desencantos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Tânia Regina Oliveira Ramos. Florianópolis, 2001. 256 f.

GOMES, Roberto. O Alienista: loucura, poder e ciência. *Tempo Social; Revista. Sociol. USP*, S. Paulo, 5 (1-2): 145-160, 1993. (editado em nov. 1994). pp. 145-160.

MARTINO, Agnaldo Sérgio de. *Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: Leonor Lopes Fávero. São Paulo, 2013. 216 f.

MENDES, Josélia Batista; MENDES, Yury Vieira Tupynambá de Lélis. Aspectos do Bacharelismo em Machado de Assis. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFMS*. ISSN 1981-3694. v. 9, nº 1, 2014. pp. 172-189. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/redevistadireito>>. Acesso em:

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o outsider estabelecido. *Interface. Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan./jun. 2006. pp. 352-377.

OLIVEIRA, Leonardo Pereira de. *Moral e arte em Machado de Assis: da crítica e do teatro ao romance Esaú e Jacó*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Homero Vizeu Araújo. Porto Alegre, 2013. 416 f.

PEREIRA, Ana Carolina Huguenim. *Da casa verde ao subsolo: Machado de Assis e Dostoievski entre modernidade e tradição*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Daniel Araújo Reis. Niterói: 2011. 315 f.

PERROT, Andrea Czarnobay. *Machado de Assis e a ironia: estilo e visão de mundo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Ana Maria Lisboa Melo. Porto Alegre, 2006. 229 f.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélis: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Sidney Chalhoub. Campinas, 2010. 398 f.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, nº 4, 2º semestre de 2012. pp. 5-45.

SANTOS, Olga de Jesus. *A consagração literária: o exemplo de Machado de Assis*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Antônio Carlos Secchim. Rio de Janeiro, 2006. 257 f.

SILVA, Einstein Augusto da. *Crônicas e identidade nacional: um esboço à Machado - considerações sobre identidade nacional nas crônicas de Machado de Assis*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Élio Cantalício Serpa. Goiânia, 2012. 126 f.

VICENTE, Vanderlei da Silva. *Os medalhões machadianos: a construção de um personagem*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Gínia Maria de Oliveira. Porto Alegre, 2010. 109 f.

4.4 Obras inventariadas

AUERBACH, Erich. *La cour et La Ville*. In: COSTA, Lima Luiz (org.). *Teoria da Literatura e suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a História*. São Paulo: Editora 34, 2013.

CAMPI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANEZIN, Maria Tereza. *Introdução à teoria e ao método em Ciências Sociais e Educação*. Goiânia: UCG-GO, 2001.

_____; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *Apontamentos sobre a noção de conhecimento e o processo de investigação em ciências humanas*. Goiânia: PUC-GO, 2009. Disponível em: <<http://educativa.ucg.br>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELIAS, Norberto. *Sobre o tempo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.

FARIA, João Roberto (org.). *Machado de Assis: do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia do saber*. 9ª ed. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCO, Maria Laura. *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere: o risorgimento. Notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 5. ed. 2ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MORETTI, Franco. *O burguês: entre a História e a Literatura*. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

REIS, Ricardo. *A importância do professor*. Disponível em: <<http://www2.catho.com.br/jcs/imputer-viewphtml?Id=2424>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 3. ed. Tradução: José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

ANEXOS

ANEXO A

O passado, o presente e o futuro da Literatura

Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23/04/1858.

I

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias, é a manifestação eloqüente de uma raça heróica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas despóticas de um governo absoluto e bárbaro. O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade; a eles, novos Cristos da regeneração de um povo, cuja missão era a união do desinteresse, do patriotismo e das virtudes humanitárias.

Era uma empresa difícil a que eles tinham então em vista. A sociedade contemporânea era bem mesquinha para bradar — avante! — àqueles missionários da inteligência e sustentá-los nas suas mais santas aspirações. Parece que o terror de uma época colonial inoculava nas fibras íntimas do povo o desânimo e a indiferença.

A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América.

Todos os mais eram assim: as aberrações eram raras. Era evidente que a influência poderosa da literatura portuguesa sobre a nossa, só podia ser prejudicada e sacudida por uma revolução intelectual.

Para contrabalançar, porém, esse fato cujos resultados podiam ser funestos, como uma valiosa exceção apareceu o *Uraguai* de Basílio da Gama. Sem trilhar a senda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu. Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara, a poesia do *boré* e do *tupã*, não é a poesia nacional. O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade?

Basílio da Gama era entretanto um verdadeiro talento, inspirado pelas ardências vaporosas do céu tropical. A sua poesia suave, natural, tocante por vezes, elevada, mas elevada

sem ser bombástica, agrada e impressiona o espírito. Foi pena que em vez de escrever um poema de tão acanhadas proporções, não empregasse o seu talento em um trabalho de mais larga esfera. Os grandes poemas são tão raros entre nós!

As odes de José Bonifácio são magníficas. As belezas da forma, a concisão e a força da frase, a elevação do estilo, tudo aí encanta e arrebatava. Algumas delas são superiores às de Filinto. José Bonifácio foi a reunião dos dois grandes princípios, pelos quais sacrificava-se aquela geração: a literatura e a política. Seria mais poeta se fosse menos político; mas não seria talvez tão conhecido das classes inferiores. Perguntai ao trabalhador que cava a terra com a enxada, quem era José Bonifácio; ele vos falará dele com o entusiasmo de um coração patriota. A *ode* não chega ao tugúrio do lavrador. A razão é clara: faltam-lhe os conhecimentos, a educação necessária para compreendê-la.

Os Andradas foram a trindade simbólica da inteligência, do patriotismo, e da liberdade. A natureza não produz muitos homens como aqueles. Interessados vivamente pela regeneração da pátria, plantaram a dinastia bragantina no trono imperial, convictos de que o herói do Ipiranga convinha mais que ninguém a um povo altamente liberal e assim legaram à geração atual as douradas tradições de uma geração fecunda de prodígios, e animada por uma santa inspiração.

Sousa Caldas, S. Carlos e outros muitos foram também astros luminosos daquele firmamento literário. A poesia, a forma mais conveniente e perfeitamente acomodada às expansões espontâneas de um país novo, cuja natureza só conhece uma estação, a primavera, teve naqueles homens, verdadeiros missionários que honraram a pátria e provam as nossas riquezas intelectuais ao crítico mais investigador e exigente.

II

Uma revolução literária e política fazia-se necessária. O país não podia continuar a viver debaixo daquela dupla escravidão que o podia aniquilar.

A aurora de Sete de Setembro de 1882, foi a aurora de uma nova era. O grito do Ipiranga foi o — *Eureka* — soltado pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil, cuja felicidade e bem-estar procuravam.

O país emancipou-se. A Europa contemplou de longe esta regeneração política, esta transição súbita da servidão para a liberdade, operada pela vontade de um príncipe e de meia dúzia de homens eminentemente patriotas. Foi uma honrosa conquista que nos deve encher de glória e de orgulho; e é mais que tudo uma eloqüente resposta às interrogações pedantescas de meia dúzia de céticos da época: *o que somos nós?*

Havia, digamos de passagem, no procedimento do fundador do império um sacrifício heróico, admirável, e pasmoso. Dois tronos se erguiam diante dele: um, cheio de tradições e de glórias; o outro, apenas saído das mãos do povo, não tinha passado, e fortificava-se só com uma

esperança no futuro! Escolher o primeiro, era um duplo dever, como patriota e como príncipe. Aquela cabeça inteligente devia dar o seu quinhão de glória ao trono de D. Manuel e D. João II. Pois bem! ele escolheu o segundo, com o qual nada ganhava, e ao qual ia dar muito. Há poucos sacrifícios como este.

Mas após o *Fiat* político, devia vir o *Fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.

Além disso, as erupções revolucionárias agitavam as entranhas do país; o facho das dissensões civis ardia em corações inflamados pelas paixões políticas. O povo tinha-se fracionado e ia derramando pelas próprias veias a força e a vida. Cumpria fazer cessar essas lutas fratricidas para dar lugar às lutas da inteligência, onde a emulação é o primeiro elemento e cujo resultado imediato são os louros, fecundos da glória e os aplausos entusiásticos de uma posteridade agradecida.

A sociedade atual não é decerto compassiva, não acolhe o talento como deve fazê-lo. Compreendam-nos! nós não somos inimigo encarnizado do progresso material. Chateaubriand o disse: "Quando se aperfeiçoar o vapor, quando unido ao telégrafo tiver feito desaparecer as distâncias, não hão de ser só as mercadorias que hão de viajar de um lado a outro do globo, com a rapidez do relâmpago; hão de ser também as idéias". Este pensamento daquele restaurador do cristianismo — é justamente o nosso; — nem é o desenvolvimento material que acusamos e atacamos. O que nós queremos, o que querem todas as vocações, todos os talentos da atualidade literária, é que a sociedade não se lance exclusivamente na realização desse progresso material, magnífico pretexto de especulação, para certos espíritos positivos que se alentam no fluxo e refluxo das operações monetárias. O predomínio exclusivo dessa realeza parva, legitimidade fundada numa letra de câmbio, é fatal, bem fatal às inteligências; o talento pede e tem também direito aos olhares piedosos da sociedade moderna: negar-lhos é matar-lhe todas as aspirações, é nulificar-lhe todos os esforços aplicados na realização das idéias mais generosas, dos princípios mais salutares, e dos germens mais fecundos do progresso e da civilização.

III

É, sem dúvida, por este doloroso indiferentismo que a geração atual tem de encontrar numerosas dificuldades na peregrinação; contrariedades que, sem abater de todo as tendências literárias, toda via podem fatigá-las reduzindo-as a um marasmo apático, sintoma doloroso de uma decadência prematura.

No estado atual das coisas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende.

Esta verdade, exceto no jornalismo, verifica-se em qualquer outra forma literária. Ora, será possível que assim tenhamos uma literatura convenientemente desenvolvida? respondemos pela negativa.

Tratemos das três formas literárias essenciais: — o romance, o drama e a poesia.

Ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se têm dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da convivência perniciosa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as suscetibilidades nacionais.

Podíamos aqui assinalar os nomes desses poucos que se têm entregado a um estudo tão importante, mas isso não entra na ordem deste trabalho, pequeno exame genérico das nossas letras. Em um trabalho de mais largas dimensões que vamos empreender analisaremos minuciosamente esses vultos de muita importância decerto para a nossa recente literatura.

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro, é negar um fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias.

Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática? Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaborões às vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado *francelho*?

É evidente que é isto a cabeça de Medusa, que enche de terror as tendências indecisas, e mesmo as resolutas. Mais de uma tentativa terá decerto abortado em face desta verdade pungente, deste fato doloroso.

Mas a quem atribuí-lo? Ao povo? O triunfo que obtiveram as comédias do Pena, e do Sr. Macedo, prova o contrário. O povo não é avaro em aplaudir e animar as vocações; saber agradá-lo, é o essencial.

É fora de dúvida, pois, que a não existir no povo a causa desse mal, não pode existir senão nas direções e empresas. Digam o que quiserem, as direções influem neste caso. As tentativas dramáticas naufragam diante deste *czariato* de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte. A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios dos seus oráculos falasse às turbas entusiasmadas e delirantes. Transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua, é tarefa de que se incumbem qualquer bípede que entende letra redonda. O que provém daí? O que se está vendo. A arte

tornou-se uma indústria; e à parte meia dúzia de tentativas bem sucedidas sem dúvida, o nosso teatro é uma fábula, uma utopia.

Haverá remédio para a situação? Cremos que sim. Uma reforma dramática não é difícil neste caso. Há um meio fácil e engenhoso: recorra-se às operações políticas. A questão é de pura diplomacia; e um *golpe de estado* literário não é mais difícil que uma parcela de orçamento. Em termos claros, um tratado sobre direitos de representação reservados, com o apêndice de um imposto sobre traduções dramáticas, vem muito a pêlo, e convém perfeitamente às necessidades da situação.

Removido este obstáculo, o teatro nacional será uma realidade? Respondemos afirmativamente. A sociedade, Deus louvado! é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar, uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-na: eis o que aconselhamos às vocações da época!

A escola moderna presta-se precisamente ao gosto da atualidade. *As Mulheres de Mármore* — *O Mundo Equívoco* — *A Dama das Camélias* — agradaram, apesar de traduções. As tentativas do Sr. Alencar tiveram um lisonjeiro sucesso. Que mais querem? A transformação literária e social foi exatamente compreendida pelo povo; e as antigas idéias, os cultos inveterados, vão caindo à proporção que a reforma se realiza. Qual é o homem de gosto que atura no século XIX uma *punhalada* insulsa *tragicamente* administrada, ou os trocadilhos sensaborões da antiga farsa?

Não divaguemos mais; a questão está toda neste ponto. Removidos os obstáculos que impedem a criação do teatro nacional, as vocações dramáticas devem estudar a escola moderna. Se uma parte do povo está ainda aferrada às antigas idéias, cumpre ao talento educá-la, chamá-la à esfera das idéias novas, das reformas, dos princípios dominantes. É assim que o teatro nascerá e viverá; é assim que se há de construir um edifício de proporções tão colossais e de um futuro tão grandioso.

O ideal do crítico

Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro*, 8/10/1865.

Exercer a crítica, afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão. Infelizmente é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes.

São óbvias as conseqüências de uma tal situação. As musas, privadas de um farol seguro, correm o risco de naufragar nos mares sempre desconhecidos da publicidade. O erro produzirá o erro;

amortecidos os nobres estímulos, abatidas as legítimas ambições, só um tribunal será acatado, e esse, se é o mais numeroso, é também o menos decisivo. O poeta oscilará entre as sentenças mal concebidas do crítico, e os arestos caprichosos da opinião; nenhuma luz, nenhum conselho, nada lhe mostrará o caminho que deve seguir, — e a morte próxima será o prêmio definitivo das suas fadigas e das suas lutas.

Chegamos já a estas tristes conseqüências? Não quero proferir juízo, que seria temerário, mas qualquer pode notar com que largos intervalos aparecem as boas obras, e como são raras as publicações seladas por um talento verdadeiro. Quereis mudar esta situação aflitiva? Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada, — será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, — essas três chagas da crítica de hoje, — ponde em lugar delas, a sinceridade, a solícitude e a justiça, — é só assim que teremos uma grande literatura.

É claro que a essa crítica, destinada a produzir tamanha reforma, deve-se exigir as condições e as virtudes que faltam à crítica dominante; — e para melhor definir o meu pensamento, eis o que eu exigiria no crítico do futuro.

O crítico atualmente aceito não prima pela ciência literária; creio até que uma das condições para desempenhar tão curioso papel, é despreocupar-se de todas as questões que entendem com o domínio da imaginação. Outra, entretanto, deve ser a marcha do crítico; longe de resumir em duas linhas, — cujas frases já o tipógrafo as tem feitas, — o julgamento de uma obra, cumpre-lhe meditar profundamente sobre ela, procurar-lhe o sentido íntimo, aplicar-lhe as leis poéticas, ver enfim até que ponto a imaginação e a verdade conferenciaram para aquela produção. Deste modo as conclusões do crítico servem tanto à obra concluída, como à obra em embrião. Crítica é análise, — a crítica que não analisa é a mais cômoda, mas não pode pretender a ser fecunda. Para realizar tão multiplicadas obrigações, compreendo eu que não basta uma leitura superficial dos autores, nem a simples reprodução das impressões de um momento; pode-se, é verdade, fascinar o público, mediante uma fraseologia que se emprega sempre para louvar ou deprimir; mas no ânimo daqueles para quem uma frase nada vale, desde que não traz uma idéia, — esse meio é impotente, e essa crítica negativa.

Não compreendo o crítico sem consciência. A ciência e a consciência, eis as duas condições principais para exercer a crítica. A crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou da simpatia, procure produzir unicamente os juízos da sua consciência. Ela deve ser sincera, sob pena de ser nula. Não lhe é dado defender nem os seus interesses pessoais, nem os alheios, mas somente a sua convicção, e a sua convicção, deve formar-se tão pura e tão alta, que não sofra a ação das circunstâncias externas. Pouco lhe deve importar as simpatias ou antipatias dos outros; um sorriso complacente, se pode ser recebido e retribuído com outro, não deve determinar, como a espada de Breno, o peso da balança;

acima de tudo, dos sorrisos e das desatenções, está o dever de dizer a verdade, e em caso de dúvida, antes calá-la, que negá-la.

Com tais princípios, eu compreendo que é difícil viver; mas a crítica não é uma profissão de rosas, e se o é, é-o somente no que respeita à satisfação íntima de dizer a verdade.

Das duas condições indicadas acima decorrem naturalmente outras, tão necessárias como elas, ao exercício da crítica. A coerência é uma dessas condições, e só pode praticá-la o crítico verdadeiramente consciencioso. Com efeito, se o crítico, na manifestação dos seus juízos, deixa-se impressionar por circunstâncias estranhas às questões literárias, há de cair frequentemente na contradição, e os seus juízos de hoje serão a condenação das suas apreciações de ontem. Sem uma coerência perfeita, as suas sentenças perdem todo o vislumbre de autoridade, e abatendo-se à condição de ventoinha, movida ao sopro de todos os interesses e de todos os caprichos, o crítico fica sendo unicamente o oráculo dos seus inconscientes adutores.

O crítico deve ser independente, — independente em tudo e de tudo, — independente da vaidade dos autores e da vaidade própria. Não deve curar de inviolabilidades literárias, nem de cegas adorações; mas também deve ser independente das sugestões do orgulho, e das imposições do amor próprio. A profissão do crítico deve ser uma luta constante contra todas essas dependências pessoais, que desautoram os seus juízos, sem deixar de perverter a opinião. Para que a crítica seja mestra, é preciso que seja imparcial, — armada contra a insuficiência dos seus amigos, solícita pelo mérito dos seus adversários, — e neste ponto, a melhor lição que eu poderia apresentar aos olhos do crítico, seria aquela expressão de Cícero, quando César mandava levantar as estátuas de Pompeu: — "É levantando as estátuas do teu inimigo que tu consolidas as tuas próprias estátuas".

A tolerância é ainda uma virtude do crítico. A intolerância é cega, e a cegueira é um elemento do erro; o conselho e a moderação podem corrigir e encaminhar as inteligências; mas a intolerância nada produz que tenha as condições de fecundo e duradouro.

É preciso que o crítico seja tolerante, mesmo no terreno das diferenças de escola: se as preferências do crítico são pela escola romântica, cumpre não condenar, só por isso, as obras-primas que a tradição clássica nos legou, nem as obras meditadas que a musa moderna inspira; do mesmo modo devem os clássicos fazer justiça às boas obras dos românticos e dos realistas, tão inteira justiça, como estes devem fazer às boas obras daqueles. Pode haver um homem de bem no corpo de um maometano, pode haver uma verdade na obra de um realista. A minha admiração pelo *Cid* não me fez obscurecer as belezas de *Ruy Blas*. A crítica que, para não ter o trabalho de meditar e aprofundar, se limitasse a uma proscricção em massa, seria a crítica da destruição e do aniquilamento.

Será necessário dizer que uma das condições da crítica deve ser a urbanidade? Uma crítica que, para a expressão das suas idéias, só encontra fórmulas ásperas, pode perder as esperanças de influir e dirigir. Para muita gente será esse o meio de provar independência; mas os olhos experimentados farão muito pouco caso de uma independência que precisa sair da sala para mostrar que existe.

Moderação e urbanidade na expressão, eis o melhor meio de convencer; não há outro que seja tão eficaz. Se a delicadeza das maneiras é um dever de todo homem que vive entre homens, com mais razão é um dever do crítico, e o crítico deve ser delicado por excelência. Como a sua obrigação é dizer a verdade, e dizê-la ao que há de mais suscetível neste mundo, que é a vaidade dos poetas, cumpre-lhe, a ele sobretudo, não esquecer nunca esse dever. De outro modo, o crítico passará o limite da discussão literária, para cair no terreno das questões pessoais; mudará o campo das idéias, em campo de palavras, de doestos, de recriminações, — se acaso uma boa dose de sangue frio, da parte do adversário, não tornar impossível esse espetáculo indecente.

Tais são as condições, as virtudes e os deveres dos que se destinam à análise literária; se a tudo isto juntarmos uma última virtude, a virtude da perseverança, teremos completado o ideal do crítico.

Saber a matéria em que fala, procurar o espírito de um livro, descarná-lo, aprofundá-lo, até encontrar-lhe a alma, indagar constantemente as leis do belo, tudo isso com a mão na consciência e a convicção nos lábios, adotar uma regra definida, a fim de não cair na contradição, ser franco sem aspereza, independente sem injustiça, tarefa nobre é essa que mais de um talento podia desempenhar, se se quisesse aplicar exclusivamente a ela. No meu entender é mesmo uma obrigação de todo aquele que se sentir com força de tentar a grande obra da análise conscienciosa, solícita e verdadeira.

Os resultados seriam imediatos e fecundos. As obras que passassem do cérebro do poeta para a consciência do crítico, em vez de serem tratadas conforme o seu bom ou mau humor, seriam sujeitas a uma análise severa, mas útil; o conselho substituiria a intolerância, a fórmula urbana entraria no lugar da expressão rústica, — a imparcialidade daria leis, no lugar do capricho, da indiferença e da superficialidade.

Isto pelo que respeita aos poetas. Quanto à crítica dominante, como não se poderia sustentar por si, — ou procuraria entrar na estrada dos deveres difíceis, mas nobres, — ou ficaria reduzida a conquistar de si própria, os aplausos que lhe negassem as inteligências esclarecidas.

Se esta reforma, que eu sonho, sem esperanças de uma realização próxima, viesse mudar a situação atual das coisas, que talentos novos! que novos escritos! que estímulos! que ambições! A arte tomaria novos aspectos aos olhos dos estreatantes; as leis poéticas, — tão confundidas hoje, e tão caprichosas, — seriam as únicas pelas quais se aferisse o merecimento das produções, — e a literatura alimentada ainda hoje por algum talento corajoso e bem encaminhado, — veria nascer para ela um dia de florescimento e prosperidade. Tudo isso depende da crítica. Que ela apareça, convencida e resoluta, — e a sua obra será a melhor obra dos nossos dias.

Propósito

Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente na “Semana Literária”, seção do *Diário do Rio de Janeiro*, 09/01/1866.

A temperatura literária está abaixo de zero. Este clima tropical, que tanto aquece as imaginações, e faz brotar poetas, quase como faz brotar as flores, por um fenômeno, aliás explicável, torna preguiçosos os espíritos, e nulo o movimento intelectual. Os livros que aparecem são raros, distanciados, nem sempre dignos de exame da crítica. Há decerto exceções tão esplêndidas quanto raras, e por isso mesmo mal compreendidas do presente, graças à ausência de uma opinião. Até onde irá uma situação semelhante, ninguém pode dizê-lo, mas os meios de iniciar a reforma, esses parecem-nos claros e simples, e para achar o remédio basta indicar a natureza do mal.

A nosso ver, há duas razões principais desta situação: uma de ordem material, outra de ordem intelectual. A primeira, que se refere à impressão dos livros, impressão cara, e de nenhum lucro pecuniário, prende-se inteiramente à segunda que é a falta de gosto formado no espírito público. Com efeito, quando aparece entre nós essa planta exótica chamada editor, se os escritores conseguem encarregá-lo, por meio de um contrato, da impressão das suas obras, é claro que o editor não pode oferecer vantagem aos poetas, pela simples razão de que a venda do livro é problemática e difícil. A opinião que devia sustentar o livro, dar-lhe voga, coroá-lo enfim no Capitólio moderno, essa, como os heróis de Tácito, brilha pela ausência. Há um círculo limitado de leitores; a concorrência é quase nula, e os livros aparecem e morrem nas livrarias. Não dizemos que isso aconteça com todos os livros, nem com todos os autores, mas a regra geral é essa.

Se a ausência de uma opinião literária torna difícil a publicação dos livros, não é esse o menor dos seus inconvenientes; há outro, de maior alcance, porque é de futuro: é o cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença. Daqui se pode concluir que o homem que trabalha, apesar de tais obstáculos, merece duas vezes as bênçãos das musas. Um exemplo: apareceu há meses um livro primoroso, uma obra selada por um verdadeiro talento, aliás conhecido e celebrado. *Iracema* foi lida, foi apreciada mas não encontrou o agasalho que uma obra daquelas merecia. Se alguma vez se falou na imprensa a respeito dela, mais detidamente, foi para deprimi-la; e isso na própria província que o poeta escolhe para teatro do seu romance. Houve na Corte, quem se ocupasse igualmente com o livro, mas a apreciação do escritor, reduzida a uma opinião isolada, não foi suficiente para encaminhar a opinião, e promover as palmas a que o autor tinha incontestável direito. Ora, se depois desta prova, o Sr. Conselheiro José de Alencar atirasse a sua pena a um canto, e se limitasse a servir ao país no cargo público que ocupa, é triste dizê-lo, mas nós cremos que a sua abstenção estava justificada. Felizmente, o autor d'*O Guarani* é uma dessas organizações raras que acham no trabalho sua própria recompensa, e lutam menos

pelo presente, do que pelo futuro, *Iracema*, como obra do futuro, há de viver, e temos fé de que será lida e apreciada, mesmo quando muitas das obras que estão hoje em voga, servirem apenas para a crônica bibliográfica de algum antiquário paciente.

A fundação da Arcádia Fluminense foi excelente num sentido: não cremos que ela se propusesse a dirigir o gosto, mas o seu fim decerto que foi estabelecer a convivência literária, como trabalho preliminar para obra de maior extensão. Nem se cuide que esse intento é de mínimo valor: a convivência dos homens de letras, levados por nobres estímulos, pode promover ativamente o movimento intelectual; a Arcádia já nos deu algumas produções de merecimento incontestável, e se não naufragar, como todas as coisas boas do nosso país, pode-se esperar que ela contribua para levantar os espíritos do marasmo em que estão.

Qual o remédio para este mal que nos assoberba, este mal de que só podem triunfar as vocações enérgicas, e ao qual tantos talentos sucumbem? O remédio já tivemos ocasião de indicá-lo em um artigo que apareceu nesta mesma folha: o remédio é a crítica. Desde que, entre o poeta e o leitor, aparecer a reflexão madura da crítica, encarregada de aprofundar as concepções do poeta para as comunicar ao espírito do leitor; desde que uma crítica conscienciosa e artista, guiar a um tempo, a musa no seu trabalho, e o leitor na sua escolha, a opinião começará a formar-se, e o amor das letras virá naturalmente com a opinião. Nesse dia os cometimentos ilegítimos não serão tão fáceis; as obras medíocres não poderão resistir por muito tempo; o poeta, em vez de acompanhar o gosto mal formado, olhará mais seriamente para sua arte; a arte não será uma distração, mas uma profissão, alta, séria, nobre, guiada por vivos estímulos; finalmente, o que é hoje exceção, será amanhã uma regra geral.

Os que não conhecerem de perto o autor destas linhas, vão naturalmente atribuir-lhe, depois desta exposição, uma intenção imodesta que ele não tem. Não, o lugar vago da crítica não se preenche facilmente, não basta ter mostrado algum amor pelas letras para exercer a tarefa difícil de guiar a opinião e as musas, nem essa tarefa pode ser desempenhada por um só homem; e as eminentes e raras qualidades do crítico, são de si tão difíceis de encontrar, que eu não sei se temos no Império meia dúzia de pensadores próprios para esse mister.

Assim que, estas semanas literárias não passam de revistas bibliográficas; seguramente que nos não limitaremos a noticiar livros, sem exame, sem estudo; mas daí a exercer influência no gosto, e a pôr em ação os elementos da arte, vai uma distância infinita. Se os livros, porém, são poucos, se raro aparecem as vocações legítimas, como, preencher esta tarefa? A esta pergunta dos nossos leitores temos uma resposta fácil. Se as publicações não são freqüentes, há obras na estante nacional, que podem nos dias de carência ocupar a atenção do cronista; e é assim, por exemplo, que uma das primeiras obras de que nos ocuparemos será a *Iracema* do Sr. José de Alencar. Antes, porém, de trazer para estas colunas a irmã mais moça de Moema e de Lindóia, tão formosa, como elas, e como elas tão nacional, diremos alguma coisa do último romance do Sr. Dr. Macedo, *O Culto do Dever*, que acaba de ser publicado em volume. A próxima revista será consagrada ao livro do

autor d'A *Moreninha*, que no meio das suas preocupações políticas, não se esquece das musas. Mas que fruto nos traz ele da sua última excursão ao Parnaso? É o que veremos na próxima semana.

Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade

Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado ea pastora, e nisto há mais erro que acerto.

Dado que as condições deste escrito o permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escolaproduziu nas literaturas portuguesa e brasileira. Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a

metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.

A aparição de Gonçalves Dias chamou a atenção das musas brasileiras para a história e os costumes indianos. *Os Timbiras, I-Juca Pirama, Tabira* e outros poemas do egrégio poeta acenderam as imaginações; a vida das tribos, vencidas há muito pela civilização, foi estudada nas memórias que nos deixaram os cronistas, e interrogadas dos poetas, tirando-lhes todos alguma coisa, qual um idílio, qual um canto épico.

Houve depois uma espécie de reação. Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, — e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, — o que parece um erro.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas ostíulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros povos deste país, esses podem logicamente excluí-los da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituí-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. As tribos indígenas, cujos usos e costumes João Francisco Lisboa cotejava com o livro de Tácito e os achava tão semelhantes aos dos antigos germanos, desapareceram, é certo, da região que por tanto tempo fora sua; mas a raça dominante que as freqüentou, colheu informações preciosas e no-las transmitiu como verdadeiros elementos poéticos. A piedade, a minguaem outros argumentos de maior valia, devera ao menos inclinar a imaginação dos poetas para os povos que primeiro beberam os ares destas regiões, consorciando na literatura os que a fatalidade da história divorciou.

Esta é hoje a opinião triunfante. Ou já nos costumes puramente indianos, tais quais os vemos n'*Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, ou já na luta do elemento bárbaro com o civilizado, tem a imaginação literária do nosso tempo ido buscar alguns quadros de singular efeito, dos

quais citarei, por exemplo, a *Iracema*, do Sr. J. de Alencar, uma das primeiras obras desse fecundo e brilhante escritor.

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção, a que devemos, entre outros, os livros dos Srs. Bernardo Guimarães, que brilhante e ingenuamente nos pinta os costumes da região em que nasceu, J. de Alencar, Macedo, Sílvio Dinarte (Escragnolle Taunay), Franklin Távora, e alguns mais.

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. Gonçalves Dias, por exemplo, com poesias próprias seria admitido nópanteão nacional; se excetuarmos *Os Timbiras*, os outros poemas americanos, e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente cantam; e excludo daí as belas *Sextilhas de Frei Antão*, que essas pertencem unicamente à literatura portuguesa, não só pelo assunto que o poeta extraiu dos historiadores lusitanos, mas até pelo estilo que ele habilmente fez antiquado. O mesmo acontece com os seus dramas, nenhum dos quais tem por teatro o Brasil. Iria longe se tivesse de citar outros exemplos de casa, e não acabaria se fosse necessário recorrer aos estranhos. Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa, perguntarei simplesmente se o autor do *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não atemos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência cotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.

O Romance

De todas as formas várias as mais cultivadas atualmente no Brasil são o romance e a poesia lírica; a mais apreciada é o romance, como aliás acontece em toda a parte, creio eu. São fáceis de perceber as causas desta preferência da opinião, e por isso não me demoro em apontá-las. Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de lingüística, de crítica histórica, de altapolítica, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração; raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. Não há nisto motivo de admiração nem de censura, tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade, e esta ainda não nutrida de sólidos estudos. Isto não é desmerecer o romance, obra d'arte como qualquer outra, e que exige da parte do escritor qualidades de boa nota.

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademanos diferentes. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real.

Não faltam a alguns de nossos romancistas qualidades de observação e de análise, e um estrangeiro não familiar com os nossos costumes achará muita página instrutiva. Do romance puramente de análise, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para aí, ou porque seja esta casta de obras ainda incompatível com a nossa adolescência literária.

O romance brasileiro recomenda-se especialmente pelos toques do sentimento, quadros da natureza e de costumes, e certa viveza de estilo muito adequada ao espírito do nosso povo. Há em verdade ocasiões em que essas qualidades parecem sair da sua medida natural, mas em regra conservam-se estremes de censura, vindo a sair muita coisa interessante, muita realmente bela. O espetáculo da natureza, quando o assunto o pede, ocupa notável lugar no romance, e dá páginas

animadas e pitorescas, e não as cito por me não divertir do objeto exclusivo deste escrito, que é indicar as excelências e os defeitos do conjunto, sem me demorar em pormenores. Há boas páginas, como digo, e creio até que um grande amor a este recurso da descrição, excelente, sem dúvida, mas (como dizem os mestres) de mediano efeito, se não avultam no escritor outras qualidades essenciais.

Pelo que respeita à análise de paixões e caracteres são muito menos comuns os exemplos que podem satisfazer à crítica; alguns há, porém, de merecimento incontestável. Esta é, na verdade, uma das partes mais difíceis do romance, e ao mesmo tempo das mais superiores. Naturalmente exige da parte do escritor dotes não vulgares de observação, que, ainda em literaturas mais adiantadas, não andam a rodo nem são a partilha do maior número.

As tendências morais do romance brasileiro são geralmente boas. Nem todos eles serão de princípio a fim irrepreensíveis; alguma coisa haverá que uma crítica austera poderia apontar e corrigir. Mas o tom geral é bom. Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que é já notável mérito. As obras de que falo, foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa. Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparações com os nossos, — porque há aqui muito amor a essas comparações — são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vítor Hugos, os Gautiers, os Mussets, os Gozlangs, os Nervals.

Isento por esse lado o romance brasileiro, não menos o está de tendências políticas, e geralmente de todas as questões sociais, — o que não digo por fazer elogio, nem ainda censura, mas unicamente para atestar o fato. Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio de imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas. Seus principais elementos são, como disse, a pintura dos costumes, a luta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e dos caracteres; com esses elementos, que são fecundíssimos, possuímos já uma galeria numerosa e a muitos respeitos notável.

No gênero dos contos, à maneira de Henri Murger, ou à de Trueba, ou à de Ch. Dickens, que tão diversos são entre si, têm havido tentativas mais ou menos felizes, porém raras, cumprindo citar, entre outros, o nome do Sr. Luís Guimarães Júnior, igualmente folhetinista elegante e jovial. É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores, e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor.

Em resumo, o romance, forma extremamente apreciada e já cultivada com alguma extensão, é um dos títulos da presente geração literária. Nem todos os livros, repito, deixam de se prestar a uma crítica minuciosa e severa, e se a houvésemos em condições regulares, creio que os defeitos se corrigiriam, e as boas qualidades adquiririam maior realce. Há geralmente viva imaginação, instinto do belo, ingênua admiração da natureza, amor às coisas pátrias, e além de

tudo isto agudeza e observação. Boa e fecunda terra, já deu frutos excelentes e os há de dar em muito maior escala.

A Poesia

A ação da crítica seria sobretudo eficaz em relação à poesia. Dos poetas que apareceram no decênio de 1850 a 1860, uns levou-os a morte ainda na flor dos anos, como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, cujos nomes excitam na nossa mocidade legítimo e sincero entusiasmo, e bem assim outros de não menor porte. Os que sobreviveram calaram as líras; e se uns voltaram as suas atenções para outro gênero literário, como Bernardo Guimarães, outros vivem dos louros colhidos, se é que não preparam obras de maior tomo, como se diz de Varela, poeta que já pertence ao decênio de 1860 a 1870. Neste último prazo outras vocações apareceram e numerosas, e basta citar um Crespo, um Serra, um Trajano, um Gentil-Homem de Almeida Braga, um Castro Alves, um Luís Guimarães, um Rosendo Moniz, um Carlos Ferreira, um Lúcio de Mendonça, e tantos mais, para mostrar que a poesia contemporânea pode dar muita coisa; se algum destes, como Castro Alves, pertence à eternidade, seus versos podem servir e servem de incentivo às vocações nascentes.

Competindo-me dizer o que acho da atual poesia, atenho-me só aos poetas de recentíssima data, melhor direi a uma escola agora dominante, cujos defeitos me parecem graves, cujos dotes — valiosos, e que poderá dar muito de si, no caso de adotar a necessária emenda.

Não faltam à nossa atual poesia fogo nem estro. Os versos publicados são geralmente ardentes e trazem o cunho da inspiração. Não insisto na cor local; como acima disse, todas as formas a revelam com mais ou menos brilhante resultado; bastando-me citar neste caso as outras duas recentes obras, as *Miniaturas* de Gonçalves Crespo e os *Quadros* de J. Serra, versos estremados dos defeitos que vou assinalar. Acrescentarei que também não falta à poesia atual o sentimento da harmonia exterior. Que precisa ela então? Em que peca a geração presente? Falta-lhe um pouco mais de correção e gosto; peca na intrepidez às vezes da expressão, na impropriedade das imagens na obscuridade do pensamento. A imaginação, que há de veras, não raro desvaira e se perde, chegando à obscuridade, à hipérbole, quando apenas buscava a novidade e a grandeza. Isto na alta poesia lírica, — na ode, diria eu, se ainda subsistisse a antiga poética; na poesia íntima e elegíaca encontram-se os mesmos defeitos, e mais um amaneirado no dizer e no sentir, o que tudo mostra na poesia contemporânea grave doença, que é força combater.

Bem sei que as cenas majestosas da natureza americana exigem do poeta imagens e expressões adequadas. O condor que rompe dos Andes, o pampeiro que varre os campos do Sul, os grandes rios, a mata virgem com todas as suas magnificências de vegetação, — não há dúvida que são painéis que desafiam o estro, mas, por isso mesmo que são grandes, devem ser trazidos com oportunidade e expressos com simplicidade. Ambas essas condições faltam à

poesia contemporânea, e não é que escasseiem modelos, que aí estão, para só citar três nomes, os versos de Bernardo Guimarães, Varela e Álvares de Azevedo. Um único exemplo bastará para mostrar que a oportunidade e a simplicidade são cabais para reproduzir uma grande imagem ou exprimir uma grande idéia. N'*Os Timbiras*, há uma passagem em que o velho Ogib ouve censurarem-lhe o filho, porque se afasta dos outros guerreiros e vive só. A fala do ancião começa com estes primorosos versos:

São torpes os anuns, que em bandos folgam, São maus os caititus que em varas pascem:
Somente o sabiá geme sozinho,

E sozinho o condor aos céus remonta. Nada mais oportuno nem mais singelo do que isto. A escola a que aludo não exprimiria a idéia com tão simples meios, e faria mal, porque o sublime é simples. Fora para desejar que ela versasse e meditasse longamente estes e outros modelos que a literatura brasileira lhe oferece. Certo, não lhe falta, como disse, imaginação; mas esta tem suas regras, o estro leis, e se há casos em que eles rompem as leis e as regras, é porque as fazem novas, é porque se chamam Shakespeare, Dante, Goethe, Camões.

Indiquei os traços gerais. Há alguns defeitos peculiares a alguns livros, como por exemplo, a antítese, creio que por imitação de Vítor Hugo. Nem por isso acho menos condenável o abuso de uma figura que, se nas mãos do grande poeta produz grandes efeitos, não pode constituir objeto de imitação, nem sobretudo elementos de escola.

Há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis. Com as boas qualidades que cada um pode reconhecer na recente escola de que falo, basta a ação do tempo, e se entretanto aparecesse uma grande vocação poética, que se fizesse reformadora, é fora de dúvida que os bons elementos entrariam em melhor caminho, e à poesia nacional restariam as tradições do período romântico.

O Teatro

Esta parte pode reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admittissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau da decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o

que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?

E todavia a continuar o teatro, teriam as vocações novas alguns exemplos não remotos, que muito as haviam de animar. Não falo das comédias do Pena, talentoso e original, a quem só faltou viver mais para aperfeiçoar-se e empreender obras de maior vulto; nem também das tragédias de Magalhães e dos dramas de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Agrário. Mais recentemente, nestes últimos doze ou catorze anos, houve tal ou qual movimento. Apareceram então os dramas e comédias do Sr. J. de Alencar, que ocupou o primeiro lugar na nossa escola realista e cujas obras *Demônio Familiar* e *Mãe* são de notável merecimento. Logo em seguida apareceram várias outras composições dignas do aplauso que tiveram, tais como os dramas dos Srs. Pinheiro Guimarães, Quintino Bocaiúva e alguns mais; mas nada disso foi adiante. Os autores cedo se enfastiaram da cena que a pouco e pouco foi decaindo até chegar ao que temos hoje, que é nada.

A província ainda não foi de todo invadida pelos espetáculos de feira; ainda lá se representa o drama e a comédia, — mas não aparece, que me conste, nenhuma obra nova e original. E com estas poucas linhas fica liquidado este ponto.

A Língua

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalado em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

Feitas as exceções devidas não se lêem muito os clássicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não selêem, o que é um mal. Escrever como Azurara

ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas se fazem novas, — não me parece que se deva desprezar. Nem tudotinhm os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.

Outra coisa de que eu quisera persuadir a mocidade é que a precipitação não lhe afiança muita vida aos seus escritos. Há um prurido de escrever muito e depressa; tira-se disso glória, e não posso negar que é caminho de aplausos. Há intenção de igualar as criações do espírito com as da matéria, como se elas não fossem neste caso inconciliáveis. Faça muito embora um homem a volta ao mundo em oitenta dias; para uma obra-prima do espírito são precisos alguns mais.

Aqui termino esta notícia. Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro.

ANEXO B

A Nova Geração

Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente na *Revista Brasileira*, vol. II, dezembro de 1879.

I

Há entre nós uma nova geração poética, geração viçosa e galharda, e, cheia de fervor e convicção. Mas haverá também uma poesia nova, uma tentativa, ao menos? Fora absurdo negá-lo; há uma tentativa de poesia nova, — uma expressão incompleta, difusa, transitiva, alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado. Nem tudo é ouro nessa produção recente; e o mesmo ouro nem sempre se revela de bom quilate; não há um fôlego igual e constante; mas o essencial é que um espírito novo parece animar a geração que alvorece, o essencial é que esta geração não se quer dar ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente acabou.

Já é alguma coisa. Esse dia, que foi o romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas alguma coisa mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo. Morre porque é mortal. "As teorias passam, mas as verdades necessárias devem subsistir". Isto que Renan dizia há poucos meses da religião e da ciência, podemos aplicá-lo à poesia e à arte. A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por quebrar o molde e substituí-lo. Tal é o destino da musa romântica. Mas não há só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão. A alguns deles, se é a musa nova que o amamenta, foi aquela grande moribunda que os gerou; e até os há que ainda cheiram ao puro leiteromântico.

Contudo acho legítima explicação ao desdém dos novos poetas. Eles abriram os olhos ao som de um lirismo pessoal, que salvo as exceções, era a mais enervadora música possível, a mais trivial e chocha. A poesia subjetiva chegara efetivamente aos derradeiros limites da convenção, descera ao brinco pueril, a uma enfiada de coisas piegas e vulgares; os grandes dias de outrora tinham positivamente acabado; e se de longe em longe, algum raio de luz vinha aquecer a poesia

transida e debilitada, era talvez uma estrela, não era o sol. De envolta com isto, ocorreu uma circunstância grave, o desenvolvimento das ciências modernas, que despovoaram o céu dos rapazes, que lhe deram diferente noção das coisas, e um sentimento que de nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu. Os naturalistas, refazendo a história das coisas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecações do varão de Hus; ao contrário, parece que um dos caracteres da nova direção intelectual terá de ser um otimismo, não só tranqüilo, mas triunfante. Já o é às vezes; a nossa mocidade manifesta certamente o desejo de ver alguma coisa por terra, uma instituição, um credo, algum uso, algum abuso; mas a ordem geral do universo parece-lhe a perfeição mesma. A humanidade que ela canta em seus versos está bem longe de ser aquele *monde avorté* de Vigny — é mais sublime, é um deus, como lhe chama um poeta ultramarino, o Sr. Teixeira Bastos. A justiça, cujo advento nos é anunciado em versos subidos de entusiasmo, a justiça quase não chega a ser um complemento, mas um suplemento; e assim como a teoria da seleção natural dá a vitória aos mais aptos, assim outra lei, a que se poderá chamar seleção social, entregará a palma aos mais puros. É o inverso da tradição bíblica; é o paraíso no fim. De quando em quando aparece a nota aflitiva ou melancólica, a nota pessimista, a nota de Hartmann; mas é rara, e tende a diminuir; o sentimento geral inclina-se à apoteose; e isto não somente é natural, mas até necessário; a vida não pode ser um desespero perpétuo, e fica bem à mocidade um pouco de orgulho.

Qual é, entretanto, a teoria e o ideal da poesia nova? Esta pergunta é tanto mais cabida quanto que uma das preocupações da recente geração é achar uma definição e um título. Aí, porém, flutuam as opiniões, afirmam-se divergências, domina a contradição e o vago; não há, enfim, um verdadeiro prefácio de *Cromwell*. Por exemplo, um escritor, e não pouco competente, tratando de um opúsculo, uma poesia do Sr. Fontoura Xavier (prefácio do *Régio Saltimbanco*), afirma que este poeta "tem as caracterizações acentuadas da nova escola, lógica fusão do realismo e do romantismo, porque reúne a fiel observação de Baudelaire e as surpreendentes deduções do velho mestre Vítor Hugo". Aqui temos uma definição assaz afirmativa e clara, e se inexata em parte, admiravelmente justa, como objeção. Digo que em parte é inexata porque os termos Baudelaire e realismo não se correspondem tão inteiramente como ao escritor lhe parece. Ao próprio Baudelaire repugnava a classificação de realista — *cette grossière épithète*, escreveu ele em uma nota. Como objeção, e aliás não foi esse o intuito do autor, a definição é excelente, o que veremos mais abaixo.

Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano. Não é isto, porém, uma definição, nem implica um corpo de doutrina literária. De teorias ou preocupações filosóficas haverá algum vestígio, mas nada bem claramente exposto, e um dos poetas, o Sr. Mariano de Oliveira, conquanto confesse estar no terceiro período de Comte, todavia pondera que um livro de versos não é compêndio de filosofia nem de propaganda, é meramente livro de versos; opinião que me parece geral. Outro poeta — creio que o mais recente, — o Sr. Valentim Magalhães, descreve-nos

(*Cantos e Lutas*, p. 12) um quadro delicioso: a escola e a oficina cantam alegremente; o gênio enterra o mal; Deus habita a consciência; o coração abre-se aos ósculos do bem; aproxima-se a liberdade, e conclui que é isto a idéia nova. Isto quê? pergunta-lhe um crítico (*Economista Brasileiro*, de 11 de outubro de 1879); e protesta contra a definição, acha o quadro inexato; a idéia nova não é isso; — o que ela é e pretende ser está dez páginas adiante; e cita uns versos em que o poeta clama imperativamente que se esmaguem os broquéis, que se partam as lanças, que dos canhões se façam estátuas, dos templos escolas, que se cale a voz das metralhas, que se erga a voz do direito; e remata com um pressentimento da ventura universal:

Quando pairar por sobre a Humanidade
A bênção sacrossanta da Justiça.

A diferença, como se vê, é puramente cronológica ou sintática; dá-se num ponto como realidade acabada o que noutra parte parece ser apenas um prenúncio; questão de indicativo e imperativo; e esta simples diferença, que nada entende com o ideal poético, divide o autor e o crítico. A justiça anunciada pelo Sr. V. Magalhães, achá-la-emos em outros, por exemplo, no Sr. Teófilo Dias (*Cantos Tropicais*, p. 139); é idéia comum aos nossos e aos modernos poetas portugueses. Um destes, chefe de escola, o Sr. Guerra Junqueiro, não acha melhor definição para sua musa: *Reta como a justiça*, diz ele em uns belos versos da *Musa em férias*. Outro, o Sr. Guilherme de Azevedo, um de seus melhores companheiros, escreveu numa carta com que abre o livro da *Alma nova*: "Sorrindo ou combatendo fala (o livro) da humanidade e da Justiça". Outro, o Sr. Teixeira Bastos, nos *Rumores vulcânicos*, diz que os seus versos cantam um deus sagrado — a Humanidade — e o "coruscante vulto da Justiça". Mas essa aspiração ao reinado da Justiça (que é afinal uma simples transcrição de Proudhon) não pode ser uma doutrina literária; é uma aspiração e nada mais. Pode ser também uma cruzada, e não me desagradam as cruzadas em verso. Garrett, ingênuo às vezes, como um grande poeta que era, atribui aos versos uma porção de grandes coisas sociais que eles não fizeram, os pobres versos; mas em suma, venham eles e cantem alguma coisa nova, — essa justiça, por exemplo, que oxalá desmintam algum dia o conceito de Pascal. Mas entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética.

Achá-la-emos no prefácio que o Sr. Sílvia Romero pôs aos seus *Cantos do fim do século*? "Os que têm procurado dar nova direção à arte, — diz ele, — não se acham de acordo. A bandeira de uns é a revolução, de outros o positivismo; o socialismo e o romantismo transformado têm também os seus adeptos. São doutrinas que se exageram, ao lado da metafísica idealista. Nada disto é verdade". Não se contentando em apontar a divergência, o Sr. Sílvia Romero examina uma por uma as bandeiras hasteadas, e prontamente as derruba; nenhuma pode satisfazer as aspirações novas. A revolução foi parca de idéias, o positivismo está acabado como sistema, o socialismo não tem sequer o sentido altamente filosófico do Positivismo, o romantismo transformado é

uma fórmula vã, finalmente o idealismo metafísico equivale aos sonhos de um histérico; eis aí o extrato de três páginas. Convém acrescentar que este autor, ao invés dos outros, ressalva com boas palavras o lirismo, confundido geralmente com a "melancolia romântica". Perfeitamente dito e integralmente aceito. Entretanto, o lirismo não pode satisfazer as necessidades modernas da poesia, ou como diz o autor, — "não pode por si só encher todo o ambiente literário; há mister uma nova intuição mais vasta e mais segura". Qual? Não é outro o ponto controverso, e depois de ter refutado todas as teorias, o Sr. Sílvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterà dogmático, — será um resultado do espírito geral de *crítica* contemporânea. Esta definição, que tem a desvantagem de não ser uma definição estética, traz em si uma idéia compreensível, assaz vasta, flexível, e adaptável a um tempo em que o espírito recua os seus horizontes. Mas não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais. Dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos. Ao demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada desde Lucrecio.

Ia-me esquecendo uma bandeira hasteada por alguns, o realismo, a mais frágil de todas, porque é a negação mesma do princípio da arte. Importa dizer que tal doutrina é aqui defendida, menos como a doutrina que é, do que como expressão de certa nota violenta, por exemplo, os sonetos do Sr. Carvalho Júnior. Todavia, creio que de todas as que possam atrair a nossa mocidade, esta é a que menos subsistirá, e com razão; não há nela nada que possa seduzir longamente uma vocação poética. Neste ponto todas as escolas se conçoam; e o sentimento de Racine será o mesmo de Sófocles. Um poeta, V. Hugo, dirá que há um limite intrascendível entre a realidade, segundo a arte, e a realidade, segundo a natureza. Um crítico, Taine, escreverá que se a exata cópia das coisas fosse o fim da arte, o melhor romance ou o melhor drama seria a reprodução taquigráfica de um processo judicial. Creio que aquele não é clássico, nem este romântico. Tal é o princípio sã, superior às contendas e teorias particulares de todos os tempos.

Do que fica dito resulta que há uma inclinação nova nos espíritos, um sentimento diverso no dos primeiros e segundos românticos, mas não há ainda uma feição assaz característica e definitiva do movimento poético. Esta conclusão não chega a ser agravo à nossa mocidade; eu sei que ela não pode por si mesma criar o movimento e caracterizá-lo, mas sim receberá o impulso estranho, como aconteceu às gerações precedentes. A de 1840, por exemplo, só uma coisa não recebeu diretamente do movimento europeu de 1830: foi a tentativa de poesia americana ou indiática, tentativa excelente, se tinha de dar alguns produtos literários apenas, mas precária, e sem nenhum fundamento, se havia de converter-se em escola, o que foi demonstrado pelos fatos. A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que

determina a direção do movimento; não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas. Creio que isto chega a ser uma verdade de La Palisse.

E aqui toco eu o ponto em que a definição do escritor, que prefaciou o opúsculo do Sr. Fontoura Xavier, é uma verdadeira objeção. Reina em certa região da poesianova um reflexo muito direto de V. Hugo e Baudelaire; é verdade. V. Hugoproduziu já entre nós, principalmente no Norte, certo movimento de imitação, que começou em Pernambuco, a escola hugoísta, como dizem alguns, ou a escola *condoreira*, expressão que li há algumas semanas num artigo bibliográfico do Sr. Capistrano de Abreu, um dos nossos bons talentos modernos. Daí vieram os versos dos Srs. Castro Alves, Tobias Barreto, Castro Rebelo Júnior, Vitoriano Palhares e outros engenhos mais ou menos vívidos. Esse movimento, porém, creio ter acabado com o poeta das *Vozes d'África*. Distinguia-o certa pompa, às vezes excessiva, certo intumescimento de idéia e de frase, um grande arrojado de metáforas, coisas todas que nunca jamais poderiam constituir virtudes de uma escola; por isso mesmo é que o movimento acabou. Agora, a imitação de V. Hugo é antes da forma conceituosa que da forma explosiva; o jeito axiomático, a expressão antitética, a imagem viva e rebuscada, o ar olímpico do adjetivo, enfim o contorno da metrificação, são muita vez reproduzidos, e não sem felicidade. Contribuíram largamente para isso o Sr. Guerra Junqueiro e seus discípulos da moderna escola portuguesa. Quanto a Baudelaire, não sei se diga que a imitação é mais intencional do que feliz. O tom dos imitadores é demasiado cru; e aliás não é outra a tradição de Baudelaire entre nós. Tradição errônea. Satânico, vá; mas realista o autor de *D. Juan aux enfers* e da *Tristesse de la lune*! Ora, essa reprodução, quase exclusiva, essa assimilação do sentir e da maneira de dois engenhos, tão originais, tão soberanamente próprios, não diminuirá a pujança do talento, não será obstáculo a um desenvolvimento maior, não traz principalmente o perigo de reproduzir os ademanos, não o espírito — a cara, não a fisionomia? Mais: não chegará também a tentação de só reproduzir os defeitos, e reproduzi-los exagerando-os, que é a tendência de todo o discípulo intransigente?

A influência francesa é ainda visível na parte métrica, na exclusão ou decadência do verso solto, e no uso freqüente ou constante do alexandrino. É excelente este metro; e para empregar um símile musical, não será tão melódico, como outros mais genuinamente nossos, mas é harmonioso como poucos. Não é novo na nossa língua, nem ainda entre nós; desde Bocage algumas tentativas houve para aclimá-lo; Castilho o trabalhou com muita perfeição. A objeção que se possa fazer à origem estrangeira do alexandrino é frouxa e sem valor; não somente as teorias literárias cansam, mas também as formas literárias precisam ser renovadas. Que fizeram nessa parte os românticos de 1830 e 1840, senão ir buscar e rejuvenescer algumas formas arcaicas?

Quanto à decadência do verso solto, não há dúvida que é também um fato, e na nossa língua um fato importante. O verso solto, tão longamente usado entre nós, tão vigoroso nas páginas de um Junqueira Freire e de um Gonçalves Dias, entra em evidente decadência. Não há negá-lo.

Estamos bem longe do tempo em que Filinto proclamava galhardamente a sua adoração ao verso solto, adoração latina e arcádica. Alguém já disse que o verso solto ou branco era feito só para os olhos. *Blank verse seems to be verse only to the eye*; e Johnson, que menciona esse conceito, para condenar a escolha feita por Milton, pondera que dos escritores italianos por este citados, e que baniram a rima de seus versos, nenhum é popular: observação que me levou a ajuizar de nossas próprias coisas. Sem diminuir o alto merecimento de Gonzaga, o nosso grande lírico, é evidente que José Basílio da Gama era ainda maior poeta. Gonzaga tinha decerto a graça, a sensibilidade, a melodia do verso, a perfeição de estilo; ainda nos punha em Minas Gerais as pastorinhas do Tejo e as ovelhas acadêmicas. Bem diversa é a obra capital de Basílio da Gama. Não lhe falta, também a ele, nem sensibilidade nem estilo, que em alto grau possui; a imaginação é grandemente superior à de Gonzaga, e quanto à versificação nenhum outro, em nossa língua, a possui mais harmoniosa e pura. Se Johnson o pudesse ter lido, emendaria certamente o conceito de seu *ingenious critic*. Pois bem, não obstante tais méritos, a popularidade de Basílio da Gama é muito inferior à de Gonzaga; ou antes, Basílio da Gama não é absolutamente popular. Ninguém, desde o que se preza de literato até ao que mais alheio for às coisas de poesia, ninguém deixa de ter lido, aomenos uma vez, o livro do Inconfidente; muitos de seus versos correm de cor. A reputação de Basílio da Gama, entretanto, é quase exclusivamente literária. A razão principal deste fenômeno é decerto mais elevada que da simples formamétrica, mas o reparo do crítico inglês tem aqui muita cabida. Não será também certo que a popularidade de Gonçalves Dias acha raízes mais profundas nas suas belas estâncias rimadas do que nas que o não são, e que é maior o número dos que conhece a *Canção do Exílio* e o *Gigante de Pedra*, do que os que lêem os quatro cantos dos *Timbiras*?

Mas é tempo de irmos diretamente aos poetas. Vimos que há uma tendência nova, oriunda do fastio deixado pelo abuso do subjetivismo e do desenvolvimento das modernas teorias científicas; vimos também que essa tendência não está ainda perfeitamente caracterizada, e que os próprios escritores novos tentam achar-lhe uma definição e um credo; vimos enfim que esse movimento é determinado por influência de literaturas ultramarinas. Vejamos agora sumária e individualmente os novos poetas, não todos, porque os não pude coligir a todos, mas certo número deles, — os que bastam pelo talento e pela índole do talento para dar uma idéia dos elementos que compõem a atual geração. Vamos lê-los com afeição, com serenidade, e com esta disciplina de espírito que convém exemplificar aos rapazes.

II

Não formam os novos poetas um grupo compacto: há deles ainda fiéis às tradições últimas do romantismo, — mas de uma fidelidade mitigada, já rebelde, como o Sr. Lúcio de Mendonça, por exemplo, ou como o Sr. Teófilo Dias, em algumas páginas dos *Cantos Tropicais*. O Sr. Afonso

Celso Júnior, que balbuciou naquela língua as suas primeiras composições, fala agora outro idioma: é já notável a diferença entre os *Devaneios* e as *Telas Sonantes*: o próprio título o indica. Outros há que não tiveram essa gradação, ou não coligi documento que positivamente a manifeste. Não faltará também, às vezes, algum raro vestígio de Castro Alves. Tudo isso como eu já disse, indica um movimento de transição, desigualmente expresso, movimento que vai das estrofes últimas do Sr. Teófilo Dias aos sonetos do Sr. Carvalho Júnior.

Detenhamo-nos em frente do último, que é finado. Poucos versos nos deixou ele, uma vintena de sonetos, que um piedoso e talentoso amigo, o Sr. Artur Barreiros, coligiu com outros trabalhos e deu há pouco num volume, como obséquio póstumo. O Sr. Carvalho Júnior era literalmente o oposto do Sr. Teófilo Dias, era o representante genuíno de uma poesia sensual, a que, por inadvertência, se chamou e ainda se chama realismo. Nunca, em nenhum outro poeta nosso, apareceu essa nota violenta, tão exclusivamente carnal. Nem ele próprio a dissimula; confessa-se desde a primeira estrofe da coleção:

Odeio as virgens pálidas, cloróticas,
Belezas de missal.

e no fim do soneto:

Prefiro a exuberância dos contornos,
As belezas da forma, seus adornos,
A saúde, a matéria, a vida enfim.

Aí temos o poeta, aí o temos inteiro e franco. Não lhe desagradam as virgens pálidas; o desagradado é uma sensação tibia; tem-lhes ódio, que é o sentimento dos fortes. Ao mesmo tempo dá-nos ali o seu credo, e fá-lo sem reбуço, — sem exclusão do nome idôneo, sem exclusão da matéria, se a matéria é necessária. Haverá nisso um sentimento sincero, ou o poeta carrega a mão, para efeitos puramente literários? Inclina-se a esta última hipótese o Sr. Artur Barreiros. "Neste descompassado amor à carne (diz ele) certo deve de haver o seu tanto ou quanto de artificial". Quem lê a composição que tem por título *Antropofagia* fica propenso a supor que é assim mesmo. Não conheço em nossa língua uma página daquela tom; é a sensualidade levada efetivamente à antropofagia. Os desejos do poeta são instintos canibais, que ele mesmo compara a jumentas lúbricas:

Como um bando voraz de lúbricas jumentas;

e isso, que parece muito, não é ainda tudo; a imagem não chegou ainda ao ponto máximo, que é simplesmente a besta-fera:

Como a besta feroz a dilatar as ventas

Mede a presa infeliz por dar-lhe o bote a jeito De meu fúlgido olhar às
chispas odientas Envolve-te, e, convulso, ao seio meu t'estreito.

Lá estão, naquela mesma página, as fomes bestiais, os vermes sensuais, as carnes febris. Noutra parte os desejos são "urubus em torno de carniça". Não conhecia o Sr. Carvalho Júnior as atenuações da forma, as surdinas do estilo; aborrecia os tons médios. Das tintas todas da palheta a que o seduzia era o escarlata. Entre os vinte sonetos que deixou, raro é o que não comemore um lance, um quadro, uma recordação de alcova; e eu compreendo a fidelidade do Sra. Barreiros, que, tratando de coligir os escritos esparsos do amigo, não quis excluir nada, nenhum elemento que pudesse servir ao estudo do espírito literário de nosso tempo. Vai em trinta anos que Álvares de Azevedo nos dava naquele soneto, *Pálida à luz da lâmpada sombria*, uma mistura tão delicada da nudez das formas com a unção do sentimento. Trinta anos bastaram à evolução que excluiu o sentimento para só deixar as formas; que digo? para só deixar as carnes. Formas parece que implicam certa idealidade, que o Sr. Carvalho Júnior inteiramente bania de seus versos. E contudo era poeta esse moço, era poeta e de raça. Crus em demasia são os seus quadros; mas não é comum aquele vigor, não é vulgar aquele colorido. O Sr. A. Barreiros fala dos sonetos como escritos ao jeito de Baudelaire, modificados ao mesmo tempo pelo temperamento do poeta. Para compreender o acerto desta observação do Sr. Barreiros, basta comparar a *Profissão de Fé* do Sr. Carvalho Júnior com uma página das *Flores do Mal*. É positivo que o nosso poeta inspirou-se do outro. "Belezas de missal" diz aquele; "*beautés de vignettes*", escreve este; e se Baudelaire não fala de "virgencloróticas" é porque se exprime de outra maneira: deixa-as a Gavarni, "*poète de chloroses*". Agora, onde o temperamento dos dois se manifesta, não é só em que o nosso poeta odeia aquelas virgens, ao passo que o outro se contenta em dizer que elas lhe não podem satisfazer o coração. Posto que isso baste a diferenciá-los, nada nos dá tão positivamente a medida do contraste como os tercetos com que eles fecham a respectiva composição. O Sr. Carvalho Júnior, segundo já vimos, prefere a exuberância de contornos, a saúde, a matéria. Vede Baudelaire:

*Ce qui il faut à ce coeur profond comme un abîme,
C'est vous, Lady Macbeth, âme puissante au crime,
Rêve d'Eschyle éclos au climat des autans.
Ou bien toi, grande Nuit, fille de Michel-Ange,
Qui tors paisiblement dans une pose étrange
Tes appas façonnés aux bouches des Titans!*

Assim pois, o Sr. Carvalho Júnior, cedendo a si mesmo e carregando a mão descautelosa, faz uma profissão de fé exclusivamente carnal; não podia seguir o seu modelo, alcunhado realista, que confessa um *rouge idéal* e que o encontra em *Lady Macbeth*, para lhe satisfazer o coração, *profond comme un abîme*. Já ficamos muito longe da alcova. Entretanto, convenho que Baudelaire fascinasse o Sr. Carvalho Júnior, e lhe inspirasse algumas das composições; convenho que este buscasse segui-lo na viveza da pintura, na sonoridade do vocábulo; mas a individualidade

própria do Sr. Carvalho Júnior lá transparece no livro, e com o tempo, acabaria por dominar de todo. Era poeta, de uma poesia sempre violenta, às vezes repulsiva, priapesca, sem interesse; mas em suma era poeta; não são de admirar estes versos de *Nemesis*:

Há nesse olhar translúcido e magnético
A mágica atração de um precipício,
Bem como no teu rir nervoso, céptico,
As argentinas vibrações do vício.

No andar, no gesto mórbido, splenético,
Tens não sei que de nobre e de patricio,
E um som de voz metálico, frenético,
Como o tinir dos ferros de um suplício.

Quereis ver o oposto do Sr. Carvalho Júnior? Lede o Sr. Teófilo Dias. Os *Cantos Tropicais* deste poeta datam dum ano; são o seu último livro. A *Lira dos verdes anos* que foi a estréia, revelou desde logo as qualidades do Sr. Teófilo Dias, mas não podia revelá-lo todo, porque só mais tarde é que o espírito do poeta começou a manifestar vagamente uma tendência nova. O autor dos *Cantos Tropicais* é sobrinho de Gonçalves Dias, circunstância que não tem só interesse biográfico, mas também literário; a poesia dele, a doçura, o torneio do verso lembram muita vez a maneira do cantor d'Os *Timbiras*, sem aliás nada perder de sua originalidade; é como se disséssemos um ar de família. Quem percorre os versos de ambos reconhece, entretanto, o que positivamente os separa; a Gonçalves Dias sobrava certo vigor, e, por vezes, tal ou qual tumulto de sentimentos, que não são característico dos versos do sobrinho. O tom principal do Sr. Teófilo Dias é a ternura melancólica. Não é que lhe falte, quando necessária, a nota viril; basta ler o *Batismo do Fogo*, *Cântico dos Bardos* e mais duas ou três composições; sente-se, porém, que aí o poeta é intencionalmente assim, que o pode ser tanto, que o poderia ser ainda mais, se quisesse, mas que a corda principal da sua lira não é essa. Por outro lado, há no Sr. Teófilo Dias certas audácias de estilo, que não se acham no autor do *I-Juca-Pirama*, e são por assim dizer a marca do tempo. Citarei, por exemplo, este princípio de um soneto, que é das melhores composições dos *Cantos Tropicais*:

Na luz que o teu olhar azul transpira,
Há sons espirituais;

estes "sons espirituais", — aquele "olhar azul", — aquele "olhar que transpira", são atrevimentos poéticos ainda mais desta geração que da outra; e se algum dos meus leitores, — dos velhos leitores, — circunflexar as sobranceiras, como fizeram os guardas do antigo Parnaso ao surgir a lua do travesso Musset, não lhes citarei de certo este verso de um recente compatriota de Racine:

Quelque chose comme une odeur qui serait blonde,

porque ele poderá averbá-lo de suspeição; vou à boa e velha prata de casa, vou ao Porto-Alegre:

E derrama no ar canorolume.

Se a *Lira dos verdes anos* não o revelou todo, deu contudo algumas de suas qualidades, e é um documento valioso do talento do Sr. Teófilo Dias. Várias composições desse livro, — *Cismas à beira-mar*, por exemplo, podiam estar na segunda coleção do poeta. Talvez o estilo dessa composição seja um pouco convencional; nota-se-lhe, porém, sentimento poético, e, a espaços, muita felicidade de expressão. Os *Cantos Tropicais* pagaram a promessa da *Lira dos verdes anos*, o progresso é evidente; e, como disse, o espírito do autor parece manifestar uma tendência nova. Contudo, não é tal o contraste, que justifique a declaração feita pelo poeta no primeiro livro, a saber, que quando compôs aqueles versos pensava diferentemente do que na data da publicação. Acredito que sim; mas é o que se não deduz do livro. O poeta apura as suas boas qualidades, forceja por variar o tom, lança os olhos em redor e ao longe; mas a corda que domina é adas suas estréias.

Poetas há cuja tristeza é como um goivo colhido de intenção, e posto à guisa de ornamento. A estrofe do Sr. Teófilo Dias, quando triste, sente-se que corresponde ao sentimento do homem, e que não vem ali simplesmente para enfeitá-lo. O Sr. Teófilo Dias não é um desesperado, mas não estou longe de crer que seja um desencantado; e quando não achássemos documento em seus próprios versos, achá-lo-íamos nos de alheia e peregrina composição, transferida por ele ao nosso idioma. Abro mão da *Harpa* de Moore; mas os *Mortos de coração*, do mesmo poeta, não parece que o Sr. Teófilo Dias os foi buscar porque lhe falavam mais diretamente a ele? Melhor do que isso, porém, vejo eu na escolha de uma página das *Flores do Mal*. O *albatroz*, essa águia dos mares, que, apanhada no convés do navio perde o uso das asas e fica sujeita ao escárnio da maruja, esse *albatroz* que Baudelaire compara ao poeta, exposto à mofa da turba tolhido pelas próprias asas, estou que seduziu o Sr. Teófilo Dias, menos por espírito de classe do que por um sentimento pessoal; esse *albatroz* é ele próprio. Não vejo o poeta, no que aí fica, um elogio; não é elogio nem censura; é simples observação da crítica. Quereis a prova do reparo? Lede os versos que têm por título *Anátoma*, curiosa história de um amor de poeta, amor casto e puro, cuja ilusão se desfaz logo que o objeto amado lhe fala cruamente a linguagem dos sentidos. Essa composição, que termina por uma longínqua reminiscência do Padre Vieira — "Perdão-vos... evingo-me!", essa composição é o corolário do *Albatroz* e explica o tom geral do livro. O poeta indigna-se, não tanto em nome da moral, como no de seus próprios sentimentos; é o egoísmo da ilusão que soluça, brada, e por fim condena, e por fim sobrevive nestes quatro versos:

...Ao pé de vós, quando em delícias
 Às minhas ilusões sem dó quebráveis,
 Revestia-se um anjo com os andrajos,

Dos sonhos que rompíeis.

Não é preciso mais para conhecer o poeta, com a melindrosa sensibilidade, com a singeleza da puerícia, com a ilusão que forceja por arrancar o vôo do chão; essa é a nota principal do livro, é a do *Getsemani* e a do *Pressentimento*. Pouco difere da *Poeira e lama*, na qual parece haver um laivo de pessimismo; e se, como na *Andalusa*, o poeta sonha com "bacanaís" e "pulsações lascivas", crede que não é sonho, mas pesadelo e pesadelo curto; ele é outra coisa. Já acima o disse: há nos *Cantos Tropicais* algumas páginas em que o poeta parece querer despir as vestes primeiras; poucas são, e nessas a nota é mais enérgica, intencionalmente enérgica; o verso sai-lhe cheio e viril, como na *Poesia Moderna*, e o pensamento tem a elevação do assunto. Aí nos aparece a justiça de que falei na primeira parte deste estudo; aí vemos a musa moderna, irmã da liberdade, tomando nas mãos a lança da justiça e o escudo da razão. Certo, há alguma coisa singular neste evocar a musa da razão pela boca de um poeta de sentimento; não menos parecem destoar do autor do *Solilóquio* as preocupações políticas da *Poesia Moderna*.

Não é que eu exclua os poetas de minha república; sou mais tolerante que Platão; mas alguma coisa me diz que esses toques políticos do Sr. Teófilo Dias são de puro empréstimo; talvez um reflexo do círculo de seus amigos. Não obstante, há em tais versos um esforço para fugir à exclusiva sentimentalidade dos primeiros tempos, esforço que não será baldado, porque entre as confidências pessoais e as aspirações de renovação política, alarga-se um campo infinito em que se pode exercer a invenção do poeta. Ele tem a inspiração, o calor, e o gosto; seu estilo é decerto assaz flexível para se acomodar a diferentes assuntos, para os tratar com o apuro a que nos acostumou. A realidade há de fecundar-lhe o engenho; seu verso tão melódico e puro, saberá cantar outros aspectos da vida. "Tenho vinte anos e desprezo a vida", diz o Sr. Teófilo Dias em uma das melhores páginas dos seus *Cantos Tropicais*. Ao que lhe respondo com esta palavra de um moralista: *Aimez la vie, la vie vous aimera*.

Se o poeta quer um exemplo, tem-no completo no Sr. Afonso Celso Júnior. O autor dos *Devaneios* é-o também das *Telas Sonantes*. Não sei precisamente a sua idade; creio, porém, que não conta ainda vinte anos. Pois bem, em 1876 a sua poética, estilo e linguagem eram ainda as de um lirismo extremamente pessoal, com a estrutura e os ademanos próprios do gênero. Numa coleção de sonetos, em que o verso aliás corre fluente e não sem elegância, ligados todos por um único título, *Mãe*, falava o poeta de sua alma, "mais triste do que Jó", nas tribulações da vida e no acerbo das lutas. Quantos há aí, românticos projectos, que não empregaram também este mesmo estilo, nos seus anos juvenis? Naquele mesmo livro dos *Devaneios*, antes balbuciado do que escrito, ainda incorreto em partes, ali mesmo avulta alguma coisa menos pessoal, sente-se que o poeta quer fugir a si mesmo; mas são apenas tentativas, como tentativa é a obra. Nas *Telas Sonantes* temos a primeira afirmação definitiva do poeta.

Um traço há que distingue o Sr. Afonso Celso Júnior de muitos colegas da nova geração; a sua poesia não impreca, não exorta, não invectiva. É um livro de quadros o seu, singelos ou tocantes, graciosos ou dramáticos, mas verdadeiramente quadros, certa impessoalidade característica. Todos se lembram ainda agora do efeito produzido, há oito anos, pelas *Miniaturas* do Sr. Crespo, um talentoso patricio nosso, cujo livro nos veio de Coimbra, quando menos esperávamos. Nos quadros do Sr. Crespo, que aliás não eram a maior parte do livro, também achamos aquela eliminação do poeta, com a diferença que eram obras de puro artista, ao passo que nos do Sr. Afonso Celso Júnior entra sempre alguma coisa, que não é a presença, mas a intenção do poeta. Entender-se-á isto mais claramente, comparando o *A bordo* do Sr. Crespo com o *Esboço* do Sr. Afonso Celso Júnior. Ali é uma descrição graciosa, e creio que perfeita, de um aspecto de bordo, durante uma calmaria; vemos os marinheiros "recostados em rolos de cordame", o papagaio, uma inglesa, um cãozinho da inglesa, o fazendeiro que passeia, os três velhos que jogam o voltarete, e outros traços assim característicos; depois refresca o vento e lá vai a galera. O *Esboço* do Sr. Afonso Celso Júnior é uma volta de teatro; tinha-se representado um drama patético; uma jovem senhora, violentamente comovida, trêmula, nervosa, sai dali, entra no carro e torna à casa; acha à porta o criado, ansioso e trêmulo, porque lhe adoecera um filho com febre, e para cumprir a sua obrigação servil, ali ficara toda a noite a esperá-la. A dama, diz o poeta,

A dama, que do palco ao drama imaginário,
 Havia arfado tanto,
 Soube reter o pranto
 Perante o drama vivo, honrado e solitário.
 Soltou um ah! de gelo, e como a olhasse o velho,
 Pedindo-lhe talvez no transe algum conselho,
 Disse com abandono,
 De indiferença cheia,
 Que podia ir velar do filho o extremo sono;
 Mas que fosse primeiro à mesa pôr azeite.

Esse contraste de efeitos entre a realidade e a ficção poética explica a idéia do Sr. Afonso Celso Júnior. Notei a diferença entre ele e o Sr. Crespo; notarei agora que o poeta das *Miniaturas* de algum modo influenciou no dos *Devaneios*. Digo expressamente no dos *Devaneios*, porque neste livro, e não no outro, é que o olhar exercitado do leitor poderá descobrir algum vestígio, — um quadro como o do soneto *Na fazenda*, — ou a eleição de certas formas e disposições métricas; mas para conhecer que a influência de um não diminuiu a originalidade de outro, basta ler duas composições de título quase idêntico, — duas histórias, — a de uma mulher que ria sempre, e a de outra que não ria nunca. Aquela gerou talvez esta, mas a filiação, se a há, não passa de um contraste no título; no resto os dois poetas separam-se inteiramente. Não obstante, os *Devaneios* não têm o mesmo valor das *Telas Sonantes*; eram uma promessa, não precisamente um livro.

Neste é que está a feição dominante do Sr. Afonso Celso Júnior; a comoção e agraça. Vimos o *Esboço*; a *Flauta* não é menos significativa. Verdadeiramente não cabe a esta

composição o nome de quadro, mas de poema, — poema à moderna; há ali mais do que um momento e uma perspectiva; há uma história, uma ação. Um operário viúvo possuía uma flauta, que lhe servia a esquecer os males da vida e adormecer a filha que lhe ficara do matrimônio. Escasseia, entretanto, o trabalho; entra em casa a penúria e a fome; o operário vai empenhando, às ocultas, tudo o que possui, e o dinheiro que pode apurar entrega-o à filha, como se fosse salário; a flauta era a confidente única de suas privações. Mas o mal cresce; tudo está empenhado; até que um dia, sem nenhum outro recurso, sai o operário e volta com um jantar. A filha, que a fome abatera, recebe-o alegre e satisfaz a natureza; depois pede ao pai que lhe toque a flauta, segundo costumava; o pai confessa-lhe soluçando que a vendera para lhe conservar a vida. Tal é esse poema singelo e dramático, em que há boa e verdadeira poesia. Nenhum outro é mais feliz do que esse. Assim como o *Esboço* tem por assunto um amor de pai, a *Cena Vulgar* consagra a dor materna; e seria tão acabado como o outro, se fora mais curto. A idéia é demasiado tênue, e demasiado breve a ação, para as três páginas que o poeta lhe deu; outrossim, o desfecho, aquele tocador de realejo, que exige a paga, enquanto a mãe convulsa abraça o filho defunto, esse desfecho teria mais força, se fora mais sóbrio, mais simples, se não tivera nenhum qualificativo, nem a "rudez grosseira", nem "os insolentes brados"; os simples contraste daquele homem e daquela mãe era suficientemente cru.

Fiz um reparo; por que não farei ainda outro? A *Jóia*, aliás tão sóbria, tão concisa, parece-me um pouco artificial. Ao filhinho, que diante de um mostrador de joalheiro, lhe pede um camafeu, responde a mãe com um beijo, e acrescenta que esta jóia é melhor do que a outra; o filho entende-a, e diz-lhe que, se está assim tão rica de jóias, lhe dê um colar. É gracioso! mas não é a criança que fala, é o poeta. Não é provável que a criança entendesse a figura; dado que a entendesse, é improvável que a aceitasse. A criança insistiria na primeira jóia; *cet âge est sans pitié*. Entretanto, há ali mais de uma expressão feliz, como, por exemplo, a mãe eo filho que "lambem com o olhar" as pedrarias do mostrador. O diálogo tem toda a singeleza da realidade. Podia citar ainda outras páginas assim graciosas, tais como *No Íntimo*, que se compõe apenas de dez versos: uma senhora, que depois de servir o jantar aos filhos, serve também a um cão; simples episódio caseiro, narrado com muita propriedade. Podia citar ainda a *Filha da Paz*, poema de outras dimensões e outro sentido, bem imaginado e bem exposto; podia citar alguns mais; seria, porém, derramar a crítica.

Vejo que o Sr. Afonso Celso Júnior procura a inspiração na realidade exterior, e acha-a fecunda e nova. Tem o senso poético, tem os elementos do gosto e do estilo. A língua é vigorosa, conquanto não perfeita; o verso é fluente, se nem sempre castigado. Alguma vez a fantasia parece ornar a realidade mais do que convém à ficção poética, como na pintura dos sentimentos do soldado, na *Filha da Paz*; mas ali mesmo achamos a realidade transcrita com muita perspicácia e correção, como na pintura da casa, com o seu tamborete manco, a mesa carunchosa, o registro e o espelho pregados na parede. Os defeitos do poeta provêm, creio eu,

de alguma impaciência juvenil. Quem pode o mais pode o menos. Um poeta verdadeiro, como o Sr. Afonso Celso Júnior, tem obrigação de o ser acabado; depende de si mesmo.

Sinto que não possa dizer muito do Sr. Fontoura Xavier, um dos mais vívidos talentos da geração nova. Salvo um opúsculo, este poeta não tem nenhuma coleção publicada; os versos andam-lhe espalhados por jornais, e os que pude coligir não são muitos; achei-os numa folha acadêmica de São Paulo, redigida em 1877, por uma plêiade de rapazes de talento, folha republicana, como é o Sr. Fontoura Xavier.

Republicano é talvez pouco. O Sr. Fontoura Xavier há de tomar à boa parte uma confissão que lhe faço; creio que seus versos avermelham-se de um tal ou qual jacobinismo; não é impossível que a Convenção lhe desse lugar entre Hebert e Billaut. O citado opúsculo, que se denomina o *Régio Saltimbanco*, confirma o que digo; acrobata, truão, frascário, Benoiton eqüestre, deus de trampolim, tais são os epítetos usados nessa composição. Não são mais moderados os versos avulsos. Se fossem somente verduras da idade, podíamos aguardar que o tempo as amadurecesse; se houvesse aí apenas uma interpretação errônea dos males públicos e do nosso estado social, era lícito esperar que a experiência retificasse os conceitos da precipitação. Mas há mais do que tudo isso; para o Sr. Fontoura Xavier há uma questão literária: trata-se de sua própria qualidade de poeta.

Não creio que o Sr. Fontoura Xavier, por mais aferro que tenha às idéias políticas que professa, não creio que as anteponha asceticamente às suas ambições literárias. Ele pede a eliminação de todas as coroas, régias ou sacerdotais, mas é implícito que excetua a de poeta, e está disposto a cingi-la. Ora, é justamente desta que se trata. O Sr. Fontoura Xavier, moço de vivo talento, que dispõe de um verso cheio, vigoroso, e espontâneo, está arriscando as suas qualidades nativas, com um estilo, que é já a puída ornamentação de certa ordem de discursos do Velho Mundo. Sem abrir mão das opiniões políticas, era mais propício ao seu futuro poético, exprimi-las em estilo diferente, — tão enérgico, se lhe parecesse, mas diferente. O distinto escritor que lhe prefaciou o opúsculo cita Juvenal, para justificar o tom da sátira, e o próprio poeta nos fala de Roma; mas, francamente, é abusar dos termos. Onde está Roma, isto é, o declínio de um mundo, nesta escassa nação de ontem, sem fisionomia acabada, sem nenhuma influência no século, apenas com um prólogo de história? Para que reproduzir essas velharias enfáticas? Inversamente, cai o Sr. Fontoura Xavier no defeito daquela escola que, em estrofes inflamadas, nos proclamava tão *grandes* como os *Andes*, — a mais fátua e funesta das rimas. *Ni cet excès d'honneur, ni cette indignité.*

Não digo ao Sr. Fontoura Xavier que rejeite as suas opiniões políticas, por menos arraigadas que lhas julgue, respeito-as. Digo-lhe que não deixe abafar as qualidades poéticas, que exerça a imaginação, alteie e aprimore o estilo, e não empregue o seu belo verso em dar vida nova a metáforas caducas; fique isso aos que não tiverem outro meio de convocar a atenção dos leitores.

Não está nesse caso o Sr. Fontoura Xavier. Entre os modernos é ele um dos que melhormente trabalham o alexandrino; creio que às vezes sacrifica a perspicuidade à harmonia,

mas não é único nesse defeito, e aliás não é defeito comum nos seus versos, nos poucos versos que me foi dado ler.

Isso que aí fica acerca do Sr. Fontoura Xavier, bem o posso aplicar, em parte, ao Sr. Valentim Magalhães, poeta ainda assim menos exclusivo que o outro. Os *Cantos e Lutas*, impressos há dois ou três meses, creio serem o seu primeiro livro. No começo deste estudo citei o nome do Sr. Valentim Magalhães; sabemos já quena opinião dele, a idéia nova é o céu deserto, a oficina e a escola cantando alegres, o mal sepultado, Deus na consciência, o bem no coração, e próximas a liberdade e a justiça. Não é só na primeira página que o poeta nos diz isto; repete- o no *Prenúncio da aurora, No futuro, Mais um soldado*; é sempre a mesma idéia, diferentemente redigida, com igual vocabulário. Pode-se imaginar o tom e as promessas de todas essas composições. Numa delas o poeta afiança alívio às almas que padecem, pão aos operários, liberdade aos escravos, porque o reinado da justiça está próximo.

Noutra parte, anunciando que pegou da espada e vem juntar-se aos combatentes, diz que as legiões do passado estão sendo dizimadas, e que o dogma, o privilégio, o despotismo, a dor vacilam à voz da justiça. Vemos que, não é só o pão que o operário há de ter, a liberdade que há de ter o escravo; é a própria dor que tem de ceder à justiça. Ao mesmo tempo, quando o poeta nos diz que fala do futuro e não do passado, ouvimo-lo definir o herói medieval, contraposto e sobreposto ao herói moderno, que é um rapaz pálido, "com horror à arma branca". Nessa contradição, que o poeta busca dissimular e explicar, há um vestígio da incerteza que, a espaços, encontramos na geração nova, — alguma coisa que parece remotada consciência e nitidez de um sentimento exclusivo. É a feição desta quadratransitória.

Não é vulgar a comoção nos versos do Sr. Valentim Magalhães; creio até que seria impossível achá-la fora da página dedicada "a um morto obscuro". Nessa página há na verdade uma nota do coração; a morte de um companheiro ensinou-lhe a linguagem ingenuamente cordial, sem artifício nem intenção vistosa. Há pequenos quadros, como o *Contraste*, em que o poeta nos descreve um mendigo, a domingo, no meio de uma população que descansa e ri; como o soneto em que nos dá uma pobre velha esperando até de madrugada a volta do filho crapuloso; como o *Miserável*, e outros; há desses quadros, digo, que me parecem preferíveis à *Velha História*, não obstante ser o assunto desta perfeitamente verossímil e verdadeiro; o que aí me agrada menos é a execução. O Sr. Valentim Magalhães deve atentar um pouco mais para a maneira de representar os objetos e de exprimir as sensações; há uma certa unidade e equilíbrio de estilo, que por vezes lhe falta. No *Deus Mendigo*, por exemplo, o velho que pede esmola à porta da Sé, é excelente; os olhos melancólicos do mendigo, dos quais diz o poeta:

Há neles o rancorsilencioso,
A raivosa humildade da desgraça
Que blasfema e que esmola;

esses olhos estão reproduzidos com muita felicidade; entretanto, pela composição achamos uns sobressaltos de estilo e de idéias, que destoam e diminuem o mérito da composição. Por que não há de o poeta empregar sempre a mesma arte de que nos dá exemplo na descrição dos ferreiros trabalhando, com o "luz sangüíneo dos carvões a esbater-se-lhes no rosto bronzeado"?

Para conhecer bem a origem das idéias deste livro, melhor direi a atmosfera intelectual do autor, basta ler os *Dois edifícios*. É quase meio-dia; encostado ao gradil de uma cadeia está um velho assassino, a olhar para fora; há uma escola defrente. Ao bater a sineta da escola saem as crianças alegres e saltando confusamente; o velho assassino contempla-as e murmura com voz amargurada: "Eu nunca soube ler!" Quer o Sr. Valentim Magalhães que lhe diga? Essa idéia, a que emprestou alguns belos versos, não tem por si nem a verdade nem a verossimilhança; é um lugar-comum, que já a escola hugoísta nos metrificava há muitos anos. Hoje está bastante desacreditada. Não a aceita Littré, como panacéia infalível e universal; Spencer reconhece na instrução um papel concomitante na moralidade, e nada mais. Se não é rigorosamente verdadeira, é de todo o ponto inverossímil a idéia do poeta; a expressão final, a moralidade do conto, não é do assassino, mas uma reflexão que o poeta lhe empresta. Quanto à forma, nenhuma outra página deste livro manifesta melhor a influência direta de V. Hugo; lá está a antítese constante, — "a luz em frente à sombra"; — "a fome em frente à esmola"; "o deus da liberdade em frente ao deus do mal"; e esta outra figura para exprimir de vez o contraste da escola e da cadeia,

Vítor Hugo fitando Inácio de Loiola.

Tem o Sr. Valentim Magalhães o verso fácil e flexível; o estilo mostra por vezes certo vigor, mas carece ainda de uma correção, que o poeta acabará por lhe dar. Creio que cede, em excesso, a admirações exclusivas. Não é propriamente um livro este dos *Cantos e Lutas*. As idéias dele são geralmente de empréstimo; e o poeta não as realça por um modo de ver próprio e novo. Crítica severa, mas necessária, porque o Sr. Valentim Magalhães é dos que têm direito e obrigação de a exigir.

Não ilude a ninguém o Sr. Alberto de Oliveira. Ao seu livro de versos pôs francamente um título condenado entre muitos de seus colegas; chamou-lhe *Canções românticas*. Na verdade, é audacioso. Agora, o que se não compreende bem é que, não obstante o título, o poeta nos dê a *Toilette lírica*, à p. 43, uns versos em que fala do lirismo condenado e dos trovadores. Dir-se-á que há aí alguma ironia oculta? Não; eu creio que o Sr. Alberto de Oliveira chega a um período transitivo, como outros colegas seus; tem o lirismo pessoal, e busca uma alma nova. Ele mesmo nos diz, à p. 93, num soneto ao Sr. Fontoura Xavier, que não lê somente a história dos amantes, os ternos madrigais; não vive só de olhar para o céu:

Também sei me enlevar; se, em sacrossanta ira,

O Bem calca com os pés os
 Vícios arrogantes,
 Eu, como tu, folheio a lenda dos gigantes,
 E sei lhes dar também uma canção na lira.

É preciosa a confissão; e todavia apenas temos a confissão; o livro não traz nenhuma prova da veracidade do poeta. A razão é que o livro estava feito; e não é só essa; há outra e principal. O Sr. Alberto de Oliveira pode folhear a lenda dos gigantes; mas não lhes dê um canto, uma estrofe, um verso; é o conselho da crítica. Nem todos cantam tudo; e o erro talvez da geração nova será querer modelar-se por um só padrão. O verso do Sr. Alberto de Oliveira tem a estatura média, o tom brando, o colorido azul, enfim um ar gracioso e não épico. Os gigantes querem o tom másculo. O autor da *Luz Nova* e do *Primeiro Beijo* tem muito onde ir buscar a matéria a seus versos.

Que lhe importa o guerreiro que lá vai à Palestina? Deixe-se ficar no castelo, com a filha dele, não digo para dedilharem ambos um bandolim desafinado, mas para lerem juntos alguma página da história doméstica. Não é diminuir-se o poeta; é ser o que lhe pede a natureza, Homero os Mosckos.

Por exemplo, o *Interior* é uma das mais bonitas composições do livro. Pouco mais de uma hora da madrugada, acorda um menino e assustado, com o escuro, chora pela mãe; a mãe conchega-o ao peito e dá-lhe de mamar. Isto só, nada mais do que isto; mas contando com singeleza e comoção. Pois bem, eis aí alguma coisa que não é a agitação pessoal do autor, nem a solução de árduos problemas, nem a história de grandes ações; é um campo intermédio e vasto. Que ele é poeta o Sr. Alberto de Oliveira; *Ídolo*, *Vaporosa*, *Na alameda*, *Torturas do ideal*, são composições de poeta. A fluência e melodia de seu verso são dignas de nota; farei todavia alguma restrição quanto ao estilo. Creio que o estilo precisa obter da parte do autor um pouco mais de cuidado; não lhe falta movimento, falta-lhe certa precisão indispensável, há nele um quê de flutuante, de indeciso e às vezes de obscuro. Para que o reparo seja completo devo dizer que esse defeito resulta, talvez, de que a própria concepção do poeta tem os seus tons indecisos e flutuantes; as idéias não se lhe formulam às vezes de um modo positivo e lógico; são como os sonhos, que se interrompem e se reatam, com as formas incoercíveis dos sonhos.

Se o Sr. Alberto de Oliveira não canta os gigantes, recebe todavia alguma influência externa, e de longe em longe busca fugir a si mesmo. Já o disse: urge agora explicar que, por enquanto, esse esforço transparece somente, e ao leve, na forma. Não é outra coisa o final do *Interior*, aqueles cães magros que "uivam tristemente trotando o lamaçal". Entre esse incidente e a ação interior não há nenhuma relação de perspectiva; o incidente vem ali por uma preocupação de realismo; tanto valera contar igualmente que a chuva desgrudava um cartaz ou que o vento balouçava uma corda de andaime. O realismo não conhece relações necessárias, nem acessórias, sua estética é o inventário. Dir-se-á, entretanto, que o Sr. Alberto de Oliveira tende ao realismo? De

nenhuma maneira; dobra-se-lhe o espírito momentaneamente, a uma ou outra brisa, mas retoma logo a atitude anterior. Assim, não basta ler estes versos:

Ver o azul, — esse infinito,
Sobre essa migalha, — a terra;

feitos pelo processo destes do Sr. Guerra Junqueiro:

Diógenes, — essa lesma,
Na pipa, — esse caracol,

que é aliás o mesmo de V. Hugo; não basta ler tais versos, digo, para crer que o estilo do Sr. Alberto de Oliveira se modifique ao ponto de adquirir exclusivamente as qualidades que distinguem o daquele poeta. São vestígios de leitura esquecida; a natureza poética do Sr. Alberto de Oliveira parece-me justamente rebelde à simetria do estilo do Sr. Guerra Junqueiro. Nem é propícia à simetria, nem dada a medir a estatura dos gigantes; é um poeta doméstico, delicado, fino; apure as suas qualidades, adquira-as novas, se puder, mas não opostas à índole de seu talento; numa palavra, afirme-se.

Dizem-me que é irmão deste poeta o Sr. Mariano de Oliveira, autor de um livrinho de cem páginas, *Versos*, dados ao prelo em 1876. São irmãos apenas pelo sangue; na poesia são estranhos um ao outro. Pouco direi do Sr. Mariano de Oliveira; é escasso o livro, e não pude coligir outras composições posteriores, que me afirmam andar em jornais. É um livro incorreto aquele; o Sr. Mariano de Oliveira não possui ainda o verso alexandrino, ou não o possuía quando deu ao prelo aquelas páginas; fato tanto mais lastimoso, quanto que o verso lhe sai com muita espontaneidade e vida, e bastaria corrigi-los, — e bem assim o estilo, — para os fazer completos.

Quereis uma prova de que há certa força poética no Sr. Mariano de Oliveira? Lede, por exemplo, *Na tenda do operário*. O poeta ia passando e viu aberta uma porta, uma casa de operário; era de noite,

A noite, a sombra funda, o ermo grande e mudo;
Tudo dentro era negro e negro em torno tudo;

pareceu-lhe que lá dentro da casa houvera algum atentado, então sentou-se à porta, à espera que voltasse o dono. O dono volta; é um operário, o poeta adverte-o do descuido que cometera: ao que o operário responde que ninguém lhe iria roubar o que não tem. O poeta despede-se, segue, pára a distância, e parece-lhe então que efetivamente se detivera sem necessidade, porque ali velava uma sentinela firme:

O anjo da miséria a vigiar a porta.

Nessa página que não é única, — e eu poderia citar outras como a *Nau e o homem* e *Mãe*, — nessa página sente-se que palpita um poeta, mas as incorreções vêm sobremodo afeá-la. Já me não refiro às de forma métrica; o poeta é geralmente descurado. Poderia citar passagens obscuras, locuções ambíguas, outras empregadas em sentido espúrio, e até rimas que o não são; mas teria de fazer uma crítica miúda, totalmente sem interesse para o leitor, e só relativamente interessante para o poeta. Prefiro dar a este um conselho; lembre-se da deliciosa anedota que nos conta, à página 91, com o título *Canção*. Na mesma praça em que morava o poeta, morava uma certa Laura, que todos os dias o esperava à janela; ele, porém, não ousava nunca cumprimentá-la, por mais que lho pedisse o coração; assim decorreram meses. Um dia Laura mudou-se; e foi só então, ao vê-la partir, que o poeta chegou a saudá-la. Era tarde. Pois a poesia é a Laura daquela página; quando vem de si mesma esperar à janela, há de haver grande inadvertência em lhe dar apenas um olhar furtivo, em ir depressa, como quem foge. Ela quer ser, não somente saudada, mas também conversada, interrogada e adivinhada; é-lhe precisa a confabulação diurna e noturna. Não vá o poeta atentar na vizinha quando ela estiver a partir; muito difícil é que atine depois com o número da casa nova. Por outro lado, não converta os mimos em enfados, porque há também outra maneira de se fazer desadorar da poesia: é matá-la com o contrário excesso, — observação tão intuitiva que já um nosso clássico dizia que o muito mimo tolhe o desenvolvimento da planta. Nem descuido nem artifício: arte.

Não direi a mesma coisa ao Sr. Sílvio Romero, e por especial motivo. O autor dos *Cantos do fim do século* é um dos mais estudiosos representantes da geração nova; é laborioso e hábil. Os leitores desta *Revista* acompanham certamente com interesse as apreciações críticas espalhadas no estudo que, acerca da poesia popular no Brasil, está publicando o Sr. Sílvio Romero. Os artigos de crítica parlamentar, dados há meses no *Repórter*, e atribuídos a este escritor, não eram todos justos, nem todos nem sempre variavam no mérito, mas continham algumas observações engenhosas e exatas. Faltava-lhes estilo, que é uma grande lacuna nos escritos do Sr. Sílvio Romero; não me refiro às flores de ornamentação, à ginástica de palavras; refiro-me ao estilo, condição indispensável do escritor, indispensável à própria ciência — o estilo que ilumina as páginas de Renan e de Spencer, e que Wallace admira como uma das qualidades de Darwin. Não obstante essa lacuna, que o Sr. Romero preencherá com o tempo, não obstante outros pontos acessíveis à crítica, os trabalhos citados são documentos louváveis.

Os *Cantos do fim do século* podem ser também documento de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética. Creio que o leitor não será tão inadvertido que suponha referir-me a uma certa terminologia convencional; também não aludo especialmente à metrificação. Falo de uma forma poética, em seu genuíno sentido. Um homem pode ter as mais elevadas idéias, as comoções mais fortes, e realçá-las todas por uma imaginação viva; dará com isso uma excelente página de prosa, se souber escrevê-la; um trecho de grande ou maviosa poesia, se for poeta. O que é indispensável é que possua

a forma em que se exprimir. Que o Sr. Romero tenha algumas idéias de poeta não lho negará a crítica; mas logo que a expressão não traduz as idéias, tanto importa não as ter absolutamente. Estou que muitas decepções literárias originam-se nesse contraste da concepção e da forma; o espírito que formulou a idéia, a seu modo, supõe havê-la transmitido nitidamente ao papel, e daí um equívoco. No livro do Sr. Romero achamos essa luta entre pensamento que busca romper do cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura: o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional.

Pertenceu o Sr. Romero ao movimento hugoísta, iniciado no Norte e propagado ao Sul, há de haver alguns anos; movimento a que este escritor atribui uma importância infinitamente superior à realidade. Entretanto, não se lhe distinguem os versos pelos característicos da escola, se escola lhe pudéssemos chamar; pertenceu a ela antes pela pessoa do que pelo estilo. Talvez o Sr. Romero, coligindo agora os versos, entendeu cercar-lhes os tropos e as demasias, — vestígios do tempo. Na verdade, uma de suas composições, a *Revolução*, é incluída em 1878, nos *Cantos do fim do século*, não traz algumas imagens singularmente arrojadas, que aliás continha, quando eu a li, em 1871, no *Diário de Pernambuco* de domingo 23 de julho desse mesmo ano. Outras ficaram, outras se não encontram no decorrer do livro, mas não são tão graves que o definam e classifiquem entre os discípulos de Castro Alves e do Sr. Tobias Barreto; coisa que eu melhor poderia demonstrar, se tivesse à mão todos os documentos necessários ao estudo daquele movimento poético, em que aliás houve bons versos e agitadores entusiastas.

Qualquer que seja, entretanto, minha opinião acerca dos versos do Sr. Romero, lisamente confesso que não estão no caso de merecer as críticas acerbíssimas, menos ainda as páginas insultuosas que o autor nos conta, em uma nota, haverem sido escritas contra alguns deles. "Injuriavam ao poeta (diz o Sr. Romero) por causa de algumas duras verdades do crítico". Pode ser que assim fosse; mas, por isso mesmo, o autor nem deveria inserir aquela nota. Realmente, criticados que se desforçam de críticas literárias com improperios dão logo idéia de uma imensa mediocridade, — ou de uma fatuidade sem freio, — ou de ambas ascoisas; e para lances tais é que o talento, quando verdadeiro e modesto, devereservar o silêncio do desdém: *Non racionar de lor, ma guarda, e passa*.

Não é comum suportar a análise literária; e raríssimo suportá-la com gentileza. Daí vem a satisfação da crítica quando encontra essa qualidade em talentos que apenas estréiam. A crítica sai então da turbamulta das vaidades irritadiças, das vocações do anfiteatro, e entra na região em que o puro amor da arte é anteposto às ovações da galeria. Dois nomes me estão agora no espírito, — o Sr. Lúcio de Mendonça e o Sr. Francisco de Castro, — poetas, que me deram o gosto de os apresentar ao público, por meio de prefácio em obras suas. Não lhes ocultei nem a um, nem a outro, nem ao público os senões e lacunas, que havia em tais obras; e tanto o autor das *Névoas matutinas* como o das *Estrelas errantes* aceitaram francamente, graciosamente, os reparos que lhes fiz. Não era já isso dar prova de talento?

Um daqueles poetas, o Sr. Francisco de Castro, estreou há um ano, com um livro de páginas juvenis, muita vez incertas, é verdade, como de estreante que eram. "Não se envergonhe de imperfeições (dizia eu ao Sr. Francisco de Castro) nem se vexe de as ver apontadas; agradeça-o antes... Há nos seus versos uma espontaneidade de bom agouro, uma natural singeleza, que a arte guiará melhor e a ação do tempo aperfeiçoará". Depois notava-lhe que a poesia pessoal cultivada por ele, estava exausta, e, visto que outras páginas havia, em que a inspiração era mais desinteressada, aconselhava-o a poetar fora daquele campo. Dizia-lhe isso em 4 de agosto de 1878. Pouco mais de um ano se há passado; não é tempo ainda de desesperar do conselho. Pode-se, entretanto, julgar do que fará o Sr. Francisco de Castro, se se aplicar deveras à poesia, pelo que já nos deu nas *Estrelas errantes*.

Neste volume de 200 páginas, em que alguma coisa há frouxa e somenos, sente-se o bafejo poético, o verso espontâneo, a expressão feliz; há também por vezes comoção sincera, como nestes lindos versos de *Ao pé do berço*:

Deus perfuma-te a face com um beijo,
E em sonhos te aparece,
Quando, ao calor de uma asa que não veio
O coração te aquece.

Às vezes, quando dormes, eu me inclino
Sobre teu berço, e busco do destino
Ler a página em flor que nele existe;
De tua frente santa e curiosa
Docemente aproximo, temerosa,
A minha frente pensativa e triste.

Como um raio de luz do paraíso,
Teu lábio esmalta virginal sorriso...
Ao ver-te assim, extático me alegro
Bebo em teu seio o hálito das flores,
Oásis no deserto dos amores,
Página branca do meu livro negro.

A paternidade inspirou tais estrofes. O amor inspira-lhe outras; outras são puras obras de imaginação inquieta, e desejosa de fugir à realidade. Talvez esse desejo se mostre por demais imperioso; a realidade é boa, o realismo é que não presta para nada. Que o Sr. Francisco de Castro pode e deve fecundar a sua inspiração, alargando-lhe os horizontes, coisa é para mim evidente. *Tiradentes*, *Ashaverus*, *Spartaco*, são páginas em que o poeta revela possuir a nota pujante e saber empregá-la. Nem todos os versos dessas composições são irrepreensíveis; mas há ali vida, fluência, animação; e quando ouvimos o poeta falar aos heróis, nestes belos versos:

Vós que dobrais do tempo o promontório,
E, barra dentro, a eternidade entraís,

mal podemos lembrar que é o mesmo poeta que, algumas páginas antes, inclinara a frente pensativa sobre um berço de criança. Quem possui a faculdade de cantar tão opostas coisas, tem diante de si um campo largo e fértil. Certas demasias há de perdê-las com o tempo; a melhor lição crítica é a experiência própria. Confesso, entretanto, um receio. A ciência é má vizinha; e a ciência tem no Sr. Francisco de Castro um cultor assíduo e valente. Lembre-se todavia o poeta que os antigos arranjaram perfeitamente estas coisas; fizeram de Apolo o deus da poesia e da medicina. Goethe escreveu o *Fausto* e descobriu um osso no homem — o que tudo persuade que a ciência e a poesia não são inconciliáveis. O autor das *Estrelas errantes* pode mostrar que são amigas.

O que eu dizia em 1878 a este poeta, dizia-o em 1872 ao autor das *Névoas matutinas*. Não dissimulei que havia na sua primavera mais folhas pálidas que verdes; foram as minhas próprias expressões; e argüia-o dessa melancolia prematura e exclusiva. Já lá vão sete anos. Há quatro, em 1875, o poeta publicou outra coleção, as *Alvoradas*; explicando o título, no prólogo, diz que seus versos não têm a luz nem as harmonias do amanhecer. Serão, acrescenta, como as madrugadas chuvosas: desconsoladas, mudas e monótonas. Não se iluda o leitor; não se refugie em casa com medo das intempéries que o Sr. Lúcio de Mendonçalhe anuncia; são requebros de poeta. A manhã é clara; choveu talvez durante a noite, porque as flores estão ainda úmidas de lágrimas; mas a manhã é clara.

A comparação entre os dois livros é vantajosa para o poeta; certas incertezas do primeiro, certos tons mais vulgares que ali se notam, desapareceram no segundo. Mas o espírito geral é ainda o mesmo. Há, como nas *Névoas matutinas*, uma corrente pessoal e uma corrente política. A parte política tem as mesmas aspirações partidárias da geração recente; e aliás vinham já de 1872 e 1871. Para conhecer bem o talento deste poeta, há mais de uma página de lindos versos, como estes, *Lenço branco*:

Lembras-te, Aninha, pérola roceira
Hoje engastada no ouro da cidade,
Lembras-te ainda, ó bela companheira,
Dos velhos tempos da primeira idade?

Longe dessa botina azul celeste,
Folgava-te o pezinho no tamanco...
Eras roceira assim quando me deste,
Na hora de partir, teu lenço branco;

ou como as deliciosas estrofes, *Alice*, que são das melhores composições que temos em tal gênero; mas eu prefiro mostrar outra obra menos pessoal; prefiro citar *A família*. Trata-se de um moço, celibatário e pródigo, que sai a matar-se, uma noite, em direção do mar; de repente, pára, olhando através dos vidros de uma janela:

Era elegante a sala, e quente e confortada.
À mesa, junto à luz, estava a mãe sentada.

Cosia. Mais além, um casal de crianças, Risonhas e gentis como umas
 esperanças,
 Olhavam juntamente um livro de gravuras,
 Inclinando sobre ele as cabecinhas puras.
 Num gabinete, além que entreaberto se via,
 Um homem — era o pai, — calmo e grave, escrevia.
 Enfim uma velhinha. Estava agora só
 Porque estava rezando. Era, decerto, a avó.
 E em tudo aquilo havia uma paz, um conforto...
 Oh! a família! o lar! o bonançoso porto
 No tormentoso mar. Abrigo, amor, carinho.
 O moço esteve a olhar. E voltou do caminho.

Nada mais simples do que a idéia desta composição; mas a simplicidade da idéia, a
 sobriedade dos toques e a verdade da descrição, são aqui os elementos do efeito poético, e produzem
 nada menos que uma excelente página. O Sr. Lúcio de Mendonça possui o segredo da arte. Se nas
Alvoradas não há outro quadro daquele gênero, pode havê-los num terceiro livro, porque o poeta
 tem dadorecentemente na imprensa algumas composições em que a inspiração é menos exclusiva,
 mas imbuída da realidade exterior. Li-as, à proporção que elas iam aparecendo; mas não as
 coligi tão completamente que possa analisá-las com alguma minuciosidade. Sei que tais versos
 formam segunda fase do Sr. Lúcio de Mendonça; e é por ela que o poeta se prende mais
 intimamente à nova direção dos espíritos. O autor das *Alvoradas* tem a vantagem de entrar nesse
 terreno novo com a forma já trabalhada e lúcida.

A poesia do Sr. Ezequiel Freire não tem só o lirismo pessoal, — traz uma nota de
 humorismo e de sátira; e é por essa última parte que o podemos ligar ao Sr. Artur Azevedo. As *Flores
 do Campo*, volume de versos dado em 1874, tiveram a boa fortuna de trazer um prefácio devido à
 pena delicada e fina de D. Narcisa Amália, essa jovem e bela poetisa, que há anos aguçou a
 nossa curiosidade com um livro de versos, e recolheu-se depois à *turris eburnea* da vida
 doméstica. Resende é apátria de ambos; além dessa afinidade, temos a da poesia, que em suas
 partes mais íntimas e do coração, é a mesma. Naturalmente, a simpatia da escritora vai de
 preferência às composições que mais lhe quadram à própria índole, e, no nosso caso, basta conhecer a
 que lhe arranca maior aplauso, para adivinhar todas as delicadezas da mulher. Dona Narcisa Amália
 aprova sem reserva os *Escravos no eito*, página da roça, quadro em que o poeta lança a piedade de
 seus versos sobre o padecimento dos cativos. Não se limita a aplaudi-lo, subscreve a composição.
 Eu, pela minha parte, subscrevo o louvor; creio também que essa composição resume o quadro.
 A pintura é viva e crua; o verso cheio e enérgico. A invectiva que forma a segunda parte seria,
 porém, mais enérgica, se o poeta no-la desse menos extensa; mas há ali um sentimento real de
 comiseração.

Notam-se no livro do Sr. Ezequiel Freire outros quadros da roça. *Na roça* é o
 próprio título de uma das páginas mais interessantes; é uma descrição da casa do poeta à beira do

terreiro, entre moitas de pita, com seu teto de sapé; fora, o tico-tico remexe no farelo, e o gurundi salta na grumixama; nada falta, nem o mugir do gado nem os jogos dos moleques:

O gado muge no curral extenso;
Um grupo de moleques doutra banda,
Brinca o *Tempo-será*; vêm vindo as aves
Do parapeito rente da varanda.

No carreador de além, que atalha a mata,
Ouvem-se notas de canção magoada.
Ai! sorrisos do céu — das roceirinhas!
Ai! cantigas de amor — do camarada!

Nada falta; ou falta só uma coisa, que é tudo; falta certa moça que um dia se foi para a Corte. Essa ausência completa tão bem o quadro que mais parece inventada para o efeito poético. E creio que sim. Não se combinam tão tristes saudades, com o picofinal:

Ó gentes que morais aí na corte,
Sabei que vivo aqui como um lagarto.
Ó ventos que passais, contai à moça
Que há duas camas no meu pobre quarto...

Lúcia, que se faz *Lucíola*, é também um quadro da roça, em que há toques menos felizes; é uma simples história narrada pelo poeta. Mais ainda que na outra, há nessa composição a nota viva e gaiata, que nem sempre serve a temperar a melancolia do assunto. Já disse que o Sr. Ezequiel Freire tem a corda humorística; a terceira parte é toda uma coleção de poesia em que o humorismo traz a ponta aguçada pela sátira. Gosto menos desta última parte que das duas primeiras; nem os assuntos são interessantes, nem às vezes claros, o que de algum modo é explicado por esta frase da poetisa resendense: "A sátira, sendo quase sempre alusiva, faz-se obscura para os que não gozam a intimidade do poeta". Em tal caso, devia o poeta eliminá-la. Também o estilo está longe de competir com o *do resto* do volume, que aliás não é perfeito. Certamente é correntio e bem trabalhado, o *José de Arimatéia*, por exemplo, anúncio de um gato fugido; mas que diferença entre essa página e a do *Nevoeiro*! Não é que não haja lugar para o riso, mormente em livro tão pessoal às vezes; mas o melhor que há no riso é a espontaneidade.

Não sei se escreveu mais versos o Sr. Ezequiel Freire; é de supor que sim, e é de lastimar que não. Ignoro também que influência terá tido nele o espírito que parece animar a geração a que pertence; mas não há temeridade em crer que o autor das *Flores do Campo* siga o caminho dos Srs. Afonso Celso Júnior, Lúcio de Mendonça, e Teófilo Dias, que também deram as suas primeiras flores.

Se no Sr. Ezequiel Freire não há vestígio de tendência nova, menos a iremos achar no Sr. Artur Azevedo, que é puramente satírico. Conheço deste autor o *Dia de Finados*, *A Rua do Ouvidor* e *Sonetos*; três opúsculos. Não darei nenhuma novidade ao autor, dizendo-lhe que o

estilo de tais opúsculos é incorreto, que a versificação não tem o apuro necessário, e aliás cabido em suas forças. Sente-se naquelas páginas o descuido voluntário do poeta; respira-se a aragem do improvisado, descobre-se o inacabado do amator. Além deste reparo, que fará relevar muita coisa, ocorre-me outro igualmente grave. Não só o desenho é incorreto, mas também a cor das tintas é demasiado crua, e os objetos nem sempre poéticos. Digo poéticos, sem esquecer que se trata de um satírico; sátira ou epopéia, importa que o assunto preencha certas condições da arte. O *Dia de Finados*, por exemplo, contém episódios de tal natureza, que deve cobrir por força alguma realidade. A absoluta invenção daquilo seria, na verdade, inoportuna. Pois ainda assim, cabe o reparo: nem todos esses episódios ali deviam estar, e assim juntos destroem o efeito do todo, porque uns aos outros fazem perder a verossimilhança. Diz-se que efetivamente a visita de um dos nossos cemitérios, no dia em que se comemoram os defuntos, é um quadro pouco edificante. Come-se no cemitério em tal dia? Mas a refeição que o poeta nos descreve é uma verdadeira patuscada de arrabalde, em que nada falta, nem a embriaguez; e tanto menos se compreende isso, quanto a dor não parece excluída da ocasião, o que o poeta nos indica bem, aludindo a uma das convivas:

Um camarão a atrai;
Vai a comê-lo, e nele a lágrima lhe cai.

A viúva que repreende em altos brados o escravo, o credor que vai cobrar uma dívida, o *rendez-vous* dos namorados, as chacotas, os risos, tudo isso não parece que excede a realidade? Mas dado que seja a realidade pura, a ficção poética não podia admiti-la sem restrição. No fim, o poeta sobe até a vala, que fica acima da planície, e dá-nos alguns versos tocantes; lastima a caridade periódica, a dor que não dói e o pranto que não queima.

Na *Rua do Ouvidor* e nos *Sonetos* não há impressão do *Dia de Finados*, naturalmente porque o contraste da sátira é menor. O primeiro daqueles opúsculos é uma revista da nossa rua magna, uma revista alegre em que as qualidades boas e más do Sr. Azevedo claramente aparecem. O maior defeito de tal sátira é a extensão. Revistas dessas não comportam dimensões muito maiores que as do *Passeio*, de Tolentino. Os sonetos são a melhor parte da obra poética do Sr. A. Azevedo. Nem todos são perfeitos; e alguns há em que o assunto excede o limite poético, como a *Metamorfose*; mas há outros em que a idéia é graciosa, e menos solto o estilo; tal, por exemplo, o que lhe mereceu uma vizinha ralhadora, — soneto cujo fecho dará idéia da versificação do poeta quando ele a quer apurar:

Tu, que és o cão tihoso em forma de senhora,
Oh! ralha, ralha e ralha, e ralha mais e ralha...
Mas deixa-me primeiro ir para sempre embora.

A obra do Sr. Múcio Teixeira é já considerável: três volumes de versos, e, segundo vejo anunciado, um quarto volume, os *Novos Ideais*. Neste último livro, já pelo título, já por algumas amostras que vi na imprensa diária, é que estão definidas mais intimamente as relações do poeta com o grosso do novo exército; mas nada posso adiantar sobre ele. Nos outros, principalmente nas *Sombras e Clarões*, podemos ver as qualidades do poeta, as boas e as más. Creio que até agora o Sr. Múcio Teixeira cedeu principalmente ao influxo da chamada escola hugoísta. O *Trono e a Igreja*, *Gutenberg*, a *Posteridade*, e outras composições dão idéia cabal dessa poesia, que buscava os efeitos em certos meios puramente mecânicos. Vemos aí o condor, aquele condor que à força de voar em tantas estrofes, há doze anos, acabou por cair no chão, onde foi apanhado e empalhado; vemos asepopéias, os Prometeus, os gigantes, as Babéis, todo esse vocabulário de palavras grandes destinadas a preencher o vácuo das idéias justas. O Sr. Múcio Teixeira cedeu à torrente, como tantos outros; não há que censurá-lo; mas resiste afinal eo seu novo livro será outro.

Talvez seja o Sr. Múcio Teixeira o poeta de mais pronta inspiração, entre os novos; sente-se que os versos lhe brotam fáceis e rápidos. A qualidade é boa, mas o uso deve ser discreto; e eu creio que o Sr. Múcio Teixeira não resiste a si mesmo. Há movimento em suas estrofes, mas há também demasias; o poeta não é correto; falta-lhe limpidez e propriedade. Quando a comoção verdadeira domina o poeta, tais defeitos desaparecem, ou diminuem; mas é rara a comoção nos versos do Sr. Múcio Teixeira. Não é impossível que o autor das *Sombras e Clarões* prefira os assuntos que exigem certa altiloquia, há outros que se contentam do vocabulário médio e do tom brando; e, contudo, creio que a musa dele se exercerá nestes com muito mais proveito. Os outros iludem muito. Se me não escasseasse tanto o espaço, mostraria, como exemplos, a diferença dos resultados obtidos pelo Sr. Múcio Teixeira em uma e outra ordem de composições; mostraria a superioridade da *Noite de Verão*, *Desalento* e *Eu*, sobre a *Voz profética* e os *Fantasma do porvir*. Pode ser que haja um quê de artificial no *Desalento*; mas o verso sai mais natural, a expressão é mais idônea: é ele outro. E por que será artificial aquela página? O Sr. Múcio Teixeira tem às vezes a expressão da sinceridade; devem ser sinceros estes versos, aliás um pouco vulgares, com que fecha a dedicatória das *Sombras e Clarões*:

Se ainda não descri de tudo neste mundo
Eu — que o cálix do fel sorvi até ofundo,
Chorando no silêncio, e rindo à multidão;

É que encontrei em vós as bênçãos e os carinhos
Que a infância tem no lar, e as aves têm nos ninhos...
Amigo de meus pais! eu beijo a vossamão.

Não custa muito fazer versos assim, naturais, verdadeiros, em que a expressão corresponde à idéia, e a idéia é límpida. Estou certo de que as qualidades boas do poeta dominarão muito no novo livro; creio também que ele empregará melhor a facilidade, que é um dos seus dotes, e corresponderá

cabalmente às esperanças que suas estréias legitimamente despertam. Se algum conselho lhe pode insinuara crítica é que dê costas aopassado.

III

Qualquer que seja o grau de impressão do leitor, fio que não terá exclusivamente benigna nem exclusivamente severa, mas ambas as coisas a um tempo, que é o que convém à nova geração. Viu que há talentos, e talentos bons. Falta unidadeao movimento, mas sobra confiança e brilho; e se as idéias trazem às vezes um cunho de vulgaridade uniforme, outras um aspecto de incoercível fantasia, revela-se todavia esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente opassado. Esta intenção é já um penhor de vitória. Aborrecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vicio; vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos, e datam de si mesmos a aurora humana, e de outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charco. Da primeira opinião têm desculpa os moços, porque estão na ida em que a irreflexão é condição de bravura; em que um pouco de injustiça para com o passado é essencial à conquista do futuro. Nem os novos poetas aborrecem o que foi; limitam-se a procurar alguma coisadiferente.

Não é possível determinar a extensão nem a persistência do atual movimento poético. Circunstâncias externas podem acelerá-lo e defini-lo; ele pode também acabar ou transformar-se. Creio, ainda assim, que alguns poetas sairão deste movimento e continuarão pelo tempo adiante a obra dos primeiros dias. Grande parte deles hão de absorver-se em outras aplicações mais concretas. Entre esses haverá até alguns que não sejam poetas, senão porque a idade o pede; extinta amusa extinguir-se-lhes-á a poesia. Isto que uns aceitam de boa mente, outros demá cara, costuma, às vezes, ser causa secreta de ressentimentos; os que calaram não chegam a compreender que o idioma não acabasse com eles. Se tal fato se der, entre os moços atuais, aprenderão os que prosseguirem na obra, qual a soma e natureza de esforços que ela custa; verão juntar-se as dificuldades morais às literárias.

A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelarse de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há umaporção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processocientífico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência: releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fugam também a outro perigo: o espírito de seita, mais próprio

das gerações feitas e das instituições petrificadas. O espírito de seita tem fatal marcha do odioso ao ridículo; e não será para uma geração que lança os olhos ao largo e ao longe, que se compôs este verso verdadeiramente galante:

Nul n'aura de l'esprit, hors nous et nos amis.

Finalmente, a geração atual tem nas mãos o futuro, contanto que lhe não afrouxe o entusiasmo. Pode adquirir o que lhe falta, e perder o que a deslustra; pode afirmar-se e seguir avante. Se não tem por ora uma expressão clara e definitiva, há de alcançá-la com o tempo; hão de alcançá-la os idôneos. Um escritor de ultramar, Sainte-Beuve, disse um dia, que o talento pode embrenhar-se num mau sistema, mas se for verdadeiro e original, depressa se emancipará e achará a verdadeira poética. Estas palavras de um crítico que também foi poeta, repete-as agora alguém que, na crítica e na poesia, despendeu alguns anos de trabalho, não fecundo nem grande mas assíduo e sincero; alguém que para os recém-chegados há de ter sempre a advertência amiga e o aplauso oportuno.

ANEXO C

Conto de Escola

Várias Histórias

Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
Publicado originalmente por Laemmert & C. Editores, Rio de Janeiro em 1896.

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia — uma segunda-feira, do mês de maio — deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana, que não era então esse parque atual, construção de *gentleman*, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão.

Na semana anterior tinha feito dois suetos, e, descoberto o caso, recebi pagamento das mãos de meu pai, que me deu uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doíam por muito tempo. Era um velho empregado do Arsenal de Guerra, ríspido e intolerante. Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado ao balcão. Ora, foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colégio. Não era um menino de virtudes. Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinqüenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta a boceta de rapé e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala. Os meninos, que se conservaram de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. Tudo estava em ordem; começaram os trabalhos.

— *Seu Pilar*, eu preciso falar com você, disse-me baixinho o filho do mestre.

Chamava-se Raimundo este pequeno, e era mole, aplicado, inteligência tarda. Raimundo gastava duas horas em reter aquilo que a outros levava apenas trinta ou cinqüenta minutos; vencida com o tempo o que não podia fazer logo com o cérebro. Reunia a isso um grande medo ao pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente; raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco.

— O que é que você quer?

— Logo, respondeu ele com voz trêmula.

Começou a lição de escrita. Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era. Não digo também que era dos mais inteligentes, por um escrúpulo fácil de entender e de excelente efeito no estilo, mas não tenho outra convicção. Note-se que não era pálido nem mofo: tinha boas cores e músculos de ferro. Na lição de escrita, por exemplo, acabava sempre antes de todos, mas deixava-me estar a recortar narizes no papel ou na tábua, ocupação sem nobreza nem espiritualidade, mas em todo caso ingênua. Naquele dia foi a mesma coisa; tão depressa acabei, como entrei a reproduzir o nariz do mestre, dando-lhe cinco ou seis atitudes diferentes, das quais recorro a interrogativa, a admirativa, a dubitativa e a cogitativa. Não lhes punha esses nomes, pobre estudante de primeiras letras que era; mas, instintivamente, dava-lhes essas expressões. Os outros foram acabando; não tive remédio senão acabar também, entregar a escrita, e voltar para o meu lugar.

Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios, o Chico Telha, o Américo, o Carlos das Escadinhas, a fina flor do bairro e do gênero humano. Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do Morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma coisa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.

— Fui um bobo em vir, disse eu ao Raimundo.

— Não diga isso, murmurou ele.

Olhei para ele; estava mais pálido. Então lembrou-me outra vez que queria pedir-me alguma coisa, e perguntei-lhe o que era. Raimundo estremeceu de novo, e, rápido, disse-me que esperasse um pouco; era uma coisa particular.

— *Seu Pilar...* murmurou ele daí a alguns minutos.

— Que é?

— Você...

— Você quê?

Ele deitou os olhos ao pai, e depois a alguns outros meninos. Um destes, o Curvelo, olhava para ele, desconfiado, e o Raimundo, notando-me essa circunstância, pediu alguns minutos mais de espera. Confesso que começava a arder de curiosidade. Olhei para o Curvelo, e vi que parecia atento; podia ser uma simples curiosidade vaga, natural indiscrição; mas podia ser também alguma coisa entre eles. Esse Curvelo era um pouco levado do diabo. Tinha onze anos, era mais velho que nós.

Que me queria o Raimundo? Continuei inquieto, remexendo-me muito, falando-lhe baixo, com instância, que me dissesse o que era, que ninguém cuidava dele nem de mim. Ou então, de tarde...

— De tarde, não, interrompeu-me ele; não pode ser de tarde.

— Então agora...

— Papai está olhando.

Na verdade, o mestre fitava-nos. Como era mais severo para o filho, buscava-omuitas vezes com os olhos, para trazê-lo mais aperreado. Mas nós também éramos finos; metemos o nariz no livro, e continuamos a ler. Afinal cansou etomou as folhas do dia, três ou quatro, que ele lia devagar, mastigando as idéias e as paixões. Não esqueçam que estávamos então no fim da Regência, e que eragrande a agitação pública. Policarpo tinha decerto algum partido, mas nunca pude averiguar esse ponto. O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos dodiabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca. E daí, pode ser que alguma vez as paixões políticas dominassem nele a ponto de poupar-nos uma ou outra correção. Naquele dia, ao menos, pareceu-me que lia as folhas com muito interesse; levantava os olhos de quando em quando, ou tomava uma pitada, mas tornava logo aos jornais, e lia a valer.

No fim de algum tempo — dez ou doze minutos — Raimundo meteu a mão no bolso das calças e olhou paramim.

— Sabe o que tenho aqui?

— Não.

— Uma pratinha que mamãe me deu.

— Hoje?

— Não, no outro dia, quando fiz anos...

— Pratinha de verdade?

— De verdade.

Tirou-a vagarosamente, e mostrou-me de longe. Era uma moeda do tempo do rei, cuido que doze vinténs ou dois tostões, não me lembro; mas era uma moeda, e tal moeda que me fez pular o sangue no coração. Raimundo revolveu em mim oolhar pálido; depois perguntou-me se a queria para mim. Respondi-lhe queestava caçoando, mas ele jurou que não.

— Mas então você fica sem ela?

— Mamãe depois me arranja outra. Ela tem muitas que vovô lhe deixou, numa caixinha; algumas são de ouro. Você quer esta?

Minha resposta foi estender-lhe a mão disfarçadamente, depois de olhar para a mesa do mestre. Raimundo recuou a mão dele e deu à boca um gesto amarelo, que queria sorrir. Em seguida propôs-me um negócio, uma troca de serviços; ele me daria a moeda, eu lhe explicaria um ponto da lição de sintaxe. Não conseguira reter nada do livro, e estava com medo do pai. E concluía a proposta esfregando a pratinha nos joelhos...

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma idéia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil em empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar ao mestre. A novidade estava nos termos da proposta, na troca de lição e dinheiro, compra franca, positiva, toma lá, dá cá; tal foi a causa da sensação. Fiquei a olhar para ele, à toa, sem poder dizer nada.

Compreende-se que o ponto da lição era difícil, e que o Raimundo, não o tendo aprendido, recorria a um meio que lhe pareceu útil para escapar ao castigo do pai. Se me tem pedido a coisa por favor, alcançá-la-ia do mesmo modo, como de outras vezes; mas parece que era a lembrança das outras vezes, o medo de achar a minha vontade frouxa ou cansada, e não aprender como queria, — e pode ser mesmo que em alguma ocasião lhe tivesse ensinado mal, — parece que tal foi a causa da proposta. O pobre-diabo contava com o favor, — mas queria assegurar-lhe a eficácia, e daí recorreu à moeda que a mãe lhe dera e que ele guardava como relíquia ou brinquedo; pegou dela e veio esfregá-la nos joelhos, à minha vista, como uma tentação... Realmente, era bonita, fina, branca, muito branca; e para mim, que só trazia cobre no bolso, quando trazia alguma coisa, um cobre feio, grosso, azinhavrado...

Não queria recebê-la, e custava-me recusá-la. Olhei para o mestre, que continuava a ler, com tal interesse, que lhe pingava o rapé do nariz. — Ande, tome, dizia-me baixinho o filho. E a pratinha fuzilava-lhe entre os dedos, como se fora diamante... Em verdade, se o mestre não visse nada, que mal havia? E ele não podia ver nada, estava agarrado aos jornais lendo com fogo, com indignação...

— Tome, tome...

Relancei os olhos pela sala, e dei com os do Curvelo em nós; disse ao Raimundo que esperasse. Pareceu-me que o outro nos observava, então dissimulei; mas daí a pouco deitei-lhe outra vez o olho, e — tanto se ilude a vontade! — não lhe vi mais nada. Então cobrei ânimo.

— Dê cá...

Raimundo deu-me a pratinha, sorratamente; eu meti-a na algibeira das calças, com um alvoroço que não posso definir. Cá estava ela comigo, pegadinha à perna. Restava prestar o serviço, ensinar a lição e não me demorei em fazê-lo, nem o fiz mal, ao menos conscientemente; passava-lhe a explicação em um retalho de papel que ele recebeu com cautela e cheio de atenção. Sentia-se que despendia um esforço cinco ou seis vezes maior para aprender um nada; mas contanto que ele escapasse ao castigo, tudo iria bem.

De repente, olhei para o Curvelo e estremei; tinha os olhos em nós, com um risoque me pareceu mau. Disfarcei; mas daí a pouco, voltando-me outra vez para ele, achei-o do mesmo modo, com o mesmo ar, crescendo que entrava a remexer-seno banco, impaciente. Sorri para ele e ele não sorriu; ao contrário, franziu a testa, o que lhe deu um aspecto ameaçador. O coração bateu-me muito.

— Precisamos muito cuidado, disse eu ao Raimundo.

— Diga-me isto só, murmurou ele.

Fiz-lhe sinal que se calasse; mas ele instava, e a moeda, cá no bolso, lembrava-me o contrato feito. Ensinei-lhe o que era, disfarçando muito; depois, tornei a olhar para o Curvelo, que me pareceu ainda mais inquieto, e o riso, dantes mau, estava agora pior. Não é preciso dizer que também eu ficara em brasas, ansioso que a aula acabasse; mas nem o relógio andava como das outras vezes, nem o mestre fazia caso da escola; este lia os jornais, artigo por artigo, pontuando-os com exclamações, com gestos de ombros, com uma ou duas pancadinhas na mesa. E lá fora, no céu azul, por cima do morro, o mesmo eterno papagaio, guinando a um lado e outro, como se me chamasse a ir ter com ele. Imaginei-me ali com os livros e a pedra embaixo da mangueira, e a pratinha no bolso das calças, que eu não daria a ninguém, nem que me serrassem; guardá-la-ia em casa, dizendo a mamãe que a tinha achado na rua. Para que me não fugisse, ia-a apalpando, roçando-lhe os dedos pelo cunho, quase lendo pelo tato a inscrição, com uma grande vontade de espiá-la.

— Oh! *seu* Pilar! bradou o mestre com voz de trovão.

Estremeci como se acordasse de um sonho, e levantei-me às pressas. Dei com o mestre, olhando para mim, cara fechada, jornais dispersos, e ao pé da mesa, em pé, o Curvelo. Pareceu-me adivinhar tudo.

— Venha cá! bradou o mestre.

Fui e parei diante dele. Ele enterrou-me pela consciência dentro um par de olhos pontudos; depois chamou o filho. Toda a escola tinha parado; ninguém mais lia, ninguém fazia um só movimento. Eu, conquanto não tirasse os olhos do mestre, sentia no ar a curiosidade e o pavor de todos.

— Então o senhor recebe dinheiro para ensinar as lições aos outros? disse-me o Policarpo.

— Eu...

— Dê cá a moeda que este seu colega lhe deu! clamou.

Não obedeci logo, mas não pude negar nada. Continuei a tremer muito. Policarpo bradou de novo que lhe desse a moeda, e eu não resisti mais, meti a mão no bolso, vagarosamente, saquei-a e entreguei-lha. Ele examinou-a de um e outro lado, bufando de raiva; depois estendeu o braço e atirou-a à rua. E então disse-nos uma porção de coisas duras, que tanto o filho como eu acabávamos de praticar uma ação feia, indigna, baixa, uma vilania, e para emenda e exemplo íamos ser castigados. Aqui pegou da palmatória.

— Perdão, *seu* mestre... solucei eu.

— Não há perdão! Dê cá a mão! dê cá! vamos! sem-vergonha! dê cá a mão!

— Mas, *seu* mestre...

— Olhe que é pior!

Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a

vez do filho, e foi a mesma coisa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem-vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio, apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! tratantes! faltos de brio!

Eu, por mim, tinha a cara no chão. Não ousava fitar ninguém, sentia todos os olhos em nós. Recolhi-me ao banco, soluçando, fustigado pelos improperios do mestre. Na sala arquejava o terror; posso dizer que naquele dia ninguém faria igual negócio. Creio que o próprio Curvelo enfiara de medo. Não olhei logo para ele, cá dentro de mim jurava quebrar-lhe a cara, na rua, logo que saíssemos, tão certo como três e dois serem cinco.

Daí a algum tempo olhei para ele; ele também olhava para mim, mas desviou a cara, e penso que empalideceu. Compôs-se e entrou a ler em voz alta; estava com medo. Começou a variar de atitude, agitando-se à toa, coçando os joelhos, o nariz. Pode ser até que se arrependesse de nos ter denunciado; e na verdade, por que denunciar-nos? Em que é que lhe tirávamos alguma coisa?

"Tu me pagas! tão duro como osso!" dizia eu comigo.

Veio a hora de sair, e saímos; ele foi adiante, apressado, e eu não queria brigar ali mesmo, na Rua do Costa, perto do colégio; havia de ser na Rua Larga de S. Joaquim. Quando, porém, cheguei à esquina, já o não vi; provavelmente escondera-se em algum corredor ou loja; entrei numa botica, espiei em outras casas, perguntei por ele a algumas pessoas, ninguém me deu notícia. De tarde faltou à escola.

Em casa não contei nada, é claro; mas para explicar as mãos inchadas, menti a minha mãe, disse-lhe que não tinha sabido a lição. Dormi nessa noite, mandando ao diabo os dois meninos, tanto o da denúncia como o da moeda. E sonhei com amoeda; sonhei que, ao tornar à escola, no dia seguinte, dera com ela na rua, e apanhara, sem medo nem escúpulos...

De manhã, acordei cedo. A idéia de ir procurar a moeda fez-me vestir depressa. O dia estava esplêndido, um dia de maio, sol magnífico, ar brando, sem contar as calças novas que minha mãe me deu, por sinal que eram amarelas. Tudo isso, e a pratinha... Saí de casa, como se fosse trepar ao trono de Jerusalém. Piquei o passo para que ninguém chegasse antes de mim à escola; ainda assim não andei tão depressa que amarrotasse as calças. Não, que elas eram bonitas! Mirava-as, fugia aos encontros, ao lixo da rua...

Na rua encontrei uma companhia do batalhão de fuzileiros, tambor à frente, rufando. Não podia ouvir isto quieto. Os soldados vinham batendo o pé rápido, igual, direita, esquerda, ao som do rufo; vinham, passaram por mim, e foram andando. Eu senti uma comichão nos pés, e tive ímpeto de ir atrás deles. Já lhes disse: o dia estava lindo, e depois o tambor... Olhei para um e outro lado; afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma coisa: *Rato na casaca*... Não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, depois enfiei pela Saúde, e acabei a manhã na Praia da Gamboa. Voltei para casa com as calças enxovalhadas, sem pratinha no bolso nem ressentimento na alma. E contudo a pratinha era bonita e

foram eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor...

Umás Férias

(Relíquias de Casa Velha)

Texto-fonte: *Obra Completa*, de Machado de Assis, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.
Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1906.

Vieram dizer ao mestre-escola que alguém lhe queria falar.

— Quem é?

— Diz que meu senhor não o conhece, respondeu o preto.

— Que entre.

Houve um movimento geral de cabeças na direção da porta do corredor, por onde devia entrar a pessoa desconhecida. Éramos não sei quantos meninos na escola. Não tardou que aparecesse uma figura rude, tez queimada, cabelos compridos, sem sinal de pente, a roupa amarrotada, não me lembra bem a cor nem a fazenda, mas provavelmente era brim pardo. Todos ficaram esperando o que vinha dizer o homem, eu mais que ninguém, porque ele era meu tio, roceiro, morador em Guaratiba. Chamava-se tio Zeca.

Tio Zeca foi ao mestre e falou-lhe baixo. O mestre fê-lo sentar, olhou para mim, e creio que lhe perguntou alguma coisa, porque tio Zeca entrou a falar demorado, muito explicativo. O mestre insistiu, ele respondeu, até que o mestre, voltando-se para mim, disse alto:

— Sr. José Martins, pode sair.

A minha sensação de prazer foi tal que venceu a de espanto. Tinha dez anos apenas, gostava de folgar, não gostava de aprender. Um chamado de casa, o próprio tio, irmão de meu pai, que chegara na véspera de Guaratiba, era naturalmente alguma festa, passeio, qualquer coisa. Corri a buscar o chapéu, meti o livro de leitura no bolso e descí as escadas da escola, um sobradinho da Rua do Senado. No corredor beijei a mão a tio Zeca. Na rua fui andando ao pé dele, amiudando os passos, e levantando a cara. Ele não me dizia nada, eu não me atrevia a nenhuma pergunta. Pouco depois chegávamos ao colégio de minha irmã Felícia; disse-me que esperasse, entrou, subiu, desceram, e fomos os três caminho de casa. A minha alegria agora era maior. Certamente havia festa em casa, pois que íamos os dois, ela e eu; íamos na frente, trocando as nossas perguntas e conjeturas. Talvez anos de tio Zeca. Voltei a cara para ele; vinha com os olhos no chão, provavelmente para não cair.

Fomos andando. Felícia era mais velha que eu um ano. Calçava sapato raso, atado ao peito do pé por duas fitas cruzadas, vindo acabar acima do tornozelo com laço. Eu, botins de cordovão, já gastos. As calcinhas dela pegavam com a fita dos sapatos, as minhas calças, largas, caíam sobre o peito do pé; eram de chita. Uma ou outra vez parávamos, ela para admirar as

bonecas à porta dos armários, eu para ver, à porta das vendas, algum papagaio que descia e subia pela corrente de ferro atada ao pé. Geralmente, era meu conhecido, mas papagaio não cansa em tal idade. Tio Zeca é que nos tirava do espetáculo industrial ou natural. — Andem, dizia ele em voz sumida. E nós andávamos, até que outra curiosidade nos fazia deter o passo. Entretanto, o principal era a festa que nos esperava em casa.

— Não creio que sejam anos de tio Zeca, disse-me Felícia.

— Por quê?

— Parece meio triste.

— Triste, não, parece carrancudo.

— Ou carrancudo. Quem faz anos tem a cara alegre.

— Então serão anos de meu padrinho...

— Ou de minha madrinha...

— Mas por que é que mamãe nos mandou para a escola?

— Talvez não soubesse.

— Há de haver jantar grande...

— Com doce...

— Talvez dancemos.

Fizemos um acordo: podia ser festa, sem aniversário de ninguém. A sorte grande, por exemplo. Ocorreu-me também que podiam ser eleições. Meu padrinho era candidato a vereador; embora eu não soubesse bem o que era candidatura nem vereação, tanto ouvira falar em vitória próxima que a achei certa e ganha. Não sabia que a eleição era ao domingo, e o dia era sexta-feira. Imaginei bandas de música, vivas e palmas, e nós, meninos, pulando, rindo, comendo cocadas. Talvez houvesse espetáculo à noite; fiquei meio tonto. Tinha ido uma vez ao teatro, e voltei dormindo, mas no dia seguinte estava tão contente que morria por lá tornar, posto não houvesse entendido nada do que ouvira. Vira muita coisa, isto sim, cadeiras ricas, tronos, lanças compridas, cenas que mudavam à vista, passando de uma sala a um bosque, e do bosque a um arvoredo. Depois, os personagens, todos príncipes. Era assim que chamávamos aos que vestiam calção de seda, sapato de fivela ou botas, espada, capa de veludo, gorra com pluma. Também houve bailado. As bailarinas e os bailarinos falavam com os pés e as mãos, trocando de posição e um sorriso constante na boca. Depois os gritos do público e as palmas...

Já duas vezes escrevi palmas; é que as conhecia bem. Felícia, a quem comuniquei a possibilidade do espetáculo, não me pareceu gostar muito, mas também não recusou nada. Iria ao teatro. E quem sabe se não seria em casa, teatrinho de bonecos? Íamos nessas conjeturas, quando tio Zeca nos disse que esperássemos; tinha parado a conversar com um sujeito.

Paramos, à espera. A idéia da festa, qualquer que fosse, continuou a agitar-nos, mais a mim que a ela. Imaginei trinta mil coisas, sem acabar nenhuma, tão precipitadas vinham, e

tão confusas que não as distinguia, pode ser até que se repetissem. Felícia chamou a minha atenção para dois moleques de carapuça encarnada, que passavam carregando canas, — o que nos lembrou as noites de Santo Antônio e S. João, já lá idas. Então falei-lhe das fogueiras do nosso quintal, das bichas que queimamos, das rodinhas, das pistolas e das danças com outros meninos. Se houvesse agora a mesma coisa... Ah! lembrou-me que era ocasião de deitar à fogueira o livro da escola, e o dela também, com os pontos de costura que estava aprendendo.

— Isso não, acudiu Felícia.

— Eu queimava o meu livro.

— Papai comprava outro.

— Enquanto comprasse, eu ficava brincando em casa; aprender é muito aborrecido.

Nisto estávamos, quando vimos tio Zeca e o desconhecido ao pé de nós. O desconhecido pegou-nos nos queixos e levantou-nos a cara para ele, fitou-nos com seriedade, deixou-nos e despediu-se.

— Nove horas? Lá estarei, disse ele.

— Vamos, disse-nos tio Zeca.

Quis perguntar-lhe quem era aquele homem, e até me pareceu conhecê-lo vagamente. Felícia também. Nenhum de nós acertava com a pessoa; mas a promessa de lá estar às nove horas dominou o resto. Era festa, algum baile, conquanto às nove horas costumássemos ir para a cama. Naturalmente, por exceção, estaríamos acordados. Como chegássemos a um rego de lama, peguei na mão de Felícia, e transpusemo-lo de um salto, tão violento que quase me caiu o livro. Olhei para tio Zeca, a ver o efeito do gesto; vi-o abanar a cabeça com reprovação. Ri, ela sorriu, e fomos pela calçada adiante.

Era o dia dos desconhecidos. Desta vez estavam em burros, e um dos dois era mulher. Vinham da roça. Tio Zeca foi ter com eles ao meio da rua, depois de dizer que esperássemos. Os animais pararam, creio que de si mesmos, por também conhecerem a tio Zeca, idéia que Felícia reprovou com o gesto, e que eu defendi rindo. Teria apenas meia convicção; tudo era folgar. Fosse como fosse, esperamos os dois, examinando o casal de roceiros. Eram ambos magros, a mulher mais que o marido, e também mais moça; ele tinha os cabelos grisalhos. Não ouvimos o que disseram, ele e tio Zeca; vimo-lo, sim, o marido olhar para nós com ar de curiosidade, e falar à mulher, que também nos deitou os olhos, agora com pena ou coisa parecida. Enfim apartaram-se, tio Zeca veio ter conosco e enfiamos para casa.

A casa ficava na rua próxima, perto da esquina. Ao dobrarmos esta, vimos os portais da casa forrados de preto, — o que nos encheu de espanto. Instintivamente paramos e voltamos a cabeça para tio Zeca. Este veio a nós, deu a mão a cada um e ia a dizer alguma palavra que lhe ficou na garganta; andou, levando-nos consigo. Quando chegamos, as portas estavam meio cerradas. Não sei se lhes disse que era um armarinho. Na rua, curiosos. Nas janelas fronteiras e

laterais, cabeças aglomeradas. Houve certo rebuliço quando chegamos. É natural que eu tivesse a boca aberta, como Felícia. Tio Zeca empurrou uma das meias portas, entramos os três, ele tornou a cerrá-la, meteu-se pelo corredor e fomos à sala de jantar e à alcova.

Dentro, ao pé da cama, estava minha mãe com a cabeça entre as mãos. Sabendo da nossa chegada, ergueu-se de salto, veio abraçar-nos entre lágrimas, bradando:

— Meus filhos, vosso pai morreu!

A comoção foi grande, por mais que o confuso e o vago entorpecessem a consciência da notícia. Não tive forças para andar, e teria medo de o fazer. Morto como? morto por quê? Estas duas perguntas, se as meto aqui, é para dar seguimento à ação; naquele momento não perguntei nada a mim nem a ninguém. Ouvi as palavras de minha mãe, se repetiam em mim, e os seus soluços que eram grandes. Ela pegou em nós e arrastou-nos para a cama, onde jazia o cadáver do marido; e fez-nos beijar-lhe a mão. Tão longe estava eu daquilo que, apesar de tudo, não entendera nada a princípio; a tristeza e o silêncio das pessoas que rodeavam a cama ajudaram a explicar que meu pai morrera deveras. Não se tratava de um dia santo, com a sua folga e recreio, não era festa, não eram as horas breves ou longas, para a gente desfiar em casa, arredada dos castigos da escola. Que essa queda de um sonho tão bonito fizesse crescer a minha dor de filho não é coisa que possa afirmar ou negar; melhor é calar. O pai ali estava defunto, sem pulos, nem danças, nem risadas, nem bandas de música, coisas todas também defuntas. Se me houvessem dito à saída da escola por que é que me iam lá buscar, é claro que a alegria não houvera penetrado o coração, donde era agora expelida a punhadas.

O enterro foi no dia seguinte às nove horas da manhã, e provavelmente lá estava aquele amigo de tio Zeca que se despediu na rua, com a promessa de ir às nove horas. Não vi as cerimônias; alguns vultos, poucos, vestidos de preto, lembra-me que vi. Meu padrinho, dono de um trapiche, lá estava, e a mulher também, que me levou a uma alcova dos fundos para me mostrar gravuras. Na ocasião da saída, ouvi os gritos de minha mãe, o rumor dos passos, algumas palavras abafadas de pessoas que pegavam nas alças do caixão, creio eu: — “vire de lado, — mais à esquerda, — assim, segure bem...” Depois, ao longe, o coche andando e as seges atrás dele...

Lá iam meu pai e as férias! Um dia de folga sem folguedo! Não, não foi um dia, mas oito, oito dias de nojo, durante os quais alguma vez me lembrei do colégio. Minha mãe chorava, cosendo o luto, entre duas visitas de pêsames. Eu também chorava; não via meu pai às horas do costume, não lhe ouvia as palavras à mesa ou ao balcão, nem as carícias que dizia aos pássaros. Que ele era muito amigo de pássaros, e tinha três ou quatro, em gaiolas. Minha mãe vivia calada. Quase que só falava às pessoas de fora. Foi assim que eu soube que meu pai morrera de apoplexia. Ouvi esta notícia muitas vezes; as visitas perguntavam pela causa da morte, e ela referia tudo, a hora, o gesto, a ocasião: tinha ido beber água, e enchia um copo, à janela da área. Tudo decorei, à força de ouvi-lo contar.

Nem por isso os meninos do colégio deixavam de vir espiar para dentro da minha memória. Um deles chegou a perguntar-me quando é que eu voltaria.

— Sábado, meu filho, disse minha mãe, quando lhe repeti a pergunta imaginada; a missa é sexta-feira. Talvez seja melhor voltar na segunda.

— Antes sábado, emendei.

— Pois sim, concordou.

Não sorria; se pudesse, sorriria de gosto ao ver que eu queria voltar mais cedo à escola. Mas, sabendo que eu não gostava de aprender, como entenderia a emenda? Provavelmente, deu-lhe algum sentido superior, conselho do céu ou do marido. Em verdade, eu não folgava, se lerdas isto com o sentido de rir. Com o de descansar também não cabe, porque minha mãe fazia-me estudar, e, tanto como o estudo, aborrecia-me a atitude. Obrigado a estar sentado, com o livro nas mãos, a um canto ou à mesa, dava ao diabo o livro, a mesa e a cadeira. Usava um recurso que recomendo aos preguiçosos: deixava os olhos na página e abria a porta à imaginação. Corria a apanhar as flechas dos foguetes, a ouvir os realejos, a bailar com meninas, a cantar, a rir, a espancar de mentira ou de brincadeira, como for mais claro.

Uma vez, como desse por mim a andar na sala sem ler, minha mãe repreendeu-me, e eu respondi que estava pensando em meu pai. A explicação fê-la chorar, e, para dizer tudo, não era totalmente mentira; tinha-me lembrado o último presentinho que ele me dera, e entrei a vê-lo com o mimo na mão.

Felícia vivia tão triste como eu, mas confesso a minha verdade, a causa principal não era a mesma. Gostava de brincar, mas não sentia a ausência do brinco, não se lhe dava de acompanhar a mãe, coser com ela, e uma vez fui achá-la a enxugar-lhe os olhos. Meio vexado, pensei em imitá-la, e meti a mão no bolso para tirar o lenço. A mão entrou sem ternura, e, não achando o lenço, saiu sem pesar. Creio que ao gesto não faltava só originalidade, mas sinceridade também.

Não me censurem. Sincero fui longos dias calados e reclusos. Quis uma vez ir para o armarinho, que se abriu depois do enterro, onde o caixeiro continuou a servir. Conversaria com este, assistiria à venda de linhas e agulhas, à medição de fitas, iria à porta, à calçada, à esquina da rua... Minha mãe sufocou este sonho pouco depois dele nascer. Mal chegara ao balcão, mandou-me buscar pela escrava; lá fui para o interior da casa e para o estudo. Arrepelei-me, apertei os dedos à guisa de quem quer dar murro; não me lembra se chorei de raiva.

O livro lembrou-me a escola, e a imagem da escola consolou-me. Já então lhetinha grandes saudades. Via de longe as caras dos meninos, os nossos gestos detroça nos bancos, e os saltos à saída. Senti cair-me na cara uma daquelas bolinhas de papel com que nos espartávamos uns aos outros, e fiz a minha e atirei-a ao meu suposto espartador. A bolinha, como acontecia às vezes, foi cair na cabeça de terceiro, que se desforrou depressa. Alguns, mais tímidos, limitavam-se a fazer caretas. Não era folguedo franco, mas já me valia por ele. Aquele degredo que eu deixei tão alegremente com tio Zeca, parecia-me agora um céu remoto, e tinha medo de o perder. Nenhuma

festa em casa, poucas palavras, raro movimento. Foi por esse tempo que eu desenhei a lápis maior número de gatos nas margens do livro de leitura; gatos e porcos. Não alegrava, mas distraía.

A missa do sétimo dia restituiu-me à rua; no sábado não fui à escola, fui à casa de meu padrinho, onde pude falar um pouco mais, e no domingo estive à porta da loja. Não era alegria completa. A total alegria foi segunda-feira, na escola. Entrei vestido de preto, fui mirado com curiosidade, mas tão outro ao pé dos meus condiscípulos, que me esqueceram as férias sem gosto, e achei uma grande alegria sem férias.

TEORIA DO MEDALHÃO

(*Papéis Avulsos*)

Texto-fonte: *Obra Completa*, de Machado de Assis, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.
Publicado originalmente por Lombaerts & Cia, Rio de Janeiro, 1882.

Diálogo

- Estás com sono?
- Não, senhor.
- Nem eu; conversemos um pouco. Abre a janela. Que horas são?
- Onze.
- Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...
- Papai...
- Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas, qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com ossuspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecicar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.
- Sim, senhor.

- Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.
- Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?
- Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no régimen do aprumo e do compasso. O sábio que disse: “a gravidade é um mistério do corpo”, definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanção do espírito; essa é do corpo, tão-somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito da vida. Quanto à idade de quarenta e cinco anos...
- É verdade, por que quarenta e cinco anos?
 - Não é, como podes supor, um limite arbitrário, filho do puro capricho; é a data normal do fenômeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinqüenta anos, conquanto alguns exemplos se dêem entre os cinqüenta e cinco e os sessenta; mas estes são raros. Há-os também de quarenta anos, e outros mais precoces, de trinta e cinco e de trinta; não são, todavia, vulgares. Não falo dos de vinte e cinco anos: esse madrugador é privilégio do gênio.
 - Entendo.
 - Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as idéias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida.
 - Mas quem lhe diz que eu...
 - Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de idéias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas e pender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloqüente, eis aí uma esperança. No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas idéias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As idéias são de sua

natureza espontâneas e súbitas; por mais que as sofremos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto.

— Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível.

— Não é; há um meio; é lançar mão de um régimen debilitante, ler compêndios de retórica, ouvir certos discursos, etc. O voltarete, o dominó e o *whist* são remédios aprovados. O *whist* tem até a rara vantagem de acostumar ao silêncio, que é a forma mais acentuada da circunspeção. Não digo o mesmo da natação, da equitação e da ginástica, embora elas façam repousar o cérebro; mas por isso mesmo que o fazem repousar, restituem-lhe as forças e a atividade perdidas. O bilhar é excelente.

— Como assim, se também é um exercício corporal?

— Não digo que não, mas há coisas em que a observação desmente a teoria. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas partes dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco. O passeio nas ruas, mormente nas de recreio e parada é utilíssimo, com a condição de não andares desacompanhado, porque a solidão é oficina de idéias, e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir uma tal ou qual atividade.

— Mas se eu não tiver à mão um amigo apto e disposto a ir comigo?

— Não faz mal; tens o valente recurso de mesclar-te aos pasmatórios, em que toda a poeira da solidão se dissipa. As livrarias, ou por causa da atmosfera do lugar, ou por qualquer outra razão que me escapa, não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às ocultas, mas às escâncaras. Podes resolver a dificuldade de um modo simples: vai ali falar do boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de um cometa, de qualquer coisa, quando não prefiras interrogar diretamente os leitores habituais das belas crônicas de Mazade;

75 por cento desses estimáveis cavalheiros repetir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável. Com este régimen, durante oito, dez, dezoito meses — suponhamos dois anos, — reduces o intellecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum. Não trato do vocabulário, porque ele está subentendido no uso das idéias; há de ser naturalmente simples, tívio, apoucado, sem notas vermelhas, sem cores de clarim...

— Isto é o diabo! Não poder adornar o estilo, de quando em quando...

— Podes; puedes empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de

sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant, consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frasenova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício; seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. Não as relaciono agora, mas fá-lo-ei por escrito. De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. Eis aí uma questão que pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do mesmo, das circunstâncias da aplicação; matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse inenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes!

— E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.

— Vejo por aí que vosmecê condena toda e qualquer aplicação de processos modernos.

— Entendamo-nos. Condeno a aplicação, louvo a denominação. O mesmo direi de toda a recente terminologia científica; deves decorá-la. Conquanto o rasgo peculiar do medalhão seja uma certa atitude de deus Término, e as ciências sejam obra do movimento humano, como tens de ser medalhão mais tarde, convém tomar as armas do teu tempo. E de duas uma: — ou elas estarão usadas e divulgadas daqui a trinta anos, ou conservar-se-ão novas: no primeiro caso, pertencem-te de foro próprio; no segundo, podes ter a coquette de as trazer, para mostrar que também és pintor. De oitiva, com o tempo, irás sabendo a que leis, casos e fenômenos responde toda essa terminologia; porque o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tedioso e cansativo, traz o perigo de inocular idéias novas, e é radicalmente falso. Acresce que no dia em que viesses a assenhorear-te do espírito daquelas leis e fórmulas, serias provavelmente levado a empregá-las com um tal ou qual comedimento, como a costureira — esperta e afreguesada, — que, segundo um poeta clássico,

Quanto mais pano tem, mais poupa o corte, Menos monte alardeia de retalhos;

e este fenômeno, tratando-se de um medalhão, é que não seria científico.

— Upa! que a profissão é difícil.

— E ainda não chegamos ao cabo.

— Vamos a ele.

— Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira e senhoril, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante ações heróicas ou custosas é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um *Tratado Científico da Criação dos Carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explicome. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste?

— Percebi.

— Essa é publicidade constante, barata, fácil, de todos os dias; mas há outra. Qualquer que seja a teoria das artes, é fora de dúvida que o sentimento da família, a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito. Nada obsta a que sejas objeto de uma tal distinção, principalmente se a sagacidade dos amigos não achar em ti repugnância. Em semelhante caso, não só as regras da mais vulgar polidez mandam aceitar o retrato ou o busto, como seria desazado impedir que os amigos o expusessem em qualquer casa pública. Dessa maneira o nome fica ligado à pessoa; os que houverem lido o teu recente discurso (suponhamos) na sessão inaugural da União dos Cabeleireiros, reconhecerão na compostura das feições o autor dessa obra grave, em que a “alavanca do progresso” e o “suor do trabalho” vencem as “fauces hiantes” da miséria. No caso de que uma comissão te leve à casa o retrato, deves agradecer-lhe o obséquio com um discurso cheio de gratidão e um copo d’água: é uso antigo, razoável e honesto. Convidarás então os melhores amigos, os parentes, e, se for possível, uma ou duas pessoas de representação. Mais. Se esse dia é um dia de glória ou regozijo, não vejo que possas, decentemente, recusar um lugar à mesa aos *reporters* dos jornais. Em todo o caso, se as obrigações desses cidadãos os retiverem noutra parte, podes ajudá-los de certa maneira, redigindo tu mesmo a notícia da festa; e, dado que por um tal ou qual escrúpulo, aliás desculpável, não queiras com a própria mão anexar ao teu nome os qualificativos dignos dele, incumbe a notícia a algum amigo ou parente.

— Digo-lhe que o que vosmecê me ensina não é nada fácil.

— Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som

das trompas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesado e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o *odorífero* das flores, o *anilado* dos céus, o *prestimoso* dos cidadãos, o *noticioso* e *suculento* dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.

- E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os *deficits* da vida?
- Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.
- Nem política?
- Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do *scibboleth* bíblico.
- Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?
- Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; — é mais fácil e mais atraente. Supõe que deseja saber por que motivo a 7ª companhia de infantaria foi transferida de Uruguaiana para Canguçu; serás ouvido tão-somente pelo Ministro da Guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.
- Farei o que puder. Nenhuma imaginação?
- Nenhuma; antes fazê-lo boato de que um tal dom é ínfimo.
- Nenhuma filosofia?
- Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. “Filosofia da história”, por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.
- Também ao riso?
- Como ao riso?
- Ficar sério, muito sério...

— Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, — e este ponto é melindroso...

— Diga.

— Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cétricos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebentar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?

— Meia-noite.

— Meia-noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o *Príncipe* de Machiavelli. Vamos dormir.

Balas de Estalo

Texto-fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994.
Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 02/07/1883 a 04/01/1886.

1883

2 de julho

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica. Este é o nome, creio eu; e não há por onde trocar os nomes às coisas, que já os trazem de nascença.

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande crueza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali lesto e pimpões; e isto não parece justo.

Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas, entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre, (teoria Lulu Sênior); por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia, porque são dois sistemas, — ou duas escolas, — a escola cadavérica

(versão Maximiano) e a escola aquática. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há para o doente, a liberdade de medicar-se mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: — crê ou morre.

Se, ao menos, a própria dosimetria permitisse o uso de ambos os modos, as doses bem medidas, e as doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um médico, que dava alopatia aos adultos, e homeopatia às crianças, e explicava esta aparente contradição com uma resposta épica de ingenuidade: — para que hei de martirizar uma pobre criança? A própria homeopatia, quando estreou no Brasil, teve seus ecléticos; entre eles, o Dr. R. Torres e o Dr. Tloesquelec, segundo afirmou em tempo (há quarenta anos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os ecléticos tratavam os doentes, "como a eles aprovesse". É o que imprimia então o chefe dos propagandistas.

Mas a dosimetria é contrária a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do vers. 18, cap. IV, de São Mateus, que é o lugar em que Jesus chama os primeiros apóstolos, Pedro e André: "Vinde após mim, e farei que sejais pescadores de homens". Não há ainda tempo de ter hereges nem cismáticos: está nas primeiras pescas de doentes.

O único ponto em que a escola dosimétrica se parece com a homeopática é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cair no mesmo abuso do ecletismo. Quer dizer que a ciência, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos. Dois amigos meus andam munidos de caixas dosimétricas; ingerem isto ou aquilo, conforme um papelinho impresso, que trazem consigo. Levam a saúde nas algibeiras, chegam mesmo a distribuí-la aos amigos.

Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O autor destas vulgarizações parece ser um certo Asclepíades, contemporâneo de Pompeu. Esse cavalheiro era mestre de eloquência; mas sentindo em si outros talentos, estudou a medicina, criou uma arte nova, e anunciou cinco modos de cura aplicáveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pílula para remédio. Essas drogas eram: dieta, abstinência de vinho, fricções, exercício a pé e passeios de liteira. *Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio*, escreve Plínio, — e o entusiasmo foi geral. Tal qual a homeopatia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublime daquele Asclepíades, que, segundo o mesmo autor, encontrando o samento de um desconhecido, fez com que o inculcado morto não fosse deitado à fogueira, levou-o consigo e curou-o; mas, em suma, aguardemos o primeirofreguês que a escola cadavérica remeter para a Jurujuba.

Voltando ao ponto, espero que a direção da Beneficência atenda aos meus conselhos. Não negue a cem doentes o que tão liberalmente distribui a sete ou quinze. Que o semelhante cure ao semelhante, ou o contrário ao contrário, são afirmações que se excluem; mas, contrário ou semelhante, é de rigor que as doses sejam as mesmas.

4 de julho

Ocorreu-me compor umas certas regras para uso dos que freqüentam bondes. O desenvolvimento que tem tido entre nós esse meio de locomoção, essencialmente democrático, exige que ele não seja deixado ao puro capricho dos passageiros. Não posso dar aqui mais do que alguns extratos do meu trabalho; basta saber que tem nada menos de setenta artigos. Vão apenas dez.

ART. I

Dos encatarroados

Os encatarroados podem entrar nos bondes com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro.

Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroadostêm dois alvitres: — ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue.

Os encatarroados que estiverem nas extremidades dos bancos, devem escarrar para o lado da rua, em vez de o fazerem no próprio bonde, salvo caso de aposta, preceito religioso ou maçônico, vocação, etc., etc.

ART. II

Da posição das pernas

As pernas devem trazer-se de modo que não constranjam os passageiros do mesmo banco. Não se proibem formalmente as pernas abertas, mas com a condição de pagar os outros lugares, e fazê-los ocupar por meninas pobres ou viúvas desvalidas, mediante uma pequenagratificação.

ART. III

Da leitura dos jornais

Cada vez que um passageiro abrir a folha que estiver lendo, terá o cuidado de não roçar as ventas dos vizinhos, nem levar-lhes os chapéus. Também não é bonito encostá-los no passageiro da frente.

ART. IV

Dos quebra-queixos

É permitido o uso dos quebra-queixos em duas circunstâncias: — a primeira quando não for ninguém no bonde, e a segunda ao descer.

ART. V

Dos amoladores

Toda a pessoa que sentir necessidade de contar os seus negócios íntimos, sem interesse para ninguém, deve primeiro indagar do passageiro escolhido para uma tal confidência, se ele é assaz cristão e resignado. No caso afirmativo, perguntar-lhe-á se prefere a narração ou uma descarga de pontapés. Sendo provável que ele prefira os pontapés, a pessoa deve imediatamente

pespegá-los. No caso, aliás extraordinário e quase absurdo, de que o passageiro prefira a narração, o proponente deve fazê-lo minuciosamente, carregando muito nas circunstâncias mais triviais, repetindo os ditos, pisando e repisando as coisas, de modo que o paciente jure aos seus deuses não cair emoutra.

ART. VI

Dos perdigotos

Reserva-se o banco da frente para a emissão dos perdigotos, salvo nas ocasiões em que a chuva obriga a mudar a posição do banco. Também podem emitir-se na plataforma de trás, indo o passageiro ao pé do condutor, e a cara para a rua.

ART. VII

Das conversas

Quando duas pessoas, sentadas a distância, quiserem dizer alguma coisa em voz alta, terão cuidado de não gastar mais de quinze ou vinte palavras, e, em todocaso, sem alusões maliciosas, principalmente se houver senhoras.

ART. VIII

Das pessoas com morrinha

As pessoas que tiverem morrinha, podem participar dos bondes indiretamente: ficando na calçada, e vendo-os passar de um lado para outro. Será melhor que morem em rua por onde eles passem, porque então podem vê-los mesmo da janela.

ART. IX

Da passagem às senhoras

Quando alguma senhora entrar, o passageiro da ponta deve levantar-se e dar passagem, não só porque é incômodo para ele ficar sentado, apertando as pernas, como porque é uma grandemá-criação.

ART. X

Do pagamento

Quando o passageiro estiver ao pé de um conhecido, e, ao vir o condutor receber as passagens, notar que o conhecido procura o dinheiro com certa vagareza ou dificuldade, deve imediatamente pagar por ele: é evidente que, se ele quisesse pagar, teria tirado o dinheiro mais depressa. Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* dá idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra. Tenho um chambre de seda, que ainda não vesti, nem vestirei por mais que o uso haja reduzido a essa simples forma popular a *robe de chambre* dos franceses.

Entretanto há nomes que, vindo embora do francês, não tenho dúvida em empregar, pela razão de que o francês apenas serviu de veículo; são nomes de outras línguas. E todo o mal não é a origem estrangeira, mas francesa. O próprio Dr. Castro Lopes se padecer de *spleen*, não há de ir pedir o nome disto ao general Luculo; tem de sofrê-lo em inglês. Mas é inglês. É assim que ele aprova *xale*, por vir do persa; conquanto, digo eu, a alguns parece que o recebemos de Espanha. Pode ser que esta mesma o recebesse de França, que, confessadamente, o recebeu de Inglaterra, para onde foi das partes do Oriente. *Schawl*, dizem os bretões; a França não terá feito mais que tecê-lo, adoçá-lo e exportá-lo. Deslindem o caso, e vamos aos neologismos.

Cache-nez, é coisa que nunca mais andarás comigo. Não é por me gabar; mas confesso que há tempos a esta parte entrei a desconfiar que este pedaço de lã não me ficava bem. Um dia procurei ver se não acharia outra coisa, e andei de loja em loja. Um dos lojistas disse-me, no estilo próprio do ofício:

— Igual, igual não temos; mas no mesmo sentido, posso servi-lo.

E, dizendo-lhe eu que sim, o homem foi dentro, e voltou com um livro português, antigo, e ali mesmo me leu isto, sobre as mulheres persianas: “O rosto, não descobrem nunca fora de casa, trazendo-o coberto com um cendal ou *guarda-cara*...”

— Este guarda-cara é que lhe serve, disse ele. *Cache-nez* ou guarda-cara é a mesma coisa; a diferença é que um é de seda, e o outro de lã. É livro de jesuíta, e tem dois séculos de composição (1663). Não é obra de francelho ou tarelo, como dizia o Filinto Elísio.

Sorriu-me a troca, e estive a realizá-la, quando me apareceu o *focáler* romano, proposto pelo Sr. Dr. Castro Lopes; e bastou ser romano, para abrir mão do outro que era apenas nacional.

O mesmo se deu com *preconício*, outro neologismo. O Sr. Dr. Castro Lopes compôs este, “porque a todos os homens de letras que falam a língua portuguesa, foi sempre manifesta a dificuldade de achar um termo equivalente à palavra francesa *reclame*”.

Confesso que não me achei nunca em tal dificuldade, e mais sou relojoeiro. Quando exercia o ofício (que deixei por causa da vista fraca), compunha anúncios grandes e pomposos. Não faltava quem me acusasse de fazer *reclame* para vender os relógios. Ao que eu respondia sempre:

— Faça-me o favor de falar português. *Reclamo* é o que eu emprego, e emprego muito bem; porque é assim que se chama o instrumento com que o caçador busca atrair as aves; às vezes, é uma ave ensinada para trazer as outras ao laço. Se não quer *reclamo*, use *chamariz*, que é a mesma coisa. E olhe que isto não está em livros velhos de jesuítas, anda já nos dicionários.

Contentava-me com aquilo; mas, desde que vi o recente *preconício*, abri mão de outro termo, que era o nosso, por este alatinado.

Nem sempre, entretanto, fui severo com artes francesas. *Pince-nez* é coisa que usei por largos anos, sem desdouro. Um dia, porém, queixando-me do enfraquecimento da vista, alguém me disse que talvez o mal viesse da fábrica. Mandeí logo (há uns seis meses) saber se havia em

Portugal alguma *luneta-pênsil* das que inventara Camilo Castelo Branco, há não sei quantos anos. Responderam-me que não. Camilo fez uma dessas lunetas, mas a concorrência francesa não consentiu que a indústria nacional pegasse.

Fiquei com o meu *pince-nez*, que, a falar verdade, não me fazia mal, salvo o suposto de me ir comendo a vista, e um ou outro apertão que me dava no nariz. Era francês, mas, não cuidando a indústria nacional de o substituir, não havia eu de andar às apalpadelas. Vai senão quando, vejo anunciados os *nasóculos* do nosso distinto autor. Lá fui comprar um, já o cavalguei no nariz, e não me fica mal. Daqui a pouco, ver-me-ão andar pela rua, teso como um *petit-maitre*... Perdão, petimetre, que é já da nossa língua e do nosso povo.

Boas noites.

7 de novembro

Nascer rico é uma grande vantagem que nem todos sabem apreciar. Qual não será a de nascer rei? Essa é ainda mais preciosa, não só por ser mais rara, como porque não se pode lá chegar por esforço próprio, salvo alguns desses lances tão extraordinários, que a história toda se desloca. Sobe-se de carteiro a milionário; não se sobe de milionário a príncipe.

Entretanto, dado o caso de vocação (porque a natureza diverte-se às vezes em andar ao invés da sociedade), como há de um homem que sente ímpetos régios, combinar o sentimento pessoal com a paz pública? Aí está o caso em que nem o mais fino Escobar era capaz de resolver; aí está o que resolveram alguns cidadãos de Guaratinguetá.

Reuniram-se e organizaram uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos Céus. Os referidos cidadãos acharam o meio de cingir a coroa sem vir buscá-la a São Cristóvão: elegem anualmente um rei, e a coroa passa de uma testa a outra, pacificamente, alegremente, como no jogo do papelão. Aqui vai o papelão. O que traz papelão?

No presente ano (1883-1884), o Rei da irmandade é o Sr. Martins de Abreu, nome pouco sonoro, mas não é de sonoridade que vivem as boas instituições. A Rainha é a Sra. D. Clara Maria de Jesus. Há um Juiz do Ramallete, que é o Sr. Francisco Ferreira, e uma juíza do mesmo Ramallete que é a Sra. D. Zelina Rosa do Amor Divino. Não há a menor explicação do que seja este ramallete. É realmente um ramallete ou é nome simbólico do principado ministerial?

Segue-se o Capitão do Mastro. Este cargo coube ao Sr. Antônio Gonçalves Bruno, e não tem funções definidas. Capitão do Mastro faz cismar. Que mastro, e por que capitão? Compreendo o Juiz da Vara; compreendo mesmo o Alferes da Bandeira. Este é provavelmente o que leva a bandeira, e, para supor que o capitão tem a seu cargo carregar um mastro, é preciso demonstrar primeiramente a necessidade do mastro. Já não digo a mesma coisa do Tenente da Coroa, cargo

desempenhado pelo Sr. João Marcelino Gonçalves. Pode-se notar somente a singularidade de ser a coroa levada por um tenente; mas, dadas as proporções limitadas do novo reino, não há que recusar. Há também um sacristão, que é alferes, o Sr. alferes Bueno, e... Não; isto pede um parágrafo especial.

Há também um (digo?) há também um Meirinho. O Sr. Neves da Cruz é o encarregado dessas funções citatórias e compulsivas, e provavelmente não é cargo honorífico; se o fosse, teria outro nome. Não; ele cita, ele penhora, ele captura os irmãos do Rosário. Assim, pois, esta irmandade tem um tesoureiro para recolher o dinheiro, um procurador para ir cobrá-lo e um meirinho para compelir os remissos. *Un capod'opera.*

Agora, como é que se tratam uns aos outros esses dignitários? Não sei; mas presumo, pelo pouco que conheço da natureza humana, que eles não ficam a meio caminho da ficção. O Rei pode ter Majestade, e assim também a Rainha. E quando receberem os cumprimentos, adivinho que os receberão com certa complacência fina, certo ar digno e grande. Hão de chover os títulos — Vossa Majestade, Vossa Perfumaria, Vossa Mastreação... Em roda o povo de Guaratinguetá, e por cima alua cochilando de fastio e sono.

Bons Dias!

Texto-fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994.
Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 05/04/1888 a 29/08/1889.

1888

5 de abril

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me

com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner de bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado Imperador, — e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O Parlamento e o país viram só o resto.

Deus fez programa, é verdade ("E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida", etc. *Gênesis*, I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao Criador, nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obras do Diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus crêem-se filhos do Céu — tudo por causa do versículo da Escritura.

Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca. Se lhes disser desde já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado. Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?

Foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexe menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até à chegada do Bendegó, mas provavelmente até à escolha do Sr. Guaí, e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço.

Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio — trocadilho que fede como o Diabo. Já falei três vezes no Diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais.

Boas noites.

4 de maio

Bons dias!

...Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido emagro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex auctoritate qua fungor*, não, senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa...

Entretanto, se alguma vez precisei de estar de perfeita saúde, é agora, por várias razões. Citarei duas:

A primeira é a abertura das Câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse acrimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico.

A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora, prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é apolítica do Ceará. Era outro plano meu; entrava pelo Senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira, e dizia-lhe mais ou menos isto:

— Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...

— Com efeito...

— Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.

— Dois em quatro.

— Quatro em dois.

— Dois, quatro.

— Quatro, dois.

— Quatro.

— Dois.

— Dois.

— Quatro.

— Justamente.

— Não é?

— Claríssimo.

Dadas estas explicações, pediria eu ao Sr. Dr. Castro Carreira que me desse algumas notícias mais individuais dos grupos Aquirás e Ibiapaba... S. Exa., com fastio:

- Notícias individuais? Homem, eu não sei política individualista; eu só vejo os princípios.
- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudiu com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns — ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo; mas o que é que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...
- Pode ser, mas isto ainda não me explica a razão desta mistura ou troca de grupos, parecendo melhor que se fundissem de uma vez, com os antigos adversários. Não lhe parece?
- O que me parece, é que a princesa vem chegando.

Corríamos à janela; víamos que não; continuávamos o diálogo, *a entrevista*, à maneira americana, para trazer os meus leitores informados das coisas e pessoas. O meu interlocutor, vendo que não era a princesa, olhava para mim, esperando. Pouco ou nenhum interesse no olhar; mas é ditado velho, que quem vê cara não vê corações. Certo fastio crescente. Princípio de desconfiança de que eu sou mandado pelo diabo. Gesto vago de cruces...

- Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapas; há os...
- Agora creio que é a princesa. Estas trombetas... É ela mesma; adeus, sou da deputação... Apareça aqui pelo Senado... No Senado, não há dúvidas...

Mas eu pegava-lhe na mão, e não vinha embora sem alguns esclarecimentos. Tudo perdido, por causa de uma coriza! Coriza dos diabos, agora ou nunca, chegaríamos a entender aqueles grupos; e perde-se esta ocasião única, por tua causa, infame catarro, monco pérfido!... Tuah! Vou meter-me na cama.

Boas noites.

1 de junho

Bons dias!

Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa criação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano. Eu, em menino fui sempre um primor de educação. Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar.

— Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada.

Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos...

Aos cinco anos (era em 1831), como já sabia ler, davam-nos no colégio *A Pátria*, pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura, com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali fora, risonhos, aprobatórios.

Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse de explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo tinha pagotudo, as festas e uns alugueis atrasados da casa do Sousa Ferreira; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres; que o Serzedelo, à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha precisando de uma casaca para ir ao Coquelin, é que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia seguinte começava assim o editorial: "Conforme havíamos previsto" (o resto como em 1844).

Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho.

Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres; — um meio-termo entre o Caju e o Recreio Dramático é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei de outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a pôr tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial.

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu

quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado.

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Glória sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho. De mim, confesso que lá iria, se pudesse, com a mesma economia; mas, não havendo outro meio, pago o tostãozinho, e paro à porta do Club Beethoven, que anda agora em tais alturas, que já foi citado pela boca de eminente cidadão... Hão de concordar que este período vai um pouco embrulhado, mas não devo desembrulhá-lo; seria constipar a minha idéia.

Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os *bons dias* do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora, o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e boas noites.

1889

7 de março

Bons dias!

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descubro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos.

Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* dá idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra. Tenho um chambre de seda, que ainda não vesti, nem vestirei por mais que o uso haja reduzido a essa simples forma popular a *robe de chambre* dos franceses.

Entretanto há nomes que, vindo embora do francês, não tenho dúvida em empregar, pela razão de que o francês apenas serviu de veículo; são nomes de outras línguas. E todo o mal não é a origem estrangeira, mas francesa. O próprio Dr. Castro Lopes se padecer de *spleen*, não há de ir pedir o nome disto ao general Luculo; tem de sofrê-lo em inglês. Mas é inglês. É assim que ele aprova *xale*, por vir do persa; conquanto, digo eu, a alguns parece que o recebemos de Espanha. Pode ser que esta mesma o recebesse de França, que, confessadamente, o recebeu de Inglaterra, para onde foi das partes do Oriente. *Schawl*, dizem os bretões; a França não terá feito mais que tecê-lo, adoçá-lo e exportá-lo. Deslindem o caso, e vamos aos neologismos.

Cache-nez, é coisa que nunca mais andarás comigo. Não é por me gabar; mas confesso que há tempos a esta parte entrei a desconfiar que este pedaço de lã não me ficava bem. Um dia procurei ver se não acharia outra coisa, e andei de loja em loja. Um dos lojistas disse-me, no estilo próprio do ofício:

— Igual, igual não temos; mas no mesmo sentido, posso servi-lo.

E, dizendo-lhe eu que sim, o homem foi dentro, e voltou com um livro português, antigo, e ali mesmo me leu isto, sobre as mulheres persianas: “O rosto, não descobrem nunca fora de casa, trazendo-o coberto com um cendal ou *guarda-cara*...”

— Este guarda-cara é que lhe serve, disse ele. *Cache-nez* ou guarda-cara é a mesma coisa; a diferença é que um é de seda, e o outro de lã. É livro de jesuíta, e tem dois séculos de composição (1663). Não é obra de francelho ou tarelo, como dizia o Filinto Elísio.

Sorriu-me a troca, e estive a realizá-la, quando me apareceu o *focáler* romano, proposto pelo Sr. Dr. Castro Lopes; e bastou ser romano, para abrir mão do outro que era apenas nacional.

O mesmo se deu com *preconício*, outro neologismo. O Sr. Dr. Castro Lopes compôs este, “porque a todos os homens de letras que falam a língua portuguesa, foi sempre manifesta a dificuldade de achar um termo equivalente à palavra francesa *reclame*”.

Confesso que não me achei nunca em tal dificuldade, e mais sou relojoeiro. Quando exercia o ofício (que deixei por causa da vista fraca), compunha anúncios grandes e pomposos. Não faltava quem me acusasse de fazer *reclame* para vender os relógios. Ao que eu respondia sempre:

— Faça-me o favor de falar português. *Reclamo* é o que eu emprego, e emprego muito bem; porque é assim que se chama o instrumento com que o caçador busca atrair as aves; às vezes, é uma ave ensinada para trazer as outras ao laço. Se não quer *reclamo*, use *chamariz*, que é a mesma coisa. E olhe que isto não está em livros velhos de jesuítas, anda já nos dicionários.

Contentava-me com aquilo; mas, desde que vi o recente *preconício*, abri mão de outro termo, que era o nosso, por este alatinado.

Nem sempre, entretanto, fui severo com artes francesas. *Pince-nez* é coisa que usei por largos anos, sem desdouro. Um dia, porém, queixando-me do enfraquecimento da vista, alguém me disse que talvez o mal viesse da fábrica. Mandeí logo (há uns seis meses) saber se havia em Portugal alguma *luneta-pênsil* das que inventara Camilo Castelo Branco, há não sei quantos anos.

Responderam-me que não. Camilo fez uma dessas lunetas, mas a concorrência francesa não consentiu que a indústria nacional pegasse.

Fiquei com o meu *pince-nez*, que, a falar verdade, não me fazia mal, salvo o suposto de me ir comendo a vista, e um ou outro apertão que me dava no nariz. Era francês, mas, não cuidando a indústria nacional de o substituir, não havia eu de andar às apalpadelas. Vai senão quando, vejo anunciados os *nasóculos* do nosso distinto autor. Lá fui comprar um, já o cavalei no nariz, e não me fica mal. Daqui a pouco, ver-me-ão andar pela rua, teso como um *petit-maitre*...Perdão, petimetre, que é já da nossa língua e do nosso povo.

Boas noites.